

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS**



**NARRATIVAS SOBRE A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL E CRISE DAS  
REPRESENTAÇÕES: O QUE A CRISE EVIDENCIA ?**

**LINHA I : A AMAZÔNIA E O PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL**

**MESTRANDO: Alex Sander Pereira Regis**

**MANAUS 25 DE AGOSTO DE 2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**NARRATIVAS SOBRE A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL E CRISE DAS  
REPRESENTAÇÕES: O QUE A CRISE EVIDÊNCIA ?**

**Aluno: Alex Sander Pereira Regis**

**Defesa de Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia da Universidade Federal do  
Amazonas como requisito para obtenção  
de título de Mestre**

**MANAUS 25 DE AGOSTO DE 2013**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R337n Regis, Alex Sander Pereira  
Narrativas sobre a crise econômica mundial e crise das representações: o que a crise evidencia? / Alex Sander Pereira  
Regis. 2013  
201 f.: 31 cm.

Orientadora: Marilene Corrêa da Silva  
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Ciências sociais. 2. Crise de 2008. 3. Crise de representações.  
4. Globalização. 5. Ambiente da rede. I. Silva, Marilene Corrêa da  
II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

**NARRATIVAS SOBRE A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL E CRISE DAS  
REPRESENTAÇÕES: O QUE A CRISE EVIDENCIA ?**

**Autor: Alex Sander Pereira Regis**

---

**Orientador: Profa. Dra Marilene Corrêa da Silva**

---

**Prof. Dr. Marcelo Bastos de A. Seráfico**

---

**Prof. Dr. Gilson Vieira Monteiro**

## RESUMO

A presente dissertação tem como horizonte temático a reflexão e análise de narrativas sobre a crise econômica mundial deflagrada inicialmente nos EUA em 2008, bem como sua articulação teórico-empírica com a ideia central da pesquisa, qual seja, a de que a ‘crise’ em questão está intimamente relacionada as implicações da Globalização, no quadro de uma ruptura teórico-epistemológica, cuja principal expressão é a crise generalizada de representações coletivas. Procurou-se no primeiro momento expor e problematizar a noção de Globalização a fim de privilegiar uma compreensão sobre globalização que sirva de pressuposto e soldo teórico para os fins do trabalho. No segundo momento apresento as diversas narrativas sobre a ‘crise’, referidas, de um lado, em obras de teóricos ( Harvey, Boaventura, Touraine, Bauman), e de outro, em registros de análises extraídos de um arquivo digital construído a partir da sistematização de dados (artigos, entrevistas, dossiês etc) de três endereços eletrônicos (CartaMaior, IhuOnline e OutrasPalavras). Por fim, busca-se articular os momentos já referidos, tendo em vista operar as conexões de sentido entre a ‘crise econômica mundial’, Globalização, Crise de representações coletivas e, portanto, apontar as implicações sociológicas daí oriundas, em outras palavras, no último momento afirmo que a crise evidencia, de um lado, as contradições e turbulências mais agudas de um período de “ruptura histórico-epistemológica”, de outro, a redefinição das representações coletivas clássicas através da intensificação de lutas, conflitos e resistências (Indignados, Occupy, Jornada de Junho etc) contra uma globalização totalitária que privilegia o mercado financeiro e, a favor de outras globalizações e formas de produzir e viver que valorizam a vida e suas populações. Conflitos e resistências que a longo e médio prazo determinaram o vir a ser do Estado-Nação e sua soberania; da Democracia e sua legitimidade, da globalização hegemônica face às globalizações contra e alter-hegemônicas. Estamos no interior de um parto histórico!

Palavras chave: Ciências sociais, crise de 2008, crise de representações, globalização, ambiente da rede, racionalidade científica da crise

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>Introdução</b> .....   | 6   |
| <b>1. Construção do objeto e metodologia de pesquisa</b> .....  | 9   |
| <b>2. Metodologia</b> .....   | 17  |
| 2.1 Função metodológica do arquivo para pesquisa.....   | 17  |
| <b>3. A globalização e as ciências sociais</b> .....  | 22  |
| 3.1 Globalização, capitalismo e ruptura histórica.....  | 27  |
| <b>4. Narrativas sobre a crise mundial: os registro no ambiente da rede e a racionalidade científica da crise</b> ..... | 40  |
| 4.1 “Arquivo vivo”: o ambiente da rede e as intelecções sobre a crise.....  | 40  |
| 4.1.1 Outraspalavras e um mundo pós-capitalista.....  | 41  |
| Considerações intermediárias.....   | 52  |
| 4.1.2 Cartamaior e a crise do capitalismo.....  | 53  |
| Considerações intermediárias.....   | 74  |
| 4.1.3 Ihu online e a crise do capitalismo em questão.....   | 75  |
| Considerações intermediárias .....  | 92  |
| 4.2. O ambiente da academia e a racionalidade científica da crise.....  | 94  |
| 4.2.1 Harvey: A crise, o subprime e a reprodução do capitalismo.....  | 95  |
| 4.2.2. Boaventura: A crise, o déficit explicativo e a autoflagelação.....   | 112 |
| 4.2.3. Bauman: O capitalismo parasitário e o estado assistencial para os ricos .....                                    | 135 |
| 4.2.4. Touraine: A crise e a decomposição da vida social.....   | 143 |
| 4.3. Conclusão intermediária: da indignação à racionalidade científica da crise.....                                    | 157 |
| 4.3.1 Natureza da crise e implicações sociais.....  | 157 |
| 4.3.2 Os limites do Estado-nação e sua soberania.....   | 161 |
| 4.3.2.1 O papel do Estado e a regulação da globalização.....  | 165 |
| 4.3.3 Crise dos partidos políticos e democracia deslegitimada.....  | 166 |
| 4.3.4 Saídas para crise e reinvenção da política.....   | 169 |
| 4.4 Outras notas: da indignação à racionalidade científica da crise.....  | 171 |
| 4.5 Globalismo, neoliberalismo e mudança representacional.....  | 175 |
| <b>5. Mosaico de conclusões: Tendências e implicações ou o que a crise ‘econômica’ mundial revela?</b> .....            | 185 |
| <b>6. “Conclusão” das “conclusões intermediárias”</b> .....   | 198 |
| <b>Referências bibliográficas</b> .....   | 204 |

# 1. INTRODUÇÃO

“Temos de abandonar a noção ‘sabidamente’ otimista de que a humanidade inevitavelmente ‘só se propõe as tarefas que pode resolver’: hoje enfrentamos problemas para os quais não há nenhuma solução clara, garantida pela lógica da evolução” Slavoj Zizek

A crise econômica e financeira (desdobrada em crise social, política, fiscal, existencial) de caráter mundial que afetou e afeta de modo mais impactante os EUA e a Europa, se apresenta, segundo a perspectiva explicativa aqui adotada, com um significado histórico emblemático. Traduz-se em um evento heurístico revelador de relações, processos e estruturas que há tempos estavam a operar e a desenvolver-se histórica e logicamente.

Nesse sentido, o processo de desmistificação e esclarecimento da crise ‘econômica’ mundial, através da problematização de distintas narrativas e explicações, converte-se em um fenômeno sociológico de amplas implicações que, lança desafios analíticos, explicativos e compreensivos para as ciências sociais.

Mas antes de prosseguir com o desenvolvimento de nosso trabalho cabe perguntar o que é crise? E se cabe a sociologia tomá-la como ‘objeto’ de estudo, afinal a sociologia é considerado por alguns até como ciência da crise, pois sempre esteve enredada com grandes efervescências e irrupções sociais, aliás, o marco de seu nascimento se inscreve em um mundo de amplas transformações sociais que compreendiam guerras, revoltas, rupturas seculares e novos empreendimentos culturais.

É possível afirmar que há uma diversidade de modalidades ou tipos de crise, com diferentes escalas, e graus variados de impacto; Quanto à modalidade, há crises econômicas, sociais, políticas, ambientais, culturais, identitárias etc; Quanto às escalas, podemos afirmar que há crises em escala individual, familiar, grupal e a societária. Cabe apenas assinalar que em última análise todas essas crises possuem conexões entre si, se

condicionam e nutrem reciprocamente, de modo que não há crise que se engendra por si, de forma independente, mas guarda uma relação mais ou menos significativa com outras modalidades, escalas e implicações de outras crises. A crise é sempre relacional, sempre social.

Como nos lembra Santos, a noção de crise deriva de uma velha palavra de origem grega (*crisis*) que significava separação, abismo e também juízo. Lembra-nos que “o existir é um separar-se, uma *crisis*, um abismo”, pois “tudo quanto existe se separa, afirma abismos”. (SANTOS, 1959,p.12)

A perspectiva filosófica de Santos sobre a noção grega de *crisis* é uma boa referência para iniciarmos nosso percurso de entendimento e explicação de algumas dimensões da crise ‘econômica’ mundial que será objeto de problematização nesse trabalho.

Pois como bem adverte Santos,

Nós não podemos viver sem a *crisis*, e não podemos viver *com* ela(...) É a *crisis* que leva o homem a crítica(..) Por isso *quer* vencê-la, vadear o abismo, ultrapassá-lo, que é o devir, o constante transmutar-se das coisas. (SANTOS, 1959, p13).

É precisamente a emergência de abismos, geralmente associados a juízos e decisões que acarretam momentos propícios para reflexão, problematização e conscientização dos juízos e decisões que engendraram o fenômeno da crise. De repente, como é o caso, da crise ‘econômica’ a ser analisada aqui, emerge a consciência, por parte de uma diversidade de indivíduos e instituições, de que ações e relações, tanto quanto ideias e instituições foram as responsáveis por determinados eventos que impactam – em termos de qualidade de vida, de emprego, alimentação, crédito, comércio, inflação etc - de modo negativo a realidade de indivíduos, grupos e sociedades inteiras.

A emergência dessa tomada de consciência da crise “que leva o homem à crítica” se traduz em um conjunto de opiniões, *análises, explicações que vão de economistas ao cidadão comum, do político aos estudantes, do sociólogo ao Xamã, além de artistas, geógrafos, historiadores, políticos, intelectuais, igreja etc.* Essa diversidade de pontos de vistas ou narrativas, leigas ou de especialistas, se manifestam através de prosas e inclusive poesias, artes e



ciências. O intento é apanhar e descrever, explicar ou compreender sua origem, desenvolvimento, e impactos de toda sorte que atingem as realidades sociais em diferentes níveis e lugares.

A crise, nesse sentido, seja em suas formulações teóricas ou práticas, possui uma dimensão muito positiva para o desenvolvimento de uma análise sociológica, pois é um indicativo da força ativa e transformadora dos agentes sociais na construção e direcionamento da história. Revela a dinâmica histórica em contraponto a estática funcional. Implica na mudança de ordenamentos estabelecidos e engessados do ponto de vista institucional. Além disso, diz respeito à atualização e renovação de instituições sociais e seus mecanismos de reprodução social, a exemplo das formas de pensar, sentir e agir que orientam indivíduos e coletividades. Serve como ponto de partida de novas obrigações, agendas e lealdades. Trata-se, enfim, de um sinalizador de novos horizontes e utopias, expressos em novas relações em diferentes escalas entre Estado, economia, política e sociedade. A crise, ou crises como veremos adiante, marca uma período de transição, de amplas mudanças onde, como diria Gramsci<sup>1</sup>, o novo tateia seu nascimento e o velho teima em resistir. O devir *crísico* do mundo é surpreendente e, espero aqui apontar alguns dilemas em aberto pela atual conjuntura; prenha de forças e possibilidades.

---

<sup>1</sup> Em uma famosa frase de seus *Cadernos* argumenta sobre um momento de *interregno* entre o novo que nasce e o velho que morre marcada por uma crise. "A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece".

## 1. CONSTRUÇÃO DO OBJETO E METODOLOGIA DE PESQUISA.

*Neste capítulo vou explicitar o modo pelo qual realizei a construção do objeto; as motivações, os questionamentos, leituras e relações que me permitiram defini-lo enquanto problema sociológico. Além disso, o capítulo visa elucidar o lugar e a função que a construção de um arquivo adquire enquanto instrumento de pesquisa para construção do objeto da dissertação de mestrado e para o desenvolvimento geral de uma pesquisa sociológica, neste caso, para realizar um esclarecimento sobre a natureza da crise econômica mundial e suas implicações sociológicas.*

Como diria Bourdieu (2007) “Nada é mais universal e universalizável do que as dificuldades” e, entre essas dificuldades encontra-se a construção de um objeto de pesquisa; sempre imperfeito, inacabado e com graus variados de valoração. Não obstante, faz-se necessário construí-lo ou pelo menos definir o que se vai construir, problematizar e equacionar enquanto problema sociológico.

A tarefa ‘universal’ de definir um objeto exige colocar limites, e isso supõe como afirma Demo (2009), o ponto de vista de quem define e o estabelecimento de um compromisso: “saber que toda definição bem feita é aquela que reconhece seus limites e incongruências”. Os limites são de toda ordem e indicam que diante de uma realidade inesgotável, complexa e em movimento cabe selecionar alguns de seus elementos, de modo a simplificá-la - em certo sentido violentá-la - para ajustarmos as nossas expectativas metodológicas. Considerando esse caráter arbitrário de seleção daquilo que considero importante, concordo com Bourdieu, quando afirma de que não há nada menos neutro socialmente que a relação entre o sujeito e o objeto.

Considero fundamental na construção desse projeto a perspectiva sociológica como fruto da compreensão dialética entre biografia individual e contexto histórico, que está inscrita no modo pelo qual o cientista social vê e apreende o mundo. Esta perspectiva se encontra sustentada e Mills (2009), onde o autor afirma que “os mais admiráveis pensadores não separam seu trabalho de sua vida.(..) e querem usar uma coisa para enriquecimento da outra.(p.21).

Enfatiza que;

O conhecimento é uma escolha tanto de um modo de vida quanto de uma carreira; quer o saiba ou não, o trabalhador intelectual forma-se a si próprio à medida que trabalha para o aperfeiçoamento de seu ofício; para realizar suas próprias potencialidades, e quaisquer oportunidades que surjam em seu caminho, ele constrói um caráter que tem como núcleo as qualidades do bom trabalhador (p.22)

O artesanato, segundo essa perspectiva, significa apreender sua experiência de vida em seu trabalho intelectual, tornando a si mesmo como o centro do artesanato, transformando as experiências de sua trajetória em material fértil para realização de perguntas e reflexões. Como afirma Mills “Dizer que você poder ‘ter experiência’ significa, por exemplo, que seu passado influência e afeta seu presente, e que ele define sua capacidade de experiência futura”

E enquanto sociólogo, preciso manter o controle ou, como afirma Bourdieu (1999), a vigilância sobre esta ação recíproca. Ação recíproca esta que é força motriz para reflexão sociológica, apresentando-se como um dos principais dilemas que fecundam o pensamento sociológico; quem determina quem, indivíduo ou sociedade, ação ou estrutura?

Ainda recorrendo a Mills procurei manter um arquivo no meu computador, uma espécie de colcha de retalhos da minha experiência traduzidos em frases, ideias, inquietações e perguntas diversas. Sua construção mais sistemática se inicia na graduação e adquire sentido de um projeto acadêmico de longo de prazo, sobretudo nos últimos meses de 2011, incluindo aí o registro dos principais artigos diários sobre a crise mundial, sobretudo, de três portais da rede eletrônica , a saber, CARTA MAIOR, IHU ONLINE E OUTRASPALAVRAS. Desta forma, “mantendo um arquivo adequado e desenvolvendo assim hábitos auto-reflexivos” aprendi “como manter *meu* mundo interior desperto”. (MILLS, 2009,p.22)

Além disso, mediante a manutenção desse arquivo despertei para a prática da escrita e da reflexão cotidiana, procurando sempre manter minha experiência controlada. Como diria Mills, um cientista social praticante deveria rever periodicamente o estado de seus problemas e planos. (MILLS,2009,p.24).

Para ser objetivo, cabe assinalar que o título do meu projeto apresenta-se como uma síntese de um conjunto de reflexões que eu venho realizando há algum tempo e em vários lugares de interação; pelo menos desde o ensino médio, passando pela graduação, até a construção do projeto para o mestrado e os últimos *insights* retirados do meu arquivo do computador e das disciplinas do Mestrado.

As indagações e perguntas feitas durante esse período sempre foram frutos de contradições percebidas e constrangimentos recebidos por certas representações do mundo e das coisas. Da percepção dessas contradições e de uma necessidade inelutável para compreendê-las emergiram reflexões sobre a pobreza, riqueza, a desigualdade, luta de classes, questão social, a globalização, capitalismo, a ideologia e o neoliberalismo.

Algumas dessas reflexões se constituíram em ‘objeto’ de análise de minha graduação<sup>2</sup>, onde eu teço, de um lado, algumas considerações sobre a relação entre o Capitalismo e a desigualdade, evidenciando a funcionalidade desta para reprodução daquele: e, de outro, realizo uma crítica a duas perspectivas cognitivas de ver e interpretar a realidade, a saber, economicismo e assistencialismo, que tendem a legitimar e a naturalizar as desigualdades sociais.

Reflexões essas que foram e continuaram sendo clarificadas e problematizadas pelo aprendizado de conceitos, teorias e metodologias no decorrer do mestrado, das pesquisas na biblioteca, na internet e da produção de conhecimento dialógico através de conversas, debates e esclarecimentos, físicos ou virtuais, com os professores e colegas, extremamente fecundos para tornar mais claras algumas ideias e ampliar meu horizonte de percepção.

Nesse sentido, inclino-me a pensar que a revisão constante desse meu arquivo, dos temas e problemas registrados enquanto experiência reflexiva terminou por me fornecer um questionamento, uma **hipótese** que abarca um conjunto de reflexões até então difusas e desconexas, qual seja, a de que a crise ‘econômica’ mundial e a crise generalizada de representações coletivas<sup>3</sup> identificadas com o Estado-Nação; democracia, política, partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais simultaneamente à acentuação das desigualdades,

---

<sup>2</sup> . Cf. SANDER, Alex. *Capitalismo e Desigualdade: da funcionalização do problema à crítica*. Monografia. UFAM, 2010.

Faço referência ao ‘economicismo’ e ‘assistencialismo’ enquanto componentes da funcionalização das desigualdades e, portanto, do modo de produção capitalista. . Ambas perspectivas em conjunto, conceberiam a relação entre pobreza-riqueza, principal expressão da questão social, como, de um lado, resultado “natural” do baixo crescimento econômico e, de outro, da ignorância ou incapacidade dos indivíduos em se integrarem em uma sociedade competitiva. Neste quadro caberia ao Estado através de políticas sociais (financiadas pelo crescimento) tópicos “combater” ou “eliminar” o problema das desigualdades.

<sup>3</sup> As representações coletivas em Durkheim em termos conceituais possuem uma vinculação direta com os fatos sociais. São, portanto, maneiras de pensar, sentir e agir internalizadas durante o aprendizado nas instituições de socialização e terminam por orientar a experiência individual. Funcionam enquanto crença, “institui fora de nós certos modos de agir e certos juízos que não dependem de cada vontade particular tomada isoladamente”. Vale ressaltar que em Durkheim as representações coletivas não são entidades que pairam sobre o indivíduo, “ Sem dúvida, cada um contém alguma coisa dela;mas ela não existe inteira em nenhum”. mas se constituem na forma e conteúdo com que este opera no cotidiano, pois, “As representações coletivas são o conteúdo conceitual interno da sociedade. O conceito expressa a maneira que a sociedade, no seu conjunto, representa os objetos da experiência. Se o conceito muda, não é porque está na sua natureza mudar, mas porque descobrimos nele uma imperfeição, é porque ele deve ser corrigido. O conceito torna-se, de alguma maneira, uma ferramenta da existência coletiva; se ele é imperfeito ou torna-se inútil, nós o mudamos”. ( Durkheim, 2004, 2005, 2009)

estão associados ao fenômeno da globalização, entendida simultaneamente enquanto uma ‘totalidade histórica e teórica’ que marca tanto uma ruptura quanto uma consolidação: ruptura com uma configuração do capitalismo enquanto formação e representação social dominante referidas no Estado-Nação; Consolidação de outra configuração cuja tendência será a manutenção das contradições, sentidos e representações que marcaram a configuração precedente, caso forças sociais em escala global na sua forma e conteúdo, representações e práticas não façam frente a essa dinâmica ancorada pelos ideais neoliberais (competitividade, lucratividade, desregulação, privatização) e operacionalizadas (até pouco tempo de modo hegemônico) pelos seus agentes transnacionais (FMI, Bird, OMC, Bancos comerciais e de investimento, agências de classificação, elites econômicas e financeiras com sua tecnocracia).

Hipótese que como veremos no desenvolvimento desse ensaio, ganhou corpo e incorporou a elaboração teórica e analítica de muitas e diversificadas explicações (pontuais, conjunturais, estruturais) relativamente à problemática dessa dissertação.

Essa hipótese, inicialmente fruto de uma percepção individual ganha coerência e conteúdo, de um lado, através de um contínuo emergir de fatos, discursos e narrativas que se relacionam as implicações da crise econômica mundial e, de outro, mediante a leitura do *Livro Capitalismo, violência e terrorismo* de Octávio Ianni (2004)<sup>4</sup>, que me ajudou a ordenar e esclarecer parte significativa dos acontecimentos, situações e experiências históricas no quadro do *globalismo*, até então difusas e mergulhadas em um mar de informações ambíguas e contraditórias.

Foi essa percepção inicial sobre a crise relacionadas às leituras sobre globalização e seus diversos desdobramentos em termos econômicos, sociais, políticos e culturais, que me incitou a elaborar um arquivo de informações, em que registrei e continuo a registrar as diversas explicações sobre a crise. São artigos, resumos de artigos, frases e entrevistas extraídas, não somente, mas sobretudo, de três sites de informações, a saber, Carta-Maior, Ihu online e Outraspalavas que reservam parte considerável de seu espaço virtual para publicação e veiculação de informações mundiais<sup>5</sup> sobre a crise oriundas de Jornais impressos e eletrônicos

---

<sup>4</sup> Essa sinalização é importante na medida em que a leitura desse livro me proporcionou uma compreensão global do modo como o capitalismo se desenvolve no âmbito do “Globalismo”, o que me direcionou para realizar as leituras sobre teorias da globalização presente em outros livros do mesmo autor. Em síntese tais leituras foram o pano de fundo sobre o qual se erigiu as problematizações fundamentais da dissertação.

<sup>5</sup> De modo menos sistemático consulto meios de informação eletrônicos como Esquerda.net, Folha-online, Correio do Brasil, Estadão, Brazilianas.org, etc...

situados especialmente nos EUA e na Europa, além de possuírem seus próprios articulistas que elaboram análises sobre a mesma.

Um interesse inicial sobre a crise econômica, ainda que pouco consistente, se dá a partir de 2008, quando irrompe a crise econômica nos EUA, relacionada ao endividamento excessivo de bancos e a oferta de *subprime* (operações financeiras de alto risco) que terminou em uma crise imobiliária. O interesse mais sistemático surge nos primeiros meses de 2010, com acentuação da crise econômica, de caráter financeiro, atingindo de modo mais acentuado a Europa.

Desde então minha percepção se voltou para questão e fui sendo continuamente defrontado com informações e explicações sobre sua origem, causa, formas de resolução, especialmente àquelas pautadas em um referencial da economia que, de um lado, difundiam-se com termos pouco esclarecedores relacionados às políticas econômicas, monetárias, cambiais compreendendo os mecanismos econômicos de troca, produção e circulação de mercadorias entre os países, de outro, números, cálculos, estatísticas e toda espécie de quantificações sobre a economia de cada país compreendendo balança comercial, PIB, taxas de crescimento e lucratividade, produtividade, taxas de juros entre outras. Aliás, não é por outro motivo que a minha compreensão primária sobre a ‘crise’ se dava única e exclusivamente pelo viés econômico, ou melhor, ‘economicista’ para não ser injusto com economistas (Amartya Sen, Joseph Stiglitz e Paul Krugman) que consideram variáveis não econômicas para explicar a dinâmica da sociedade, não reduzindo-a a “quantificação superficial, de um pensamento estatístico e econômico”<sup>6</sup> que reduz a sociedade e os indivíduos a rendimentos.

Por essas razões a questão se apresentava não apenas distante de minhas preocupações como da maioria da população, sobretudo em nível local, dada a gramática pouco inteligível para compreendê-la e do sentimento mais ou menos geral de que a crise econômica não nos afetará, dadas as condições econômicas e sociais favoráveis conquistadas na última década.

Vale ressaltar que as explicações econômicas são hegemônicas no cenário contemporâneo, cuja difusão ocorre, sobretudo, mediante o “príncipe eletrônico”, atingindo amplas camadas populacionais, de vários grupos e classes sociais.

O ‘Príncipe eletrônico’, segundo Ianni (2001), é a Mídia enquanto “ entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da

---

<sup>6</sup>Alain Touraine. Após a crise: decomposição da vida social e surgimento de atores não sociais. Tradução de Francisco Moraes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial”. Além disso, esse ‘príncipe’ se configuraria enquanto um “*intelectual coletivo e orgânico*, estruturas e blocos de poder presentes, predominantes e atuantes em escala nacional, regional e mundial, sempre em conformidade com os diferentes contextos sócio-culturais e político-econômicos desenhados no novo mapa do mundo”.

Não obstante, outras explicações em certo sentido periféricas, quando comparadas ao alcance público das narrativas ou explicações econômicas, começaram a ganhar espaço e participar do panteão explicativo sobre a crise, especialmente após 2008, quando a maioria dos economistas simplesmente ficou perplexa e silenciada diante da crise que se instaurava e sobre a qual não anteviu ou simplesmente se recusou a informação sobre a gravidade das consequências de inovações financeiras que se alastravam pelo mercado.

Entre essas explicações, a sociológica ganha destaque, e dentre as várias modulações compreensivas, para surpresa de muitos que supunham ter enterrado Marx, este emerge conduzindo o princípio geral ou ponto de partida de muitas análises sociológicas e, de outras tantas realizadas por economistas, filósofos, geógrafos etc. Mais uma vez as ideias, teorias e intuições de Marx suscitam muitos debates e controvérsias, não para indicar supostas profecias ou glorificá-lo, mas sim para reabrir debates sobre o capitalismo; seu funcionamento, dilemas e contradições. Exemplo disso é a profusão de uma quantidade impressionante de debates, entrevistas e textos relacionados a crise do capitalismo, como é o caso da Revista Times e BBC de Londres que realizaram amplos debates sobre como “corrigir o capitalismo”.

Dentre as informações lidas e registradas cabe apontar algumas que considero importantes para a problematização do ‘objeto’ em questão.

Grande parte dos textos, entrevistas e análises de conjuntura sinalizou um cenário mundial, mas sobretudo, centrado no continente Europeu e Americano, perpassado por instabilidades e crises de toda ordem.

Apesar das diferentes interpretações a maioria das análises refere-se à crise mundial como uma crise do capitalismo – traduzidas como crise de crédito, financeira, pública, social, econômica etc - com uma diversidade de implicações, situadas em um cenário de seu suposto fim ou da sua renovação. Os cenários futuros e as opções políticas para resolução são diversos, mas as constatações conjunturais são quase as mesmas: de que os Estado nacionais, bem como sua soberania, democracia e política, se rendem, subordinam ou fraquejam diante do poder das

finanças desreguladas; agenciadas e normatizadas por agentes transnacionais, como corporações, bancos, agências de classificação, além de agências multilaterais como FMI, BIRD E OMC , denominadas por Ianni (2004, p129) como a “ ‘trindade’ guardiã do capital em geral” que se utiliza de diplomacias, estratégias políticas e “técnicas de organização e mobilização de meios e fins, *inputs e outputs*, em termos de produtividade, competitividade e lucratividade; e da crescente concentração do capital transnacional”.

Ramonet (2011)<sup>7</sup> comenta sobre a falta de visibilidade e do irrompimento de muitos acontecimentos imprevistos na atual conjuntura que somam e se confundem de forma sistêmica. Afirma que “não estamos a sofrer uma crise, mas um feixe de crises, uma soma de crises tão intimamente misturadas umas com as outras que não conseguimos distinguir entre causas e efeitos”. Ramonet, sob clara influência de Wallerstein, chegou a esta conclusão,

porque os efeitos de umas são as causas de outras, ou seja, estamos a enfrentar uma *crise sistêmica* do mundo ocidental que afeta a tecnologia, a economia, o comércio, a política, a democracia, a guerra, a geopolítica, o clima, o ambiente, a cultura, os valores, a família, a educação, a juventude (2011)

Dentre as principais constatações realizadas por Ramonet face o cataclismo econômico três pontos enumera como principais. Primeiro, que existe claramente uma crise de ‘boa governação’, pois se governar é prever a falta de respostas dos políticos indica que esse princípio está fora de questão. Segundo, a política revela-se impotente, pois os Estados e sua organização política apresentam-se incapazes para proteger os cidadãos. Por fim, há uma crise da democracia representativa, cuja expressão mais significativa são os movimentos dos indignados, que percebem o colapso de suas autoridades e contestam suas legitimidades.

Vale ressaltar que essa crise da democracia no contexto Europeu expressa pelos indignados<sup>8</sup> vincula-se não apenas à esclerose das referências políticas tradicionais mas está também diretamente associada à falta de perspectiva da juventude, a exemplo da Espanha cujo

---

<sup>7</sup> <http://pt.mondediplo.com/spip.php?article835> sexta-feira 21 de Outubro de 2011.

Romonet é Jornalista, Sociólogo e diretor do periódico Le Monde Diplomatique.

<sup>8</sup> Trata-se de um movimento de indignação direcionado contra o sistema econômico e político vigentes produtores de desigualdades, desemprego e corrupção. Iniciou em março de 2011 na praça do sol na Espanha, e estendeu-se rapidamente por dezenas de praças e países da Europa mobilizados contra o status quo político, social e econômica que produz precariedade e projeta cenários sombrios para o futuro da Europa.



desemprego<sup>9</sup> atinge cerca de 40% dos seus jovens e, ao aumento da pobreza que bate as portas em uma circunstâncias em que Welfare State se desmantela para ‘capitalizar’ bancos e ‘salvar’ Estados endividados.

Entre os vários eventos registrados<sup>10</sup>, compreendendo a globalização de revoltas contra a desigualdade, bancos, políticos, mercado financeiro, elites, agências de classificação e tecnocracia, todos direta ou indiretamente fazem referências às crises relativamente aos partidos políticos e democracias representativas, aos Estados Nacionais e, por fim, a crise do capitalismo e da sua representação neoliberal hegemônica. Dentro desse cenário compreensivo surge uma diversidade de constatações e explicações sobre as causas e efeitos, adversários e partidários, culpados e inocentes, fatalismos e soluções sobre a crise mundial.

Todas, porém, assinalam descompassos entre teorias e práticas, representações e percepções, legalidades e legitimidades traduzidos em contradições, desigualdades e crises de sentido no quadro de um mundo cada vez mais globalizado e possivelmente em uma bifurcação histórica como assinala Wallerstein.<sup>11</sup>

Esses são alguns registros informacionais que servem como fonte de problematização do trabalho, relacionados às transformações e novas modulações de relações, processos e estruturas que cada vez mais ultrapassam a esfera do Estado-Nação e se reconfiguram na teoria e na prática em escala transnacional através de novos agentes e instituições, constituições e representações (do Estado, democracia, política, movimentos sociais etc.) no quadro de um mundo cada vez mais globalizado.

Nesse sentido, na medida em que a crise mundial explicita e acentua uma diversidade de problemas, termina por constituir-se em objeto heurístico para entendimento de dilemas teóricos e práticos postos para as ciências sociais no quadro da globalização.

---

<sup>9</sup> [http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=49698](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=49698) Acessado em 04.03.2012

<sup>10</sup> Mês de novembro. De 2011.

[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=19060](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19060) Acesso em 10.11.11

[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=19155](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19155) Acesso em 04.11.11

[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=19087](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19087) Acesso em 17.11.11

[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=19089](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19089) Acesso em 17.11.11

[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=19110](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19110) Acesso em 12.11.11

[http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=5337](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5337) Acesso em 03.11.11

<sup>11</sup> <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/wallerstein-o-capitalismo-chegou-ao-fim-da-linha.tml> acessado em 12.03.2012

Da percepção à sua explicação (da crise) o caminho é longo. Não obstante, esse caminho se apresenta nessa pesquisa como desafio sociológico traduzido numa hipótese cuja confirmação exigirá um esforço no intuito de historicizar minha interpretação; problematizá-la considerando as diversas explicações disponíveis, dotá-la de lógica e sentido histórico e, preencher o conteúdo dos conceitos com as experiência e nexos históricos necessários.

## 2 METODOLOGIA

Se individuo e sociedade nas suas variadas interações e configurações, compreendendo agentes e instituições, Estados e Nações, encontram-se em uma contínua transformação; e, se a sociologia objetiva apreender as dinâmicas dessas interações e configurações em seus sentidos, regularidades e contradições; logo, o caráter de sua metodologia, bem como a construção do objeto estará condenada a estar em edificação e refinamento, sempre atualizando-se com as relações, processos e configurações oriundas da experiência humana em suas variadas manifestações.

Deste modo, a metodologia estará em aberto até quando achar ser prudente ou simplesmente quando me ver derrotado pelo ordenamento dos dados; pelas classificações, noções e a rede conceitual que tende a elaborar uma plataforma sistematizada de pesquisa com uma orientação metodológica mais ou menos regular e padronizada para apreensão da dinâmica social.

Nesse sentido, a prática da pesquisa sociológica, bem como sua metodologia é desenhada tendo em vista a relação indissociável entre trabalho e vida pessoal. Associa-se a uma perspectiva de sociologia concebida como “um guia do viver consciente” e da ampliação e efetividade da liberdade. Eis a configuração do ofício do sociólogo atravessando a construção da metodologia!. Esta torna-se, portanto, o próprio resultado do ‘artesanato intelectual’, do ‘*habitus científico*’, de ‘um guia do viver consciente’.

A expressão dessa perspectiva metodológica se constrói no próprio fazer, no caminhar, inclusive lendo manuais de metodologia. Acredito que na medida em que se cria uma disciplina de estudo; leitura, reflexão e escrita continuada, você torna a disciplina em hábito, naturaliza como prática indispensável e prazerosa para vida cotidiana. Enfim, ao incorporar essa atitude intelectual ao seu estilo de vida estará simultaneamente criando uma metodologia de estudo que

certamente nunca se fechará, estará eternamente se atualizando, embora várias práticas e estratégias se tornem regulares e você terminar por construir um padrão-normativo para sistematizar, classificar seus estudos; suas leituras, fichamentos, reflexões, críticas.

A metodologia básica é você pensar e repensar reflexivamente sua prática cotidiana, especialmente aquelas relacionados a atividade intelectual .

Para além dessa dimensão mais dinâmica, penso a metodologia de pesquisa igualmente como uma perspectiva cognitiva, isto é, um olhar treinado e orientado para uma leitura diferenciada dos fenômenos sociais, considerando três momentos com sentidos diferentes, porém complementares.

A pesquisa sociológica, a meu ver, adquire sentido quando é concebida enquanto processo de crítica e desnaturalização do presente. Nesse processo, o ponto de partida e o de chegada deve ser o senso comum, tendo como fio condutor e instrumento de mediação a prática de pesquisa entendida enquanto construção continuada do “objeto”. Isto é,(1) parte do repertório comum de noções e representações que orientam a conduta prática cotidiana dos indivíduos, (2) passando por um processo artesanal de problematização e complexificação do fenômeno pesquisado que implica, (2.1) por um lado, na crítica e conseqüente desnaturalização de fatos, relações, eventos e processos da realidade existente (tido como normais, necessários, inevitáveis) mediante reconstituição histórica e,(2.2) por outro, resulta na tecelagem de fios e nexos explicativos de onde emergem relações, dinâmicas e processos que ampliam os horizontes de percepção e compreensão da realidade presente na medida em que tornam presentes elementos e possibilidades ausentes e desmistificam outros existentes e excludentes.(3) Por fim, o ponto de chegada se opera no processo de exposição, na objetivação da pesquisa em um texto coerente e claro, onde retornará ao patrimônio de sentidos comuns caso seja aceito pela comunidade científica e difundido como explicação válida para os fenômenos sociais.

## 2.1 A FUNÇÃO METODOLÓGICA DO ARQUIVO PARA PESQUISA.

A construção do objeto (...) é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda um série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas”. Pierre Bourdieu

A função metodológica do arquivo no âmbito dessa pesquisa se apresenta como a principal ferramenta para problematização e complexificação do fenômeno estudado. Vincula-se diretamente a concepção de sociologia resumida no tópico precedente.

A construção do objeto, enquanto problematização reflexiva para delimitar um aspecto da realidade para ser apreendida e explicada sociologicamente se apresenta como momento crucial para o desenvolvimento seguro de uma pesquisa de caráter empírico mais prolongado.

Daí o espaço que reservei para esta dimensão, privilegiando, sobretudo, o modo pelo qual fui problematizando a percepção sobre a crise e, simultaneamente, convertendo-a em objeto heurístico através da função metodológica que a construção de um arquivo me propiciou.

O modo pelo qual construí esse objeto, em parte mediante um arquivo digital, serve inclusive como referência para um nova modalidade de pesquisa que, realizadas no mundo virtual, tende a se ampliar e ganhar adeptos na medida em que o ato de se informar e publicar hoje se transferiu inelutavelmente para o mundo virtual.

É inegável que a internet nos permite estar em contato com a disponibilidade instantânea de uma avalanche de informações e análises sobre qualquer evento ao redor do mundo, a exemplo das “jornadas de junho” no Brasil que deflagraram um vasta produção teórica e analítica sobre a temática em um pequeno intervalo de tempo. Não obstante, faz-se necessário a construção de filtros e metodologias para você colher tais informações e convertê-las em dados propriamente ditos, isto é, em informações ordenadas e articuladas lógica, e contextualmente, de forma que sirvam como instrumentos heurísticos para darmos inteligibilidade aos aspectos e dimensões da realidade social que almejamos esclarecer, clarificar, explicar e compreender.

Foi tendo em vista essa perspectiva que o trabalho de investigação sobre a crise nos sites e simultaneamente de seu registro nesse arquivo foi se desenvolvendo ao longo do processo de construção do objeto. Nesse movimento converteu-se em uma fonte de identificação, reflexão e

análise dos debates e preocupações, tanto quanto formulações e representações dos indivíduos, forças políticas e organizações afins, que funcionam como inteligência para apreender os cursos, efeitos e causa da crise econômica mundial em várias escalas.

Os registros começaram a ser feitos em 27.08.2010 e se estenderam até dia 01.04.2012<sup>12</sup>, compreendendo cerca de um ano e meio de registros, com arquivamento digital de 550 documentos, divididos em três pastas que correspondem aos registros de 2010,2011 e 2012. Foram 22 registros de 2010, 442 registros de 2011 e 86 de 2012, esclarecendo que os registros não circunscreveram em absoluto aos Sites CartaMaior, Ihuonline e outrapalavras, inclusive os registros deste último só começaram a serem realizados em agosto de 2011, quando passei a ver o arquivo como parte da construção do ‘objeto’ da minha pesquisa, momento em que a ‘crise’ converteu-se em problema sociológico.

Dentre os 550 registros, selecionei em um primeiro filtro 160 itens de 2011 e 52 itens de 2012, compreendo; 96 registros do Cartamaior, sendo 64 de 2011 e 32 de 2012; 60 registros do Ihuonline, sendo 53 de 2011 e 7 de 2012 ; 50 registros do Outraspalavras, sendo que , 26 são de 2011 e 24 de 2012.

Resumo da primeira filtragem, realizada tendo como referência títulos ou conteúdos que remetiam a relações diretas e indiretas com a crise ‘econômica’ mundial:

| <b>Endereço Eletrônico</b> | <b>Registros 2011</b> | <b>Registros 2012</b> |
|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
|                            |                       |                       |
| <b>CartaMaior</b>          | 64                    | 32                    |
| <b>IhuOnline</b>           | 53                    | 7                     |
| <b>OutrasPalavras</b>      | 26                    | 24                    |
| Total                      | 143                   | 63                    |

Alguns dos títulos:

Títulos: “ A democracia está desaparecendo na Europa”, “ é preciso deseconomizar o imaginário”, “os banqueiros não desistem”, “ Foi a pobreza que gerou a crise, não o contrário”, “ A esquerda mundial após 2011”, “das revoltas a uma nova política”, “ Miséria, teu nome é ‘austeridade’ “ a europa e o eu caminham para o suicídio”, “ a sombra das democraduras”,

<sup>12</sup> Os registros continuaram para além dessa data, mas houve a necessidade de delimitar uma temporalidade e assim se escolheu esse recorte arbitrariamente.

“europa em crise”, “Crise revelou teia de corrupção e abusos”, “a soberania sem democracia”, “A outra crise europeia”, “O capitalismo em crise e os meios para superá-la”, “Vamos salvar a grécia dos seus ‘salvadores’”, “G20 fala apenas o idioma da crise global”, “Na era da hipocrisia, um novo mundo, um novo capitalismo”, “Europa Sindical na rua contra o neoliberalismo”, “O renascer do Estado-Nação”, “Desenvolvimento, Estado-Nação e o resgate da política”, “as causas da crise são ilegítimas”, “os banqueiros são os ditadores do ocidente”, “Crise e o rugido da aristocracia europeia”, “Como construir o pós-capitalismo”, “Procura-se uma nova democracia”, “Abundância frugal, uma receita anti-crise”,

Alguns dos autores: Entre Jornalistas, Sociólogos, Economistas, Governantes, Representantes de partidos, Historiadores etc..

Boaventura de Souza Santos, Patrick Viveret, Tarso Genro, Eric Hobsbawn, Manuel Castells, Jean-paul Fitoussi, Vladimir Safatle, Saul Leblon, Joseph Stiglitz, Pepe Escobar, Slavoj Zizek, Eduardo Mancuso, Emir Sader, Bruno Cava, Alain Badiou, Zigmunt Bauman, Françoise Hollande, Immanuel Wallerstein, Alain Touraine, Eric Toussant, Samir Amin, Chomsky, Antoni Negri etc..

A última filtragem foi realizada em Janeiro de 2013 sem critérios muito específicos para escolhas dos artigos dos endereços virtuais a não ser o de privilegiar os autores mais conhecidos e os editores dos sites, especialmente do Cartamaior e Outraspalavras, os quais se dedicaram de modo significativo na exposição de temas vinculadas à crise aqui em problematização. Nesse sentido foram escolhidos dentre mais uma centena nove registros do site Outraspalavras, 13 do Cartamaior e 10 do Ihuonline.

Os três sites apresentam diferentes narrativas e representações sobre a ‘crise’ ; contrapõem-se e complementam-se segundo leituras ancoradas em interesses e perspectivas ideológicas agenciadas por diferentes indivíduos e instituições situados na sociedade. Cabe assinalar que a escolha desses três endereços eletrônicos foi realizada de modo pouco consciente, de modo que não existem razões específicas para justificar tal escolhas, a não ser o fato de que se tratam de sites que veiculam claramente informações e diagnósticos sobre a realidade social ancorados em uma perspectiva das ciências sociais, ressoando ângulos analíticos da sociologia, antropologia, ciência política e economia.

O conjunto desses registros, como títulos acima já indicam, servem como ilustração ou uma espécie de pontos de comunicação que informam (com fatos, entrevistas, artigos, análises etc) sobre a ‘crise e suas implicações em termos econômicos, políticos, culturais e sociais. É importante ressaltar que (embora seja importante) não vou me ater nas divergências ideológicas expressas por cada ponto de comunicação virtual.

Os registros como já pontuei anteriormente servem para identificar as implicações e efervescências sobre a ‘crise’. Nesse sentido o meu interesse se direciona, sobretudo, no sentido de identificar os nexos, relações, processos em termos lógicos e históricos que convergem para um panorama explicativo relativamente comum, para além de divergências pontuais e de ênfase. Isto é, trata-se de conduzir uma problematização a partir das narrativas ou representações extraídas dos registros informacionais no sentido de corroborar ou não, com a hipótese e as perguntas postas na pesquisa na forma de objetivos. Em sentido amplo, para além da própria tentativa de corroborar com uma hipótese, trata-se de operar uma espécie de dialética do esclarecimento sobre a natureza e as implicações da ‘crise’ nos indivíduos e sociedades.

### **3 A GLOBALIZAÇÃO E AS CIÊNCIAS SOCIAIS**

“ O que quer que os porta vozes da sociologia possam dizer sobre a natureza de seu trabalho, a disciplina é um diálogo contínuo com a experiência humana e, essa experiência, ao contrário dos prédios de um universidade, não se divide em departamentos, que dirá departamentos rigidamente fechados” Bauman

*Trata-se de um capítulo chave para o entendimento do conjunto do trabalho, pois tem por finalidade, a partir da exposição de algumas perspectivas sobre a globalização, subsidiar teoricamente, de um lado, a hipótese que subjaz a pesquisa e, de outro, as análises sobre a crise econômica mundial. Nesse sentido o presente capítulo se converte no pressuposto teórico fundamental para soldar o conjunto da pesquisa, compreendida enquanto produto articulado de*

*proposições teóricas e conteúdos empíricos cujo objetivo é esclarecer, explicar e compreender determinado fenômeno social.*

O que é a globalização? Qual é sua natureza? Suas características e implicações? Seria um fato concreto ou uma utopia? Seria a constituição de um mercado global? A emergência de uma sociedade global marcada pela compressão espaço-tempo? Uma nova configuração do capitalismo? Boa ou ruim? Unidimensional ou multidimensional? Seria um fenômeno novo ou velho? Seria o horizonte para o progresso da humanidade ou uma fábrica de perversidades? Estas são algumas das perguntas feitas por muitos estudiosos sobre a questão e respondidas de diferentes e divergentes formas nas últimas três décadas, sobretudo na década de 90 até os dias atuais.

O debate sobre a noção de globalização nas ciências sociais, como diriam Hell e McGrew (2001,p.7) tornou-se o “*leitmotiv* de nossa época”, gerando uma efervescência teórica e explicativa traduzida em um conjunto de metáforas que tentam aprender teórica e praticamente uma realidade em gestação, em classificação. Estas metáforas florescem rápida e intensamente, “quando os modos de ser, agir, pensar e fabular mais ou menos sedimentados sentem-se abalados”, pois,

São múltiplas as possibilidades abertas ao imaginário científico, filosófico e artístico, quando se descortinam horizontes da globalização do mundo, envolvendo coisas, gentes, ideias, interrogações e respostas, explicações e intuições, interpretações e previsões, nostalgias e utopias (IANNI, 2001, p14)

Ianni identifica um conjunto de metáforas e expressões que surgiram na tentativa de traçar o perfil e a composição do que se denomina por globalização, dentre elas destaca;

‘ economia mundo’, ‘sistema mundo’, ‘shopping center global’, ‘disneylândia global’, ‘nova divisão internacional do trabalho’, ‘moeda global’, ‘cidade global’, ‘capitalismo global’, ‘mundo sem fronteiras’, ‘planeta terra’, ‘desterritorialização’, ‘miniaturização’, ‘hegemonia global’, ‘fim da geografia’, ‘fim da história’, e outras mais. (IANNI, 2001,p15)



Trata-se de um problema teórico e prático que irrompe em todas as esferas da vida social, delineando o perfil da realidade emergente e, “sugerindo uma atitude intelectual nova, que se debruce sobre a realidade global com um conjunto de dúvidas e expectativas” tomadas como desafio para inteligência identificar os movimentos, tendências e oposições que constituem a morfologia de uma sociedade global. (SILVA, 1995, p29)

Diante desse desafio de se pensar a sociedade global, cabe registrar que, seja qual for a natureza da explicação, econômica, política ou cultural, todas sem exceção passam necessariamente pelas relações sociais que se inscrevem no tempo e no espaço; relações que engendram ações e reações, que mobilizam interesses e atores sociais, que produzem instituições e processos relativos à dominação, diferenciação e apropriação. Do ponto de vista sociológico importa reter de todas as explicações existentes, as relações, processos e estruturas que constituem o fenômeno em questão e suas implicações na dinâmica social: impactos na ordem social e suas relações de sociabilidade; efeitos na constituição de identidades e representações individuais ou coletivas; consequências em termos de relações de poder e hierarquias que se traduzem em conflitos para manutenção ou transformação de instituições, entendidas enquanto formas ou modelos de pensar, agir e sentir que são reproduzidos e legitimados politicamente e constituem o quadro de referências que orientam a conduta e ação dos indivíduos na sociedade.

Dito isso, avancemos na exposição. A sociologia é sempre histórica; datada e situada. E ao nos depararmos com um objeto sociológico, isto é, uma problema sociológico, construído através da reflexão e problematização orientada teórica e conceitualmente para explicação e compreensão de fenômenos sociais, o primeiro passo é contextualizá-lo; restituir seus nexos e movimentos na história com intuito de situá-lo no presente, de identificar suas características e apontar tendências e possibilidades futuras.

Antes de avançar nessa contextualização histórica e restituição de nexos explicativos, cabe registrar sucintamente como essa realidade global é percebida cotidianamente pelas pessoas comuns.

Não é preciso ter formação alguma para perceber que as relações entre indivíduo e sociedade, na teoria e na prática sofrem profundas alterações em espaços de tempos cada vez menores entre o intervalo de uma geração a outra. A percepção cotidiana das pessoas no ‘mundo da vida’ explicita essa constatação sob diversas formas e discursos, indicando, por exemplo, que as formas de organizar a vida e o trabalho, a família e a intimidade, a educação e a experiência

religiosa inovam-se abruptamente através , de um lado, de ideias, pessoas, instituições oriundas de outros lugares do mundo e, de outro, mediante as novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC) que envolvem a vida contemporânea, potencializando as relações de mediação, troca, desejo, consumo, bem como os intercâmbios de ideologias, práticas e valores. Trata-se, pois, de um “ encolhimento” acelerado do mundo, em que conjunturas, eventos e experiências passam ser compartilhados em escala global e terminam por ampliar a cognição e consciência de ações, relações e atividades distribuídas pelo mundo.

Dentre as percepções mediadas pelas novas tecnologias que moldam a experiência cotidiana se encontra aquela da comunicação imediata com pessoas e instituições e a visualização de imagens, objetos e eventos, ambos experienciados através de mecanismos tecnológicos que encurtam o espaço e suprimem o tempo. Essa infraestrutura tecnológica, cria, pois, “precondições para formas arraigadas e duradouras de interligação mundial”, onde economias e sociedades, tradições e culturas, intensificam suas ações e relações recíprocas de modo direto ou indireto.(HELD & MCGREW, 2001, p.7)

Nesse sentido a percepção do que ocorre em âmbito mundial através da experiência biográfica altera-se de modo significativo e passa a ser moldada igualmente por referências e eventos em escalas para além daquela encerrada no local no qual se situa e vive. É precisamente por essa razão que o mundo se apresenta à percepção individual de modo bastante caótico e incerto diante das transformações e inovações em escala global, que tendem a conformar a experiência individual com suas teias e determinações que parte de muitos lugares e espaços.

Não é por acaso que em vários momentos emerge uma sensação e mal-estar coletivo, em alguns casos global, de que tudo piorou – injustiça, desigualdade, democracia - e tende a piorar sem tampouco sabermos concretamente se as coisas estão piorando ou melhorando. São as escalas do sentir, agir e interpretar que foram amplamente descoladas para outros patamares e níveis de complexidade, dependência e compreensão.

Como bem sinalizou Bauman (2010);

A rede de dependências que determina a condição em que vivemos e estruturamos nossa escolha tornou-se global, mas a globalização das dependências não foi seguida de uma globalização do controle democrático e de suas habilidades em controlar-orientar-corriger.(...) nossos instrumentos de promoção da justiça se congelaram no plano do Estado-Nação. É uma

instituição inadequada para lidar com uma produção de justiça localizada muito além e seu alcance, no espaço global.

Nesse sentido, podemos afirmar que o mal-estar generalizado que se vive, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, está vinculado a um rede de dependências, sobretudo financeira, em escala global. Trata-se da crise financeira mundial, que embora atinja de modo mais sistemático os EUA (de onde se generaliza a partir de 2008) e Europa (especialmente na forma de dívida pública), suas causas, o modo como se desenvolve e suas soluções vinculam-se ao sistema mundial de nações, que poderá ajudar a mitigá-la ou acentuar seus problemas.

É importante registrar que grande parte dos textos, entrevistas e análises de conjuntura política, econômica e social dos últimos três anos, de grandes revistas, jornais impressos, eletrônicos e sites alternativos de análise e crítica como os quais tomei conhecimento para construir um arquivo de registros sobre a ‘crise’, sinalizam um cenário mundial, sobretudo, centrado no continente Europeu e Americano, perpassado por instabilidades e crises de toda ordem.

O horizonte aqui perseguido vai considerar que a crise financeira mundial, bem como sua relação com um conjunto de crises (sociais, políticas, ambientais) , que estão a desencadear convulsões econômicas, reavivar a questão social e gerar impasses políticos mundiais, associa-se - como vamos registrar abaixo - a uma etapa de transição e ruptura de época, que compreende uma nova etapa configurativa do avanço do capitalismo em escala planetária. Do que se trata essa ruptura mencionada e sua relação com essa ‘etapa configurativa’ do capitalismo é o que se tentará esclarecer em seguida.

Diante desse cenário, o referencial teórico que aqui se desenvolve terá como objetivo, de um lado, o de criar o cenário histórico mínimo sobre o qual vem se desenvolvendo o que se denomina por globalização, fornecendo portanto, os elementos para problematização e experimentação da hipótese de pesquisa. De outro, vai referenciar sociologicamente a relação entre a crise econômica mundial, crise de representações e a globalização, a ser problematizada de modo mais incisivo no último capítulo.

### 3.1 GLOBALIZAÇÃO, CAPITALISMO E RUPTURA HISTÓRICA.

Em um primeiro momento foi utilizado vários autores para construir o presente capítulo, não obstante, decidi optar apenas por Ianni e porventura alguma citação a outros autores. Tal opção indica, por um lado, uma certa dificuldade em manejar vários autores com certo propósito tendo um curto período para tecer uma análise bem fundamentada e, de outro, insinua uma escolha consciente de que esse autor, apesar de forjar sua teoria em fins de 80 e início de 90, ainda pode oferecer ferramentas conceituais e intuições que são de extrema importância para compreender e interpretar a atual conjuntura mundial dos últimos anos. Retornemos ao trabalho!

A ‘crise’ atual (que vem se desenvolvendo explicitamente desde 2008), nos termos que aqui serão colocados, relaciona-se às transformações desencadeadas pela globalização do capitalismo (IANNI, 2001a;2001b;2004;2008) – enquanto modo de produção e processo civilizatório - que intensifica uma etapa de integração contraditória do mundo financeiro e produtivo, através de um regime de acumulação desterritorializado, de um lado, potencializado pelo paradigma tecnológico informacional e, de outro, justificado e institucionalizado mediante o neoliberalismo que promovera a reestruturação dos Estados Nacionais, os quais se redefinem politicamente diante de novos atores transnacionais que passam a capturar suas fronteiras, povos e soberanias para realização do lucro em escala transnacional, isto é, para a globalização seletiva em favor de uma minoria e a responsabilização coletiva dos “entraves” para realização da rentabilidade.

Relações insinuadas, cabe agora esclarecê-las teórica e historicamente.

A abordagem apresentada neste capítulo parte do pressuposto de que vivemos uma época de ruptura simultaneamente histórica e epistemológica, tal como ocorrera na passagem do mundo feudal para o moderno com suas respectivas revoluções no âmbito da política (Revolução Francesa), da economia (Revolução industrial) e da cultura (Iluminismo e Revolução científica). (WALLERSTEIN, 2011, IANNI, 2001a;2001b;2004;2008, SANTOS, 2003a;2008)

Essa ruptura, segundo Ianni, vincula-se ao novo ciclo de globalização do capitalismo, que “abala profundamente os quadros sociais e mentais de referência de indivíduos e sociedade em todo o planeta”, indicando que todos estão inseridos em “uma nova configuração histórico-

social, um todo geo-histórico, no qual se poder pensar, imaginar e agir em termos de nacionalismo, regionalismo e globalismo” (IANNI, 2004, p39)

Além disso, para Ianni, essa ruptura se opera no quadro de consolidação de uma sociedade global, em que se altera radicalmente a relação indivíduo e sociedade, bem como economia e sociedade inscritos no quadro do moderno Estado-Nação. Alterações que reabrem a problemática da modernidade em suas implicações filosóficas, científicas, históricas e geográficas. Uma vez que formação da sociedade global ocorre simultaneamente a globalização do capitalismo enquanto modo de produção e processo civilizatório, abala de modo significativo os parâmetro da modernidade, elaborados com base no Estado-Nação e com as categorias de tempo e espaço nos limites da sociedade nacional.(1995, p.207-208).

Modernidade e Estado nessa perspectiva possuem um vínculo temporal e espacial indissociáveis, referidos na noção Modernidade-Nação ou primeira modernidade. Uma vez que essa referência encontra-se em alteração radical diante dos processos de globalização, a tendência é a redefinição teórica e epistemológica das realidades históricas e geográficas que daí emergem com novos sentidos, ordenações e contradições.

Esses novos sentidos, ordens legais e contradições expressam a redefinição de realidades pré-existentes no âmbito do Estado-Nação, isto é, daquilo que o caracteriza e define na forma e conteúdo, inclusive ideológicos; Democracia, soberania, território, partidos políticos, sindicatos, sociedade civil, para citar os principal. Precisamente as representações que se encontram explicitamente deterioradas enquanto teoria e sinalizam uma busca de saídas práticas no contexto da crise financeira mundial a ser analisada nesse trabalho.

Foi diante da conformação dessa configuração moderna, das suas transformações e inovações, dilemas e problemas, que os clássicos da sociologia se debruçaram e tentaram compreendê-la, daí a construção de teorias da modernidade para ordená-la conceitual e teoricamente.

A modernidade é o cenário histórico que se constitui na própria matéria-prima da sociologia. E essa matéria-prima converteu-se em uma diversidade de temas<sup>13</sup>, referidos nas “transformações e crises, às épocas e dilemas desse Mundo”. Segundo Ianni,

---

<sup>13</sup> “Estes certamente são alguns dos temas clássicos que essa história nos revela: sociedade civil e estado nacional, multidão, massa e povo, classe social e revolução, ordem e progresso, normal e patológico, racional e irracional, anomia e alienação, sagrado e profano, ideologia e utopia, comunidade e sociedade, passado e presente, tradição e modernidade. É claro que esses e outros temas são tratados diferentemente por umas e outras abordagens teóricas.

Estava em curso o desenvolvimento da sociedade nacional, urbano-industrial, burguesa, de classes. Com a dissolução, lenta ou rápida, da comunidade feudal, emergia a sociedade civil. Essa ampla transformação concretiza-se em processos sociais de âmbito estrutural, tais como: “ — industrialização, urbanização, divisão do trabalho social, secularização da cultura e do comportamento, individuação, pauperismo, lumpenização e outros. Esse é o palco do trabalhador livre, formado com a sociedade moderna.(IANNI, 1989,p.10)

Esse é cenário de ‘descoberta’ e ‘validação’ teórica e prática da modernidade

Quando Ianni assinala que se reabre a problemática da modernidade, refere-se sobre a possibilidade de sua continuidade ou não, isto é, a modernidade estaria no seu fim ou estaríamos no limiar do que se costuma denominar pós-modernidade? Enfatiza, inclusive, que muito do que se debate em termos de o ‘pequeno e o grande relato’, entre ‘individualismo metodológico e holismo metodológico’, ou ‘interpretações macro e micro’ está relacionada à ruptura epistemológica provocada pela globalização, que sacode o quadro de referências sociais e mentais até então naturalizados e referenciados na modernidade-Nação (1996, p.205).

Nesse sentido, a modernidade enquanto teoria e experiência referida numa dimensão de tempo e espaço definidos se modificam no quadro do *globalismo*, isto é, no âmbito da formação de uma sociedade global gerada por um novo ciclo de expansão do capitalismo.

Não obstante, não existe nada novo que não carregue no seu seio elementos e resquícios do velho assim como não há nada velho que não revele ou intua a emergência do novo. Nessa perspectiva, não ocorre o colapso da modernidade, mas sua redefinição em escala global, acompanhando a globalização do capitalismo e de algumas de suas características que permanecem, como a propriedade privada, a relação capital e trabalho com novas nuances e a busca pelo lucro pela da mais-valia, especialmente a relativa, propiciada pelos avanços na base tecnológica das formas de produzir, organizar e circular a produção.

Vale registrar, ainda, que na atual conjuntura em que situa, sobretudo, a Europa, marco das realizações iniciais do Iluminismo, ressurgem de modo dramático as ambições postas pela modernidade. Ambições vinculadas a realização de ideais e valores que marcaram a consolidação e o desenvolvimento da modernidade, são eles: igualdade, justiça, liberdade,

---

Não há dúvida de que são trabalhados em distintas perspectivas, conforme o princípio explicativo adotado. Mas é inegável que todos dizem respeito ao empenho da Sociologia em compreender e explicar o Mundo Moderno” (Ianni, 1989, p.8)

democracia, cidadania, fraternidade e emancipação, signos da revolução cultural e científica expressa pelo Iluminismo.

Foram esses ideais e valores que, enquanto princípios generalizados para ação de indivíduos e sociedade, serviram como condição e fundamento para constituição do Estado-Nação.

E é precisamente o desgaste ou reestruturação em âmbito nacional, de todo um conjunto de conquistas e realizações históricas, como é o caso do Estado do bem-estar social europeu e americano engendrando no pós-guerra durante os “30 gloriosos” que as ambições e ideais da modernidade se renovam na prática e na teoria em diversos países, conduzindo ações, reações e atividades de contra-ataque, face as escolhas e medidas impostas pela “troika”<sup>14</sup> e consentidas pelos dirigentes e partidos políticos para acalmar a ira do “deus mercado”,

Esse deus se traduz em especuladores, corporações, bancos, agências de classificação que operam um atentado contra os povos europeus através de planos de austeridade fiscal. Nesse contexto dois movimentos ocorrem simultaneamente; primeiro os Estados Nacionais socorreram com bilhões de euros empresas e bancos a beira da falência, estagnando investimentos públicos e sociais; segundo, o próprio Estado ao ceder pressões externas para “ajustar” suas contas e “arrumar” sua casa aumenta impostos, diminui salários, demitiu milhares de funcionários públicos, para assegurar o pagamento de “sua” dívida. Este é o cenário em que se recolocam dilemas fundamentais postos pela modernidade à civilização (auto-atribuída) da ciência e da técnica.

Para Ianni,<sup>15</sup> essa redefinição da modernidade equivale em termos teóricos, na noção de ‘modernidade-mundo’ ou segunda modernidade. A emergência e consolidação da ‘modernidade-mundo’ se traduz na perspectiva de Ianni, no conceito de globalismo, significando o “novo ciclo de expansão do capitalismo, o novo palco da história”, que vai desenhando uma sociedade global e subordinando “ as sociedade nacionais, em seus segmentos locais e em seus arranjos regionais”, incluindo em sua dinâmica processos históricos expressos nos conceitos de *mercantilismo, colonialismo e imperialismo*. É nesse “novo palco da história” que se segundo Ianni, pode se ter como hipótese o desenvolvimento de novas guerras e revoluções, fermentando

---

<sup>14</sup>

<sup>15</sup> Octávio Ianni. Capitalismo, violência e terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, pp. 14-48.

um “*novo ciclo da revolução burguesa*, com a qual se fermenta, simultaneamente, um *novo ciclo da revolução socialista*, vistas como *revoluções mundiais*.”

A modernidade-mundo e a noção de globalismo com suas condições e possibilidades podem ganhar ingredientes e complementos a partir de Dupas, Michallet, Boaventura.

Dupas (2005) traz elementos importantes para se pensar esse novo momento histórico, marcado segundo o autor pelas “assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação” que marcam a “nova ordem global” entre atores e poderes que a constituem. Nessa nova ordem - do capitalismo globalizado - os atores mais poderosos, para além dos “grandes países centrais”, são as corporações globais que tomam a cena no “metajogo do poder e suas estratégias”, mas que carecem, segundo o autor, de legitimidade para seu poder político e econômico. São estas corporações gigantes (p.35) que cada vez mais concentradas e globalizadas, que por enquanto sustentam as taxas de acumulação do sistema capitalista. Com a apropriação imediatas das inovações tecnológicas – elemento que determina padrões gerais de acumulações - essas corporações “obtem o controle dos processos e fatores de produção e que se apropria e se concentra a riqueza mundial”. É no âmbito dessa nova ordem que a técnica e tecnologia se autonomiza em relações a valores éticos e normas morais e lança desafios políticos para regulação da economia e do processos democráticos em escala global. Por fim, vale registrar que o novo “metajogo do poder” refere-se, sobretudo aos mecanismos de poder e dominação em escala mundial, o novo jogo segundo Dupas,

despreza as fronteiras e é extremamente imprevisível. O Estado- Nação e o welfare state deixaram de imperar e tendem ao declínio. Com a liberalização das fronteiras surgem jogos suplementares, novos papeis e regras desconhecidas, bem como novas contradições e conflitos (p.36)

O antigo jogo nacional, segundo Dupas (.p37-38) era marcado por regras de direito internacional que partiam do pressuposto que o Estado poderia fazer o que bem entender com seus cidadãos no interior de sua fronteira. “Essas regras tendem a ser contestadas, o conceito de soberania é posto em xeque”, o nacionalismo “como conceito metodológico torna-se extremamente custoso e obstrui visão prospectiva, impedindo que se descubram novas estratégias e recursos de poder”. Esse é jogo mundial no qual as corporações com seu imenso poder captam a dinâmica tecnológica, definem a distribuição mundial de produção e poder



econômico, ao mesmo tempo em que os Estados sofrem redefinições com os impactos da economia neoliberal. Tal, contudo, alerta Dupas (p.42). possui uma vulnerabilidade que reside em sua legitimação social. “O metapoder da economia global é extenso, difuso e não autorizado, já que não dispõe de legitimidade própria”. Essas são algumas das condições nas quais se realiza a “privatização da cidadania”, a mediação da política e a democracia é desafiadas a lançar-se em escala global para fazer frente “as forças do mercado”.

Para ampliar o sentido do caráter “difuso, não autorizado” e que carece de legitimação social “metapoder da economia global”, vale mobilizar os argumentos Negri (2008) tece considerações analíticas e interpretativas sobre o atual cenário mundial marcado pelos processos de globalização. Assenta sua análise sobre a dinâmica da globalização a partir dos conflitos que a constituem no interior do desenvolvimento capitalista e sustenta que o Império uma forma jurídica e uma nova forma de poder é resultado específico do momento transicional que vivemos.

Negri (2003:11-14) de maneira geral sustenta duas teses principais sobre o *Império*.

A primeira tese assenta-se na afirmação de que “não há globalização sem regulamentação”, sugerindo - contra a mitologia da “mão invisível” – que sempre existem “mãos ativas, regras mais ou menos visíveis, de qualquer modo eficazes e sempre manipuladoras, que correm no mercado e em toda sociedade. Realça que são, sobretudo, regulamentações privadas, mas que pretendem “ser gerais, pretendem substituir-se (e suprir de alguma forma à regulamentação estatal”. Como exemplo cita o caso de um momento de crise, “quando a velha potencia soberana dos EUA é urgentemente chamado a intervir pela mesma ‘potencia livre’ do mercado.

A segunda tese, amplamente discutida nas ciências, é de que a “soberania dos Estados-nação está em crise. ‘Crise’ significa que a soberania se transfere do Estado-nação e vai para algum outro lugar. Para onde ainda “permanece em aberto”, destaca Negri. É, precisamente por isso que afirmará que a “soberania imperial” se encontra em um “não-lugar”, é transferida para “formas diferentes das tradicionais”. Acredita o autor que a crise do direito internacional westfaliano, fundado na relação entre as potencias estatais nacionais e seus acordos, são reveladores dessa transformação. Negri argumenta que que o Estado-nação perdeu algumas de suas prerrogativas essenciais (exercício do poder militar, cunhagem da moeda, exclusividade cultural etc..) e essa perda teria uma genealogia específica, “revelada pela incapacidade do Estado-Nação de manter o controle sobre a totalidade do território e sobre as forças antagônicas

que se movimentam dentro desse território”. Esse é o cenário em que “território, exercício da soberania, língua tornam-se todos elementos móveis e transitivos” assim como o conceito de *hierarquia* redefine-se, em que linhas tradicionais de hierarquização como norte-sul e primeiro mundo-terceiro mundo são continuamente colocadas em xeque, são reformuladas.

Por fim, vale ainda alargar o significado da noção de *Império* afirmando que possui um vínculo indissociável com o conceito de capital e capitalismo. Negri afirma que um elemento que caracteriza o momento atual é que o Estado-Nação “é hoje incapaz de controlar, do ponto de vista do capital, os mecanismos de reprodução da sociedade” e isso ocorria segundo o filósofo, sobretudo, porque as “lutas operárias dentro do Estado-nação, as lutas antiimperialistas e anticoloniais que se desenvolveram no cenário mundial” impediriam o “Estado-nação de ser o ponto de equilíbrio e garantia soberana do desenvolvimento capitalista”. Soberania para Negri é “controle sobre a reprodução do capital” e “comando sobre a proporção do relacionamento (trabalhadores e patrão, proletário e burguesia, multidões e monarquia imperial) que o constitui, daí que afirmará, pois, que na modernidade, “a soberania reside no Estado-nação. No pós-moderno a soberania reside em outro lugar (provavelmente no Império”. (NEGRI, 2003:49-51)

O importante a ser retido dos argumentos de Negri é que a constituição dessa forma jurídica e de poder denominada *império* se engendra enquanto momento de realização dos próprios movimentos da globalização do capitalismo, tal momento transitivo seria marcado pela impossibilidade “ de garantir o desenvolvimento capitalista por meio de instrumentos de regulação soberana interna, ou seja, de controlar a relação de capital dentro do espaço-nação”. Além disso esse momento marca, em seus desdobramentos, “ o fim do desenvolvimento imperialista do desenvolvimento capitalista” e a entrada em uma nova fase, caracterizada pelo desenvolvimento do capitalismo em escala global, onde “as lutas, *dentro* e *contra* o comando capitalista, que fazem a história e, em particular eliminando o espaço de controle do Estado-nação, empurram para a constituição do Império”. (NEGRI, 2003:52-53)

Percebe-se claramente tanto em Dupas (2005) quanto em Negri (2003) a consolidação de uma nova regulação mundial. Para o primeiro, a consolidação de uma “nova ordem global” e para o segundo resultaria em uma passagem da regulação interna, realizado no interior do Estado-Nacional, para uma regulação marcada por relações e processos do desenvolvimento mundial “pós-moderno” e “imperial” do capital. Além dessas ideias e argumentos, podemos incluir apenas como registro, a noção de mundialização de Michalet (2003) e a de Globalização

contra-hegemonica de Boaventura (2005, 2011) , como elementos que conformam esse novo cenário global em redefinição.

*O que é mundialização*, de Charles-Albert Michalet, é um livro com elementos importantes para o trabalho aqui realizado, pois trata-se uma crítica as abordagens reducionistas, apologéticas e ideológicas sobre a questão da mundialização e simultaneamente apresenta sua perspectiva da mesma concebida enquanto fenômeno complexo, multidimensional, interdependente, que se inscreve na história a partir de uma sequência de configurações definidas por seus respectivos regimes de acumulação do capital, isto é, sua lógica econômica dominante.

Essas configurações segundo Michalet (2003, p.29) seriam resultado de uma interdependência hierárquica das três dimensões da mundialização: A dimensão das trocas de bens e serviços, a dimensão da mobilidade da produção de bens e serviços e, por fim, a dimensão da circulação de capitais financeiros.

É com base nessa interdependência hierarquizada das três dimensões que o autor propõe três tipos ideais de configuração que caracterizariam o movimento histórico da mundialização em etapas com dimensões hegemônicas. As três configurações seriam (2003, p.29):

1. A configuração *inter-nacional*
2. A configuração *multi-nacional*
3. A configuração *global*

De maneira bem esquemática poderíamos afirmar que a primeira configuração, segundo Michalet seria caracterizado, sobretudo, pela dimensão das trocas enquanto “fluxos de exportação e de importação entre países” especializados. As transações seriam quase exclusividade do Estado-nacional. A segunda configuração, a multinacional, a dimensão produtiva baseada nos investimentos diretos no exterior (IDE) seriam amplamente superiores as trocas da primeira configuração e “seriam efetuados pelas empresas”, os vetores da expansão multinacional de suas atividades. “frequentemente designados como deslocalização da produção”. Nesse momento, o Estado já perde sua centralidade sobre o processo produtivo em seu território, cedendo espaço às grandes corporações no controle sobre as trocas de bens.

Por fim, a terceira configuração da mundialização, a global, é própria da consolidação do capitalismo em escala mundial, caracterizado, sobretudo, pela ampliação dos fluxos financeiros e busca de sua rentabilidade através das instituições financeiras privadas, os grandes protagonistas desse novo momento do capitalismo. Esta última configuração, segundo Michalet (p.25), teria

como uma das principais características uma incapacidade acentuada do Estado-Nação em regular os fluxos financeiros, sob o risco de sofrer sérios abalos nacionais em decorrência de repentinas fugas de capitais, gerando crises financeiras que poderia degenerar em crise econômica. É especialmente este último ponto que torna a contribuição de Michalet pertinente para o entendimento dos dilemas que enfrentamos na atual conjuntura mundial.

O autor mobilizado agora para breve contribuição é Boaventura de Souza Santos. Será apresentada sua explicação sobre a noção de globalização ou Globalizações desenvolvidas nos livros; *Globalização e Ciências Sociais* (2000) e *A gramática do tempo: para uma nova cultura política* (2008)

Santos (2002, p.26), parte do pressuposto de que a idéia de globalização nada tem de linear e consensual. O que costumeiramente se denomina por globalização são na verdade “conjuntos de relações sociais” e na medida em que esses conjuntos se transformam igualmente a globalização se transforma. Afirma, portanto, que existem globalizações e estas enquanto feixe de relações sociais “ envolvem inevitavelmente conflitos, e portanto, vencedores e vencidos”. E o discurso dominante sobre essas relações e esses conflitos segundo Santos “é a história dos vencedores contada por eles” ( SANTOS, 2008, p194)

À globalização dominante o autor designa por globalização hegemônica que seria o “ processo através do qual um dado fenômeno ou entidade local consegue difundir-se globalmente e, ao fazê-lo, adquire a capacidade de designar um fenômeno ou entidade rival como local” (SANTOS, 2002<sup>a</sup>:63,2008, p.195).

As implicações desta definição segundo Santos (2008, p.195) são:

A primeira é que “ nas condições do sistema mundial, capitalista e ocidental, não há uma globalização genuína. O que chamamos de globalização é sempre a globalização bem sucedida de um determinado localismo.”

A segunda “ é que a globalização envolve a localização, isto é, a localização é a globalização do vencidos. Com efeito, vivemos num mundo de localização, tanto quanto vivemos num mundo de globalização”

A partir dessas implicações, Santos vai identificar um conjunto de relações assimétricas de poder decorrentes desse processo de globalização hegemônica, e em seguida vai sugerir quatro modos de globalização que estariam operando conjuntamente com aquela. São eles:

Localismos globalizados, globalismo localizados, cosmopolitismo e patrimônio comum da humanidade (SANTOS, 2002, p.65-71)

Segundo Santos, os dois primeiros modos constituem a globalização hegemônica<sup>16</sup>, que

são conduzidos por forças do capitalismo global e caracterizado pela natureza radical da integração global que possibilitam, quer através da exclusão, quer através da inclusão. Os excluídos, pessoas de países ou até mesmo de continentes como África, são integrados na economia global pelas formas específicas com que são excluídos delas (SANTOS, 2008:195)

As outras duas formas de Globalização – o cosmopolitismo e o patrimônio comum da humanidade – constituem o que Santos denomina de globalização contra-hegêmica. Sobre estas últimas o sociólogo português afirma que:

Em todo o mundo os processos hegemônicos de exclusão estão a ser enfrentados por diferentes formas de resistência – iniciativas populares de organizações locais, articuladas com redes de solidariedade transnacional – que reagem contra a exclusão social abrindo espaços para a participação democrática, para construção da comunidade, para alternativas a formas dominantes de desenvolvimento e de conhecimento, em suma, para novas formas de inclusão social. (SANTOS, 2008:195-196)

Este é, segundo o autor, o “novo ativismo trans-fronteiriço, que constitui um paradigma emergente, o paradigma da globalização contra-hegemônica”. Em outros trabalhos Santos reiterou sua perspectiva de globalização contra-hegemônica contra a globalização hegemônica entendida como “matriz regulatória do neoliberalismo”, instrumento do capitalismo de *laissez faire*. Refinando suas argumentações na defesa de uma “legalidade cosmopolita subalterna” afirmará que a globalização contra-hegemônica abarca,

o conjunto vasto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra as consequências econômicas, sociais e políticas da globalização hegemônica e que se opõem às concepções de desenvolvimento mundial a esta subjacentes, ao mesmo tempo que propõem concepções alternativas (2005:9)

---

<sup>16</sup> Os protagonistas do campo hegemônico são o Banco Mundial, FMI e as grandes agências multilaterais e nacionais de ajuda ao desenvolvimento, como o Banco interamericano de Desenvolvimento, a USAID etc. É neste campo que se concentra a grande parte das reformas do sistema judiciário por todo o mundo. (SANTOS, 2011:34)

Ao desenvolver a perspectiva acima elencada, acredita-se diversificar os pontos de vista sobre as noções, ideias e descrições sobre o que se designa por globalização e, portanto, recusando explicações reducionistas ou monocausais. O intento é pluralizar interpretações com a finalidade de enriquecer a tessitura de relações insuspeitadas que podem se explicitar através da manifestação de um evento aparentemente de ordem apenas econômica, o que será problematizado em outro momento deste trabalho.

Essas últimas considerações (Dupas, Negri, Michalet e Santos) , para além das diferenças com a abordagem de Ianni, igualmente apontam para o redesenho de um capitalismo que se remodelou em escala mundial, ganhando novos contornos) e operando novas articulações entre o local e o global, nações e mundo, economia e sociedade, política e sociedade, enfim, tecendo relações, processos e estruturas de dominação e apropriação que reconfiguram os Estados nacionais e suas estruturas sociais, estratificações, instituições e condições de vida e trabalho agora vinculadas a uma teia de relações articuladas no âmbito do “globalismo”, “império”, “mundialização”, “nova ordem global”, “globalização hegemônica”.

O fato é que, em um cenário de intensificação das interdependências mundiais no quadro do Globalismo, se reitera e dinamiza o capitalismo enquanto “modo de produção e processo civilizatório”<sup>17</sup> que; vai redesenhando enquanto “fábrica global” o novo mapa do mundo, constituído pela formação da *sociedade civil mundial* e as *estruturas mundiais de poder*; redefinindo ou anulando soberanias nacionais e, abrindo espaço para emergência de “corporações transnacionais, de par em par com as organizações multilaterais, como os principais porta-vozes das classes dominantes mundiais”.

Redesenhos e redefinições que capturam e envolvem “ classes sociais, grupos sociais, gêneros e etnias, línguas e religiões”. Quer dizer, diz respeito ao desenvolvimento de classes, grupos sociais, instituições e poderes que transcendem a dimensão local, regional ou nacional da sua experiência com o tempo e o espaço. Terminam por conformar configurações de indivíduos,

---

<sup>17</sup> O primeiro compreende as ‘forças produtivas’, isto é, o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o mercado; e as ‘relações de produção’, isto é, as instituições jurídico-políticas e econômicas-financeiras, os poderes do Estado e das organizações multilaterais, o direito internacional, as instituições relativas a integração regional e as mídias nacionais e transnacionais. O segundo, refere-se a um processo pedagógico de larga escala que difunde e generaliza, através de instituições, valores e formas de sociabilidade, os princípios e lógicas, valores e objetivos relacionados a nova configuração do liberalismo, isto é, ao neoliberalismo, geralmente codificado em expressões como ‘liberdade’, ‘igualdade’, ‘propriedade’, “organizados no ‘contrato’, enquanto instituto jurídico-político fundamental da sociedade de mercado, burguesa ou capitalista”.(IANNI, 2004, pp.21-23)

grupos, tribos e classes a partir de novas formas de experimentar sociabilidades, identidades, memórias.

Enfim, trata-se da constituição de novas representações coletivas, entendidas enquanto formas de pensar, agir e sentir, que agora se constituem em escala transnacional.

É no âmbito da modernidade-mundo, globalismo ou da tensão entre globalização hegemônica e contra-hegemônica que reaparecem velhas questões e novas emergem enquanto desafio teórico e prático. É precisamente no quadro de uma crise mundial que se explicita esse descompasso teórico-prático, forma-conteúdo, representação-percepção situados em um período de transição histórico-epistemológico.

Esse descompasso se traduz teórica e praticamente em um quadro bastante nebuloso e complexo de transformações e inovações, de conservadorismos e de vanguardismos, de lutas, conflitos e rearranjos sociais, políticos e econômicos em várias escalas envolvendo localidades, regionalidades, nacionalidades e transnacionalidades. O contexto contemporâneo sinaliza muito bem essas transformações; ocorrem inovações (talvez vanguardismos) em termos de lutas, práticas e reivindicações sociais traduzidos em movimentos como 15M, Indignados, Primavera Árabe, Occupy Wallstreet, “Jornadas de junho”; conservadorismos emergem através de posicionamentos e ideologias veiculadas por partidos de direita, de um lado, favoráveis aos planos e medidas econômicas e fiscais que atingem países europeus, de outro, expressamente preconceituosos e xenófobos com políticas anti-imigrantes, grupos étnicos, etc..

Entre outras dinâmicas deste descompasso temos na prática: a formação e redefinição de estruturas locais, regionais e mundiais de poder político e econômico; a formação de movimentos sociais em nível mundial, expressos em experiências coletivas, emocionais e políticas, de revoltas e indignações espalhadas pelo mundo; a crise de Estados Nacionais na sua configuração européia e americana de provedor de serviços e direitos trabalhistas; crise das democracias e organizações políticas tradicionais, a exemplo partidos social-democratas e sindicatos nos moldes ocidentais; a questão social que se globaliza juntamente com a emergência de ‘novos’ pobres nos países desenvolvidos; a intensificação das desigualdades relativas em âmbito global.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> A esse respeito, apesar de terem sido escrito na década de 90, os livros sobre globalização de Ianni (2001a;2001b;2004;2008) são emblemáticos, pois conseguem apreender todas essas dinâmicas e transformações em um quadro teórico que capta de maneira sofisticada as relações, processos e estruturas que operam no âmbito dos processos de globalização.

Na teoria, temos simultaneamente a crise e a renovação da ciência tradicional, bem como sua relativização a partir da emergência de novas teorias, quadros explicativos e conceitos analíticos<sup>19</sup>. Daí o repensar de teorias democráticas, das relações internacionais, teorias do estado, das cidadanias, dos movimentos sociais, sindicatos. Temos a teorização de novas formas de produção e organização social da vida e do trabalho, de novas formas de vivência e convivências, de percepção e classificação.

Em síntese, temos um movimento ambivalente entre dois pólos; temos, de um lado, tendências de separação entre economia e sociedade, Estado e sociedade, democracia e capitalismo, de outro, temos emergências de teorias e práticas de reconexão entre esses descompassos, traduzidos em experiências culturais, políticas, econômicas, científicas, filosóficas, existenciais. O resultado dessa dialética, que é transversal, complexa e conflitante, resultará na configuração da formação social dominante no século XXI.

Essa é a pontuação final deste capítulo. A crise se apresenta como o elo heurístico entre as temporalidades (passado, presente, futuro) e as espacialidades (local, regional, nacional, mundial) que se situam no quadro de uma ruptura histórico-epistemológica, e se processam mediante intensificação da globalização do capitalismo que num contexto de “guerra latente” e “bifurcação histórica” explicita os principais dilemas e problemas, tendências e alternativas que se vislumbram para uma nova representação do mundo em termos de forma e conteúdo, teoria e prática.

---

<sup>19</sup> Boaventura de Souza Santos. Um discurso sobre as ciências. São Paulo:Cortez, 2003



#### **4. NARRATIVAS SOBRE A “CRISE MUNDIAL”: Os registro no ambiente da rede e a racionalidade científica da crise.**

Entre leituras, conversas, debates, vídeos experienciados quase simultaneamente no mundo real e virtual vou tecendo reflexões, refinando argumentos, escolhendo conceitos, selecionando pontos de vistas convergentes ao meu propósito teórico ainda em aberto, e sistematicamente nutrido por essa experiência multifacetada, polifônica. Alex Sander

*Neste capítulo materializa-se em boa medida os esforços mais propriamente empíricos da pesquisa, compreendendo o registro, leitura e análise de, um lado (4.2.) , de obras que tentam apreender teoricamente as implicações da crise econômica mundial e, de outro(4.1), os resultados oriundos do arquivo que construí, isto é, um painel de fragmentos explicativos sobre a crise, com suas respectivas análises e explicações empreendidas por uma gama de sujeitos (pessoas comuns, cientistas, intelectuais, jornalistas, economistas, sociólogos, vaticano etc..). Ao fim do capítulo(4.3) será realizada uma síntese das proposições apresentadas e sua relação com a hipótese da pesquisa. Além disso, os itens (4.4) e (4.5) são prolongamentos dos itens antecedentes, apresentam, pois, algumas convergências analíticas entre as formas de apreensão do “objeto” em questão, bem como sugere relações entre crise do capitalismo, neoliberalismo e possibilidades para mudanças políticas e representacionais.*

##### **4.1 “ARQUIVO VIVO”<sup>20</sup>: O ambiente da rede e as intelecções sobre a crise**

O registros narrativos contidos nesse sub-capítulo, enquanto fragmentos de uma inteligência conjuntural, não são autoexplicativos tomados isolados um dos outros ou no mínimo apresentam muitas lacunas e imprecisões, mas considerados em seu conjunto ilustram, com limites é claro, argumentos lógicos e históricos alguns dos pressupostos teóricos esboçados no

---

<sup>20</sup> O termo “Arquivo vivo” é utilizado aqui para caracterizar o registro contínuo realizado de fragmentos narrativos veiculados na rede na efervescência do acontecimentos desencadeados no interior da crise econômica e financeira. Quer dizer, trata-se de reflexões realizadas com intuito de informar criticamente, mas sem tratamento sistemático do ponto de vista de uma publicação científica.

capítulo precedente. Apresentam, pois, um panorama mundial de como a crise deflagrada em 2008 vem sendo refletida e apreendida intelectualmente, no calor da indignação, a partir de múltiplos e diferentes lugares, meios e perspectivas.

Vejamos como intelectuais, economistas, filósofos, sociólogos e afins se inscrevem no mundo das redes virtuais através do site CARTAMAIOR (13 registros), OUTRASPALAVRAS (08 registros) e IHUONLINE (10 registros) e o que dizem sobre o modo como a crise se realiza e as implicações que as respostas políticas para sua resolução têm gerado. Trata-se aqui de apresentar um arquipélago de registros da rede<sup>21</sup>, que narram e, portanto, explicam o modo como uma crise econômica e financeira afeta o mundo em toda sua multidimensionalidade.

#### **4.1.1 OUTRASPALAVRAS E UM MUNDO PÓS-CAPITALISTA**

Segundo Segurado<sup>22</sup> a cobertura sobre a crise financeira global, realizada pelo site Outraspalavras foi abordada em 29% dos artigos. As análises, enfatiza, foram desenvolvidas a partir do debate da situação dos países, das instituições e das populações envolvidas na crise, Conforme se pode encontrar na reflexão de um dos seus colaboradores abordando a situação dos imigrantes diante do desejo de limitação da livre circulação nas fronteiras dos países europeus no contexto da crise. As matérias, acrescenta, abordaram de forma crítica, além dos efeitos da crise financeira, a responsabilidade do processo e o lugar das crises na lógica da sociedade capitalista.

David Harvey, geógrafo norte-americano e um dos colaboradores do Outras Palavras, é na atualidade um dos analistas mais críticos ao processo. Em seus artigos e especialmente no seu último livro (cujos argumentos foram sintetizados em um subcapítulo), ele desenvolve a seguinte análise:

A crise se propagou em cascata de uma esfera para outra e de uma localização geográfica para outra, com toda sorte de rebotes e respostas

---

<sup>21</sup> A rede é aqui entendida como realidade virtual da “sociedade informacional” que interliga diferentes realidades e espaços a partir de tecnologias de comunicação digital a exemplo dos computadores conectados a internet. (A Sociedade em Rede Do Conhecimento à Ação Política. Org. Manuel Castells & Gustavo Cardoso.2005. Imprensa nacional, casa da moeda)

<sup>22</sup> [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=8085&Itemid=76](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8085&Itemid=76) acessado em 2012

que pareciam quase impossíveis de colocar sob controle, muito menos parar e levar para trás. Enquanto as populações pareceram inicialmente surpresas com o rumo dos acontecimentos, protestos populares contra as formas do capital internacional, que tinham aparecido e se intensificado depois do movimento de Seattle em 1999, mas diminuíram após o 11 de Setembro, de repente reapareceram, dessa vez com um alvo afiado e, novamente, com muita desigualdade geográfica. As greves eclodiram na França, junto com protestos da China, revoltas rurais na Índia e agitação estudantil na Grécia. Nos Estados Unidos, um movimento de pessoas sem teto para ocupar habitações abandonadas ou nas quais houve despejos começou a tomar forma. O que era certo era que o modelo anglo-estadunidense de desenvolvimento econômico do mundo, que dominou no período pós-Guerra Fria de triunfalismo do livremercado na década de 1990, estava desacreditado (HARVEY, 2011:39).

Vejamos alguns títulos e autores que pensam a crise.

### **Oposição social na era da internet<sup>23</sup>**

Petras (2011)<sup>24</sup> ao realizar uma análise do modo como vem se desenvolvendo a crise que se alastra pela Europa se detêm especialmente no papel das tecnologias seja para potencializar ou combater crises do capitalismo. Em outras palavras, o sociólogo argumenta que assim outros avanços tecnológicos no passado, as tecnologias da informação (TI) servem para um duplo propósito, de um lado contribuem para dinamizar os movimentos de capitais (sobretudo de capitais financeiros), facilitando uma globalização dita imperialista. Por outro, indica que a internet oferece importantes fontes alternativas de análise e comunicação podendo servir para a mobilização dos movimentos populares.

Seu principal argumento respeito dessa ambivalência das tecnologias, especialmente da internet se refere ao fato de que.

---

<sup>23</sup> . <http://ponto.outraspalavras.net/2011/12/09/oposicao-social-na-era-da-internet/> acessado em 12.12.2011

<sup>24</sup> **James Petras** é um Professor aposentado (Emérito) de Sociologia da Universidade de Binghamton, em Binghamton, Nova York e professor adjunto da Universidade de Saint Mary, Halifax, Nova Escócia, Canadá, que publicou prolificamente sobre questões políticas da América Latina e Oriente Médio

Internet foi a tecnologia motora do crescimento da globalização ao serviço do capital. As tecnologias da Informação desempenharam um papel central na precipitação das duas crises financeiras da última década (2001-2002; 2008-2009). A bolha das acções de empresas ligadas às tecnologias da informação em 2001 foi o resultado da promoção e da sobrevalorização das empresas de software, desligadas da economia real. O crash financeiro global de 2008-2009, que se estende até hoje, foi consequência de pacotes computadorizados de activos fraudulentos e de empréstimos imobiliários sub-financiados. As “virtudes” da internet, a velocidade com que transmite informação, revelaram-se, no contexto da especulação capitalista, um factor determinante da pior crise do capitalismo desde a Grande Depressão dos anos 30. (2011)

Reitera o papel crucial da internet na atual conjuntura, pois esta se “ transformou-se assim num terreno contestado, numa nova forma de luta de classes, que engloba movimentos pró-democracia e de libertação nacional”. Exemplifica que desde os guerrilheiros no Afeganistão aos ativistas pró-democracia no Egito, passando pelo movimento estudantil chileno e pelo movimento pela habitação popular na Turquia, “todos eles contam com a internet para informar o mundo das suas lutas, dos seus programas, da repressão estatal de que são alvos, bem como das suas vitórias.”. Enfatiza que “ A internet liga as diferentes lutas muito para lá das fronteiras nacionais – é uma ferramenta central para a construção de um novo internacionalismo que faça face à globalização capitalista e às suas guerras imperialistas”. Por fim e resumindo sua reflexão registra que a,

Em resumo, a internet tornou-se um novo terreno de luta de classes e de luta anti-imperialista. A internet é um meio e não um fim. A internet é parte dessa esfera pública, cujos objectivos e resultados são determinados pela estrutura de classe em que se integra.(PETRAS,2011)

### **Europa à beira de uma grande crise<sup>25</sup>**

Trata-se do primeiro editorial do editor de *Outraspalavras* sobre a temática da crise onde destaca o papel do “*pensamento ortodoxo, e as pressões em favor dos que multiplicam seu*

---

<sup>25</sup> <http://rede.outraspalavras.net/pontodecultura/2011/09/14/a-europa-a-beira-da-grande-crise/> acessado em 14.09.2011

*dinheiro nos mercados financeiros”, que entre outras coisas podem “inviabilizar o euro e precipitar uma crise financeira mundial”.*

Sem meias palavras, Martins registra que a economia globalizada está à beira de um novo terremoto, com magnitude igual ou superior à do que semeou pânico em todo o planeta em setembro de 2008, quando faliu o banco de investimentos norte-americano Lehman Brothers.

Sublinha que as dificuldades são reais para Europa, pois houve forte aumento da dívida dos Estados, após o socorro maciço concedido aos bancos, entre 2008 e 2009. Contudo, observa que as soluções estão condicionadas pela ideologia, por isso não enfrentam os problemas. Ao contrário de enfrentar a questão os governos “investem, ao contrário, contra os direitos sociais e os serviços públicos.”. Adensando a afirmação pontua que

Esta atitude foi levada a um ponto extremo,(..) Os mercados financeiros *sabem* que os Estados são incapazes de continuar a sustentá-los. Mas os investidores são movidos por uma lógica que os leva a pedir *mais*, quando identificam as dificuldades do devedor. Num certo momento, a tensão entre estas duas percepções contraditórias explode, trava os mercados, provoca falências em dominó. Como todas as relações econômicas estão entrelaçadas com os circuitos financeiros, o caos resultante pode paralisar a produção, inviabilizar empresas, destruir empregos em massa. (MARTINS,2011)

Diante dessa situação comenta que um dos aspectos mais exasperantes da crise é que alguns governos até dispõem de instrumentos práticos e informação teórica para debelar as ameaças, mas “ mesmo assim, permanecem apáticos e desorientados, ou agem sempre tarde demais”. Salienta que economistas não atrelados à ortodoxia econômica têm alertado para a necessidade de medidas de estímulo à produção e redistribuição de riqueza. O elenco, destaca Martins, “vai do Euromemo, uma rede de pensadores alternativos, a Paul Krugman, Nobel de Economia e colunista do *New York Times*.” Não obstante “ o Banco Central Europeu, ao contrário eleva os juros, sempre em nome da “austeridade” e do “combate à inflação” – e para proveito dos rentistas”.

Ao fim do texto sugere que é indispensável imaginar um modo alternativo de funcionamento dos sistemas financeiros e monetários para continuar construindo novas relações sociais. Crítica discursos que demonizam a moeda e o crédito posto que estão cheio de moralismo. Finaliza afirmando que “ Bem mais desafiador que lançar uma condenação religiosa

ao dinheiro e às finanças é absorvê-los antropofagicamente. Como voltá-los à redistribuição de riquezas e a novos padrões de produção e consumo?”

## **O rapto da democracia e a era da grande concentração<sup>26</sup>**

Antonio Martins nos editoriais do dia 4 e 11 de novembro apresenta reflexões e análises sobre a natureza e implicações da ‘crise’ em debate.

No primeiro editorial, foca a situação da Europa (“papado do fundamentalismo econômico) que assiste com “anuência catatônica dos partidos e da mídia, à ação desmedida e auto-atribuída dos mercados financeiros de nomear e demitir governos”, ações que convertem “o Estado, a economia e a sociedade a meros dentes da engrenagem reprodutora do capital a juro”.

Destaca que na Europa,

as causas da crise são omitidas na dissecação de um colapso cuja origem e manutenção remete ao poder desmedido das finanças desreguladas. Sua supremacia monopolizou a tal ponto a agenda política que hoje encara-se como inevitável responder ao colapso neoliberal com doses adicionais de seu veneno (MARTINS,2011)

Além disso sublinha que o “um poder coercitivo ilegítimo submete a cidadania a desígnios sedimentados à margem do discernimento social”, pois em nome da eficiência, acrescenta , “comete-se o rapto da democracia para instituir uma chantagem permanente e ardilosa contra a sociedade. A lição europeia é clara: todos os governantes que cederam a essa lógica foram engolidos por ela”

No segundo editorial, de 11 de novembro, o destaque vai um conjunto de estatísticas realizados por uma consultoria de Cingapura chamada Wealthx (cuja especialidade é prestar serviços aos super-endinheirados do planeta). Antônio Martins direciona a informação àqueles

---

<sup>26</sup> <http://www.outraspalavras.net/> Editoriais do dia 4 e 11 de novembro de 2011. Em se tratando de uma série de textos sobre a temática da crise o autor registra que o texto “ terá continuidade, nos próximos dias. O plano inicial prevê examinar em profundidade as causas do envidamento dos Estados após a crise, para demonstrar que estão relacionadas ao salvamento dos bancos e demais instituições financeiras – não a suposto esbanjamento social. Pretende rever, em retrospecto, o alastramento das dificuldades, mostrando que foram agravadas pelo temor de contrariar os grandes aplicadores nos mercados financeiros. Procurará sugerir hipóteses para a investigação das alternativas”

que consideram “exagero classificar a nova safra de governantes do euro como prepostos das finanças contra a democracia” ou para aqueles que desdenham do “ emblema adotado pelos indignados norte-americanos (“nós, os 99% ”)” .

Destaca que a consultoria mapeou o calibre de sua clientela e concluiu que:

185.759 endinheirados dos quatro continentes detém uma fortuna calculada em US\$ 25 trilhões, nada menos que 40% do PIB mundial. O seletto clube comporta acentuada divisão interna de camarotes: o nível A é ocupado por 1. 235 megaricos que controlam uma dinheirama quase igual a dois PIBs brasileiros: US\$ 4, 2 trilhões. Mas a 'desigualdade' entre as classes endinheiradas não é nada perto do abismo que o dinheiro escavou entre elas e os mais pobres. (MARTINS,2011)

Sustenta que o padrão sempre foi esse escandaloso, mas nas últimas três décadas a supremacia das finanças desreguladas conseguiu dar envergadura inédita à palavra desigualdade, no entanto que “Historiadores e estatísticos de distintas cepas ideológicas convergem numa mesma direção: a humanidade nunca viveu sob a pressão de uma assimetria tão profunda”

Por detrás desse fenômeno estaria o neoliberalismo, afinal, destaca Martins “Após 30 anos de 'mimos' neoliberais em escala planetária seria ingenuidade imaginar que a democracia e o poder sobreviveriam indiferentes a esse padrão de ordenação da riqueza financeira”. Assevera que o golpe branco dos mercados na Itália e na Grécia; o bloqueio a Obama nos EUA e a ascensão da direita em Portugal e na Espanha, entre outros, demonstram que essa turma não está para brincadeira.

Afirma que o neoliberalismo está em crise, mas que eles não largarão um osso de trilhões voluntariamente.

Se preciso, os fatos estão a demonstrar, implodirão de vez a unidade formal entre o poder político e o comando econômico, instalando diretamente seus centuriões no lugar da soberania do Estado. Mário Draghi, o novo presidente do Banco Central Europeu; Mario Monti, premiê italiano, assim como Papademos, da Grécia, são todos ex-funcionários do Goldman Sachs --não por acaso um banco de investimento que opera também no ramo de administração de fortunas. Não se trata apenas de coincidência, tampouco de teoria conspirativa. É o poder nos dias que correm. (MARTINS,2011)

## O governo da crise e os indignados<sup>27</sup>

Negri e Cocco são pontuais na entrevista realizada sobre o caráter da crise sistêmica que afeta a Europa e os Eua: o modo como os governos atuam para (não) resolvê-la e as resistências que emergem face a situação gerada pelo capital financeiro são as dimensões principais da análise. Disparam “ O governo da crise sistêmica do capitalismo global se apresenta como uma revolução desde cima”. Os autores sublinham que o capital financeiro está na origem da presente crise e que este “longe de ser reduzido dentro dos marcos de regulação que supostamente deveriam restabelecer seus critérios prudenciais (conservadores!), está se mostrando não como um desvio, mas como o próprio modo de ser do capitalismo contemporâneo.” Com a crise, destacam, a ação do capital financeiro não se reduz, mas alcança um novo patamar,

depois de ter assumido o controle das redes sociais de produção, de ter substituído a relação capital-trabalho por aquela de crédito e débito, o capital financeiro se torna abertamente governo, passando por cima das próprias regras da democracia formal. É um poder de exceção que atua ao longo de duas linhas: por um lado, a redução dos governos e de todo o mecanismo da representação a meros executores técnicos das diretivas dos mercados; pelo outro, a destruição do welfare residual e com isso a destruição das próprias condições biopolíticas da democracia formal assim como a conhecemos no segundo pós-guerra

Diante de tal cenário, destacam que os partidos políticos se apresentam incapazes para encontrar solução para crise, que o Estado-Nação sofre atentados a soberania e possivelmente somente uma busca radical por democracia pode fazer face a esse estado de coisas. Citam que o movimento espanhol se constituiu numa primeira e potente resposta às consequências políticas e sociais da crise sistêmica do capitalismo global. Nesse sentido, salientam que este movimento

herdou e requalificou os protestos da multidão grega, articulando a “recusa a pagar” pela crise do neoliberalismo com uma capacidade de mobilização autônoma e horizontal de tipo novo e constituinte, fortemente inspirada na

---

<sup>27</sup> Trata-se de uma entrevista realizada com Antonio Negri e Giuseppe Cocco ,concedida na Espanha, no mês de maio de 2012, na ocasião de um Seminário Internacional intitulado, a *Crise da Representação e os Desafios da Democracia no século XX*. Veiculado no site outraspalavras em Junho de 2012.



relação estreita que as revoluções árabes estabeleceram entre as mídias sociais e as praças

Os autores definiram esse movimento dos indignados como uma multidão de singularidades que se reúnem numa luta em comum onde se reapropriam da política e simultaneamente geram novas subjetividade. O 15 M e as primaveras árabes, sublinham, são sobretudo,

movimentos de revolução democrática: inventores de democracia e radicalizadores da democracia. A invenção da democracia acontece na sua radicalização: na imanência que contém a forma e o conteúdo dessas lutas.

Por fim, destacam que sem reconquista da riqueza socialmente produzida por meio de uma renda social universal e incondicional, a relação salarial não saberá se tornar a base constituinte de uma agenda democrática, de maior liberdade e igualdade, para superar o neoliberalismo.

O salário é hoje uma ferramenta social. É por isso que o capital financeiro controla direta ou indiretamente a indústria, os serviços, o trabalho social em geral; e sua atuação é imediatamente política: por essa razão o capital ocupa diretamente os governos que, por sua vez, operam a partir das métricas, das medições (ratings) que as próprias finanças impõem. Diante da governança financeira do trabalho social, os governos se tornam órgãos de execução de seu comando direto. Assistimos a uma inversão das tradicionais relações de servilismo entre governos e capital: os ministros não são mais empregados do capital, mas são os empregados do capital que se tornam ministros

## **IDEOLOGIA DA CRISE<sup>28</sup>**

Bruno Cava<sup>29</sup>, pensador da crise, assevera em seus textos que a direita (nacional ou mundial) parece que tudo se resolve em termos de taxa de juros e de crescimento,” segundo

---

<sup>28</sup> <http://www.outraspalavras.net/2011/08/12/ideologia-da-crise/> e <http://www.quadradosloucos.com.br/2600/a-relacao-entre-financas-divida-e-luta-pela-moradia/> Acessados em 12.08.2011

linhas de valor transcendentais; ou seja segundo os padrões de valor dominantes.” Acontece que esses valores, pondera, “ estão hoje totalmente em crise e só se reproduzem com base numa preocupante redução dos espaços democráticos”.

Cava argumenta que na esquerda não tem sido diferente, pois “ reproduzem o mesmo discurso, ao propugnar pelo mesmo sistema, só que mais humano ou sustentável, por corrigir disparidades, punir a corrupção e prender os especuladores”. Acreditam, sugere, na ideologia dos ciclos e choques anticíclicos, como se houvesse uma racionalidade econômica independente da ação política. Além disso critica que muitos outros propõem substituir o lucro “irreal” das finanças, pela produção “real” industrial, que condenam o lucro, os bancos, o mercado, as tecnologias, em si mesmos. Desta maneira argumenta que “atingem moinhos em vez dos gigantes. Não entenderam nada. Não pode haver modo de produção capitalista sem crédito, sem sobrevalorização, sem lucro e sem estado. Marx dixit”

Polemiza afirmando que no fundo, não estamos em nenhuma crise do capitalismo,

Não é acessória ou contingente, não vem de fora de tempos em tempos. Pensado como totalidade, o próprio sistema capitalista *é* a crise. Não há o que solucionar, nem para onde sair sem mudanças estruturais. *É assim mesmo que funciona.* Desde, pelo menos, a década de 1970, incorporou a crise como princípio interno de funcionamento. E não adianta desenvolver as contradições internas do esquema. É precisamente nessa tensão que sucede a exploração hoje. Por isso, não tem resolução a dialética entre público e privado, estado e mercado, igualdade e liberdade, — quando o sistema amoldou-se para funcionar nessa bipolaridade mesma. Os capitalistas aprenderam a lucrar com a crise. Os governos, a fabricar consenso nela

A crise, segundo Cava, não só revitaliza a produtividade e renova a expropriação de valores, como também prepara o terreno para o tirano. Daí, acrescenta, o neoliberalismo não tem nada de “estado mínimo”. Em vez de investir na na proteção social, “aplica os recursos em mais polícia da pobreza e mais controle de tumultos. Sem falar no dispêndio estatal ao pagar as dívidas intrinsecamente causadas pelo capital, impagáveis em essência — eis aí a hora do socialismo de estado.”

---

<sup>29</sup> Colaborador do *Outraspalavras*, Mestre em Direito pela Puc-Rj e um dos principais analistas da crise sob um enfoque alternativo.

Além da ideologia dos ciclos e choques anticíclicos, Cava chama atenção que há uma percepção generalizada que o sistema financeiro é responsável pela crise da economia global,

A culpa estaria no excesso de ganância dos mercados, na especulação em detrimento do desenvolvimento, do risco moral e individualismo por parte dos financistas e banqueiros. Essas leituras da crise de uma forma ou de outra costumam conferir um grau de separação entre a “economia real” e as finanças. Como se a saída da crise estivesse em voltar a valorizar mais a primeira. Por isso, prescrevem maior atenção no desenvolvimento do chamado “setor produtivo”, enquanto o “setor financeiro” exigiria maior regulamentação por parte dos estados. Essas leituras deixam de analisar a fundo o vínculo orgânico entre finanças e produção

Realça o fato de que em 2001 o mercado global de derivativos totalizou US\$ 1.200 trilhões (ou 1,2 quatrilhões de dólares), muito mais que o PIB mundial (US\$ 70 trilhões) e 50% mais que o volume existente quando da disparada da crise dos subprimes, em 2007-08 (quase US\$ 800 trilhões). E pergunta “Mas o que isso significa?”,

Significa que o bom funcionamento da economia global está subordinado ao cumprimento das promessas que originam os títulos. Esses fabulosos fluxos de investimento só podem vingar se, no refluxo, na hora das cobranças, acontecer o esperado pagamento das parcelas prometidas. O verdadeiro lastro sobre o dinheiro não é o ouro, o papel-moeda, o banco central, o PIB atual ou outra medida de riqueza existente, mas a *confiança*. A confiança integrada no próprio sistema financeiro em ser solvável, em garantir a solidez das dívidas e sua titularização, o ritmo equilibrado entre fluxos e refluxos de crédito e débito. Todo o jogo não está baseado na moralidade ou equivalência das operações financeiras, mas no poder de vincular e controlar o futuro, isto é, de governar a não-equivalência, o *surplus*.

A confiança, pondera o autor, no fundo, reside na capacidade de o governo e o sistema financeiro exigirem e obterem de nós, os devedores, que trabalhem e produzamos ininterruptamente um fluxo de excedente, um retorno garantido, um mais-valor. Direcionando seus argumentos para os economistas ortodoxos dispara que “não se trata de um jogo equilibrado entre oferta e demanda. Há uma assimetria no vaivém de fluxos e refluxos,

De um lado, a classe rentista; do outro, a devedora; e entre elas uma permanente transferência de renda. O sistema financeiro sempre fica com um *a-mais*, na figura dos juros. Menos por ganância do que por uma exigência funcional de lastrear a monetização da economia e acumular riqueza aos investidores, reproduzindo relações sociais desiguais. Correm em paralelo dois processos intrinsecamente conectados: crédito/finanças de um lado, produtividade social do outro, e a forma dessa conexão orgânica é a base da economia real mesma, o capitalismo. Um e outro processo se mobilizam reciprocamente, governando as populações e vinculando os comportamentos ao funcionamento geral do sistema

Contrariamente ao que pregam alguns economistas, pontua que “o desequilíbrio atual, a crise não nasceu no fato de um lado ter inflacionado de modo desproporcional ao outro. O desequilíbrio é segundo Cava, intrínseco desta forma de organização social e reside no fato que o lado da produtividade social, do trabalho vivo, precisa estar implacavelmente vampirizado e controlado, e que, além disso, “a expansão das rendas e a acumulação das riquezas estarem determinadas essencialmente pelo endividamento e exploração do trabalho das populações”. Tendo em vista esses argumentos conclui que “se a confiança sistêmica se baseia neste processo assimétrico”, o suposto ‘equilíbrio’ só poderia mistificar a “relação de força e controle social, essencialmente desigual”, elemento que “faz funcionar a economia real contemporânea, que é a economia financeirizada”.

Por fim, finaliza seu texto chamando atenção que diante de tudo isso “o caso não é amenizar, vencer ou superar a crise. Mas radicalizá-la até as últimas consequências”. Para Cava radicalizar a crise,

consiste em ir para as ruas e praças e redes, ocupar intensivamente o espaço e desfuncionalizá-lo, enredar discursos e práticas por um outro mundo, outro sistema global de produção, outro modo horizontal de viver a liberdade. Faz-se necessário deslizar de uma dialética pobre e engessada, e reinventar as lutas. Isso já está acontecendo. A raiva generacional e o devir revolucionário de Tahrir, Túnis, 15-M, da Praça Sintagma e das *calles* de Santiago do Chile, — tudo isso aponta o que fazer para ir além da crise

## CONSIDERAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Zizek<sup>30</sup> constata que que vivemos um período de abertura histórica, em que o sistema parece perder legitimidade e que uma mudança de paradigmas é possível. “O sistema perdeu a autoevidência, perdeu sua legitimidade automática. O campo, agora, está aberto”. Essa perda de evidência do sistema capitalista vincula-se ao modo como a crise, especialmente na Europa, explícita, como nos textos acima sintetizados, o descompasso entre Capitalismo e Democracia, entre uma economia global financeirizada e uma soberania nacional limitada. Além desses aspectos os registros de *outraspalavras* acerca da temática da crise deram especial destaque ao caráter financeiro da crise; onde o sistema global de produção se dinamiza à juros e especulação financeira à revelia do trabalho vivo e sob a égide de governos que ‘governam’ a crise para os rentistas<sup>31</sup>. Além disso, destacaram o papel que o pensamento econômico ortodoxo neoliberal possui no sentido de manter e legitimar políticas anti-sociais e anti-democráticas realizadas por tecnocratas que prezam pelos interesses de uma oligarquia financeira internacional cujo objetivo principal é não apenas se livrar dos custos sociais da crise que forjaram, mas tornar os Estados nacionais em seus principais devedores de longo prazo.

Por fim, deram igualmente especial destaque para os aos movimentos e levantes de resistências, que ao se apropriarem de novas tecnologias como a internet e de espaços públicos como as praças espanholas, realizam significativos avanços no sentido de uma reinvenção da política tendo em vista combater a captura da democracia e a redução dos espaços democráticos por técnicos vinculados a uma oligarquia financeira. O grito dos ‘indignados’<sup>32</sup> se direcionava contra as “democraduras” e a favor da radicalização democrática a partir da defesa de formas de democracia direta, único antídoto segundo seus participantes,(dada a fraqueza do Estado e do sistema político) às arbitrariedades do capital financeiro, dos bancos e agencias de classificação

---

<sup>30</sup> <http://www.outraspalavras.net/2012/08/31/slavoj-zizek-além-do-mito/> acessado em 31.08.2012

<sup>31</sup> “Alguns governos nacionais passaram a ser, no melhor dos casos, meros administradores ou gestores das contas que decide o conluio constituído pela denominada de “troika”: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central Europeu e a direção efetiva da UE (o capital e os governos alemão e francês” Em artigo de **Pep Valenzuela**, de Barcelona. Publicado em *outraspalavras*. <http://rede.outraspalavras.net/pontodecultura/2011/11/10/europa-adeus-a-democracia/>

<sup>32</sup> Os “indignados” afirmam que o sistema não está em crise. O capital financeiro continua ganhando, e transfere os prejuízos à sociedade e aos Estados. Assim se disciplinam os sindicatos e os cidadãos. Assim, a crise das finanças torna-se crise política. In: <http://www.outraspalavras.net/2011/08/08/nao-e-crise-e-que-nao-te-quero-mais/> por M. Castells acessado em 05.03.2012

que convertem a crise em campo fértil para acumulação de capital. Esse é, sucintamente, o registro analítico realizado pelo *outraspalavras* na confrontação de um capitalismo globalizado neoliberal e simultânea afirmação de um pós-capitalismo que nasce *dentro, fora e além* do sistema vigente, antropofagizando-o.

#### 4.1.2 CARTAMAIOR E A CRISE DO CAPITALISMO

*“Em setembro de 2008, o capital financeiro avançou e aberta e desvergonhadamente deixou de lado seus representantes políticos e começou a ditar diretamente políticas para o Congresso e a Casa Branca. Hank Paulson demandou \$700 bilhões para os banksters, sem compromissos: não haveria restrições em como o dinheiro seria gasto, sem audiências, sem debate no Congresso, sem avaliações de especialistas e nenhuma responsabilidade recairia sobre Paulson. Obama suspendeu sua campanha por um dia para pedir que os congressistas democratas obedecessem as ordens de Paulson. Seus melhores conselheiros econômicos, seu ministro da Fazenda, o presidente de seu Banco Central revelaram-se ser na sua maioria desreguladores ligados a Wall Street.” Alan Nasser<sup>33</sup>*

*“A história poderia satisfazer a todas as expectativas dos adeptos das teorias da conspiração: onde está o poder mundial? A resposta cabe num nome e num lugar: na sede do banco de investimentos Goldman Sachs. O banco estadunidense conseguiu uma façanha pouco frequente na história política mundial: colocar os seus homens na direção dos governos europeus e do banco que rege os destinos das políticas econômicas da União Europeia. Mario Draghi, o atual presidente do Banco Central Europeu, Mario Monti, o presidente do Conselho Italiano que substituiu a Silvio Berlusconi, Lukas Papademos, o novo primeiro ministro grego, todos pertencem à galáxia do Goldman Sachs”. Eduardo Febbro<sup>34</sup>*

---

<sup>33</sup> [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=19009](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19009) Como o capital financeiro privatizou o Estado nos EUA acessado em 21.11.2011

<sup>34</sup> [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=18998](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18998) Goldman Sachs: como criar uma crise e governar o mundo Acessado em 19.11.2012

O site Cartamaior é expressamente um portal virtual de contorno progressista, surgido no âmbito das discussões sobre o Fórum social mundial (contraponto ao Fórum Económico de Davos) e, portanto, dedicou-se nos últimos anos a produzir e veicular matérias sobre a crise do capitalismo e suas implicações políticas, ideológicas e sociais. Vamos aqui realizar o registro de 10 artigos com suas respectivas análises.

Para iniciar a exposição do conteúdo veiculado no *cartamaior* relativamente a crise, vale anotar que durante o ano de 2012 os editoriais realizado por Saul Leblon se ocuparam de várias temáticas que se relacionavam com a natureza e as implicações da crise como o Estado-Nação, o fracasso da política, o neoliberalismo, a hegemonia dos mercados e finanças desreguladas.

Em um dos seus editoriais de 12.02.12 apresenta algumas linhas gerais do tratamento dado pela *cartamaior* sobre os desdramatamentos da crise no contexto europeu destacando a situação dos Estados que se encontram “amarrotados e jogados no fundo da gaveta da história pelo vagalhão neoliberal”, e indaga se eles “ tem sobrevida e nervura política para liderar a resistência ao imperialismo monetário emitido das burras dos mercados ricos, em benefício de seus bancos, do seu mercado de trabalho, dos fundos especulativos e corporações.”

Essa constatação deriva da constatação de que os Estado encontram-se inoperantes diante dos mercados que naquela circunstância haviam ‘esfolado’ a Itália , “num misto de pânico e oportunismo com o vazio político criado pela demissão branca de Berlusconi, imposta pelo poder financeiro.

Enfatiza que a “natureza excludente da lógica que originou a crise mundial “ vincula-se diretamente ao poder financeiro” e este se mobiliza ativamente através de uma plutocracia global “para implantar todo o arrocho requerido pelo BCE , o FMI e os credores.

É isso, pois, comenta Leblon, que permite aos credores fazer gato e sapato de Berlusconi e do Estado italiano cobrando juros equivalentes aos que levaram Portugal, Grécia e Irlanda à falência. Só uma guinada histórica, sugere, daria um cala-boca nos mercados.

Entre outras iniciativas para combater este poder financeiro destaca que

seria preciso o BCE abandonar a ortodoxia e intervir pesado, comprando títulos. Ou seja, assumir um papel regulador das finanças para disciplinar os ganhos e impor perdas aos rentistas com o manejo de uma dupla ferramenta: mais

liquidez e menos juros. Mas isso, os 'mercados auto-reguláveis-- vocalizados por Angela Merkel—esconjuram

Finaliza o texto argumentando que é forçoso fazer justiça, que “O verdadeiro nome da crise Européia não é 'Berlusconi', nem 'Papandreou' ou 'Zapatero', mas, sim, supremacia das finanças desreguladas. Ou, rapto da democracia pelo dinheiro”.



### A longa agonia da crise e a fama dos economistas<sup>35</sup>

*“Uma das grandes tarefas para a mudança é desconstruir a imagem que o chamado “mainstream” ajudou a solidificar no ideário do senso comum: a economia não é uma ciência neutra, dotada de um arsenal de instrumentos e técnicas que sempre pode conduzir a um único resultado certo e seguro”.*  
Paulo Kliass<sup>36</sup>

Kliass em seu artigo trata daquilo que fora apresentado por alguns como sendo apenas o efeito de um “desarranjo no sistema das hipotecas imobiliárias do sistema financeiro dos Estados

<sup>35</sup> [http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=5771](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5771) acessado em 13.09.2012

<sup>36</sup> Paulo Kliass é Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, carreira do governo federal e doutor em Economia pela Universidade de Paris 10.



Unidos,” o que na verdade “operou como um catalisador de uma crise potencial bem mais ampla, de proporções internacionais”. Afirmar, que para além dos bancos tradicionais, os demais agentes do sistema financeiro foram rapidamente afetados, a exemplo dos fundos de investimento, das seguradoras, dos fundos de pensão,

A maior parte de tais instituições revelaram-se totalmente a descoberto em suas operações, uma vez que as crenças ultra-liberais levadas ao paroxismo permitiram ao sistema bancário alavancar suas operações e eternizar o repasse dos riscos evidentes de seus empréstimos e de suas concessões de crédito. A desregulamentação, tão apregoada como a panacéia para que fosse alcançada a suposta eficiência do mercado, passou a apresentar a sua pesada fatura.

Kliass destaca que apesar da crise e do retorno a alguns conceitos e proposições Keynesianos - a exemplo da presença ativa do Estado, intervindo com seus fundos de salvamento generalizado, - o pensamento neoliberal persiste e resiste, posto que o “excesso de desregulamentação e a liberalização desenfreada da economia” que já haviam” operado como elemento prejudicial para a maioria da população e para a maior parte dos países” é novamente ativado.

O autor destaca que não se pode perder de vista é o processo de consolidação do enfoque neoliberal.,

Afinal, foram mais de 3 décadas de esmagamento ideológico conservador, construído e fortalecido pela implementação de políticas econômicas ensandecidas pelo mundo afora. As principais instituições multilaterais encarregaram-se da tarefa e não por acaso alguns de seus ideários eram conhecidos pela alcunha de “Consenso de Washington”, em razão das sedes de Banco Mundial (BM), do Federal Reserve (FED - Banco Central norte-americano) e do FMI. As principais faculdades de economia em todos os continentes tiveram seus currículos moldados segundo esses princípios, seja nos cursos de graduação, seja nos centros de pesquisa de mestrado e doutorado. A grande maioria dos órgãos de comunicação também foi contaminada por tal visão, reproduzindo indiscriminadamente a concepção unilateral da supremacia dos mercados, em detrimento da suposta ineficiência da ação do Estado.

Kliass critica os grandes meios de comunicação que criam “na população a expectativa de que os economistas sabem tudo e têm respostas para tudo”, privilegiando leituras da realidade que extraem a economia política das análises econômicas e reduzem esta a uma econometria que não é nada neutra. Lembra que,

Às vésperas da crise bancária de 2008, a absoluta maioria das empresas de consultoria econômica ignorava a possibilidade de emergência de uma crise sistêmica. As chamadas agências de risco ofereciam ótima notação para os bancos que quebraram logo a seguir, sempre na linha do AAA

Fica muito claro segundo Kliass que os atuais modelos econômicos, especialmente em momentos de crise,

“são implacáveis na defesa de soluções duras, com conseqüências sociais e políticas catastróficas – e que não chegam nem mesmo a alcançar os objetivos pretendidos no início. Salários, desemprego, gastos sociais, desindustrialização? Ora, trata-se de variáveis pouco significativas, quando o importante é assegurar equilíbrio de mercado, atratividade do capital externo, concessão de fundos públicos para as empresas privadas, ajuda orçamentária para instituições financeiras com problemas de solvência.

Diante dessa situação uma das grandes tarefas para as ciências sociais e intelectuais seria a de realizar uma desconstrução da imagem que o chamando “mainstream” solidificou no ideário do chamado senso comum, afinal,

a economia não é uma ciência neutra, dotada de um arsenal de instrumentos e técnicas que sempre pode conduzir a um único resultado certo e seguro. Exatamente em razão de suas relações com elementos da história, da sociologia, da ciência política, da antropologia, das relações internacionais, entre tantos outros, a economia tem por objeto de estudo um fenômeno ultra complexo e que responde a múltiplas causas

Finaliza argumentando que apesar das novidades trazidas pela crise, “a sociedade permanece sendo informada a respeito apenas das bases da mesmice para o seu enfrentamento”

### **Globalização, crise sistêmica<sup>37</sup> e movimentos sociais.**

O jornalista e escritor Ignacio Ramonet, após FSM de 2012, em entrevista ao jornal Página/12 destacou alguns importantes para situar os movimentos da crise em vigência e entendê-la adequadamente.

---

<sup>37</sup> [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=19535](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19535) acessado em 05.07.2012

Em relação à problemática mundial Ramonet destacou que no Fórum, para além das diferentes opiniões, concluiu-se que “ a globalização existe. Se existe, há que analisá-la e descobrir como evitar seus inconvenientes”, pois em escala mundial, em um debate sobre a crise do capitalismo, pondera que “ uma das opiniões foi que havia que pensar talvez em desglobalizar e reduzir a globalização”.

Continuando em sua observação sublinha que hoje “Não existe só uma crise econômica. Existe uma crise da política, da democracia, uma crise alimentar, ecológica.”. E diante dessas crises o jornalista constata que, sobretudo, na europa percebe-se claramente que a ” a idéia de que a política está gasta” e que se “ necessita uma renovação política”. Essa renovação segundo Ramonet virá de um novo sangue e vitalidade, não apenas dos partidos<sup>38</sup>,mas especialmente dos movimentos sociais, pois “ninguém expressa melhor o sofrimento social que o movimento social”. E alerta que,

se não se dá o passo para a política, todas as grandes crises sempre servem à extrema direita, que aparece sob a forma de movimentos e de partidos anti-sistema. Prometem as mudanças mais radicais, demagógicas, transformacionais. É importante que o sofrimento social se encarne em movimentos que tenham vocação de se envolver na política

Para o Jornalista, a renovação dos movimentos sociais diante das atuais circunstâncias não aconteceu de modo mais abrangente “porque faltam líderes. Até o momento, o movimento social inclusive reprova ter líderes”, enfatiza que os movimentos tem sido

muito igualitaristas do ponto de vista do funcionamento democrático. É como a doença infantil do movimento social. Em breve chegará o momento da adolescência ou a maturidade, quando seguramente se gerarão líderes. Não líderes salvadores. Falo de dirigentes democráticos que possam entender o movimento social e ajudá-lo a encontrar respostas

---

<sup>38</sup> Vale lembrar sua análise sobre a falência da social democracia na Europa diante da globalização neoliberal. “A conversão massiva ao mercado e a globalização neoliberal, a renúncia à defesa dos pobres, do Estado de bem estar e do setor público, a nova aliança com o capital financeiro, despojaram a social-democracia europeia dos principais traços de sua identidade. A cada dia fica mais difícil para os cidadãos distinguir entre uma política de direita e outra “de esquerda”, já que ambas respondem às exigências dos senhores financeiros do mundo” In: [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=17955](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17955) acessado em 21.06.2011

A resposta de Ramonet aos processos destrutivos da globalização e ao cinismo neoliberal<sup>39</sup>, que longe estão de trazer felicidade para os povos, estariam sobretudo, no modo pelo qual os movimentos sociais se revitalizam para fazer face aos dilemas e crises na qual o mundo está inscrito.

### **Os “salvadores gregos”<sup>40</sup> e o retorno da “hipótese comunista”<sup>41</sup>.**

Serão aqui apresentadas duas sínteses de artigos de Alain Badiou<sup>42</sup>, o primeiro se refere a situação da Grécia nas mãos de seus ‘salvadores’ e o outro sobre a vitalidade da hipótese comunista em tempos de crise do capitalismo.

Em seu primeiro artigo Badiou analisa a situação da Grécia e registra que um em cada dois jovens gregos está desempregado, onde 25 000 sem-abrigo vagueiam pelas ruas de Atenas, onde 30% da população desceu abaixo da linha de pobreza, “sob o pretexto de que os ‘gregos’ não fazem um ‘esforço suficiente’ impõem um novo plano de ajuda que duplica a dose letal administrada”, plano que segundo Badiou “elimina o direito ao trabalho, e que reduz os pobres à miséria extrema, tudo isto fazendo desaparecer do cenário as classes médias”. Sem meias palavras assevera que se trata de uma “ofensiva do neoliberalismo” que para cumprir seus objetivos, tentará “instaurar um regime que faça a economia dos direitos democráticos mais elementares”. Em outras palavras, Badiou sugere que “sob a exigência dos salvadores, vemos instalar-se na Europa um governo de tecnocratas que desrespeita a soberania popular”, que de uma certa forma, “trata-se de um golpe de Estado, que faz também apelo a um arsenal repressivo amplificado face aos protestos populares”.

O filósofo deixa claro que o objetivo do plano “não deve ser o “resgate” da Grécia: sobre este ponto, todos os economistas dignos desse nome estão de acordo.” Trata-se, sobretudo, de ganhar tempo para salvar os credores conduzindo o país a uma falência em diferido,

Trata-se sobretudo de fazer da Grécia um laboratório de mudança social que, num segundo momento, se generalizará a toda a Europa. O modelo experimentado nos gregos é o de uma sociedade sem serviços públicos, onde as

---

<sup>39</sup> <http://www.contee.org.br/noticias/artigos/art179.asp> acessado em 15.11.2011

<sup>40</sup> [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=19670](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19670) acessado em 28.02.2012

<sup>41</sup> [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=19553](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19553) acessado em 05.02.2012

<sup>42</sup> Alain Badiou (Rabat, Marrocos, 17 de janeiro de 1937) é um filósofo, dramaturgo e novelista francês. É conhecido por sua militância maoísta e sua defesa do comunismo.

escolas, hospitais e centros de saúde caem em ruína, onde a saúde passa a ser um privilégio dos ricos, onde as populações vulneráveis são condenadas a uma eliminação programada, enquanto que aqueles que ainda trabalham são condenados a formas extremas de empobrecimento e precariedade

Segundo Badiou, todas as medidas tomadas até aquele momento (02.2012) “ não fizeram mais do que afundar a dívida soberana grega e, com o auxílio dos salvadores que emprestam a taxas exorbitantes”, a dívida, salienta, literalmente, explodiu aproximando-se dos 170% de um PIB em queda livre, enquanto que em 2009 representava somente 120%. Realça que,

o grupo de resgate – sempre apresentado como “final” – não tenha outro propósito que o de enfraquecer ainda mais a posição da Grécia, de forma a que, privada de toda a possibilidade de propor ela mesma termos de uma reestruturação, seja reduzida a ceder tudo aos seus credores sob a chantagem de “a catástrofe ou a austeridade

O agravamento “artificial e coercivo do problema da dívida” segundo Badiou foi manejado como uma arma para tomar de assalto uma sociedade inteira. É com sabedoria, sublinha, “ que usamos aqui termos relevantes do domínio militar: trata-se de fato de uma guerra conduzida pelos meios da finança, da política e do direito, uma guerra de classe contra a sociedade inteira.” E o espólio que a classe financeira conta arrebatado ao “inimigo”<sup>43</sup>, são, arremata,

os privilégios sociais e os direitos democráticos, mas em última análise, é a possibilidade mesma de uma vida humana. A vida daqueles que não produzem nem consomem o suficiente, ao olhar das estratégias de maximização de lucro, não devem ser conservadas

Badiou acrescenta que diante de tal ataque persistente contra a sociedade e a destruição das últimas ilhotas da democracia, devemos apelar aos “concidadãos, europeus a exprimirem-se alto e forte”, pois não se deve “ deixar o monopólio da palavra aos especialistas e aos políticos”

Por fim, assevera que nós estamos no ponto de não retorno, que

---

<sup>43</sup> “Assim, a fragilidade de um país apanhado entre a especulação sem limites e os planos de resgate devastadores, torna-se na porta de saída por onde irrompe um novo modelo de sociedade adequado às exigências do fundamentalismo neoliberal. Modelo destinado a toda a Europa, e talvez até mais. Esta é a verdadeira questão e é por isso que defender o povo grego não se reduz a um gesto de solidariedade ou de humanidade abstrata: o futuro da democracia e o destino dos povos europeus estão em questão. Por todo o lado a “necessidade imperiosa” de uma austeridade “dolorosa, mas salutar” vai nos ser apresentada como o meio de escapar ao destino grego, enquanto esta por aí avança sempre em frente”

É urgente lutar contra a batalha dos números e a guerra das palavras para conter a retórica ultra-liberal do medo e da desinformação. É urgente desconstruir as lições de moral que ocultam o processo real posto em prática na sociedade. Torna-se mais do que urgente desmistificar a insistência racista sobre a “especificidade grega”, que pretende fazer do suposto caráter nacional de um povo (preguiça e astúcia à vontade) a causa primeira de uma crise, na realidade, mundial. O que conta hoje não são as particularidades reais ou imaginárias, mas as comuns: o destino de um povo que afetará todos os outros

O segundo artigo, na verdade uma entrevista, se configura como um apelo e uma afirmação da hipótese comunista diante do processo político atual definido como “materialismo democrático” onde o fator humano tem valor mercantil e o que prevalece é “ guerra das democracias contra os pobres.”

Em linhas gerais Badiou argumenta tudo o que estava contido na ideia comunista, como a sua visão igualitária do ser humano e da sociedade, merece ser valorizado e resgatado. Salienta que a revolução árabe e o movimento dos indignados enquanto expressões das revoltas populares são elementos importantes enquanto negação da globalização dominante, mas que agora é necessário passar “da revolta à idéia” que significa passar da “ negação à afirmação” .

Para Badiou a ideia que pode fornecer um soldo apropriado as revoltas populares deve ser a idéia comunista. Para isso afirma que é necessário atualizar o comunismo, este teve duas sequências históricas,

sequência histórica do século XIX, quando a palavra foi inventada e propagada para designar uma esperança histórica humana fundamental, a esperança da igualdade, da emancipação das classes oprimidas, de uma organização social igualitária e coletiva. Depois há outra sequência muito diferente onde se experimentou o comunismo, ou seja, se construiu uma forma de poder particular que buscou coletivizar a indústria e essas coisas, mas que, no final, se tornou uma forma de Estado despótico

Badiou propõe que não se sacrifique a palavra ‘comunista’ por causa dessa da segunda sequência histórica, mas que se resgate a palavra a partir da primeira sequência e trabalhe por um terceira sequência histórica. Neste terceira sequência,

a ideia de uma organização social totalmente distinta da que conhecemos e que já sabemos que está dominada por uma oligarquia financeira e econômica absolutamente feroz e indiferente aos interesses gerais da humanidade. Eu proponho

então voltar ao comunismo sob a forma da ideia comunista: a ideia comunista é a ideia da emancipação de toda a humanidade, é a ideia do internacionalismo, de uma organização econômica mobilizando diretamente os produtores e não as potências exteriores; é a ideia da igualdade entre os distintos componentes da humanidade, do fim do racismo e da segregação e também é a ideia do fim das fronteiras

Em outras palavras, Badiou defende que é preciso injetar uma sólida existência subjetiva à hipótese comunista.

Combinando as construções do pensamento, que são sempre globais e universais, e as experimentações de fragmentos de verdades, que são locais e singulares, mas universalmente transmissíveis, podemos garantir a nova existência da hipótese comunista, ou melhor, da Ideia comunista, nas consciências individuais. Podemos inaugurar o terceiro período de existência dessa Ideia. Nós podemos, logo devemos.”.

### **Tempos difíceis: a democracia social ameaçada na Europa<sup>44</sup>**

Diante de uma situação, de crise Baylos<sup>45</sup> constata que os direitos trabalhista são sistematicamente atacados como uma das condições para atenuar a crise em vigência. Aponta que as posições governamentais e empresariais “seguem repetindo como um mantra a necessidade de seguir reformando a legislação trabalhista, “processo que expressa o “confisco de direitos constitucionais básicos, a liberdade sindical e a negociação coletiva”.

Segundo Baylos, esse processo não é uma novidade histórica, pois seu desenho já havia sido experimentado na década dos 90 do século passado em países em via de desenvolvimento, “como na América Latina, e que gerou um evidente efeito destrutivo sobre o ambiente social, ecológico e cultural deste mundo global”. Apontando como uma dinâmica que agora atinge em cheio o contexto europeu enfatiza que o que ocorreu e continua a ocorrer tem um “significado profundo da contrarrevolução que se iniciou nos anos 80 na Inglaterra de Thatcher e nos Estados Unidos de Reagan”.

Argumenta que a saída da crise escolhida pela Europa resume-se “à retomada do lucro empresarial e à desestruturação dos sujeitos coletivos que representam o trabalho assalariado”. Para isso, comenta que

---

<sup>44</sup> [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=19780](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19780) acessado em 20.03.12

<sup>45</sup> Antonio Baylos é professor de Direito do Trabalho e Trabalho Social, na Universidade de Castilla-La Mancha

atua-se diretamente no terreno da produção, mediante as chamadas “reformas estruturais” que conduzem à modificação permanente das leis trabalhistas e, simultaneamente, no terreno social, debilitando e, em alguns casos, destruindo literalmente as estruturas de assistência, proteção e defesa econômica dos cidadãos colocados em uma situação de subalternidade social, proscrevendo as noções de serviço público e de gratuidade no acesso a serviços básicos

Considerando o caso espanhol sublinha que “ação contra o público e o coletivo é acompanhada de uma crise das garantias democráticas básicas” que são amplamente “suprimidas no curso de um processo de reformas e de tomada de decisões justificadas pela necessidade ou pela irresistível imposição externa dos poderes econômicos e financeiros”. . A crise da democracia, “por cima” e “por baixo” acentua-se e os “rituais democráticos fundamentais” terminam por serem “pulverizados como consequência das práticas políticas justificadas como reação frente a crise”.

Juntamente com a crise da democracia, Baylos vê a “anulação de qualquer vestígio de soberania popular na adoção de medidas de alcance geral” o que é, sugere, uma realidade estimulada por meios de comunicação dominados por um poder econômico concentrado .

A crise das garantias democráticas, assim como a crise da própria democracia, verifica-se claramente através das reformas trabalhistas que segundo o autor “ vêm sendo realizadas desde maio de 2010 sob a alegação da excepcional urgência e necessidade, evitando a discussão prévia e pública no parlamento sobre os textos da reforma”. Nesse ambiente anti-democrático, os “mecanismos democráticos se apresentam como ‘formalismos’ que atrapalham a tomada de decisões ‘necessárias’.

Diante desse cenário o autor aponta que a

dupla via de intervenção frente à crise, no terreno da produção e no terreno social, foi se desenrolando na Espanha desde maio de 2010 por meio de um processo ininterrupto de mudanças normativas em uma escalada articulada entre disposições estatais e de comunidades autônomas. No primeiro terreno, o da produção, as normas espanholas aprofundaram paulatinamente a abertura de espaços cada vez maiores de flexibilização do trabalho em paralelo a um processo intenso de erosão da negociação coletiva e de “des-sindicalização” de territórios extensos da produção de bens e serviços, não necessariamente coincidentes com a pequena e média empresa



Quer dizer, para fazer face à crise o governo espanhol avança em um “processos de desregulação coletiva implicam o fortalecimento do poder unilateral dos empregadores na disposição do emprego e do tempo de trabalho”. O poder central para realização desse processo, segundo Baylos, se origina da “lei de exceção econômica por causa da crise,”, onde

anula-se na prática a negociação coletiva e a ação sindical coletiva na regulação das condições de trabalho. O setor público é, portanto, um campo avançado da tendência a privar os sindicatos representativos do poder normativo que a lei orgânica de liberdade sindical reconhece a eles.

Conclui seu texto afirmando que estamos em um tempo dilatado, onde

umentam os riscos de fratura social e o sindicalismo está impulsionando mobilizações de resistência, ao mesmo que tenta construir uma proposta coerente com a situação de crise que enfrentamos, a partir da qual possa explicar seu próprio programa de ação e afiançar sua mediação representativa no emprego e no trabalho

### **Notas sobre a situação mundial<sup>46</sup>**

O artigo de Mancuso<sup>47</sup> é bastante extenso, pois apresenta uma análise de conjuntura da situação mundial articulando-a à tendências estruturais da dinâmica do capitalismo. Vamos apresentar aqui apenas seus argumentos relativos a crise da civilização capitalista que ao seu ver, associa-se atualmente a globalização neoliberal e as resistências altermundialistas que a contrapõem.

Segundo Mancuso a crise de civilização capitalista em sua fase atual – a da globalização neoliberal – se apresenta como um período de transição na história, onde reaparecem, dilemas pretéritos como “Socialismo ou barbárie”, como dizia Rosa Luxemburgo no início do século 20. É mais recentemente, sublinha “Outro mundo é possível, afirmou o Fórum Social Mundial no primeiro ano do século 21”.

---

<sup>46</sup> [http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=5475](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5475) acessado em 18.02.2012.

<sup>47</sup> Historiador e membro do comitê organizador do FSM Grande Porto Alegre.

Mancuso, claramente na esteira nas análises de Wallerstein sobre o sistema-mundo, afirma que o ‘sistema-mundo’ capitalista (o mercado mundial globalizado) vive uma crise estrutural, intimamente vinculada

as suas contradições internas e desenvolve uma relação insustentável da sociedade humana com a ecologia do planeta. A razão dessa crise de civilização advém (como dizia Marx) do fato de o capitalismo só poder existir e se reproduzir através da exploração das duas fontes de riqueza: o trabalho humano e a natureza. O capitalismo, historicamente progressista (como ensina o próprio Manifesto Comunista de Marx e Engels), em sua fase tardia e senil transformou-se em crise civilizatória (como destaca o Programa de Transição de Trotsky): anti-humanista e antiecológica

Essa crise civilizatória segundo Mancuso, “anti-humanista e antiecológica”, se adensou a partir da

globalização imperialista e neoliberal, hegemônica desde 1980 – com o “momento unipolar” dos EUA nos anos 1990 e a “nova ordem mundial” instaurada depois da queda do Muro de Berlim e do desabamento da URSS que pôs fim à Guerra Fria – levou a humanidade e o planeta a uma crise sistêmica

Argumenta, tomando como referência Hobsbawm, que após a Era de Ouro do capitalismo pós-Segunda Guerra (1945-1973), a economia mundial adentrou em um período longo recessivo, fazendo com que o capital inicia-se uma “ofensiva neoliberal global dos últimos trinta anos contra os trabalhadores”. Aponta nesse sentido, que a crise econômica e financeira deflagrada em 2008 nos países ricos, tida como a mais grave desde a crise de 1929, potencializa a idéia de que entramos em uma era de transição,

um período de bifurcação histórica onde a crise estrutural do “sistema mundo”, segundo Wallerstein, possibilita que a sociedade humana “escolha” alternativas de futuro (mais difíceis de concretizar quando o sistema está estável e se reproduz funcionalmente)

Indícios dessa bifurcação segundo o autor se expressam no fato “de que a América do Norte e a “velha” Europa estão perdendo o predomínio mundial em riqueza e poder para a Ásia (com a China “comunista” à frente) e os países dos BRIC`s”. Não tem dúvidas de que a geopolítica mundial “sofre um deslocamento de poder (relativo) do Ocidente para o Oriente, do Norte para o Sul global”.

Guerras imperialistas fracassadas (Afeganistão, Iraque), estagnação econômica e a maior crise financeira desde 1929 impactam fortemente a tríade capitalista – EUA, União Européia e Japão – nos primeiros anos do século 21. As teses proféticas de Marx e Engels no Manifesto Comunista (1848) sobre a globalização do capitalismo; a teoria do imperialismo de Lenin em Imperialismo, fase superior do capitalismo (1916), assim como a lei do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky (1905/1930) – base da teoria da revolução permanente –, demonstram absoluta atualidade tanto para a compreensão teórica do capitalismo como para a ação política socialista e revolucionária nesse início de século 21

Neste ponto Mancuso demonstra a vitalidade dos clássicos na apreensão contemporânea dos movimentos do capitalismo e suas contradições, vitalidade que para alguns inexistia até pré-crise. Diante dessa vitalidade o autor crê na possibilidade de um “Internacionalismo do século 21”, já inaugurados através do movimento altermundialista e o Fórum Social Mundial. O grande desafio, segundo o autor, reside na capacidade de

articular mais e melhor as forças políticas antissistêmicas e socialistas, construir alianças com os governos democráticos e populares, e criar estratégias revolucionárias e alternativas políticas concretas (além de novos paradigmas de desenvolvimento sustentáveis) à crise civilizatória da globalização capitalista e imperialista, destruidora dos direitos humanos e sociais e do meio-ambiente

Mancuso sublinha que dessa crise, “as novas resistências e revoltas populares possuem uma alternativa estratégica à ordem mundial em crise”, pois o importante, assinala, é

que estamos em outra fase da luta de classes internacional, difícil, certamente, mas sem dúvida melhor do que as últimas décadas, completamente dominada pela ofensiva neoliberal. Um novo período em que governos democráticos e populares buscam construir as bases de um projeto pós-neoliberal, enquanto se acumulam movimentos e sinais, ainda fragmentados de que um estado de rebelião internacional parece estar se gestando no interior da crise de transição que estamos vivendo mundialmente

O autor vê uma renovação dessa outra fase de lutas nas recentes “revoluções árabes, o movimento dos indignados na Espanha e o Ocupe Wall Street nos Estados Unidos”, onde combinam a ocupação da praça pública com o direito de rebelião e apontam que o território da cidade em lutas e contradições pode indicar “rumo alternativo,” na busca de “uma sociedade mundial democrática, sustentável e solidária. Na última década, enfatiza, que o movimento

altermundialista ilustrou na prática “como globalizar a luta pela paz e contra a guerra, pela justiça social, pela democracia e pela defesa dos direitos humanos das atuais e das próximas gerações”<sup>48</sup>. Concluindo sobre este ponto relativo aos impasses e lutas relativos a crise do capitalismo e da civilização salienta que,

Somente um processo de revolução democrática global pode levar às transformações das relações sociais em escala mundial, influenciando o período de transição aberto pela crise de civilização capitalista em um sentido ecossocialista

Depois de apontar a crise civilizatória e os movimentos altermundialista inscritos em um momento de transição cujo futuro incerto desenha-se no interior de lutas globais, o autor argumenta que a crise europeia atual é em boa medida não apenas mais uma crise do capitalismo, mas uma crise dos países imperialistas.

Para Mancuso, a crise europeia, que despontou após o “estouro da bolha imobiliária e da queda de Wall Street nos EUA em 2008”, se iniciou como

crise financeira – quando os governos para evitar o colapso sistêmico injetaram trilhões de dólares e de euros nos bancos – mas evoluiu para uma grave crise fiscal dos países da zona do euro

Argumenta que, agora “sob a pressão dos mercados que haviam sido salvos pelo dinheiro público, os governos europeus, sob a batuta do FMI, do Banco Central Europeu e da Alemanha”, deflagra-se um ataque sistemático às conquistas sociais dos trabalhadores e ao Estado de Bem-Estar, “jogando a conta da crise financeira nas costas da maioria da sociedade e impondo uma Era de Austeridade que vai levar a União Europeia à recessão prolongada”.

---

<sup>48</sup> “Para que homens e mulheres possam construir um futuro melhor para a humanidade, é preciso um esforço estratégico de articulação de uma frente única entre os novos e os antigos movimentos sociais antissistêmicos, entre os poderes locais democráticos e as organizações cidadãs que emergem da sociedade civil, tecendo alianças com governos nacionais e blocos regionais progressistas, visando impor aos poderes econômicos dominantes, aos governos imperialistas e ao sistema internacional hegemônico, uma democratização real, autêntica, que abra perspectivas concretas de transformação no sistema mundial”.

Resulta desse processo o que o autor chama de “ à Era da Austeridade,” que pode ser definida como,

um ataque patronal sem precedentes aos trabalhadores e ao Estado de Bem-Estar Social desde a contra-revolução neoliberal dos anos 1980 e 1990. Isso significa dizer que as vítimas da crise (a maioria da sociedade) pagarão o custo da crise produzida pelos mercados e seus executivos super-ricos. Esta profunda injustiça social que já produziu mais de 30 milhões de desempregados apenas no continente europeu está se revelando um grande detonador político

Para Mancuso, está evidente que os países centrais do capitalismo, sob pressão e chantagem dos mercados e pelas diretrizes das instituições financeiras globais,

estão aproveitando o choque provocado pela crise econômica e o crescimento da dívida pública (originada exatamente para salvar os mercados responsáveis pela crise) para impor uma nova onda de contra-reformas liberais e medidas anti-sociais aos trabalhadores, aposentados, estudantes e funcionários públicos

Mancuso ressalta que em nome do perigo gerado pelo aumento massivo do déficit público “– causado pelo custo exorbitante do salvamento dos bancos, sem que isso tenha servido para impor algum controle público sobre o sistema financeiro –“ assiste-se as desmedidas impostas aos “países periféricos da zona do euro mais impactados pela crise de endividamento: Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha, além de países do Leste europeu”. Esse *status quo*, na perspectiva de Mancuso parece indicar que “o projeto neoliberal da União Européia está em cheque e não parece ter futuro”.

Concluindo seu artigo Mancuso ressalta que

o futuro desses países e regiões, tanto os desenvolvidos como os “emergentes” e os subdesenvolvidos, está em conquistar tanto a soberania como a “democracia real” das suas sociedades, a integração de seus povos e territórios, construindo um novo paradigma de desenvolvimento sustentável e solidário<sup>49</sup>

Aponta, como horizonte prático do futuro a ser conquistado, algumas experiências da América do Sul, pois teria “avançando nesse sentido na última década,” em outras palavras,

---

<sup>49</sup> O autor sugere que indícios de reconstrução da soberania e da instauração de uma democracia real se viu no exemplo da Primavera Árabe que “resgatou a praça pública como espaço de democracia e liberdade, inspirou o movimento dos Indignados na Espanha, que atravessou o Atlântico e despertou o movimento Ocupe Wall Street nos Estados Unidos”

buscou “construir regionalmente alternativas pós-neoliberais,”, o que deveria, sugere o autor, “servir de inspiração para os setores democráticos e a esquerda política e social da Europa e dos Estados Unidos, para a saída da crise atual.”

### **Sete princípios para libertar a sociedade do domínio dos mercados financeiros<sup>50</sup>**

Diante dos impasses acerca das políticas para fazer face a crise europeia o texto da Attac<sup>51</sup> é categórico ao apontar o Banco Central Europeu (BCE) e o Euro como símbolos das políticas que entregam o controle da economia europeia “aos bancos privados e aos mercados financeiros, a pretexto de uma suposta crise das dívidas públicas”.

Fazendo coro com a maioria das análises veiculadas por Cartamaior a rede europeia Attac afirma que a Troika (BCE, Comissão Europeia e FMI) e os Governos da UE estão basicamente realizando a destruição do bem-estar social, ao mesmo tempo que impõe medidas de austeridade destrutivas, obrigando, pois, as pessoas a pagar dívidas pelas quais não são responsáveis.

Segundo o documento, o “modelo neoliberal da integração europeia” , de um lado, “acentuou as diferenças entre os países periféricos e os do centro” e, de outro, “aumentou as desigualdades dentro e fora da Europa ao encorajar o dumping social, ambiental e fiscal”. Sem meias palavras enfatizam que os Governos da UE deram mais um passo no sentido de “destruir a democracia, ao impor aos seus Povos e Parlamentos processos tecnocráticos”, o que teria ficado evidente nos exemplos da Grécia e Itália, onde estariam em prática “processos destrutivos de redução de dívida”.

Segundo o documento,

O funcionamento democrático da UE está também colocado em causa pela criação do ‘Grupo de Frankfurt’ – constituída pela chanceler da Alemanha, o presidente de França, o governador do BCE, o presidente do Eurogrupo, a directora-geral do FMI e os dois presidentes da UE -, que definem as linhas políticas estratégicas em nome da urgência da crise

---

<sup>50</sup> [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=19734](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19734) acessado em 10.03.2012

<sup>51</sup> (Associação para a Taxação das Transacções Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos), Attac é um movimento internacional que trabalha para alternativas sociais, ambientais e democráticas no processo de globalização. Teve origem em França em 1998, encabeçando no início do século as manifestações contra a globalização.

Desta forma, informam, “a já frágil legitimidade da UE e os seus processos de decisão ficam cada vez mais debilitados”. Diante desse ataque ao social e a democracia perpetrado pelos mercados financeiros a rede defende 7 princípios para “libertar as sociedades do domínio dos mercados financeiros e coordenar políticas econômicas, monetárias, sociais e ecológicas progressivas”.

- 1) Retirar as finanças públicas dos mercados financeiros: permitir financiamentos públicos democráticos, através de um Banco Central controlado democraticamente, que financie diretamente os Estados;
- 2) Sair da armadilha da dívida: acabar com as políticas de austeridade e avançar com processos de auditoria que levem a cancelamentos da dívida. Os bancos e os agentes financeiros privados devem também assumir perdas;
- 3) Dar às finanças públicas uma base sustentável: aumentar os impostos sobre os ricos e os lucros das grandes empresas e harmonizar os impostos a nível europeu para erradicar o dumping fiscal;
- 4) Desarmar os mercados financeiros e colocar os bancos sob controle público: proibir movimentos especulativos prejudiciais (por exemplo, vendas de curto prazo, especulação nos produtos derivados, movimentos *over-the-counter*, trocas de alta frequência), e impor uma taxa de pelo menos 0,1% a todas as transações financeiras. Regular de forma sólida os bancos (separar a banca comercial da banca de investimento, dismantelar os bancos ‘demasiado grandes para quebrarem’);
- 5) Permitir o financiamento público e democrático da economia: criar um setor bancário cooperativo e público que esteja sob o controlo democrático, para garantir o financiamento das necessidades sociais e económicas, garantir os direitos sociais e financiar uma transição ecológica. As políticas de comércio internacional devem ser revistas para cumprirem estes objetivos, em cooperação com os países em vias de desenvolvimento.
- 6) Uma Europa para os Povos, não para os lucros: promover políticas económicas e sociais a nível europeu e recuperar e expandir os serviços públicos, para reduzir desequilíbrios, promover a transição ecológica das economias, garantir altas taxas de emprego, promover a igualdade de género e expandir os direitos económicos e sociais

básicos (saúde, educação, habitação, informação, cultura, bem-estar social, etc) e garantir que são assegurados por uma rede 100% pública.

- 7) Democracia Já: Iniciar um processo constituinte de modo a democratizar os processos de decisão a todos os níveis; elaborar democraticamente um novo Tratado europeu ratificado em referendos realizados em todos os países e apoiar e promover um debate público e transparente sobre caminhos para a Europa e políticas alternativas para a UE.

### **Capitalismo em crise e os meios de superá-la<sup>52</sup>.**

*Tenho uma recomendação a fazer a quem luta pelo socialismo. A todos e todas sem exceção. Este é um bom momento para estudar o capitalismo realmente existente. Abandonemos as fantasias cordatas: é mesmo útil saber em que mundo é que se tem os pés assentados, conhecer o poder e as ambições do capital, reconhecer as dificuldades e a vertigem da grande depressão. E, já agora, começar por ler o que a finança escreve sobre si própria. Não há melhor professor do que a realidade” Francisco Louçã<sup>53</sup>.*

Louçã em seu artigo apresenta alguns temas e argumentos de textos que segundo ele “são um retrato da perturbação que se está a viver. Nos mercados, nas ideias, nas políticas, nos alinhamentos sociais”. Seu foco de análise é o *o Financial Times*, e a revista *Newsweek*, o primeiro publicou uma série de artigos de debate sobre um tema comum: o “futuro do capitalismo”. Informa que a crise financeira anterior e a recessão do ano de 2009 levaram o jornal a convidar especialistas, governantes e analistas a discutirem o tema. Três anos depois comenta “o mesmo diário convida-nos a lermos um novo debate, desta vez sobre ‘o capitalismo em crise’. Registra que a mudança do enunciado do tema é por si só reveladora da aflição.

Em relação à revista, comenta que seus debates sobre “como remendar o capitalismo” merecem atenção porque “revela um sistemático trabalho de desmantelamento dos mitos do capitalismo”, o que sugere, segundo Louçã, “antes de mais que os defensores do castelo são os primeiros a reconhecer as fragilidades da muralha”. Em conjunto, *O Times e a Newsweek* apresentam “argumentos sobre quatro grandes brechas deste capitalismo da era da globalização”.

---

<sup>52</sup> [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=19660](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19660) acessado em 25.02.2012

<sup>53</sup> Francisco Anacleto Louçã (Lisboa, São Sebastião da Pedreira, 12 de Novembro de 1956) é economista e político português.



Primeira brecha: o capitalismo cresceu e a desigualdade cresceu mais ainda.

Louçã informa a partir dessas fontes que “O capitalismo foi um enorme sucesso social à custa de uma enorme tragédia social”. O capitalismo teria mudado tudo, destruindo e construindo. “E cresceu: segundo os cálculos de Angus Maddison, citados pela Newsweek, o produto mundial cresceu sete vezes desde o ano 1 da nossa era até 1820, ao longo de dezoito séculos, e cresceu setenta vezes nos dois séculos seguintes, até hoje – quase cem vezes mais depressa.”. Informa que a aceleração do tempo do capitalismo é retratada por este crescimento alucinante<sup>54</sup>, e que “quanto mais grave uma crise, mais crescem os rendimentos do topo”

Segunda brecha: a segunda grande depressão mobiliza o autoritarismo social contra alguns dos fundamentos da civilização

Analisando essa segunda brecha Louçã conclui que “autoritarismo social cresce com as soluções liberais durante a depressão, em particular com a economia da dívida”, onde os bens públicos são

desgastados ou destruídos, em nome de um processo de acumulação acelerado que atinge esses fundamentos da civilização. Só o autoritarismo pode permitir impor a perda dessas referências civilizacionais que são as bases da democracia representativa. O ‘capitalismo em crise’ é portanto parteiro da democracia em crise

Terceira brecha: a propriedade não determina a economia, mas há um poder invisível que decide. Louçã informa que Capitalistas tradicionais são superados “por outros decisores, uma casta de administradores onnipotentes.”

A propriedade dispersa-se tanto mais quanto mais se concentra o seu poder, e existe uma cabeça que fala por ela, uma nova burocracia. (...)Estes novos generais e bispos moram nas finanças. Gerem massas colossais de poupanças e de capital, recebem os seus prêmios em função de aplicações de curto prazo, manipulam as contas e as economias para se recompensarem a si próprios, como se queixam Rogoff, o homem do FMI, ou Ed Miliband, o chefe dos trabalhistas britânicos. A especulação deixou por isso de ser uma forma de gerir crédito e de distribuir rendimentos e mais-valias entre os proprietários do

---

<sup>54</sup> “Só que o crescimento foi sempre desigual e é cada vez mais desigual nos dias de hoje. Diz a Newsweek: em 2010, os rendimentos dos administradores das grandes empresas norte-americanas foram 28% superiores aos do ano anterior (uma média de 10,8 milhões de dólares cada), cerca de 325 vezes mais do que média dos seus trabalhadores.”

capital, passou a ser uma forma de acumular capital em prejuízo dos sectores submetidos da população e mesmo de parte das classes proprietárias.

Registra do jornal que entre 1977 e 2010, o volume das operações bancárias com câmbios subiu 23000% e os negócios com moedas e títulos de dívida representam agora 80% dos lucros dos maiores bancos. Ressalta que “É contra os Estados que se faz a acumulação de capitais, que é sempre protegida pelos Estados”, além disso, acrescenta que tem outro elemento que não é identificada pelo debate do jornal, que é “a expropriação do trabalhador, agora como pagador de impostos, torna-se a chave dos rearranjos propostos na vertigem liberal”. Sobre este ponto, conclui que a captação de impostos é convertido para economia da dívida, “criando rendas garantidas a longo prazo”, o que caracteriza “uma forma predominante de apropriação de valor. A isso chama-se, como todos sabemos, ‘reformas estruturais’.

Quarta brecha: a crise financeira é também uma crise de legitimidade.

Louçã informa que no quarto ano da crise, o que “começaram a chamar a ‘segunda grande depressão’, há dois pilares da hegemonia do capitalismo que têm sido atingidos, segundo o debate do FT”.

O primeiro desses pilares, registra Louçã, “é a credibilidade social do mercado e do capital como centro diretor da sociedade”. Comenta que o capitalismo tinha sido apresentado até então como “uma meritocracia auto-regulada”, mas registra que os autores que escrevem no FT “perderam a fé e descobriram que a capacidade de afetação de recursos e de incentivos por estes mercados é pelo menos deficiente”.

Por fim, registra que o segundo dos pilares em crise “é a própria credibilidade da teoria econômica em que assenta o neoliberalismo.” Extraído das conclusões da Newsweek, sublinha que “a teoria econômica tem sido a religião secular da modernidade”, pois ela desenvolveu

uma liturgia tranquilizante (os seus textos sagrados), criou um corpo de sacerdotes (os economistas doutrinários) e um conjunto de regras de comportamento imperativo (as regras de mercado). Todos se baseiam num embuste.

O embuste está no fato de que “as leis não funcionam. E não funcionam no sistema financeiro, antes de mais”. Lembra que em um artigo do FT,

com algum humor, cita um estudo antigo da universidade de Berkeley (existem outros ainda mais sarcásticos), que comparou os resultados de previsões financeiras feitas por macacos que fazem marcas ao acaso num quadro de empresas cotadas na Bolsa, com as sérias previsões feitas por distintos analistas financeiros. Os macacos ganharam

A partir da observação e análise dessas duas grandes referências, FT e Newsweek, Louçã sintetizou os impasses que a crise em vigência explicita a partir de textos que se detinham sobre a crise do capitalismo e as formas de repará-lo. Conclui basicamente que a atual Teoria econômica que faz apologia ao neoliberalismo é uma religião que está no fundamento da crise, legitimando a ilusão de um mercado auto-regulado, contribuindo para acumulação protegida pelos estados à revelia da questão social. O lado ‘bom’ da análise é que o sistema perde legitimidade e autores conservadores começam a admitir que o capitalismo tem ‘brechas’ e precisa de reparos.

## **CONSIDERAÇÕES INTERMEDIÁRIAS**

De maneira um tanto sintética podemos afirmar, para além das diferenças analíticas, que o Cartamaior privilegiou autores e interpretações cujas análises sobre a crise econômica e financeira a concebem como:

- A) Uma crise sistêmica, não apenas do capitalismo, mas da própria civilização ocidental, admitida inclusive por apologistas do capital. A crise anti-humanista e antiecológica se adensa.
- B) De par com a crise do capitalismo acentua-se a crise das democracias e soberanias europeias, do projeto de integração europeu, da zona do euro em crise fiscal etc..
- B) Tem origem nos processos destrutivos da globalização; nas políticas neoliberais; nos processos de financeirização da economia realizados sob a guarda de um pensamento econômico com uma fé cega na ‘auto-regulação do mercado’. Os male causados pelo Neoliberalismo é consenso.
- C) Tem consequências sociais nefastas como a destruição do Estado de bem-estar social europeu, dos direitos trabalhistas, da ação sindical, além da socialização das perdas geradas pela crise, acentuação das desigualdades, pobreza. O resultado são levantes e revoltas sociais orientados para reinvenção da política há muito desgastada na figura dos Estados Nacionais, Partidos, Sindicatos e Movimentos sociais tradicionais.

E) E diante desse cenário – quadro da “era da austeridade” as análises que apresentam horizontes de equacionamento da “crise” variam de uma reforma no sistema através da radicalização da democracia, regulação dos mercados financeiros à potencialização de movimentos altermundialistas e de uma nova fase de lutas e revoltas populares que tomam como norte a ‘hipótese comunista’ enquanto ideia de emancipação da humanidade. Fato é que as análises revelam um feixe de crises que apontam para uma transição que está a ocorrer, resultado de mudanças estruturais no modo de funcionamento do capitalismo.

#### **4.1.3 IHU ONLINE E A CRISE DO CAPITALISMO EM QUESTÃO.**

Para título de informação vale aqui registrar o que é Instituto Humanitas Unisinos – IHU.<sup>55</sup> Foi criado em setembro de 2001, por ocasião do Simpósio Internacional O Ensino Social da Igreja e a Globalização, o Instituto é a atualização da inspiração dos Centros de Investigación y Acción Social – CIAS. Assim, ele quer favorecer e contribuir significativamente para que a dimensão social, isto é, "a opção pelos pobres e a promoção da justiça, a defesa dos direitos humanos e a ecologia", sejam "parte essencial da imagem pública dos jesuítas na Igreja e na sociedade". Em seu site Ihuonline, funcionando desde 2011, veicula-se semanalmente artigos, entrevistas e análises de conjuntura de caráter multidisciplinar sobre temas e problemas que acontecem no Brasil e no mundo.

Dentre muitas entrevistas, artigos, publicações, selecionamos alguns registros que realizam análises acerca da natureza e dos desdobramentos da crise econômica, financeira e mais recentemente fiscal, que atinge de modo vital as economias dos países desenvolvidos.

#### **A crise financeira e a lógica do capital<sup>56</sup>**

---

<sup>55</sup> <http://www.ihu.unisinos.br/sobre-ihu/genese-missao-rotas> Acessado em 13.02.2013

<sup>56</sup> <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/505966-acausafundamentalda-crisefinanceiraealogicadopropriocapitalismo>  
Sábado, 21 de janeiro de 2012

Nesta entrevista realizado por Ihuonline, Houtard <sup>57</sup> tece explicações sobre a natureza e as faces da crise, indicando que a atual crise é mais profunda e bastante daquela de 1929 e 1930, e que a dimensão mais evidente da atual crise é sua vinculação com a globalização e a economia financeira. Além dessas singularidades, ressalta que a atual crise não é nova, não é a primeira crise do sistema financeiro e é provável que não seja a última , destacando que a causa fundamental da crise financeira é a lógica do próprio capitalismo. “A crise financeira é devida à lógica do capital, que tenta buscar mais lucros para acumular capital, que é, dentro dessa teoria, o motor da economia”.

Vejamos alguns argumentos do autor segundo as perguntas realizadas. Perguntando sobre o cenário atual de crise responde que a mesma tem vinculação direta com o fenômeno da globalização, mas que o mais importante “e isso é diferente dos anos 1929 e 1930, é essa combinação com vários tipos de crises. Por exemplo, a crise alimentar, que foi conjuntural nos anos 2008-2009 e que correspondeu à crise do capital financeiro”. Enfatiza que o capital financeiro tem buscado novos lugares de especulação e o lugar foi a alimentação. Além disso destaca que o cenário atual aponta para uma vinculação de crises, mas que todas são devido direta ou indiretamente

à lógica do capital, que tenta buscar mais lucros para acumular capital, que é, dentro dessa teoria, o motor da economia. Se o capital financeiro é mais proveitoso do que o produtivo, ele faz a lei da economia mundial como é hoje. Assim, essa é evidentemente a lógica do capitalismo que provoca a crise financeira, que tem efeitos econômicos, porque tem efeitos sobre emprego, crédito e toda a economia

Perguntado sobre as consequências sociais da crise responde que as consequências financeiras da crise afetam os fundamentos da economia “Desemprego, custo de vida crescente, a exclusão dos mais pobres, a vulnerabilidade das classes médias, expandindo a lista de vítimas no mundo”. Acrescente que não é apenas um acidente ou abusos cometidos por alguns atores econômicos que precisam ser punidos,

---

<sup>57</sup>(Bruxelas ,1925) é um belga marxista sociólogo e padre católico. Estudou filosofia e teologia no Seminário de Mechelen (Bélgica) e tornou-se um sacerdote em 1949. Ele ganhou um mestrado em política e ciências sociais na Católica Universidade de Leuven (Bélgica). Formou-se no Instituto Superior Internacional de Urbanismo (Bruxelas, Bélgica). Ele ganhou um PhDem Sociologia pela Universidade Católica de Louvain UCL.

Somos confrontados com uma lógica que corre ao longo da história econômica do século passado. O desenrolar dos acontecimentos sempre responde à pressão das taxas de lucro (...) A causa fundamental da crise financeira é a lógica do próprio capitalismo, que torna o capital motor da economia. E seu desenvolvimento – essencialmente, a acumulação – leva à maximização do lucro. Se a financeirização da economia favorece a taxa de lucro e se a especulação acelerou o fenômeno, a organização da economia como um todo continua dessa forma. Mas um mercado não regulamentado capitalista conduz inevitavelmente à crise.

Em relação as as medidas adotadas pelas elites e governos para tentar superar essas crises afirma que a “A primeira solução é a do sistema” onde mudam uma coisa aqui, punem outro ali, mas no final das contas retomam “o processo de acumulação em bases saudáveis. Atores são alterados, e não se muda o sistema. Evidentemente não é solução”. A segunda alternativa segundo Houtard é propor regulamentos, destacando o papel dos Estado e organizações internacionais nesse sentido, mas que até agora não conseguiram avançar. Destaca que a ONU apresentou uma série de regulamentações muito avançadas,

Propôs a criação de um Conselho de Coordenação Econômica Global, em pé de igualdade com o Conselho de Segurança, e também um painel internacional de especialistas para acompanhar permanentemente a situação econômica global. Outras recomendações tratadas foram a abolição dos paraísos fiscais e do sigilo bancário e, também, maiores requisitos de reservas bancárias e um controle mais rígido das agências de notação de crédito. A profunda reforma das instituições de Bretton Woods foi incluída, bem como a possibilidade de se criar moedas regionais em vez de ter como referência única o dólar. Os regulamentos propostos pela Comissão Stiglitz para reconstruir o sistema financeiro e monetário, apesar de algumas referências a outros aspectos da crise, tais como clima, energia, alimentos – e apesar do uso da palavra sustentável para qualificar o crescimento – não têm a profundidade suficiente para fazer a pergunta: para que reparar o sistema econômico? Para desenvolver, como antes, um modelo que destrói a natureza e é socialmente desequilibrado?

É provável, indaga o autor, que as propostas para reformar o sistema monetário e financeiro serão eficazes para superar a crise financeira, “mas é suficiente para responder a desafios globais contemporâneos?”. Arremata enfatizando que as soluções até agora tem sido realizadas dentro dos marcos “do capitalismo, um sistema historicamente esgotado, mesmo que

tenha ainda muitos meios de adaptação. A gravidade da crise é tal que devemos pensar em alternativas, não somente em regulações”.

Por fim, perguntado sobre quais são as outras alternativas para fazer face a crise financeira, responde que o primeiro passo seria questionar o próprio modelo de desenvolvimento, pois a multiplicidade de crises que foram explicitadas nos últimos tempos seria

resultado da lógica de mesmo fundo: uma concepção de desenvolvimento que ignora as ‘externalidades’ (danos naturais e sociais); a ideia de um planeta inesgotável; o foco no valor de troca em detrimento do valor de uso; e a identificação da economia com a taxa de acumulação de lucro e do capital que cria, conseqüentemente, enormes desigualdades econômicas e sociais. Esse modelo resultou em um crescimento espetacular da riqueza global, mas seu papel histórico se perdeu, devido à sua natureza destrutiva e da desigualdade social que resultou

As explanações finais de Houtard são uma chamada para que todos discutam alternativas ao modelo econômico capitalista prevalente hoje, revendo “o próprio paradigma (orientação básica) da vida coletiva da humanidade sobre o planeta, conforme definido pela lógica do capitalismo, que hoje é global”. Sublinha que a vida coletiva é composta por quatro elementos que ele chamam de base, a “relação com a natureza; a produção da base material da vida física, cultural e espiritual; a organização social e política coletiva; e a leitura do real e autoenvolvimento dos atores na sua construção da cultura”. Essa é a tarefa delegada para as sociedades pois as alternativas não chegaram só segundo o autor, daí a necessidade da pressão dos movimentos sociais e movimentos políticos no sentido de

redefinir os objetivos fundamentais da presença humana no planeta e o desenvolvimento humano no planeta. E isso significa transformar a relação com a natureza. Passar da exploração ao respeito. Significa outra definição da economia. Não somente produzir um valor agregado senão produzir as bases da vida. Da vida física, cultural, espiritual de todos os seres humanos no planeta. Isso é a economia. Porém, isso não corresponde à definição do capitalismo. Também é preciso generalizar a democracia a todas as instituições, não somente políticas e econômicas mas também na relações humanas, relações entre homens e mulheres etc.

## **Aumenta a desigualdade, diminui a democracia<sup>58</sup>.**

“A desigualdade e o seu aumento inexorável são, ao mesmo tempo, causa e efeito da crise. Por que chegamos a este ponto?”. Esta é a pergunta que orienta as problematizações do economista francês Jean-Paul Fitoussi.

Fitoussi registra que os países industrializados, vieram de 30 anos de crescimento da desigualdade em coerência “com a doutrina dominante, que, a partir da revolução conservadora do início dos anos 1980, gerou uma conversão ao liberalismo, ao livre comércio, à desregulamentação”. O fenômeno, ilustra o autor, é caricatural nos Estados Unidos, “onde os 10% mais ricos viram a cota da renda nacional aumentar em 15%, enquanto o salário médio dos outros 90% conhecia uma estagnação”.

Destaca que hoje, a desigualdade é mais forte do que na véspera da crise, e salienta que a razão é a seguinte: “se há uma estagnação da renda da grande maioria da população, a demanda global é baixa. Para combater essa insuficiência, a política monetária torna-se expansionista”. Assim as pessoas com “dificuldade para chegar ao fim do mês fez empréstimos, e assim a dívida privada aumentou”.

Nesse mesmo movimento de endividamentos que assolou o continente europeu em um contexto de crise Fitoussi informa que “há aqueles que tiveram benefícios com o aumento da desigualdade, isto é, os ricos, que viram a sua fatia da renda aumentar enormemente”. Enquanto acumulavam riqueza, destaca,

os ricos acendiam empréstimos, que se somaram às dívidas de necessidade do resto da população. Quando as bolhas estouraram, todas as economias do mundo se encontraram diante de um excesso de dívida privada que fez ruir as economias. Esse colapso diminuiu as receitas fiscais e, assim, aumentou o déficit público. Os governos tentaram combater os efeitos da crise com planos de recuperação financiados com recursos públicos: houve uma substituição entre dívida privada e dívida pública

Fitoussi argumenta que contribuiu para o aumento da desigualdade “foi a fé generalizada de que, para ganhar em competitividade em uma época de globalização, as coisas mais

---

<sup>58</sup> [http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_noticias&itemid=18&task=detalhe&id=49157](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&itemid=18&task=detalhe&id=49157) acessado em 06.11.2011



importantes eram diminuir o estado de proteção social, reduzir o custo do trabalho, não taxar os ricos para evitar que mudassem de país.” Desta forma, acrescenta, “diminuiu-se a progressividade do imposto e foram aliviadas as taxas apenas sobre as empresas”.

Por fim, o autor conclui afirmando que é urgente perceber,

que o sistema capitalista só pode sobreviver em um contexto onde a desigualdade é mantida sob controle. Deve ser restaurado o princípio-base da democracia, que é "uma pessoa, um voto", e não como o mercado indica, "um euro, um voto". São necessários compromissos entre princípios contraditórios. O capitalismo conheceu seus períodos de glória quando alcançou esse compromisso, aumentando, por exemplo, a proteção social, fator crucial de estabilização. É necessária, em suma, a consciência de que, se a desigualdade for muito elevada, apresenta-se um sério problema político de regressão da democracia

## **ENTREVISTAS QUE TRATAM DA CRISE INTERNACIONAL**

Vamos aqui apresentar trechos de algumas das dezenas de entrevistas realizadas e publicadas pelo IHU e reunidas no Cadernos IHU em formação Ano 5 – Nº 34 – chamado “A crise mundial do capitalismo em discussão”, edição feita exclusivamente para pensar as causas e os desdobramentos da crise internacional.

### **Política do comum. Uma alternativa à crise econômica mundial?<sup>59</sup>**

Nessa entrevista, Cocco explica que a crise atual aparece não como a crise do capitalismo financeiro, "mas como a crise do capitalismo contemporâneo". E explica que "todo o sistema do crédito, que pretendiam estar ligado a uma racionalidade matematizável, é na realidade baseado exatamente no crédito, na confiança, na crença e, portanto, em última instância, na relação

---

<sup>59</sup><http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/19474-politica-do-comum-uma-alternativa-a-crise-economica-mundial-entrevista-especial-com-giuseppe-cocco> acessado em 15.04.2011. Trata-se de um entrevista com o Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o pesquisador é membro do corpo editorial da revista francesa **Multitudes**, da revista **Lugar comum** e **Global Brasil**. Cocco é autor de diversos livros entre os quais citamos **Trabalho e Cidadania - Produção e direitos na era da globalização** (São Paulo: Editora Cortez, 2000) e **Biopoder e luta em uma América Latina globalizada** (Rio de Janeiro: Record, 2005), em parceria com Antonio Negri

social". E contra esse estado de coisas aposta na idéia do comum. Vejamos algumas de suas opiniões a começar pelo debate sobre a crise global do capitalismo a “chamada crise financeira” e a quilo que ele denomina de comum, um conceito que que permite “ pensar a política, o governo e a propriedade para além da falsa oposição entre Estado e mercado; entre privado e público”.

Em relação à crise, Cocco comenta, que muitos achavam os problemas e desequilíbrios atuais “ fossem gerados pela existência de uma esfera fictícia, meramente financeira, separada do capitalismo do que seria um capitalismo industrial” , mas a realidade da crise segundo o autor é outra, pois de um lado, “ela tem um impacto generalizado profundo, e a cada dia parece ser mais dramático”, e de outro “ não tem nada a ver com uma separação do que seria a finança da indústria”. Desta forma, destaca, “a crise aparece não como a crise do capitalismo financeiro, mas como a crise do capitalismo contemporâneo. Este capitalismo contemporâneo, na realidade, é um capitalismo que precisa explorar as redes sociais, ou seja, a própria vida”. Isto significa, segundo Cocco, que

é um capitalismo que não investe mais apenas o trabalho na sua organização separada, como uma economia da vida baseada na divisão fundamental entre o tempo de vida e o tempo de lazer ou entre o tempo de vida e o tempo de trabalho, mas investe na vida como um todo. Um mecanismo fundamental dessa nova dinâmica, da importância nova do capitalismo financeiro como nova forma de ser do capitalismo em geral, diz respeito aos fundos de pensão

A partir desse exemplo pode-se se pensar, segundo Cocco, o conceito de Comum. Pois esses fundos de pensão se tornam fatores fundamentais no processo de financeirização capturando uma parte da renda dos trabalhadores ligada a aposentadoria, um componente público e passando para “dinâmica privada no mercado das ações e das obrigações. Ao mesmo tempo, essa criação monetária que não é mais operada pelo Estado, mas pela intervenção dos fundos de pensão nos mercados”. Nesse tipo de processo Estado e mercado não são opostos, inimigos, duas realidades distintas, daí para o autor a necessidade de uma política do comum para resolver esse tipo de questão.

A ideia da política do comum para Cocco, “é, em primeiro lugar, a de que uma alternativa entre Estado e mercado é uma falsa alternativa”. Comenta que uma maneira para entender isto é a discussão sobre a crise financeira atual.

Se analisarmos o que está acontecendo, de maneira muito nítida vemos que, depois de quase 30 anos de hegemonia do discurso neoliberal sobre o mercado como o espaço de racionalidade embasado na lógica do individualismo egoísta, da competição e da concorrência, depois de décadas de privatização, desregulamentação e flexibilização, quando se dizia que o mercado era o único horizonte e que, na firmação desse horizonte, a história tinha acabado, o que assistimos agora é que por trás do mercado e da moeda, há o Estado. Todo o sistema do crédito não é ligado a nenhuma racionalidade matematizável, mas é baseado exatamente no crédito, na confiança, na crença e, portanto, em última instância, na relação social. Por trás do mercado há o Estado que, atualmente, aparece de maneira maciça dando dinheiro para os bancos e tentando impedir a precipitação sistêmica da crise

Quer dizer, segundo o autor, o Estado que intervém hoje aparece como pano de fundo do mercado e o mercado como pano de fundo da intervenção estatal, “ Estado e mercado andam juntos, e a moeda é uma relação social. Não adianta discutir volume de moeda e de investimentos, a não ser em termos de significação e de democracia, de investimento social e de relações de força”. Nesse sentido, argumenta,

pensar a política do comum é dizer que nós precisamos ir além disso, o que significa que a verdadeira alternativa está na capacidade que nós teremos ou não de construir uma esfera política adequada a nova natureza do trabalho. Um trabalho que é cada vez mais ligado à produção de conhecimento, a sua dimensão linguística e comunicacional, portanto, social, intelectual e afetiva, ao mesmo tempo, é um trabalho que está dentro das relações sociais que integram produção e consumo, em um processo de valorização que está dentro da circulação

Depois de apresentar as linhas gerais do que seria a política do comum como solução para a falsa alternativa entre Estado e Mercado , Cocco enfatiza a necessidade inevitável de aprofundar a dinâmica da democracia dentro do processo de globalização no quadro de uma crise sistêmica dos mercados. Por fim, realça que “ O que vai ter que acontecer para que os planos e as tentativas de enfrentar a crise sejam eficazes é uma renegociação, em âmbito mundial, da dinâmica da globalização”

## **A crise financeira é a crônica de uma morte anunciada<sup>60</sup>**

A mundialização do capital afirmada no Manifesto é, também, a mundialização de suas crises econômicas e políticas.

Em entrevista concedida ao IHU online o professor Alvaro Bianchi, de forma provocadora afirma que em tempos de crise o único conselho que capitalistas e liberais podem encontrar em O capital, de Marx, é que deixem de ser capitalistas e liberais. “A obra de Marx, e principalmente O capital, tem por objeto as contradições da sociedade capitalista e os limites postos ao capitalismo por essas contradições. São estas contradições econômicas, sociais e políticas as que provocam suas crises”, afirma Bianchi.

Perguntado sobre como a economia política vulgar contribuiu para a crise atual Bianchi argumenta que

A ciência econômica deixou de ter como objetivo a investigação das contradições sociais e transformou-se em uma apologética. Marx chamava essa ciência econômica pós-ricardiana de “economia vulgar”. A principal característica da economia vulgar é que ela insiste em fixar-se nas formas de manifestação da mais-valia e da produção capitalista, ao invés de analisar a verdadeira natureza destas. Desse modo, se, no capital produtor de juros, que é a forma do capital financeiro, este aparece (e destaco a palavra aparece) como fonte independente de valor, os economistas vulgares tomavam essa aparência como sua essência. Este erro, que já havia sido denunciado por Marx em seus escritos do começo dos anos 1860, pode ajudar a explicar a crise atual

Quando perguntado sobre o porque de muitos retomarem Marx como o centro das atenções no debate sobre a crise financeira internacional Bianchi responde que a crise financeira “é a crônica de uma morte anunciada”. Lembrando Marx afirma que a obra deste foi uma investigação sobre as contradições e os limites do capitalismo. Nesse sentido registra que nas últimas décadas, a liberalização e desregulamentação das finanças, do comércio e da força de trabalho tinham por objetivo superar os entraves à acumulação do capital que tinham levado ao esgotamento o modelo econômico do pós-guerra, assentado nos acordos de Breton Woods. E prossegue afirmando que,

---

<sup>60</sup> Alvaro Bianchi é doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp. Também é diretor do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) e secretário de redação da revista Outubro

A partir do final dos anos 1960, começou a ficar claro que o capitalismo enfrentava uma grave crise de superprodução. Um dos meios de superar essa crise foi incentivar fortemente o consumo mediante uma expansão do capital fictício (ações, títulos da dívida, derivativos etc.) e do crédito. Isso permitiu contornar os obstáculos à acumulação, mas, como estamos vendo agora, os novos obstáculos se revelaram ainda maiores. Aparentemente, o capital financeiro havia se tornado independente do processo de produção de novos valores

Por fim, Bianchi menciona que Para Marx, assim como para David Ricardo, era mais fácil encontrar no trabalho o fundamento do valor, mas hoje a expansão dos mercados financeiros torna mais difícil encontrar essa essência por detrás da aparência e a crise contemporânea assume também a forma de uma crise da medida do valor. “Os mercados são incapazes de dizer quanto os ativos realmente valém. Mas essa aparência só enganava os economistas vulgares, ou seja, aqueles que queriam ser enganados. Certamente essa aparência não enganou os leitores mais atentos de *O capital*”.

### **A lógica hegemônica do capital fictício<sup>61</sup>**

Em entrevista concedida ao Ihuonline, Carcanholo evidencia pouca esperança em grandes mudanças positivas no atual quadro de crise financeira. Para ele, uma transformação no modelo econômico capitalista só irá ocorrer “se os seres humanos se propuserem a isso, e se, de fato, esse projeto for historicamente exequível”. Para além de uma interpretação marxista, aponta, “o período neoliberal manifestou sua crise ideológica e política de forma aguda com esta crise financeira atual”. A única alternativa para o capital, nesse momento, é contar com a atuação do Estado. “Isto significa que o Estado arcaria com esses prejuízos, no sentido de que adquire esses títulos sem nenhuma liquidez (sem possibilidades de revenda em mercados secundários), no final das contas, a custas do tesouro”, enfatiza. De qualquer modo, pondera, alternativas como essa podem amenizar situações de crise, mas não são eficientes para combatê-las.

Vejamos mais alguns de seus argumentos diante das perguntas realizadas.

---

<sup>61</sup> Marcelo Carcanholo é graduado em Ciências Econômicas, pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Economia, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e doutor na mesma área, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, Carcanholo é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e marxismo (NIEP-UFF)

Perguntado sobre as lições que o marxismo pode oferecer para solução de uma situação de crise, Marcelo é categórico ao afirmar que Marx, em especial, em “O capital”, não tem como objetivo resolver as crises do capitalismo, mas de evidenciar “como o processo de acumulação de capital, e mais especificamente suas leis (de tendência) gerais, pressupõe as crises econômicas,”. Em outras palavras,” as crises não são anomalias do sistema, mas partes integrantes de sua lógica”.

Carcanhoto enfatiza, que o processo de acumulação de capital é cíclico, por que, “para cada fase de crescimento na acumulação de capital, as contradições aprofundadas nessa fase levam, inexoravelmente, a crises, e estas, por sua vez, produzem consequências que permitirão uma nova fase de acumulação de capital”. Dessa forma, assinala,

nem o capitalismo acabará, por si só, em razão de uma crise econômica ainda que esta possa explicitar tanto as contradições do sistema que os seres humanos se proponham a transformar esse sistema social – e nem os crescimentos da economia são eternos

Além disso, Carcanhoto pontua que o livro III de “*O capital*” mostra, dentre outras coisas, “que o desenvolvimento do capital fictício potencializa o caráter dialético da acumulação de capital, e, em momentos de preponderância de sua funcionalidade, acelera o seu crescimento”. No entanto, assinala, “pelas mesmas razões, nos momentos de imposição de sua disfunção, ele potencializa os efeitos da crise, podendo ser até o fator detonador dessa fase”. Este é o momento em que se vive agora.

Perguntado sobre em que medida a regulação das instituições financeiras poderá acalmar o mercado financeiro e proporcionar um novo rumo para o capitalismo Marcelo Carcanholo responde que as regulamentações que desincentivem as tomadas de posições mais especulativas de instituições financeiras podem diminuir a instabilidade do sistema, mas que

a lógica que prevaleceu no capitalismo contemporâneo até agora foi justamente a oposta: desregulamentação e flexibilização de mercados. Do ponto de vista do capital fictício, isso representa um terreno construído para expansão de sua lógica meramente de apropriação de valor, sem contribuição direta para a sua produção. Isso le vou à crise atual. Quais as suas consequências e o seu tamanho? Isso é algo que só poderá ser trata do com rigor a posteriori. É possível uma nova “fase de ouro” para o capitalismo, com regulamentação do setor financeiro e participação do Estado? Pode até ser, mas não antes que todas as consequências – extremamente maléficas para os seres humanos – se

explicitem, e mesmo a retomada da acumulação de capital, dada a conjuntura atual

Marcelo acrescenta que no capitalismo contemporâneo, a lógica do capital fictício é tão hegemônica que até os trabalhadores passam a se comportar como se fossem proprietários de capital. Isso ocorre, segundo o professor, “porque quando os trabalhadores conseguem poupar alguma parcela de seus salários, do ponto de vista individual, aparece a questão: onde aplicar? Entra-se exatamente no terreno do capital fictício, de forma que os trabalhadores se sentem proprietários de um capital”. Do ponto de vista das classes sociais, assinala, “isso aprofunda também o fracionamento de interesses dentro da própria classe trabalhadora, algo já apontado pela reestruturação produtiva neoliberal”.

Diante desse cenário Marcelo acredita que a única “saída” para o capital é contar com a atuação “incisiva e decisiva do Estado na monetização de grande parte dos créditos podres explicitados na crise”. Isto significa, ao seu ver,

que o Estado arcaria com esses prejuízos, no sentido de que adquire esses títulos sem nenhuma liquidez (sem possibilidades de revenda em mercados secundários), no final das contas, a custas do tesouro. Em um contexto como esse fica difícil sustentar qualquer aporia (neo)liberal

### **“A crise financeira é só a manifestação da crise da sociedade capitalista”<sup>62</sup>**

Em entrevista ao Ihuonline o professor Nakatani apresenta sua explicação sobre a crise da sociedade capitalista cujo desenvolvimento, como bem analisado por Marx, “é o caminho para destruição da humanidade”.

Nakatani ao ser perguntado sobre a centralidade de Marx no atual conjuntura, responde que as atuais teorias econômicas burguesas tem tido respostas insuficientes para explicar o cenário de crise, daí repentinamente recorrerem às idéias de Marx. Essas teorias ‘burguesas’ para o autor são “todas as correntes derivadas do neoclassicismo e inclusive os keynesianos e

---

<sup>62</sup> Entrevista com Paulo Nakatani Paulo, é graduado em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre pela Universidade de Paris X, doutor pela Université de Picardie e pós-doutor pela Université de Paris XIII. Nakatani é presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), membro do conselho editorial da Revista de Economia Crítica, e professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

óskeynesianos. Todas elas defendem o capitalismo e não vislumbram nenhuma saída para a crise fora do modo de produção capitalista.” Segundo Nakatani um dos fundamentos da teoria neoclássica é o equilíbrio e nessa perspectiva não pode haver crise, a não ser por fatores externos, em outras palavras, a “culpa” é sempre dos outros, nunca do capital.

Para Nakatani são esses economistas,

naturalmente junto com políticos no poder, escolas, meios de comunicação etc., que capitanearam as ideias, proposições e políticas econômicas chamadas de neoliberais que nos conduziram à situação atual. Eles estão incrustados em todos os níveis e esferas da economia e do Estado, defendendo essas ideias, sugerindo as atuais medidas de intervenção e agravando ainda mais a crise do capital

Segundo o professor os keynesianos e pós-keynesianos acreditam, em maior ou menor grau, que o capitalismo pode ser regulado pelas intervenções do Estado, contudo, assinala Nakatani “ O principal equívoco deles, nesse caso, é que eles consideram que o Estado e o Mercado são instituições distintas e que uma pode intervir ou interferir na outra”. Quer dizer, é precisamente ao “ao contrário das teorias marxistas do Estado, nas quais a sociedade capitalista é uma totalidade contraditória em sua própria natureza”. Desta maneira destaca que a busca ou o retorno a Marx é a necessidade que alguns têm de compreender a natureza da crise”

Perguntado em que sentido Marx poderia ser visto como um caminho para entender a natureza do desenvolvimento capitalista no mundo atual, Nakatani responde, que para Marx desenvolvimento capitalista é o desenvolvimento da sua contradição fundamental entre as forças produtivas e das relações de produção, que a primeira tem produzido potencialmente para supressão da miséria e das desigualdades, já a segunda, as relações de produção impedem segundo o autor, “uma organização de uma forma mais equitativa e igualitária” de sociedade.

Por fim, respondendo acerca das origens da crise atual destaca que, a partir de Marx, que “as crises capitalistas de correm do excesso de produção, ao contrário das crises pré-capitalistas, quando ocorriam devido às insuficiências na produção”. Em última instância, comenta,

a crise capitalista é o resultado do excesso de produção de capital e de bens de consumo,(...) o excesso de capital acumulado, não encontrando espaços de acumulação na esfera real, onde se produz mercadorias para atender as necessidades humanas, dirige-se à esfera financeira



## CRISE FINANCEIRA MOSTRA REGIME EM BECO SEM SAÍDA<sup>63</sup>

Em entrevista realizada por Eleonora de Lucena, publicada pelo jornal Folha de S. Paulo (15-08-2011) e veiculada no site do Ihuonline, o economista Francês Chesnais responde a algumas perguntas sobre a crise do capitalismo, sobretudo, sobre suas causas. Vejamos os pontos centrais da entrevista.

Perguntado sobre a natureza da crise Chesnais responde que o momento atual é um novo episódio na crise mundial, começou em 2008 e teve seu ponto mais crítico em setembro de 2008, com a quebra do Lehmann Brothers, e não tem um final à vista. Argumenta que ela foi prenunciada pela crise asiática (1997-1998) e, no campo das finanças, pela quase quebra do Long Term Capital Management, no início da crise financeira russa. Registra ainda que “Eventos-chave nos anos 2000 e 2001 lançaram as bases para a eclosão da crise: o crash da Nasdaq, a resposta norte-americana ao 11 de Setembro, as guerras no Iraque e no Afeganistão, muito custosas política e financeiramente, e a entrada da China na Organização Mundial do Comércio”.

Quanto as causas da crise Chesnais aponta que é possível traçar paralelos com o passado para um melhor entendimento do que ocorre, mas que

em nenhum período anterior foram tão elevados a quantidade de ações e títulos, os ganhos dos rentistas e nem foi tão grande a quantidade em circulação do que eu chamo de "capital monetário elevado à enézima potência". Nunca os lucros financeiros foram tão altos em comparação com a atividade produtiva. Há as consequências da globalização neoliberal contemporânea. Nunca as finanças foram tão desreguladas. Nunca a capacidade dos governos de recuperar o controle sobre as finanças foi tão fraca. A extrema fraqueza da liderança política é uma consequência direta disso. Mas há uma nova dimensão da história do capitalismo.

Essa nova dimensão do capitalismo contemporâneo segundo Chesnais “é a crise ambiental, começando com as mudanças climáticas, que se desenvolve em paralelo à ascensão das finanças e de sua crise.” Por isso, acrescenta, “entramos nas piores condições possíveis numa era em que a civilização - como a concebemos, no Ocidente e no Oriente - está patinando”. Nossa era, realça, “é uma em que as enormes e concentradas forças econômicas estão sendo

---

<sup>63</sup> A análise é do economista marxista francês François Chesnais, 77, professor emérito da Universidade de Paris 13 e autor de "A Mundialização do Capital" (1996) e organizador de "A Finança Mundializada" (2005). In: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/46384-cri-se-financ-eira-mo-st-ra-regime-em-beco-sem-sa-ida-diz-chesnais> acessado em 12.12.2011

chamadas a agir em tempos de crise”, lembrando Naomi Klein e o que ela chama de "a doutrina do choque" salienta que “setores poderosos da sociedade não apenas protegem eles mesmos, mas usam catástrofes para ampliar sua dominação”

Perguntado sobre a atuação dos governos no atual contexto Chesnais é contundente ao afirmar que

as políticas fiscais anunciadas ou já decretadas são fortemente pró-cíclicas. Elas acentuam o beco sem saída do regime de crescimento e a incapacidade que a elite dirigente tem de imaginar qualquer outra maneira de reger a economia. Não haverá fim para a crise mundial enquanto os bancos e os investidores financeiros estiverem no comando, fazendo políticas totalmente dirigidas pelos interesses dos rentistas e dando respostas à crise dominadas por tentativas de dar sobrevida ao regime guiado pela dívida.

Além disso, pontua que uma das maneiras para se retomar algum crescimento é a “recriação e expansão da capacidade dos Estados de fazer os investimentos sociais e ambientais necessários e o estabelecimento de um sistema monetário internacional estável, não subordinado ao capital financeiro”. Contudo, acrescenta, que para isso ocorrer serão necessárias algumas condições como

o cancelamento de boa parte da dívida soberana, assim como de boa parte da dívida doméstica; o reestabelecimento de uma taxa correta para a renda das finanças e do capital (um retorno aos níveis de 1970 seria um começo); o reestabelecimento de um verdadeiro controle público do sistema de crédito; um controle restrito dos fluxos de capital e uma luta efetiva contra os paraísos fiscais

Por fim, pergunta-se a Chesnais o que ele pensava sobre as revoltas no Norte da África e no Oriente Médio, o movimento dos "indignados" na Espanha e os protestos em Londres. Chesnais responde de forma sucinta que esses movimentos precisam ser analisados com cuidado, mas que são “obviamente expressão de uma doença mundial criada pelo caminho tomado pelo neoliberalismo e pela dominação das finanças.”. De comum, ressalta o Francês, todos tem uma forte ligação com a juventude e

São todos reações ao extraordinário abismo social num tempo em que o consumismo é projetado mundialmente pela tecnologia contemporânea e pelas estratégias de mídia. Cada um tem suas idiossincrasias nacionais e suas trajetórias políticas. Em cada caso há uma diferente mistura de um componente fundamental democrático, com conteúdo anticapitalista. Reagem ao fato de a eles ter sido negada a posse de bens que outros da sua mesma geração possuem no seu cotidiano. A crescente percepção da corrupção político-financeira atiza a

indignação e, no caso dos jovens mais pobres, os faz usar os únicos métodos que têm à disposição

E como complemento, Chesnais se expressa a respeito do posicionamento dos partidos europeus, comentando que para os partidos conservadores, o posicionamento nessas situações é sempre sobre "lei e ordem", já a social-democratas está completamente em profunda confusão e finalmente destaca que as forças da esquerda têm sido fortemente puxadas para o jogo institucional. Em tom de preocupação finaliza a entrevista afirmando “ Tomara que a duração, a severidade e os altos riscos da combinação entre as crises econômica e ambiental permitam o renascimento de uma forma de atividade política que comece a realmente desafiar o sistema.”

### **A IGREJA E A CRISE<sup>64</sup>**

*"A crise financeira mundial demonstrou a fragilidade do sistema econômico atual e das instituições a elas conectadas", declarou o Papa em abril de 2011<sup>65</sup>*

Diante de uma conjuntura mundial marcada por múltiplas crises (financeira, econômica, ecológica, democrática, fiscal, alimentar etc) associados ao modo de funcionamento do capitalismo a Igreja, especialmente àquela subordinada ao Vaticano, não se furtou em elaborar “notas” para esconjurar os males que o sistema capitalista tem amplificado.

O documento no qual o Vaticano se posiciona a respeito é “*Por uma reforma do sistema financeiro e monetário internacional na perspectiva de uma autoridade pública com competência universal*”<sup>66</sup> onde a instituição defende a criação de uma nova autoridade financeira mundial que, no contexto de crise econômica, "regule o fluxo e o sistema das trocas monetárias", ultrapasse o sistema de Bretton Woods e envolva os países emergentes e os países em desenvolvimento na perspectiva da criação de uma "autoridade pública com competência universal" mais geral.

---

<sup>64</sup> <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/502166-e-preciso-uma-nova-autoridade-financeira-mundial-as-propostas-economicas-do-vaticano> acessado em agosto de 2012

<sup>65</sup> <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/502033-o-papa-quer-uma-reforma-do-sistema-financeiro-internacional> acessado em 09.08.2011

<sup>66</sup> Documento apresentado pelo cardeal Peter. K. A. Turkson e Dom Mario Toso do Pontifício Conselho Justiça e Paz,

Segundo o artigo da Ihu, o documento defende de imediato uma tributação do sistema financeira internacional, pois “Tal tributação seria muito útil para promover o desenvolvimento global e sustentável, segundo princípios de justiça social e da solidariedade; e poderia contribuir para a constituição de uma reserva mundial, para sustentar as economias dos países atingidos pelas crises, além da reabilitação do seu sistema monetário e financeiro”.

Segundo o documento, a atual crise financeira é o "efeito devastador das ideologias liberais", teve "um efeito devastador, sobretudo nas últimas décadas do século passado e nos primeiros anos do novo século, foi o estouro da crise na qual o mundo ainda se encontra imerso", diz o documento do dicastério vaticano.

"O que levou o mundo nessa direção extremamente problemática também para a paz? Acima de tudo, um liberalismo econômico sem regras e sem controles. Trata-se de uma ideologia, de uma forma de "apriorismo econômico", que pretende tomar da teoria as leis de funcionamento do mercado e as chamadas leis do desenvolvimento capitalista exasperando alguns de seus aspectos".

Além disso, o documento afirma que "Em um mundo em vias de rápida globalização, a referência a uma Autoridade mundial torna-se o único horizonte compatível com as novas realidades do nosso tempo e com as necessidades da espécie humana. Porém, não se deve esquecer que essa passagem, dada a natureza ferida dos homens, não ocorre sem angústias e sem sofrimentos”.

Por fim, Ninguém – afirma o documento apresentado pelo cardeal Peter K. A. Turkson e por Dom Mario Toso, presidente e secretário do dicastério da Santa Sé – pode se resignar a ver o homem vivendo como 'um lobo para outro homem', segundo a concepção destacada por Hobbes.

Ninguém, em sã consciência, pode aceitar o desenvolvimento de alguns países a despeito de outros. Se não se der um remédio às várias formas de injustiça, os efeitos negativos que daí derivarem no plano social, político e econômico estarão destinados a gerar um clima de crescente hostilidade e até de violência – diz o documento vaticano –, até minar as próprias bases das instituições democráticas, também daquelas considerados mais sólidas

Esse foi o último documento publicado pelo Vaticano que trazia uma mensagem específica para o desafio da crise econômica e financeira em vigência antes de ter sua imagem

desmoralizada , de um lado, diante de escândalos envolvendo padres com questões de pedofilia e, de outro, com a acusação de que ‘banco’ do vaticano não estava sendo ‘transparente’ com a prestação de contas para com seus fiéis, fatos que terminaram com a recente renúncia do Papa Bento XVI , Joseph Ratzinger. Agora a crise é também da Igreja!

## **CONSIDERAÇÕES INTERMEDIÁRIAS**

O conjunto das ideias e explicações sobre a crise econômica e financeira veiculadas pelo Ihuonline consideram entre outras coisas que;

A) A globalização é um fenômeno incontestável e que está vinculada direta ou indiretamente ao desenlace da crise que atinge o mundo

B) A reestruturação produtiva neoliberal e seus processos de liberalização e desregulamentação a partir de 1970 são os grandes responsáveis pelos processos de financeirização e sua falta de regulação atual

C) A referência a Marx é indispensável para se entender a atual crise do capitalismo, uma vez ela está relacionado ao processo de acumulação do capital e as contradições gerados no seu interior. Vale registrar que não é uma perspectiva absoluto no Ihu, uma vez que algumas análises creditam um valor fundamental a Keynes, no sentido de oferecer respostas a crise econômica.

D) Um certo tipo de economia e economistas possuem grande responsabilidade na difusão de princípios e valores de mercado que serviram para legitimar os processos que levaram ao deflagrar-se da crise.

De modo menos consensual e considerando as análises mais específicas vale registrar as considerações que concluem que; 1) atualmente, especialmente na Europa e Eua se aumenta a desigualdade e diminui-se a democracia (Fitoussi), 2) A crise financeira é resultado da contradição entre produção e apropriação da riqueza (Nakatani), 3) A única “saída” para o capital é contar com a atuação “incisiva e decisiva do Estado na monetização de grande parte dos créditos podres explicitados na crise”. (Carcanhoto), 4) A crise contemporânea é um forma de crise da medida do valor, onde a financeirização se torna independente da produção do valor (Bianchi). 5) O o cenário atual de tem vinculação direta com o fenômeno da globalização, mas que o mais importante e “e isso é diferente dos anos 1929 e 1930, é essa combinação com vários

tipos de crises. (Houtard), 6) A a crise financeira não é uma novidade histórica, mas “ Nunca os lucros financeiros foram tão altos em comparação com a atividade produtiva, nunca as finanças foram tão desreguladas e isso estaria relacionado as consequências da globalização neoliberal contemporânea. Que a extrema fraqueza da liderança política é uma consequência direta disso. (Quesnais), 7) A alternativa colocada em muitas análises entre Estado e Mercado para buscar soluções para os impasses da crise é uma falsa alternativa, pois “Estado e mercado andam juntos, e a moeda é uma relação social. (Cocco).

Por fim vale destacar que a ampla maioria das abordagens direta ou indiretamente colocam em cheque o modelo de desenvolvimento ocidental identificado com um crescimento que considera apenas a taxa de lucro e acumulação do capital cuja consequência principal é a reprodução e ampliação das desigualdades econômicas e sociais. Além disso, apontam que a saída para crise, entre posições Keynesianas e Marxistas , estaria no mínimo na busca de regulações dos mercados financeiros através de instituições e “autoridades mundiais”, e no limite se assenta em busca de alternativas radicais para forjar outra economia e sociedade.

O bem da verdade é que, assim como Estado e Mercado, reforma e revolução mas do que nunca se imbricam e se perfazem reciprocamente, de modo que a saída da crise não se encontra em posições extremas, e aqui, concordo com Cocco, quando afirma que “ O que vai ter que acontecer para que os planos e as tentativas de enfrentar a crise sejam eficazes é uma renegociação, em âmbito mundial, da dinâmica da globalização”. Quer dizer, trata-se de radicalizar a democracia em escala global, começando pelos processos de globalização.

## **4.2. O AMBIENTE DA ACADEMIA E A RACIONALIDADE CIENTÍFICA DA CRISE.**

A apresentação das narrativas ou perspectivas teóricas e analíticas dos autores aqui apresentadas não foram construídas especificamente a partir da eclosão da crise econômica em 2008, mas se inscrevem no percurso de publicações e pesquisas de cada autor. Apresentam-se, portanto, para além da análise conjuntural, como síntese e resultado da acumulação de capital simbólico que cada qual realizou durante suas trajetórias.

Essa observação faz-se necessária em se tratando da produção de conhecimento nas ciências humanas, visto a dificuldade de expor a complexidade de elaborações teóricas e analíticas dos autores sem cair em simplificações que retiram pressupostos essenciais para o entendimento das proposições construídas. Dito isso vamos nos deter aos aspectos essenciais que procuramos destacar em cada autor, mas sem descuidar de algumas considerações, por vezes longas, de suas interpretações ou análises. Os pontos ou argumentos que nos deteremos serão especialmente os relativos a:

- A) NATUREZA DA CRISE
- B) IMPLICAÇÕES OU DESDOBRAMENTOS DA CRISE
- C) SOLUÇÕES E ALTERNATIVAS FACE À CRISE

Registro aqui que o desenvolvimento desses subcapítulos é uma tentativa de “radiografar” a crise econômica e financeira a partir da racionalidade científica de cada autor apresentado. Nesse sentido, o leitor que pretende chegar logo as linhas gerais de conclusão desse capítulo e não quer se perder nas incursões teóricas demoradas, sugiro que vá direto às conclusões de cada subcapítulo contidas ao final de cada um. Se assim optar o leitor perderá em precisão metodológica e as nuances teóricas pelas quais cada autor apreendeu a crise, não obstante não será lesado no entendimento do conjunto do capítulo visto que as conclusões dão conta dessa articulação.

#### 4.2.1. HARVEY: A CRISE, O SUBPRIME E A REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO.

*O capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando-se, às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado.(...) Se interrompemos, retardamos ou, pior, suspendemos o fluxo, deparamo-nos com uma crise do capitalismo em que o cotidiano não pode mais continuar no estilo que estamos acostumados. (David Harvey)*

*Em tempos de crise, a irracionalidade do capitalismo se torna evidente para todos. Capital e mão de obra excedente existem lado a lado sem haver aparentemente uma forma de uni-los no meio de um imenso sofrimento humano e necessidades não realizadas. (David Harvey)*

Harvey (p.7) não deixa dúvidas sobre o caráter do livro e assevera que “é sobre o fluxo do capital”, que em tempos de crise do capitalismo “Compreender o fluxo do capital, seus caminhos sinuosos e sua estranha lógica de comportamento é, portanto, fundamental para entendermos as condições em que vivemos”.

Harvey (p.8) já no preâmbulo de *O enigma do capital* explicita o objetivo primordial do livro, qual seja, o de “restaurar algum entendimento sobre o que o fluxo do capital representa”, pois, sustenta o autor, só “ se conseguirmos alcançar uma compreensão melhor das perturbações e da destruição a que agora estamos todos expostos, poderemos começar a saber o que fazer”. Que fique bem claro que esse enunciado se dirige a economistas, líderes, empresários e políticos que “ na ausência de qualquer concepção de natureza sistêmica do fluxo do capital, têm ou ressuscitado antigas práticas ou aplicado concepções pós-modernas”

É precisamente diante desta grande ausência que Harvey se propõe a construir um visão sistêmica do capitalismo e suas crises. Para atender a esse propósito o autor divide sua exposição analisando especialmente os seguintes pontos: A) a natureza da crise de 2008, B) A relação da crise com as barreiras para acumulação do capital e o deslocamento de crises C) O nexos Estado-finanças e a dinamização do capitalismo.

##### **A) A natureza da crise de 2008**

Harvey (p.11) registra que a crise de 2008, a crise das hipotecas *subprime*, levou ao desmantelamento de todos os grandes bancos de investimento de Wall Street e resultou em



mudanças de estatuto, fusões forçadas ou falências. A falência do Lehman Brothers em 15 de setembro de 2008 teria sido o momento decisivo. “ Os mercados globais de crédito congelaram, assim como a maioria dos empréstimos no mundo.(...) O resto do mundo até então imune (a exceção do Reino Unido) foi arrastado precipitadamente para a lama, em particular pelo financeiro dos EUA”. No epicentro do problema , argumenta, “estava a montanha de títulos de hipoteca ‘tóxicos’ detidos pelos bancos ou comercializados por investidores incautos em todo o mundo. Todo mundo tinha agido como se os preços dos imóveis pudessem subir para sempre.”

De repente práticas Keynesianas foram ressuscitadas, “Instituições de crédito tiveram que ser nacionalizadas (Fannie Mae e Freddie Mac) gigantes de seguros como AIG tiveram que ser socorridas. O Federal Reserve reduziu os juros a quase zero.” Em um lapso de tempo assevera o autor (p.12) “Era como se Wall Street tivesse iniciado um golpe financeiro contra o governo e o povo dos EUA.”, pois em duas semanas “o congresso americano autorizou, sem qualquer controle, 700 bilhões em dinheiro para todas as instituições financeiras consideradas ‘grandes demais para falir’ ”.

Em fins de 2008 (p.12) todos os segmentos da economia dos EUA estavam com profundos problemas. Toda Europa fica abalada economicamente com a Islândia falida, cujos bancos tinham especulado em seus mercados financeiros. Naquele período, o Banco Mundial previa o primeiro ano de crescimento negativo da economia mundial desde 1945. “Esta foi sem dúvida a mãe de todas as crises” enfatiza Harvey indicando que a atual crise “ deve ser vista como o auge de um padrão de crises financeiras que se tornaram mais frequentes e mais profundas ao longo dos anos, desde a última grande crise do capitalismo nos anos 1970 e início dos anos 80.”

Se incluem nessa lista segundo Harvey, a crise financeiro que abalou o Leste e Sudeste Asiático de 1997 e 1998, passando pela Rússia em 1998, seguida da Argentina em 2001. Por fim a de 2001 nos EUA, com falência de empresas-estrela como a WordCom e a Enron.

Harvey (p.16) sustenta que antes da deflagração da crise havia vários sinais de que nem tudo estava bem, lembrando o “ que ficou conhecido como ‘sistema de banco às escuras’ em negociações financeiras entre particulares, ou seja, em mercados não regulamentados que haviam surgido como que por mágica depois de 1990”. Se o ‘sistema de banco às escuras’ é uma novidade recente as crises financeiras não o são e o autor registra que:

(...) houve centenas de crises financeiras ao redor do mundo desde 1973, em comparação com as muito poucas entre 1945 e 1973, e várias destas foram baseadas em questões de propriedade ou desenvolvimento urbano(...) A de 1973 originou-se em um crash do mercado imobiliário global(...) O boom Japonês da década de 80 terminou em um colapso do mercado de ações e preços da terra em queda. O sistema bancário sueco teve de ser nacionalizado em 1992, causada por excessos nos mercados imobiliários. Um dos gatilhos para o colapso no Leste e Sudeste Asiático de 1997 e 1998 foi o desenvolvimento urbano excessivo.(...) (Harvey,2011: 16)

A afirmação precedente serve como justificativa para o autor concluir que a natureza da crise atual nada tem de original “além do tamanho e alcance. Também não há nada de anormal sobre seu enraizamento no desenvolvimento urbano e no mercado imobiliário”.

É de vital importância ressaltar aqui que o ‘nexo Estado-financas’, que será adiante explicado, tinha alimentado a suburbanização e apoiado o desenvolvimento internacional durante todo o período pós-guerra. Essa situação está na origem da crise imobiliária dos EUA fins de 60 e fomentará outras crises pelo mundo todo. Harvey destaca a solução desenvolvimento nacional (solução suburbana para grande depressão) e internacional ,

se tornara o problema. O acordo e Bretton Woods de 1944 começou a colidir. O dólar dos EUA estava sobre crescente pressão internacional por causa do endividamento excessivo. Então, todo o sistema capitalista caiu em uma profunda recessão, liderada pelo estouro da bolha do mercado imobiliário global em 1973 (HARVEY, 2011:141)

E para resolver o problema gerado a solução para conter a crise fiscal da cidade de Nova York, em 1975, veio segundo Harvey, ser pioneira, até porque foi a primeira a sofrer os problemas gerados por inovações financeiras para facilitar o financiamento de hipotecas para habitação, acompanhadas de subsídios fiscais para casa própria. Com um dos maiores orçamentos públicos naquele momento no mundo capitalista, Nova York cercada por subúrbio ricos em expansão, quebrou. A solução local, orquestrada por uma aliança entre os poderes do Estado e as instituições financeiras, foi pioneira na virada ideológica e política neoliberal, que veio a ser implementada em todo o mundo na luta para perpetuar e consolidar o poder da classe capitalista. A receita era simples: esmagar o poder da classe trabalhadora, dar início ao arrocho salarial, deixando o mercado fazer seu trabalho e, ao mesmo tempo, colocando o poder do Estado a

serviço do capital em geral, e do investimento financeiro, em particular. Essa foi a solução da década de 1970 que será raiz da crise e 2008 a 2009. (HARVEY, 2011:141)

## **Crise e projeto neoliberal**

Diante dessa constatação “Como, então, é que devemos interpretar a confusão atual”. O autor pergunta se a crise sinalizaria “o fim do neoliberalismo de livre-mercado como modelo econômico dominante de desenvolvimento capitalista?” e responde que a resposta depende do que se entende pela palavra neoliberalismo. A sua aceção é a de que:

(...) que se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarada por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal. E não há nenhuma evidência que ele está morto(...) (Harvey, 2011:16)

Harvey faz menção direta ao neoliberalismo para indicar que diante da atual crise ocorre mais uma vez um momento de reafirmação do poder da classe capitalista<sup>67</sup> para superar mais um bloqueio de circulação do capital e manter-se ativa na apropriação de seus lucros em novas modalidades.

O autor lembra que “um dos princípios básicos pragmáticos que surgiram na década de 1980, por exemplo, foi o fato de que o poder do Estado deve proteger as instituições financeiras a todo custo”, princípio este que foi “aplicado no México durante a crise da dívida que abalou os fundamentos do país em 1982.”. Em linhas gerais, afirma Harvey, “a política era: privatizar os lucros e socializar os riscos; salvar os bancos e colocar os sacrifícios nas pessoas.(...) O socorro bancário atual é essa mesma história, só que maior e, dessa vez, centrado nos EUA.”

Diante desse cenário sugere que (p.16) da mesma maneira que o neoliberalismo emergiu como “resposta à crise dos anos 1970, o caminho a ser escolhido hoje definirá o caráter da

---

. “A classe capitalista não pode, se a história for um guia, manter seu poder sem mudar seu caráter e mover a acumulação para uma trajetória diferente e novos espaços.” (Harvey, 2011:177)

próxima evolução do capitalismo”. E até o presente momento tudo indica que o cenário pós-crise poderá ser similar, pois:

As políticas atuais propõem sair da crise com uma maior consolidação e centralização do poder da classe capitalista.(...) Em uma crise, disse Andrew Mellon (banqueiro do EUA, secretário do tesouro de 1921 a 1932), os ativos retornam aos seus legítimos proprietários (ou seja, ele). E assim vai ser desta vez também, a menos que um movimento político alternativo surja para detê-lo (Harvey, 2011:18)

E aqui Harvey (p.18) antecipa em sua análise o sentido das crises no capitalismo, afirmando que “as crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo” e que “ geralmente levam a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimento e novas formas de poder de classe”. Isso significa que o modo de sair da crise se associa diretamente “equilíbrio das forças de classe”.

### **Equilíbrio de forças. Opções Políticas e suas consequências sociais**

Por enquanto o equilíbrio da força está mais para as classes financeiras (p.212), como bem exemplifica o comentário de Warren Buffett , o ‘sábio de Omaha, “Há uma luta de classes, tudo bem, mas é a minha classe, a classe rica, que está fazendo a guerra e estamos ganhando”. Para Harvey o objetivo do capital e seus representantes na atual crise é muito claro, trata-se de de uma razão política, cuja intenção “ é o desejo de se livrar da responsabilidade do capital de cobrir os custos de reprodução social.”, afinal, o efeito das opções políticas para combater a crise ”tem sido passar o peso da crise dos bancos para a dívida estatal, na América do norte e Europa”, sendo que “, a resposta à crescente dívida do estado tem sido propor e implementar medidas draconianas de austeridade para reduzir a dívida”, contando com medidas que cortam “ os serviços estaduais e ameaçando o bem-estar público”

A opção política resultante da atual correlação de forças resulta na atual ênfase da austeridade, representando, “um passo adiante por esse caminho em direção à personalização dos custos de reprodução social” cuja outra face é “um assalto ao bem-estar social das massas derivada do incessante impulso de preservar e valorizar a riqueza dos que já são ricos.(...) Isso é plutocracia no seu pior” (Harvey, 2011, p215)

Complementando o argumento relativamente as opções políticas face a crise do capitalismo Harvey comenta que,

Resgatar os bancos e repassar os custos ao povo tem sido a receita padrão desde então. É o que aconteceu com a Grécia no início de 2010 e na Irlanda, no outono. No caso da Grécia, foram os bancos alemães e franceses que estavam em risco, enquanto na Irlanda os bancos expostos eram principalmente britânicos. A Austeridade na Grécia e na Irlanda bloqueou a recuperação econômica desses países, agravou a sua situação de dívida e abriu caminho para uma espiral descendente de austeridade interminável(...) As dificuldades econômicas atuais nos EUA e Grã-Bretanha, assim como em boa parte da Europa, estão, essencialmente, sendo aprofundadas por uma razão política e não por necessidade econômica. Essa razão política é o desejo de se livrar da responsabilidade do capital de cobrir os custos de reprodução social(...) A política de proteger os já favorecidos também se aplica às relações interestatais(...) Continuam a sugar riqueza à custa do consumismo no resto do mundo. O repasse dos custos às pessoas em benefício do grande capital sempre esteve na agenda da direita e da classe capitalista. (HARVEY, 2011:215-18)

Por fim, Harvey (p.14) lembra que as opções políticas atuais são basicamente a continuidade da política neoliberal para dismantelar o que restou do Estado de Bem-estar, se livrar de encargos do trabalho e aferir ganhos com esse processo. Registra que,

todo o período de capitalismo neoliberal após meados dos anos 1970 foi marcado por uma luta do capital para livrar-se de tais encargos, deixando a população buscar suas próprias maneiras de adquirir e pagar esses serviços. Como nós nos reproduzimos é, fomos informados por poderosas vozes da direita na política e na mídia, uma questão de responsabilidade pessoal, não obrigação do Estado (HARVEY, 2011:14)

## **B) A relação da crise com a acumulação do capital e as barreiras que teve que superar para sua reprodução**

O autor (p.20) informa que um dos obstáculos para o contínuo acúmulo de capitais e a consolidação do poder de classe capitalista na década de 1960 foi o trabalho”, pois além de organizado o “o trabalho era razoavelmente bem pago e tinha influência política.”<sup>68</sup>. Diante do

---

“A organização da classe trabalhadora em grande parte da Europa e mesmo nos EUA era relativamente forte e os aparatos estatais em todo os lugares estavam ou cautelosos com o poder do trabalho organizado ou, mediante políticas dos partidos de esquerda, tornaram-se parcialmente subservientes aos interesses do trabalho organizado. Não há dúvidas de que se tratava de um

poder exercido pelo trabalho a estratégia do capital foi estilar a imigração, afim deter “ acesso a fontes de trabalho mais baratas e mais dóceis”, opção adotada pelos EUA, França, Alemanha principalmente.

Continuando na apresentação de alternativas para superação de barreiras para acumulação Harvey (p21) sustenta que “Outra forma foi buscar tecnologias que economizassem trabalho, como a robotização na indústria automobilística, o que criou desemprego”, mas se essa opção não fosse viável lembra que “ havia pessoas como Ronald Reagan, Margareth Thatcher e o general Augusto Pinochet à espera, armados com a doutrina neoliberal”, todos “ preparados para usar o poder do Estado para acabar com o trabalho organizado”.

O capital também teve opção de ir para onde o trabalho excedente estava, tendo como resultado foi uma crescente feminização do proletariado, a destruição dos sistemas camponeses ‘tradicionais’ de produção autossuficiente e a feminização da pobreza no mundo. Inundadas com capital excedente, as empresas norte-americanas começaram a expatriar a produção em meados da década de 1960, mas esse movimento apenas se acelerou uma década depois. (Harvey, 2011:22)

Harvey (p.22) argumenta que além desses entraves que permitiram ao capital trabalho de baixo custo no mundo inteiro “ o colapso do comunismo, drástico na ex-bloco soviético e gradual na China, acrescentou cerca de 2 bilhões de pessoas para força de trabalho assalariado global”,

‘Globalizar-se’ foi facilitado por uma reorganização radical dos sistemas de transporte, que reduziu os custos de circulação.(...) Os novos sistemas de comunicações permitiram a organização rigorosa da cadeia produtiva de mercadorias no espaço global.(...) Acima de tudo uma nova arquitetura financeira global foi criada para facilitar a circulação do fluxo internacional de capital-dinheiro líquido para onde fosse usado de modo mais rentável. (...) (Harvey, 2011:22)

Essa arquitetura financeira global engendrou a irrupção da desregulamentação das finanças , iniciada fim dos anos 70, acelerando-se depois de 1986 e tornando-se irrefreável na década de 1990.

---

sério obstáculo para a continua acumulação do capital. A maneira como essa barreira foi controlada pelo capital com a ascensão do neoliberalismo durante os anos 1970 e o início dos anos 1980 define em muitos aspectos a natureza dos dilemas que enfrentamos agora”. (HARVEY, 2011:61)

Harvey (p.59) resume então que desde 1980, “a combinação de repressões políticas (incluindo o colapso dos regimes comunistas), alterações tecnológicas, elevada capacidade de mobilidade dos capitais e enorme onda de acumulação primitiva nas (e migração de) zonas anteriormente periféricas tem resolvido efetivamente o problema da provisão de trabalho para o capital”

### **Crises do capitalismo não se resolvem, deslocam-se!**

Se os principais obstáculos - a mão de obra e tecnologia de ponta - para acumulação do capital foi satisfatoriamente contornado, (pela disponibilidade em outros espaços e pela repressão salarial) a falta de um mercado, assinala o autor (p.23) se torna a principal barreira a ser superada, mas em pouco tempo a,

A lacuna entre o que o trabalho estava ganhando e o que ele poderia gastar foi preenchida pelo crescimento da indústria de cartões de crédito e aumento do endividamento.(..)As dívidas familiares dispararam, o que demandou apoio e a promoção de instituições financeiras às dívidas de trabalhadores, cujos rendimentos não estavam aumentando.(...) As instituições financeiras, inundadas com crédito, começaram a financiar a dívida de pessoas que não tinham renda constante.(...) As instituições financeiras controlavam coletivamente tanto a oferta quanto a demanda por habitação!(...) (HARVEY, 2011:23)

Neste contexto assinala o autor (p.24) o “capital financeiro fictício assumiu o controle e ninguém queria pará-lo porque todo mundo que importava parecia estar fazendo muito dinheiro”.

Além disso havia outra maneira de resolver o problema da demanda: a exportação do capital e o cultivo de novos mercados ao redor do mundo,

(...) Bancos dos EUA, fizeram empréstimos maciços para países em desenvolvimento como México, Brasil, Chile e até Polônia(..) As dificuldades logo surgiram com a crise da dívida dos países em desenvolvimento da década de 1980. Mais de quarenta países, principalmente na América Latina e África, tiveram dificuldades em pagar suas dívidas quando as taxas de juros de repente subiram após 1979. O México ameaçou ir à falência em 1982. Os EUA prontamente revigoraram o FMI como um disciplinador global para assegurar aos bancos que teriam seu dinheiro de volta e que as pessoas seriam obrigadas a

pagar. Os ‘programas de ajuste estrutural’ do FMI , que impuseram austeridade a fim de pagar aos bancos proliferaram em todo o mundo.(...) Salvar os bancos e arrebrantar com o povo funcionou às mil maravilhas – para os banqueiros (Harvey, 2011.p.24).

Mas para que tudo isso funciona-se de forma eficaz, era preciso construir um sistema globalmente interligado de mercados financeiros. A partir dessa necessidade em 1986 houve integração de mercados globais e nacionais, permitindo “a articulação de ações globais e mercados de negociação financeira” o que ficou conhecido como o ‘big bang’. Essa integração conectou os mais importantes mercados mundiais “ em um único sistema de negociação. Nesse sentido os bancos puderam operar livremente sem levar em consideração fronteiras”, diminuindo barreiras objetivas ao flux do capital. Dessa maneira “ o capital-dinheiro líquido podia vaguar mais facilmente pelo mundo à procura de locais onde a taxa de retorno fosse maior. (Harvey, 2011:25)

Estão dadas as condições para criação de “ mercados estranhos, liderados pelo que se tornou conhecido como ‘sistema de banco às escuras, permitindo o investimento em trocas de crédito, derivativos de moeda e assim por diante. O mercado de futuro abarcou tudo desde o comércio de direitos de poluição até apostas sobre o tempo. A tendência de investimentos em ativos se tornou generalizada (Harvey, 2011: 26-28)

Harvey ressalta a importância do colapso de 1973 (engendrado pela excessiva emissão de dólares para atender a guerra do Vietnã) do sistema de cambio fixo criado nos anos 1960, pois significou a ascensão de um sistema mais volátil de cambio, o que originou um novo mercado de moedas de futuro na década de 70. Desse ambiente emerge “ um mercado descentralizado e informal de trocas surgiu fora do quadro regulamentar e das regras de comercio” . Em outras palavras o problema da dívida de década de 70, que era um “problema de absorção do excedente do capital”, de excesso de liquidez no mundo foi temporariamente resolvido através de sua reciclagem pelos bancos de investimentos de Nova York, que deram movimento ao capital empilhado dos Estados do Golfo, emprestando-os para os países em desenvolvimento, “ preparando o cenário para a eclosão da crise mundial da dívida da década de 1980”. Vale registrar que foi igualmente nessa época que as corporações americanas começaram a enviar seu excedente para o estrangeiro, realizando a deslocalização da produção em todo o mundo e refinando sua competitividade face aos mercados japoneses e alemães (Harvey, 2011:28-35)



Percebe-se claramente em sua exposição a relação entre a solução de uma crise e a criação das condições para a crise futura. Saiu-se da crise do petróleo para a crise da dívida dos países em desenvolvimento e hoje os próprios países desenvolvidos estão envoltos em um crise. Quer dizer as crises nunca são resolvidas, apenas deslocadas para outro tempo-espço.

Harvey prossegue argumentando que esse foi o momento, fins de 70 para início de 80, em que mais dinheiro entrou na especulação em ativo, nos mercados de derivativos “juntamente com a infame bolha ponto.com da internet”. Esse foi o período em que a financeirização da tendência de crise do capitalismo começou de fato, antecedida por uma tentativa.

desesperada de encontrar mais locais para colocar o excedente do capital, onde uma vasta onda de privatização percorre o mundo, tendo sido realizada sob a alegação dogmática de que empresas estatais são ineficientes e desengajadas por definição, e a única maneira de melhorar seu desempenho é passá-las ao setor privado (HARVEY, 2011:32)

O processo de financeirização desde 1973 associa-se diretamente a uma necessidade de lidar com o problema da absorção do excedente (uma crise do capital) que em consequência vai gerar a parti de 1990 um endividamento dos bancos (outra crise) que,

Elevaram a razão dívida-capital frequentemente concedendo empréstimos uns aos outros. O setor bancário tornou-se mais endividado do que qualquer outro da economia. Até 2005, a razão chegou a estar tão alta como 3º para 1. Não admira que o mundo parecesse estar inundado com excesso de liquidez. Excedentes de capital fictício criados dentro do sistema bancário absorveram o excedente (HARVEY, 2011:33)

Eis a natureza da presente crise: a lógica do capital, que deslocou uma crise pretérita em uma crise de caráter financeiro no presente, de “excesso de liquidez” e “endividamento” de bancos, famílias e nações.<sup>69</sup>.

---

<sup>69</sup> “ O sistema de crédito tornou-se, no entanto, a grande alavanca moderna para a extração de riqueza pelo capital financeiro do resto da população. Todos os tipos de práticas predatórias bem com as legais (taxas de juros abusivas sobre os cartões de crédito, execuções hipotecárias em negócios por meio da negação de liquidez em momentos-chave e assim por diante) podem ser usados para perseguir táticas de despossessão que beneficiam os que já são ricos e poderosos. A onda de financeirização que ocorreu a partir de meados da década de 1970 foi espetacular por seu estilo predatório.(...) promovendo níveis de endividamento que reduz populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, ã escravidão da dívida(..)” (HARVEY, 2011:198)

## **C) O nexó Estado-finanças e o papel das crises na dinamização do capitalismo**

Para compreendermos melhor a maneira pela qual as crises são deslocadas e como a atual crise financeira se forjou com mais detalhes, o autor oferece uma análise de um tipo específico de relação que durante os últimos 200 anos pelo menos, tem oferecido as ‘soluções para as crises do capitalismo.

Harvey (p.46) argumenta que o desempenho do capitalismo nos últimos duzentos anos tem sido nada além de surpreendentemente criativo, que o capital não tolera limites, ‘cada limite aparece’, observa, ‘como uma barreira a ser superada’. Há, portanto, continuamente, “dentro da geografia histórica do capitalismo, uma luta perpétua par converter limites aparentemente absolutos em barreira que possam ser transcendidas ou controladas”

Neste ponto reside um dos aspectos centrais no desenvolvimento teórico do autor, sugerindo – na esteira de Marx - que o Estado foi o grande mecanismo que o capital se utilizou para desbloquear o movimento de acumulação. Não se trata do Estado simplesmente como um mecanismo de dominação da burguesia, mas do que ele denomina de “nexo Estado-Finanças”, uma relação estreita entre finanças e Estado originada após 1750 por meio do aumento da dívida pública geralmente associada as operações de guerra. Essa relação entre Estado e finanças segundo o autor,

descreve a confluência do poder estatal e das finanças que rejeita a tendência analítica de ver o Estado e o capital como claramente separai um do outro. Isso não significa que o Estado e o capital tenham constituído no passado ou agora uma identidade, mas que existem estruturas de governança (como o poder sobre o Tesouro hoje) nas quais a gestão do Estado para a criação do capital e dos fluxos monetários torna-se parte integrante, e não separável da circulação do capital. (HARVEY, 2011:46)

É precisamente através desse “nexo” que ao “ longo da história do capitalismo muito esforço tem sido posto, na redução do atrito de distância e dos obstáculos à circulação”, afinal, se os obstáculos se toram intransponíveis “, podem produzir uma crise (definida como uma condição em que os excedentes de produção e reinvestimentos estão bloqueados)” pois “se o crescimento não recomeça, então o capital superacumulado se desvaloriza ou é destruído. A

geografia histórica do capitalismo está repleta de exemplos de crise de superacumulação.”  
(Harvey, 2011:52)

Para alcançar seu intento o nexo Estado-finanças (o exemplo é do nexos dos EUA) realiza grandes projetos de infraestrutura, inovação e criação de instituições para facilitar e garantir segurança aos fluxos do capital, Harvey (p.43) destaca que

Inovações nos transportes e comunicações tem sido cruciais. Aumentar a abertura as fronteiras do Estado ao comércio e finanças, assinar acordos de livre comercio e garantir um bom enquadramento jurídico para o comércio internacional também são vistos como essenciais ao longo prazo (...) ao longo da história do capitalismo tem havido uma tendência para a redução geradas barreiras espaciais e a aceleração (...)mas essa tendência não é nem suave nem irreversível. O protecionismo pode voltar, as barreiras podem ser reforçadas, guerra civis podem interromper os fluxos.

Surge assim um imperativo comum no nexos Estado-corporações constituído dentro do capitalismo para financiar as tecnologias e as formas de organização que garantam a contínua predominância no espaço e no tempo do movimento espacial para o Estado e o capital, considerando a competição acirrada entre empresas e entre nações “produz um fluxo permanente de inovações em tecnologias e formas de organização” simplesmente “ porque os capitalistas com os processos de trabalho mais eficientes, eficazes e produtivos obtêm lucros mais elevados do que o resto” . O fato é que.

quando essas duas crenças-fetichas nas soluções tecnológicas e espaço-temporais colidem, alimentam-se em frenesim de inovação tecnológica concebidos para contornar todos os limites temporais e espaciais da circulação de capital. (...) A negociação informatizada em centros financeiros ligados por fluxos de informação quase instantâneos agora gira 600 trilhões de dólares em derivativos no mundo em milissegundos. (HARVEY, 2011:129-31)

## **Inovação tecnológica e institucional como inovação do nexo Estado-financeiras.**

Em relação as tecnologias e suas inovações especialmente financeiras, Harvey (p.76) destaca que,

Desde 1970, as inovações financeiras, como a securitização da dívida hipotecária e a disseminação dos risco de investimento mediante a criação de mercados de derivativos, tacitamente (e agora, como vemos, de verdade) apoiadas pelo poder do Estado, permitiam um enorme fluxo de excesso de liquidez em todas as facetas da urbanização e do espaço construído no mundo todo. Em cada instância, a inovação no nexo Estado-financeiras tem sido uma condição necessária para canalizar os excedentes em urbanização e projetos de infraestruturas. Mas, sucessivamente nos últimos trinta anos, o investimento excessivo em tais projetos tornou-se um gatilho catalisador comum para a formação de crises. Como foi dito anteriormente, várias das crises financeiras desde 1970 foram provocadas por excesso nos mercados imobiliários.

A sobrevivência do capitalismo em suma, depende do investimento na organização e financiamento de infraestruturas adequadas para manter a taxa de crescimento composto. O capital tem de inovar e criar um cenário adequado para suas próprias necessidades – uma segunda natureza construída à sua própria imagem – em um dado momento, só para revolucionar a paisagem em um momento posterior, a fim de acomodar uma maior acumulação numa taxa composta. (Harvey, 2011:70)

Em relação as inovações institucionais seu principal objetivo, segundo Harvey (p.43), é superar qualquer obstrução potencial à livre circulação de capital em todo o mercado mundial e para que tudo isso se realize de maneira eficaz,

é preciso criar instituições internacionais com caráter de Estado, como as criadas no âmbito do Acordo de Bretton Woods para facilitar e regulamentar os fluxos internacionais de capital(...) Banco mundial e o fundo monetário internacional juntamente com(..) mecanismos de coordenação interestatais, como o Banco de Compensações Internacionais na Basileia e o Fundo Monetário Interacional, são centrais , mas outras organizações, como a organização de cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE) e o G-7, agora expandido para G-20, também desempenharam um papel importante na medida em que os bancos centrais do mundo e os departamentos de tesouro

procuram coordenar suas ações para constituir uma arquitetura financeira mundial em evolução para uma versão internacional do nexo Estado-finanças , (HARVEY, 2011:49-53)

As potências envolvidas na construção dos arranjos como a que se reuniram para tomar as decisões internacionais-chave sobre a futura arquitetura financeira do sistema de comércio mundial, como em Bretton Woods em 1944, são normalmente da elite, peritos, altamente tecnocráticos e antidemocráticos. E assim continua em nossos dias. Somente os iniciados no caminho secretos estão sendo chamado a corrigi-los<sup>70</sup>. Marx retratou mundo das finanças como o ‘ Vaticano do capitalismo’ (HARVEY, 2011:52-53)

Essas inovações tecnológicas e institucionais em particular no pós-guerra e a partir de 70 criaram o ambiente para uma acelerada desregulamentação econômica posteriormente, que permitiram entre outras os financistas se tornarem dominantes em todos outros setores da atividade econômica. Harvey (p.54) afirma que,

Quando o financistas se tornam dominantes em todos os outros setores, como aconteceu nos EUA a partir de meado dos anos 1980, e quando os que deveriam ser regulamentados capturam o aparelho regulador do Estado, o nexo Estado-finanças tende a favorecer interesses particulares em vez do corpo político em geral. Indignação popular continuada é então essencial para restabelecer o equilíbrio. No entanto, quando o sistema financeiro e o nexo Estado-finanças fracassam, como aconteceu em 1929 e em 2008, então todo o mundo reconhece que há uma ameaça para sobrevivência do capitalismo, ninguém mede esforços e todo tipo de compromisso é estabelecido para ressuscitá-lo.

Para finalizar este ponto cabe registrar que os arranjos institucionais, a burocracia e cultura estatais correspondentes assumem importância no apoio as inovações tecnológicas e financeiras que permitem cada vez mais ondas que se tornam “mais rápidas, mais compactas e mais especulativas, em resposta à taxa compota de acumulação do capital e à necessidade

---

<sup>70</sup> Sempre que esses arranjos são defeituosos ou inexistentes, o capital se depara com sérios entraves. Embora possam ser encontradas formas de o capital operar com o sucesso em, digamos, condições de ilegalidade, corrupção e direitos de propriedade indeterminados, estas em geral não constituem um ambiente ideal para o capital florescer. O que fazer com os “Estados fracassados” e como garantir a criação de “um bom clima de negócios” portanto, tornaram-se missões prioritárias das instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, e também um projeto de vários braços das práticas imperialistas contemporâneas estadunidense e europeia em muitas partes do mundo. Os acordos da OMC, por exemplo, codificam o “bom comportamento” para os Estados que os ratificaram (e muitos Estados não tem outra opção a não ser assinalar se quiserem continuar a negociar com o EUA e a Europa), de tal forma a favorecer as liberdades das corporações de fazer negócios sem regularização ou interferência estatal excessiva. (HARVEY, 2011: 64)

dominante de encontrar novos locais para absorção do excedente de capital. Tais inovações segundo Harvey,

tem desempenhado um papel que coloca todo nós em risco sob uma lei de especialistas que nada tem a ver com a preservação dos interesses públicos, mas tudo a ver com o uso do poder e monopólio dessa experiência para ganhar bônus enormes para os especuladores entusiastas, que aspiram a ser bilionários no prazo de dez anos e, assim, garantir a adesão imediata à classe dominante capitalista. (HARVEY, 2011:87)

O ponto crucial, segundo o autor, é reconhecer a inovação tecnológica e organizacional como uma espada de dois gumes. Isso tanto desestabiliza como abre novos caminhos e desenvolvimentos para a absorção do excedente de capital. Nessa perspectiva, “ondas de inovação nas formas tecnológicas e organizacionais estão associadas a crise de “destruição criativa”, na qual um conjunto de formas dominantes é substituída por outro” (HARVEY, 2011: 87)

### **Neoliberalismo e inovação do nexó estado-finanças**

Para concluir a exposição do livro de Harvey, cabe apresentar com um pouco mais de detalhe o que significou a reconstrução radical do “nexo Estado-finanças” visualizado na década de 70.

Em linhas gerais, Harvey destaca a desregulamentação nacional e internacional das operações financeiras, a liberação do financiamento da dívida, a abertura do mundo para a competição internacional intensificada e o reposicionamento do aparelho do Estado em relação a previdência social. O autor indica com isso que o capital foi reempoderado em relação ao trabalho pela produção de desemprego e desindustrialização, imigração, imigração, deslocalização e toda a sorte de mudanças tecnológicas e organizacionais (a subcontratação, por exemplo). Mais tarde foi ligado a um ataque ideológico e político sobre todas as formas de organização do trabalho nos anos de Reagan/Thatcher, e o efeito foi resolver a crise do declínio de rentabilidade e riqueza por meio da repressão salarial e da redução de prestações sociais pelo Estado.(HARVEY, 2011:110).

Verifica-se, portanto, que o projeto neoliberal está intimamente ligado à reformulação moderna do nexó Estado-finanças e a superação da crise ocorrida na década de 70 através de

processos de desregulamentação das economias e inovações financeiras e institucionais. Consequentemente podemos inferir que a crise atual não apenas foi resultado inevitável de uma forma anterior de resolução de crises do capital, mas foi ativamente produzida por instituições, práticas e concepções mentais de mundo associadas ao neoliberalismo enquanto projeto político e ideologia econômica.

Nas palavras de Harvey,

As concepções mentais do mundo foram reformuladas, na medida do possível, com o recurso aos princípios neoliberais da liberdade individual, necessariamente incorporados no livre-mercado e no livre-comércio. Isso exigiu a regressão do Estado de bem-estar social e o sucateamento progressivo do quadro regulatório que tinha sido construído no início dos anos 1970 (HARVEY, 2011:110)

E tudo isso, acrescenta, pressagiou uma mudança tão grave nas concepções mentais do mundo, a exemplo do ”advento de um individualismo possessivo ainda mais intenso, juntamente com a lógica do fazer dinheiro, o endividamento, a especulação financeira, a privatização de ativos do governo e a ampla aceitação da responsabilidade pessoal com a norma cultural em todas as classes sociais.”

E assim, práticas e concepções mentais de mundo vinculadas a lógica do capital seguem crise após crise, inovando arquiteturas financeiras e institucionais para desbloquear os entraves para acumulação; gerando suas opções políticas de ‘solução’ da crise, com a socialização dos custos, privatização dos lucros e a devida preparação dos termos da próxima crise.

Neste momento do desenvolvimento de seus argumentos o autor indica rapidamente que a saída da atual crise instalada especialmente nos EUA e Europa (com tendência a se globalizar), vincula-se a necessidade de se construir “novas concepções mentais para compreender o mundo” e colocar-se contra “as concepções mentais profundamente arraigadas associadas às teorias neoliberais e a neoliberalização e corporatização das universidades e dos meios de comunicação”, teorias que “tem desempenhado um papel importante na produção da atual crise”. Há uma necessidade urgente de “uma revolução no pensamento, em lugares tão diversos quanto

a universidade, a mídia e o governo, bem como no âmbito das instituições financeiras<sup>71</sup> (HARVEY, 2011:192)

## O papel das crises

Por fim, o autor reitera que “é vital lembrar-se de que as crises assumem um papel fundamental na geografia do capitalismo como ‘racionalizadores irracionais’ de um sistema inerentemente contraditório, “e que as crises seriam , em última análise ”tão necessárias para a evolução do capitalismo como o dinheiro, o poder do trabalho e o próprio capital.”. Faz uma observação esclarecendo que

embora o epicentro (da crise) se encontre nas tecnologias e forma de organização do sistema de crédito e do nexos Estado-financeiras, a questão subjacente é o empoderamento capitalista excessivo em relação ao trabalho e à consequente repressão salarial, levando a problemas de demanda efetiva acentuados por uma expansão muito rápida da produção em novas linhas de produtos na outra parte. (HARVEY, 2011:100)

E para concluir sua análise sobre a crise deflagrada em 2008 e sobre as crises em geral Harvey destaca que além de ser uma ‘ racionalizadora irracional’ afirma “ uma crise, afinal, é nada mais nada menos do que uma fase intensa de despossessão de bens (culturais, bem como tangíveis)”. Nesse sentido as crises podem ser,

orquestradas, geridas e controladas para racionalizar o sistema irracional que é o capitalismo. É isso que programas de austeridade administrados pelo Estado, fazendo uso de mecanismos fundamentais das taxas de juros, muitas vezes fazem. CRISES limitadas podem ser impostas pela força externa sobre um setor ou território. O FMI é um perito em fazê-lo. O resultado é a criação periódica de

---

<sup>71</sup> . O problema nos dias de hoje é que a maioria das pessoas não tem ideia de quem foi Keynes e o que ele realmente defendia, e para estas o conhecimento de Marx é desprezível. A repressão das correntes críticas e radicais do pensamento ou, para ser mais exato, o confinamento do radicalismo dentro de limites do multiculturalismo da escolha cultural criam uma situação lamentável na academia e fora dela, que equivale em princípio a ter de pedir aos banqueiros responsáveis pela bagunça que a limpem exatamente com as mesmas ferramentas que eles usaram para produzi-la. A ampla adesão às ideias pós-modernas e pós-estruturalistas que celebram o particular em detrimento do pensamento mais amplo não ajuda. A atual estrutura do conhecimento é claramente disfuncional e ilegítima. Uma nova economia política da natureza tem de ser construída. Isso significa reconfigurações radicais na vida diária, na urbanização, bem como nas relações sociais dominantes, nos sistemas de produção e nos arranjos institucionais. É necessária uma grande sensibilidade às diferenças geográficas, Novos meios ambientes e novas geografias têm de ser produzidos para substituir os antigos. (HARVEY, 2011: 193)



um estoque de desvalorização em muitos casos, ativos subvalorizados em alguma parte do mundo, que podem ser utilizados para fins lucrativos por aqueles que têm excedentes de capital e a quem faltam oportunidades em outros lugares. Foi o que aconteceu no Leste e Sudeste Asiático em 1997 e 1998, na Rússia em 1998 e na Argentina em 2001 e 2002. E é isso que saiu do controle em 2008 e 2009. (HARVEY, 2011: 198)

Conclui-se a partir dos argumentos de Harvey que a crise deflagrada é mais uma crise do capitalismo, e, portanto de sua possível renovação, acrescida do fato de ser a mais global de todas e, diferente da ocorrida em 29 a atual não é um crise de superprodução, mas uma crise fictícia, originada no mercado financeiro especulativo com suas inovações tecnológicas e institucionais. Mas ambas são resultado de impedimentos para realização do capital, isto é, das taxas compostas de lucro. Nesse sentido, a crise atual deriva da ‘resolução’ de outras crises precedentes, somada e potencializada pelo projeto neoliberal de submeter o mundo às leis do livre mercado e transferir por completo os custos de reprodução do trabalho a fim de facilitar o movimento do capital e aumentar seus rendimentos sem qualquer bloqueio. Em termos sociais, a crise evidencia um ataque frontal do capital em relação ao trabalho, expresso especialmente no aumento da pobreza e desigualdade nos EUA e no desmantelamento do já reiteradamente atacado modelo social Europeu.

#### 4.2.2. BOAVENTURA: A CRISE, O DÉFICIT EXPLICATIVO E A AUTOFLAGELAÇÃO

*Se é verdade que todas as crises são políticas, não é menos verdade que não se politizam por si. A luta pela definição dos termos da crise é sempre o primeiro momento de politização e o mais adverso para os grupos sociais que mais sofrem com a crise. Os grupos sociais que produzem crises mantêm em geral, salvo casos raros de colapso sistêmico, a capacidade de definir a crise de modo a perpetuar os seus interesses durante e depois dela. A crise só deixa de ser destrutiva na medida em que se transforma em oportunidade nova para as classes e grupos sociais que mais sofrem com ela. E para isso, é necessário que os termos da crise sejam redefinidos de modo a libertar e credibilizar a possibilidade de resistência contra os interesses dominantes, o que implica luta social e política.*  
Boaventura de Souza Santos

*Muito dos nossos sonhos foram reduzidos ao que existe e o que existe é muitas vezes um pesadelo; ser utópico é a maneira mais consistente de ser realista no início do século XXI.* Boaventura de Souza Santos

A citação acima do sociólogo Boaventura de Souza Santos toca no essencial da explicação que ele realiza em *Portugal: ensaio sobre a autoflagelação*, sobre a natureza e as implicações da crise que afeta a Europa e em particular Portugal. Toca no essencial na medida em que o modo dominante como se percebe e explica a crise sofre de um déficit explicativo, tomando como específico o que é sistêmico, imprimindo por consequência autoflagelação a populações que ou se culpam ou se resignam passivamente diante dos efeitos deletérios da crise.

Vamos pois apresentar os principais argumentos e análises do autor esboçadas no livro a fim de atender aos objetivos explicativos propostos no início do capítulo.

Antes de mais nada, vale registrar que o livro de Santos (2011) assim como *O Enigma do capital* de Harvey, realizam um esforço no sentido de uma análise crítica e sistêmica da crise em contraponto a interpretações unidimensionais e associadas ao pensamento neoliberal dominante.

A interpretação de Santos de, um lado, procura mostrar que os partidos de governo nacional, à direita como à esquerda, e as instâncias de governo Europeu se deixaram

sistematicamente capturar pela avidez do neoliberalismo e “da sua arma de destruição massiva, o capital financeiro, a forma de capital mais hostil à deliberação democrática e à socialização da economia”, por outro, evidencia que a crise do subprime de 2008 nos EUA e a resolução que lhes foi dada serviu para o capital financeiro ‘disciplinar’ o país mais desenvolvido do globo.” Faltava-lhe disciplinar a Europa. É o que está em curso.”

Além disso, o autor concorda com Harvey quanto ao apelo do neoliberalismo em “riscar do planeta o modelo de proteção de alto nível” construído após a segunda guerra”. Defende de modo incisivo no livro, que a saída da crise passa necessariamente não pelo recuo para nacionalismos defensivos, os quais, alias serão sempre a imagem invertida dos nacionalismos agressivos. Reside antes, na refundação democrática do projeto europeu.(Santos, 2011:8)

### **AS IDENTIDADES DAS CRISES**

Segundo Santos, o modo como se define uma crise e se identifica os fatores que a causam tem um papel decisivo na escolha de medidas que a superem e na distribuição dos custos sociais que estas possam causar. A luta pela definição da crise é, assim, um ato eminentemente político e para esclarecer sua natureza é preciso algum esforço analítico (SANTOS, 2011:15)

A partir dessa orientação o autor afirma que existem horizontes temporais de definição e solução da crise, em outras palavras, que a crise na qual Portugal não é única e nem deriva de uma única causa temporal.

Explica que Portugal vive uma crise financeira de curto prazo, uma crise econômica de médio prazo e uma crise politico-cultural de longo prazo. No plano financeiro, é a urgência do financiamento do Estado. No plano econômico trata-se da falta de competitividade internacional da economia portuguesa em um bloco que favorece as economias mais desenvolvidas. E finalmente no plano politico-cultural, trata-se de um déficit histórico na formação das elites políticas, econômicas e sociais (SANTOS, 2011:15)

O autor adverte que “como os três tempos se imbricam e com eles as crises que lhes correspondem, dar exclusiva atenção a uma das crises pode tornar mais difícil a solução das outras” pois as “As crises tem também diferentes horizontes espaciais ou escalas para sua definição e para a sua superação: escalas nacionais, regionais e globais”. O caso Português é ilustrativo quanto a esse ponto,

o modo como um crise nacional, que na aparência se está a resolver em nível regional, pode, de fato, estar a agravar uma crise regional que, por sua vez, só será resolúvel em nível global. A medida que as crises financeiras se alastram a mais países europeus, torna-se-á claro que a crise é europeia e que decorre em boa parte de um sistema financeiro desregulado, controlado pelos interesses do capital financeiro norte-americano. Só uma regulação global, regional e nacional pode pôr fim a uma tão massiva predação financeira e a uma tão injusta distribuição de seus custos (SANTOS, 2011:16)

Apesar das diferentes temporalidades e espacialidades das crises Santos (p.16) indica que quando se toma o mundo como objeto de análise verifica-se que as crises estão intimamente relacionadas e que uma faceta de uma crise pode obscurecer facetas de outras, de forma que a solução da crise para uns pode significar um agravamento para outros. Perante esse paradoxo, o autor pergunta se “se estamos perante dois mundos diferentes ou se a social-democracia desertou da Europa e emigrou para o Brasil<sup>72</sup>. Quem está errado?

O autor pondera que “todas as soluções tem alternativas e que toda a ausência de alternativa é produto de uma decisão política”. E que a mesma relatividade das soluções se evidencia se, se alargarmos o tempo de análise, comentando que “O Estado e os mercados podem ser simultaneamente os causadores das crises e as suas soluções? Afinal, crises de quê e de quem, soluções para quê e para quem?” (SANTOS, 2011:18)

Santos (p.19) enfatiza que contrariamente aos que viram na atual crise o fim do neoliberalismo e da supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo, a crise tem vindo a ser ‘resolvida’ pelo mesmo capital financeiro que a provocou, e o seu motor principal, a *wall street*, está mais forte e arrogante que antes. Adverte pois, que “a luta política nos próximos anos será uma luta pela redefinição dos termos da crise” e só na medida em que essa redefinição ocorrer” será possível punir, em vez de recompensar, quem a provocou e encontrar soluções que efetivamente a superem.”

### **Conteúdo e significado político das crises**

---

<sup>72</sup> A esse respeito vale registrar o caso do Brasil que investe em grandes projetos (ex PAC) políticas sociais e políticas de crédito e diminuição dos juros para garantir crescimento e evitar a crise, ao mesmo tempo que a Europa que as evita, tendo-as como custo para crescimento. Esse paradoxo deve ser interessante para se entender os resultados da RIO + 20 final do passado (2012), onde os consensos foram difíceis e as deliberações quase um fracasso, em se tratando de criação de políticas de “desenvolvimento sustentável” agora que muitos países europeus estão em recessão.

De acordo com o autor (p.19) , as crises podem ser resolvidas ou por *corretivo eficazes* que não precisamente põem em causa a lógica do sistema que provocou a crise, mas conseguem minimizar os ritmos e os custos sociais desta, ou por via de *transformações profundas* que visam mudar a lógica do sistema e criar um novo paradigma de organização social e política.

Em relação ao primeiro tipo de resolução o autor (p.20) destaca que durante o século XX, esse *corretivo* foi a ameaça do comunismo, e foi a partir dela que, na Europa, se construiu a social-democracia (o modelo social europeu, o Estado Providencia e o direito laboral). De forma curiosa registra que,

a correção do capitalismo foi possível devido a existência, no horizonte de possibilidades, de um paradigma alternativo de sociedade, o comunismo e o socialismo. A ameaça credível de que ele pudesse vir a suplantar o capitalismo que obrigou a manter algum nível de racionalidade, sobretudo, no centro do sistema mundial. Extinta essa ameaça, não foi até hoje possível construir outro adversário credível em nível global. Na Europa, a social-democracia começou a ruir no dia em que caiu o muro de Berlim (SANTOS, 2011:19)

Em relação ao segundo tipo de resolução, relacionado aos instrumentos de intervenção Santos (p.22) distingue entre soluções institucionais e soluções extrainstitucionais.

As primeiras são as que tem lugar no âmbito do sistema político vigente e das instituições administrativas do Estado sem alterar o seu normal funcionamento. As segundas desafiam o quadro institucional existente, operam por fora dele com o objetivo ou de o transformar em profundidade ou apenas de o forçar a tomar medidas que doutro modo não tomaria.(...)

Enquanto as soluções institucionais se realizam no interior das instituições e a partir das lógicas procedimentais que a caracterizam, as soluções extrainstitucionais operam no espaço público, na rua, mesmo quando seu objetivo é apenas pressionar e não mudar profundamente o quadro institucional vigente.. Santos informa que “as periferias da Europa ilustram hoje o recurso aos diferentes tipos de soluções” pois no presente momento, “a periferia interna tenta resolver as crises por via de soluções institucionais, enquanto a periferia externa recorre a soluções extrainstitucionais na busca de uma nova institucionalidade” (SANTOS, 2011:22)

Além disso, o autor destaca (p.22) que as soluções institucionais, por serem sistêmicas, tendem a privilegiar ajustamentos ou correções, enquanto as soluções extrainstitucionais, por serem (em grau variável) antissistêmicas, tendem a visar transformações mais profundas, a esse respeito conclui que,

Ter em mente a pluralidade de concepções , dimensões e soluções das crises é particularmente importante no momento em que a tendência dominante será para atribuímos à situação que Portugal vive um caráter tão específico que a torna incomparável com a de outros países e para nos resignarmos antes as soluções que nos são impostas por serem as únicas que se adequam ao nosso cas” (SANTOS, 2011:22)

## **UM DIAGNÓSTICO PORTUGUES**

Para não perdermos de vista a análise de conjunto do autor vamos aqui apresentar uma breve análise que ela faz do “problema português”, que em sua interpretação é um problema simultaneamente Europeu e Mundial

Para início de análise, Santos (p.24-25) informa que o caráter semiperiférico do desenvolvimento português tem uma longa duração histórica, pois durante muitos séculos, Portugal foi simultaneamente o centro de um grande império colonial e a periferia da Europa.

“Findo o império, Portugal está a renegociar a sua posição no sistema mundial”. Portugal era, observar o autor, “ o centro em relação às suas colônias e a periferia em relação à Inglaterra”. Em 25 de abril de 1974, Portugal era o país menos desenvolvido da Europa e, ao mesmo tempo, o detentor único do maior e mais duradouro império colonial europeu” quer dizer, o “O fim do império colonial não determinou o fim do caráter intermédio da sociedade portuguesa”, pois este caráter estava inscrito na “matriz das estruturas e das práticas sociais dotadas de forte resistência e inércia”

Destaca (p.26) que o fim da função de intermediação de base colonial fez com que o caráter intermédio que nela em parte se apoiava ficasse de algum modo suspenso à espera de uma base alternativa, coisa que segundo o autor em “em 1978, o FMI destruiu a credibilidade dessa pretensão” e que no início da década de 80 era já claro que essa base teria como elemento fundamental a integração na comunidade europeia”

Essa integração, não obstante, asseverou o autor (p27) “ tende a criar a ilusão credível de que Portugal, por ser integrar no centro, passa a ser centra”, contudo, “o modelo de desenvolvimento seguido por Portugal nos últimos dez anos tem maior potencial periférico do que centralizante”. Diante dessa constatação, registra que o “ que está em aberto neste momento é saber se a intervenção externa da EU-BCE-FMI vai ou não manter dentro de certos limites a despromoção de Portugal.”, afinal de contas, pondera, “esta fora de causa que ela possa contribuir para a sua promoção ao estatuto de país europeu desenvolvido”

Após destacar essa especificidade de Portugal Santos procura contextualizar a crise de curto prazo, inserindo-a na crise de médio e longo prazo.

### **O problema do passado como excesso de diagnóstico**

Para Santos o problema do passado em Portugal, que não é exclusividade de Portugal, mas a atinge de forma mais intensa, está associado a um tipo de interpretação e diagnóstico excessivo desse mesmo passado vinculado a uma concepção de tempo e sociedade ocidentais.

Santos (p.28) salienta que a concepção de tempo linear que domina a sociedade ocidental, isto é, a ideia de que história tem direção e sentidos únicos, faz com que os países centrais ou desenvolvidos, colocados por essa razão na ponta da seta do tempo, definam como atrasado tudo o que é assimétrico com eles. Por isso, enfatiza, só neles o passado não é problemático, já que justifica e ratifica o êxito do presente.

Nesse sentido, o problema do passado manifesta-se como excesso de diagnóstico, que consiste na reiteração das mesmas razões para explicar o atraso em muitos e diferentes tempos e contextos históricos. (SANTOS, 2010:28)

Nessas circunstâncias, registra que,

o diagnóstico do problema transforma-se facilmente no problema do diagnóstico. O problema do diagnóstico não é ser falso ou verdadeiro, é estar feito e como tal informar as representações dominantes que se cria sobre ela. O problema da tradição é tradição que se cria sobre ela. Quanto mais se afirma como *longue durée*, mais tenderá a se converter em excesso de diagnóstico.(SANTOS, 2010:32)

O autor apresenta três momentos que podem esclarecer problemas do passado processados nos últimos cem anos.

Denomina esses momentos de momentos de *grande momento de rejeição, grande momento de aceitação, e grande momento de tolerância, ou seja, de rejeição disfarçada de aceitação.*

### **Representações desgovernadas: Portugal em sentido amplo e Portugal em sentido restrito.**

Desde o século XV Portugal tem vivido como um feixe de representações sociais em duas zonas ou espaços-tempos, a zona europeia e a zona colonial. Há assim um Portugal em sentido amplo e um Portugal em sentido restrito. No caso da zona colonial, não só Portugal viveu nela fora do centro como viveu muito mais tempo que a Europa.

Por habitar essa zonas perifericamente, Portugal nunca pôde assumir a monocultura do tempo linear típica da zona europeia. Essas assincronias fazem com que acontecimentos simultâneos possam não ser contemporâneos. No caso de Portugal, não estar no centro significou ir atrás, e ir atrás é ter o passado como problema. Mais do que isso, é não poder libertar-se plenamente do passado (SANTOS, 2011:34-35)

Considerando as últimas três décadas a “sociedade Portuguesa é uma sociedade em rápido movimento e transformação” inscreveu-se em vários processos de ruptura da revolução dos cravos à descolonização, da transição para o socialismo à transição para a democracia, da intervenção do FMI à integração na EU e, agora, da intervenção da EU-BCE-FMI para um futuro mais incerto ainda . Diante disso “as rupturas acabaram por conviver sub-repticiamente com continuidades, algumas longas de séculos outras vindas de bem perto, do fascismo” e isso gera duas percepções ilusórias e extremadas na sociedade portuguesa sobre sua transformação: uma que confirma o “imobilismo atávico” e outra que “avulta a extraordinária plasticidade e leveza da existência coletiva”. É a constelação política e vivencial própria de um tempo de transição, de um entre-tempos que, aliás, é também um tempo de transição entre lugares, entre a zona europeia e a zona colonial.(SANTO, 2011:35-39)

O problema do passado surge na modernidade ocidental como resultado da concepção de tempo linear e das assincronias que ela estabelece entre os países que vão na frente da história e os que vão atrás” (SANTOS, 2011,34-40)



Segundo Santos podemos designar o primeiro momento – momento de rejeição – como *momento europeu colonial* e o segundo momento – o momento de aceitação – como *momento europeu neocolonial*.

No primeiro momento (1890-1930) se realiza quando “os países centrais da zona europeia convertem a zona colonial numa zona prioritária para o projeto de desenvolvimento do capitalismo europeu”<sup>73</sup>. Portugal surge nesse momento como um obstáculo: não tendo qualquer papel relevante nesse projeto, o controle jurídico que detém sobre vastos territórios africanos é um impedimento a que estes possam ser devidamente aproveitados como recursos coloniais. Entre o final da segunda guerra mundial e o momento de aceitação (1974-2011), marcado pelo momento europeu neocolonial, o anacronismo de Portugal na zona europeia foi duplo: enquanto ditadura numa Europa ocidental democrática e enquanto país europeu periférico que insiste em manter pela violência o controle sobre uma zona colonial considerada obsoleta. (SANTOS, 2011:41-42)

Em ambos os momentos (de rejeição e de aceitação) está em causa a incorporação de Portugal num projeto transnacional de desenvolvimento capitalista. No momento da rejeição tratava-se do projeto colonial europeu; no momento de aceitação, trata-se do projeto de integração europeia que pressupõe a eliminação da zona colonial e o neocolonialismo. Em ambos os momentos, a integração bem sucedida no projeto transnacional pressupõe a existência de um projeto nacional de incorporação e a capacidade econômica e política para o levar a cabo. (SANTOS, 2011: 51-52)

O momento europeu da tolerância, ou da rejeição disfarçada de aceitação se inicia segundo Santos em 2011. É nesse momento que o diagnóstico da crise deixa de ser português para passar a ser europeu e mesmo mundial. Em retrospecto, salienta, é possível dizer que Portugal entrou na EU no momento em que o neoliberalismo ia ganhando terreno no interior da Europa com a então já anunciada crise do Modelo Social Europeu. Ou seja, a superação da ausência de projeto nacional por via da integração no projeto europeu estava frustrada à partida porque no momento em que Portugal o integrou o projeto estava já em crise, ainda que tal não fosse tão evidente. (SANTOS, 2011:54)

---

<sup>73</sup> A conferência de Berlim sobre a partilha da África (1884-1885) e o ultimato inglês (1890) foram o grande momento de rejeição de Portugal por parte da Europa) A rejeição europeia, tal como se viria a repetir nos nossos dias provocou no país o desejo de seguir a norma europeia sem tomar em conta a nossa especificidade.(...) O momento inicial de rejeição (Conferência de Berlim e Ultimato) ocorreu por não sermos colonizadores competentes no contexto da Europa imperial. (SANTOS, 2010:45-48)

Para o autor (p.54) ficou claro que,

os novos instrumentos, como o Banco Central Europeu, foram desenhados para servir fielmente aos interesses do eixo franco-alemão (...) A Balança de pagamentos foi sendo equilibrada com empréstimos contraídos no exterior.(...) Portugal, como muitos outros países, foi vivendo a crédito e isso só foi possível porque o acesso ao crédito era fácil e a taxa de juros muito baixa.(...) A lógica deste caminho está inscrita na areia do neoliberalismo. Os bancos como meios financeiros que não querem , ou não podem, canalizar para a “esfera da economia real” emprestam aos Estados, aos bancos e às grandes empresas das economias deficitárias a juro baixo.(...) Crescendo poderão fazer face a dívida. Essa é a promessa de convergência da EU<sup>74</sup>.

Santos como se observou nos argumentos acima, assim como Harvey (2011) reserva um lugar de destaque para o neoliberalismo em sua análise, apontado-o como principal agente da lógica do capital, atualmente vinculado aos processos de financeirização que a revelia da economia real e da maioria da sociedade, gera sem regulamentações, exorbitantes quantias de dinheiro em cima de dinheiro fictício, enjaulando além das famílias que vivem “à crédito” , os próprios Estados que passam a depender desse tipo de operação para sobreviver.

## **A DESMEDIDA DAS MEDIDAS DE AUSTERIDADE RECESSIVA**

No que se refere as consequências sociais relativas aos desdobramentos da crise Santos da destaque especial as implicações dos planos de austeridade operados pelos governos Europeus para ‘remediar’ a crise.

Além de altos níveis de desigualdade, que chegou a mais de 500 mil em Portugal e dos acentuados níveis de desigualdade que vai de par com o aumento da discriminação, o autor apresenta em quatro pontos as desmedidas das medidas de austeridade.

## **A CLASSE MÉDIA SITIADA**

---

<sup>74</sup> Entretanto, os credores sabiam de antemão que o crescimento não é garantido e que o processo de endividamento não se pode prolongar indefinidamente, mas isso não os deteve porque tinham boas razões para acreditar que, se a situação do devedor se agravasse, as instituições internacionais interviriam para garantir que os Estados dos países endividados obrigassem as classes médias e os pobres desses países a pagar a dívida. Quando essa possibilidade se aproximou, os juros tornaram-se especulativos para ganhar no curto prazo o que o longo prazo não garantia (SANTOS, 2010: 56.)

Santos anota que o aumento da pobreza é o impacto social mais previsível das medidas de austeridade, mas o seu significado político decorre de estar ligado ao dismantelamento da já frágil classe média. Enfatiza que num contexto em que a recessão e a destruição do direito laboral impedem que o efeito indutor de mobilidade através do Estado seja assumido pelo setor privado, o emagrecimento do Estado conduzirá a que o ‘efeito de classe media’ se dissipe, associado também aos níveis médios de endividamento dos setores médios e baixos da classe media. A fraca classe média portuguesa será a grande afetada pelas medidas de austeridade, nas relações sociais em geral. Com isto, a estrutura social fecha-se ainda mais e a mobilidade social, quando existe, é descendente. Os destinos estão traçados pelas origens, e isso vai acentuar no futuro. (SANTOS, 2011:61)

Além disso, elucida que “as outras frações de classe, sobretudo os que estão em ciclo de desemprego, tenderão a acentuar o peso da economia informal que, segundo dados recentes, pode ascender a 30% PIB~ . O fim do Estado como instrumento de mobilidade social, segundo o autor, afeta sobretudo as classes médias assalariadas altamente qualificadas e a classe media assalariada de fracos recursos; para o operariado, a esmagadora maioria da população ativa, tal tendência acaba com quaisquer expectativa de mobilidade. O significado da massiva despromoção social que pode ocorrer está em aberto. (SANTOS, 2011:62)

## **O DESEMPREGO**

Santos destaca que não é difícil prever que vamos assistir a três momentos próprios deste processo de crise: o aumento de desemprego, o aumento de horas de trabalho dos que estão empregados e a erosão do trabalho com direitos. Está em xeque, pois, a “grande via de acesso à cidadania” permitida pelos direito laborais. Todo esse edifício de relativa solidariedade social tem vindo a ser demolido desde há trinta anos, e a demolição está a atingir as fundações supostamente mais sólidas, situadas na Europa do pós-guerra. (SANTOS, 2011:64)

A nova geração de portugueses, denominados ‘a geração à rasca’, experimenta um momento de incerteza e futuro incerto. Até agora essa “geração esta divorciada dos sindicatos”. Fato é que “sem elas, os sindicatos não se renovam; sem eles, a geração cairá facilmente no desespero, a menos que encontre formas de organização inovadoras que não sejam nem sindicatos nem partidos. (SANTOS 2011:64)

## **O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS**

Santos registra que o endividamento das famílias é hoje um fenômeno comum a todos os países em que o crédito ao consumo se transformou numa área cobiçada pelo capital financeiro. A exuberância da oferta de crédito combinada com a compressão dos rendimentos salariais e a queda do valor de mercado dos ativos em particular imobiliários, são as principais causas de ocorrência de situações de sobre-endividamento na generalidade dos países.

## **A SOCIEDADE PROVIDÊNCIA**

Boavenura aponta que em Portugal o Estado-providencia é fraco e a sociedade-providencia é forte, em outras palavras, que parte do déficit de proteção estatal é coberto em parte pela proteção garantida pela sociedade-providencia. Define a sociedade a sociedade-providencia como,

as redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreatajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através da quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à da relação de dom estudada por Mauss (1950). Essas relações variam quanto ao formalismo, extensão, alcance, duração e estabilidade. (SANTOS, 2011: 71)

Santos afirma que a sociedade-providência é uma forma de capital relacional. A sua realização e valorização social tem a maior importância estratégica para os grupos sociais e famílias cujos percursos de vida são mais diretamente afetados pela crise em que nos encontramos. A força relativa da sociedade-providencia vai determinar, por exemplo, o impacto do desemprego no sobre-endividamento. Além disso, pondera que capacidade de acionar mecanismos de autoequilíbrio (redução dos consumos, mobilização de aforro) combinada com a presença da sociedade-providencia pode permitir manter, pelo menos durante algum tempo, as finanças familiares relativamente controladas. (SANTOS, 2011:73)

Registra ainda que,

Tomar em consideração a sociedade-providencia permite destruir dois mitos ou preconceitos sobre o comportamento dos portugueses: o mito de que os portugueses vivem à sombra do Estado e o mito de que vivem acima de suas posses

Por fim, salienta que o impacto da crise na sociedade-providencia pode ser devastador. Além do corte nas despesas sociais do Estado, a acentuação da crise no mercado de trabalho, cortes nas reformas e pensões. A sociedade-providencia é, pois, uma almofada que pode amortecer a queda dos rendimentos; quanto mais frágil for, mais grave será a queda. (SANTOS, 2011:74)

### **OUTROS MUNDOS POSSÍVEIS: a ameaça do fascismo social**

Santos nesse tópico apresenta os riscos que a Europa e o mundo correm com a emergência e na proliferação do *fascismo social* em detrimento da trivialização da democracia.

O seu propósito é, pois, o de mostrar que os perigos que a democracia enfrenta não estão no regresso ao fascismo na forma histórica que conhecemos,

Estão antes na emergência de relações sociais que geram desigualdades tão acentuadas entre cidadãos ou grupos sociais que as salvaguardas da democracia de pouco valém para defender os cidadãos ou grupos oprimidos no seio dessas relações.(...) Não se trata de um regime político mas antes de um regime social e civilizacional.(...) Na medida em que ele proliferar, as sociedades serão politicamente democráticas e socialmente fascistas.( SANTOS,2011:118)

Santos distingue cinco formas básicas de sociabilidade fascista, *Fascismo do apartheid social*, *Fascismo do apartheid social*, *Fascismo territorial*, *Fascismo da insegurança* e *Fascismo financeiro*. Não vamos detalhar o modo pelo qual cada fascismo se apresenta e realiza na sociedade, cabe aqui apenas descrever especialmente o *fascismo financeiro*, dado a importância recente do mesmo na potencialização do desastre financeiro que se alastra pela Europa.

Segundo Santos (p.122) o *fascismo financeiro*, e talvez a forma mais virulenta de sociabilidade fascista e aquela que nos dias de hoje mais nos atinge. Realça que

É o fascismo que comanda os mercados financeiros de valores e de moedas, à especulação financeira global, um conjunto hoje designado por economia de cassino.(..) por ser mais pluralista é também o fascismo mais virulento porque o seu tempo-espaço é o mais refratário a qualquer intervenção democrática(SANTOS, 2011:122)

Santos (p.122) argumenta que esse espaço-tempo virtualmente instantâneo e global, combinado com a lógica do lucro especulativo que o sustenta, confere um imenso de poder para abalar, em segundos, a economia real ou a estabilidade política de qualquer país . Prossegue afirmando que de cada cem dólares que circulam diariamente no globo, noventa e 98 pertencem a essa economia de cassino e apenas dois à economia real.

A virulência do fascismo financeiro, segundo o autor, reside em que ele, sendo de todos o mais internacional, está a servir de modelo e de critério operacional a novas instituições de regulação global, crescentemente importantes apesar de pouco conhecidas do público. Como ilustração se refere a avaliação das dividas soberanas dos Estado nacionais por parte das empresas de notação, ou seja, das empresas internacionalmente acreditadas para avaliar a situação financeira dos Estados e os consequentes riscos e oportunidades que eles oferecem aos investidores internacionais. (SANTOS, 2011: 123)

Ainda a esse respeito Santos (p.124) comenta que essas empresas tem um poder extraordinário. Registra a fala de Thomas Friedmam, jornalista do *New York Times* onde afirma que

o mundo pós-guerra frua tem duas superpotências , os EUA e a agencia Moody`s (...) se é verdade que os EUA podem aniquilar um inimigo utilizando o seu arsenal militar, a agencia de qualificação financeira Moody`s tem poder para estrangular financeiramente um país, atribuindo-lhes uma má nota

Os critérios adotados pelas empresas de *rating* são, para Santos, em grande medida arbitrários, pois, “reforçam as desigualdades no sistema mundial e dão origem a efeitos perversos: o simples rumor de uma próxima desqualificação (baixa nota) pode provocar enorme convulsão no mercado de valores de um país, como temos vindo a testemunhar nestes últimos tempos em Portugal”. As agencias de notação, enfatiza, “pretendem ser um segurança contra o risco mas, em vez de o fazerem distribuindo os riscos pelos vários intervenientes, transferem-nos unilateralmente para defender quem lhes paga”. (SANTOS, 2011:125)

O autor argumenta que responsabilizar as agencias por notações erradas é uma medida frouxa por não tomar em conta que as agencias tem poder para criar a realidade que lhes convém.

Por fim, Santos (p.126) termina esse tópico afirmando que,

A proliferação de fascismo social é um dos dois impactos mais destrutivos do capitalismo neoliberal nas relações socais. O outro é a sobre-exploração dos recursos naturais e a catástrofe ambiental que vem provocando. O fascismo

social alimenta-se do enfraquecimento dos processos democráticos com a erosão progressiva dos direitos econômicos e sociais e dá origem a formas de dominação muito semelhantes às que dominaram o capitalismo selvagem do século XIX.

Só a radicalização da democracia, diz, “pode inverte o processo de desumanização da humanidade”

## **OUTRA EUROPA É POSSÍVEL**

Neste tópico Santos (p.127) argumenta que o projeto Europeu “foi abandonado no momento em que os princípios de solidariedade e de igualdade entre os Estados, que constavam dos tratados, foram substituídos por lógicas monetárias, comerciais e de governação definidas pelos interesses dos países mais desenvolvidos”, o que teria criado segundo Santos, as condições para emergência da estratificação entre Estados de primeira classe e Estados de segunda classe, entre um centro europeu e uma periferia europeia.

O europeísmo, destaca Santos (p.128) mesmo que tenha sido um sonho, é hoje um pesadelo, infelizmente real e sem remédio. Nesse sentido, pondera, os países menos desenvolvidos da Europa terão de reagir a uma integração que se se tornou repressiva, o que poderá implicar a necessidade de recuperar instrumentos de ação pública como moeda, a política industrial e as iniciativas de transnacionalização fora do quadro europeu.

Sem rodeios Santos (p.129) afirma que “a ideia de uma Europa benévola é uma fraude histórica, tanto quanto se trata de benevolência interna como quando se fala de benevolência em relação ao mundo extraeuropeu”. Mas, apesar de tudo “não é impensável que se possa refundar (a EU) como um projeto de cidadania e democracia de alta intensidade, inclusiva e intercultural.

Diante do fracasso do projeto Europeu Santos aponta que apenas a democratização da Europa a partir do atendimento de duas condições, a seguir descritas, podem anunciar um futuro diferente para os Europeus, que não seja o da intensificação dos fascismos sociais.

### **1) DEMOCRATIZAR A EUROPA.**

Santos (p.130) acredita que a esperança numa Europa democrática e solidária virá “das esquerdas logo que estas tenham absorvido e elaborado politicamente as transformações na relação entre capitalismo, colonialismo, patriarcalismo e democracia”. Acrescenta que no fundo,

enquanto não for possível viabilizar um paradigma alternativo que certamente virá pela via de um novo pacto socioecológico, “tratar-se-á de construir politicamente em nível europeu um adversário credível do capitalismo, capaz de introduzir um corretivo eficaz à vertigem predadora e destrutiva que atualmente domina sem freios o capitalismo global.”

Para essa realização democrática faz-se necessário algumas condições segundo o autor, dentre elas:

### **DESFINANCEIRIZAR A EUROPA**

Uma das condições que mais urgentemente deve ser concretizada consiste em libertar a economia europeia do jugo dos mercados financeiros desregulados. Em diferentes países europeus começa a definir-se e a organizar-se a resistência contra o confisco do bem-estar dos cidadãos por parte da economia de casino. Todas elas se opõem às condicionalidades impostas pelo FMI. (SANTOS, 2011:131)

As propostas segundo Santos são:

- aumento de impostas via taxaço de impostos sobre o capital financeiro
- realizar auditorias permanentes à dívida pública
- proibir socialização pública das dívidas privadas
- proibir paraísos fiscais
- combater a especulação financeira etc...

### **DESCOLONIZAR A EUROPA**

Santos argumenta (p.132) que muito para além do seu impacto econômico, o colonialismo teve um papel determinante na formação da cultura europeia e muito especificamente da cultura política. A ideia da missão civilizadora conferiu à cultura europeia um complexo de superioridade que com o tempo se transformou num traço incapacitante. A superioridade da religião (cristianismo) e do conhecimento (ciência) justificou o privilegio de ensinar o mundo a troco da sua exploração colonial.

É precisamente esse complexo de superioridade, assinala Santos (p.133) , que passou a ser constitutivo das próprias relações intraeuropeias, mediante a construção de vários ‘outros’ europeus inferiores.

A partir daí, assinala,



uma vazia epistemológica, uma espécie de cegueira provocada por excesso de luz que se manifestou como um arrogância cultural e ontológica ante tudo o que não coubesse no cânone do crer, do saber e do agir europeus. Cultural, porque a diferença do outro é sempre concebida a partir da inferioridade deste; ontológica, porque o que fica fora do cânon é invisível e inconcebível, em suma, é declarado como inexistente. Daí, não só a inutilidade como também a impossibilidade de aprender com o outro. O vazio epistemológico alimenta-se do vazio intercultural e ambos do vazio ontológico.

São esse vazios, segundo Santos, que fundam a credibilidade do universalismo europeu. Nesse sentido, enfatiza, “a descolonização da Europa é decisiva para que a Europa se reconcilie com o mundo, mas é ainda mais decisiva para que a Europa se reconcilie consigo própria”. (SANTOS, 2011:164)

## **OUTRO MUNDO É POSSÍVEL**

Neste tópico Santos se aproxima dos argumentos finais de seu livro, e portanto, inscreve definitivamente a análise da situação Portuguesa nos marcos da situação Europeia, indicando que a saída da crise para Portugal, passa necessariamente pelas condições que se possa conceber para saída europeia da crise. Tais condições estão relacionados ao que ele denomina “globalização alternativa”. Vejamos.

Santos (p.135) irá destacar que para além do turbilhão de curto prazo, “os problemas que Portugal enfrenta só são resolúveis na Europa, se a Europa se refundar para nela haver lugar para países periféricos como Portugal.” A Europa, por sua vez, afirma o autor, “enfrenta os desafios que em boa medida partilha o mundo e que só em nível mundial podem ser equacionados”. Como exemplo, Santos afirma que “o modo como o neoliberalismo se infiltrou na governação europeia é um episódio do movimento mais vasto do capitalismo global”. A partir dessa orientação argumenta que o “combate a degradação ambiental e aos fascismos sócias só podem ser realizados em escala global.”

Daí emerge uma de suas principais contribuições para o entendimento do processo de globalização, que ele entende como processos de *globalizações*.

Os horizontes de saída para situação europeia passam pelo que Santos (p.136) de “Uma globalização alternativa à do capitalismo global e dos mercados financeiros, do Banco Mundial, do FMI e da Organização Mundial de Comércio.” Não há pois um único “sentido e

racionalidade” para história, argumenta, “ o mundo não está bem feito como querem os neoliberais e certamente outra globalização é possível e já se realiza.”

Registra que o FSM<sup>75</sup> e os seus antecedentes (o levantamento dos zapatistas no Sul do México em 1994, a contestação à reunião da OMC em Seattle em 1999) deram visibilidade ao lado oculto da hegemonia neoliberal:

As ações de resistência combinadas com a revolução nas tecnologias de informação e comunicação que entretanto tiveram lugar, possibilitaram a realização de articulações locais/globais, alianças entre lutas e entre movimentos sociais nos mais díspares lugares do mundo. Com base em tais alianças e articulações tem vindo gradualmente a emergir uma globalização contra-hegemônica, uma globalização alternativa à globalização neoliberal, construída a partir de baixo, com os movimentos sociais e das classes populares. (SANTOS, 2011:137)

No seu conjunto, assinala Santos (p.137) essas resistências mostram que o neoliberalismo, ao globalizar o capitalismo, criou também as condições para globalizar as lutas contra a injustiça e a opressão que ele gera.

Por essa razão, a dimensão utópica das lutas que resistem a este estado de coisas gerados or uma globalização hegemônica reside basicamente em recusar a idéia de que não há alternativa. (SANTOS. 2011:140-141)

Mas é hoje possível, segundo Santos, identificar algumas idéias reguladoras dos processos de mudança (por vezes civilizacional) que estão em curso. Podem resumir-se em três grandes imperativos: democratiza, descolonizar, desmercadorizar.

## **DEMOCRATIZAR**

Segundo Santos esta é uma das dimensões mais consistentes da globalização contra-hegemônica.

Democratizar significa democratizar a democracia no sentido que referi acima: recusar a ideia de que a democracia liberal representativa é a única forma válida de democracia e legitimar outras formas de deliberação democrática, a já referida demodiversidade; procurar novas articulações entre democracia representativa e a democracia participativa e, em certos contextos, entre ambas e a democracia comunitária(...) Se o socialismo fosse definível, seria definido como democracia sem fim. (SANTOS,2011:147)

---

<sup>75</sup> Fórum Social Mundial, contraponto ao Fórum econômico de Davos.

Além disso declara que o imperativo da democratização tem, em nível mundial, uma outra dimensão: “a reforma democratizante da ONU e das agências internacionais, a começar pelas instituições financeiras multilaterais como Banco Mundial e FMI.”

## **DESCOLONIZAR**

O colonialismo segundo Santos (p.142) é toda relação de opressão assente na inferioridade supostamente natural, racial ou étnico-cultural do oprimido. Assinala que “são os mais diversos os movimentos que concebem as suas lutas como visando uma ou outra manifestação do colonialismo e propondo alternativas descolonizadoras”. Pontua que “talvez o mais importante e mais presente globalmente é o racismo. Na versão que lhe dá a modernidade ocidental, o racismo deriva da germinação de colonialismo com o capitalismo”.

Outra manifestação, acrescenta, ocorre nas relações internacionais, sobretudo nas relações entre potências colonizadoras e os novos países independentes. Nesse caso o colonialismo combina-se com o imperialismo. (SANTOS, 2011:143)

No plano epistemológico, Santos (p.143) afirma que o colonialismo manifesta-se de uma forma virulenta “ao atribuir o monopólio do conhecimento válido à ciência moderna e à filosofia ocidental”. Assim, prossegue, “desvalorizam, suprimem ou marginalizam outros conhecimentos leigos, populares, tradicionais, urbanos e camponeses, que afinal orientam a vida cotidiana da esmagadora maioria da população mundial.” A desvalorização desses saberes para Santos, traz consigo a desvalorização dos grupos sociais que os detêm.

Por fim, faz referência ao que denomina de colonialismo interno, concebido por ele como outra manifestação do colonialismo contemporâneo, utilizado para caracterizar as relações desiguais entre grupos sociais ou entre regiões do mesmo país que foram geradas no tempo do colonialismo histórico e permaneceram depois dele. É o colonialismo exercido pelas elites nacionais, muitas vezes disfarçado de interesse nacional. (SANTOS,2011:143)

## **DESMERCADORIZAR**

Um último elemento ou imperativo para procurar regular os impasses que a globalização neoliberal gera é o que Santos (p.144) chama de desmercadorização, “um imperativo incontornável na busca de uma sociedade melhor”. Argumenta que sobrepostas às crises

financeira, econômica e social que o acompanham “o capitalismo desde seu início, as crises ecológica, energética e alimentar vieram conferir um grau de convicção maior a algumas constatações que até agora não tinham merecido a atenção do cidadão comum”. Eis algumas constatações.

Primeiro, “conceber o desenvolvimento como crescimento infinito assente na apropriação intensa da natureza é uma concepção que nos conduz ao desastre”. O planeta, alerta, não é inesgotável e o estilo de vida dos países desenvolvidos atualmente “é energívoro e submete as energias não renováveis a uma pressão insustentável”

Segundo, “a redução do bem-estar ao bem-estar material, baseado no consumo de bens disponíveis no mercado, deixa de lado muitas dimensões da vida (a espiritualidade, o cuidado, a solidariedade, os valores éticos) essenciais ao florescimento humano”.

Terceiro, “como qualquer outro fenômeno histórico, se o capitalismo teve um início, certamente terá um fim”. Argumenta que “se o problema não for o de saber se o capitalismo sobreviverá, é certamente o de saber se sobreviveremos ao capitalismo”.

Quarto,

o capitalismo, por mais dominante, não conseguiu nunca erradicar totalmente outras lógicas de relações econômicas que não passam nem pela acumulação infinita de riqueza nem pelo lucro a qualquer preço; essas lógicas (algumas existiam antes do capitalismo e sobreviveram, outras surgiram com o capitalismo e para lhes resistir) contêm um repertório de inovação social e econômica que pode ser precioso num contexto em que se aprofundam as crises social, ecológica, alimentar e energética.(SANTOS,2011:144)

Desmercadoriza em suma, significa para Santos impedir que a economia de mercado estenda o seu âmbito “a tal ponto que transforme a sociedade no seu todo numa sociedade de mercado, numa sociedade onde tudo se compra e tudo se vende, inclusive valores éticos e as opções políticas.”

### **Apontamento finais de Boaventura**

*Muito dos nossos sonhos foram reduzidos ao que existe e o que existe é muitas vezes um pesadelo; ser utópico é a maneira mais consistente de ser realista no início do século XXI. SANTOS, 2011*

De maneira sucinta e esquemática Santos (p.150) procurou mostrar que o “os desassossegos de Portugal são de longo e médio prazo e que só eles nos ajudam a entender o modo como damos respostas às crises de curto prazo.

Sugere que Portugal e a Europa como um todo estariam vivendo a hora dos grupos e classes dominantes, “cujo poder parece demasiado forte para poder ser desafiado, e nunca tanta força esteve ligada a tanta ausência de projeto. A democracia, que aparentemente controla o seu poder, parece sequestrada por ele.”

Santos conclui que “vivemos um tempo de explosão da precariedade, obscena concentração da riqueza, empobrecimento das maiorias e incontrolável perda de valor da força de trabalho”. Diante desse cenário cabe de imediato politizar a crise, apresentar outras definições da crise, pois a “ crise só deixa de ser destrutiva na medida em que se transforma em oportunidade nova para as classes e grupos sociais que mais sofrem com ela”. E para isso, enfatiza, “é necessário que os termos da crise sejam redefinidos de modo a libertar e credibilizar a possibilidade de resistência contra os interesses dominantes, o que implica luta social e política”

Deste modo afirma(p.151) que no curto prazo a crise é financeira e está a ser definida pelos grupos que a causaram.

Acrescenta que externamente, a crise seria causado,

pelos interesses de credores e especuladores financeiros; daí que não possa entrar na equação da crise a desregulação dos mercados financeiros, a imoralidade dos lucros especulativos ou a subordinação de interesses soberanos democraticamente legitimados a desígnios financeiros antidemocráticos. (SANTOS,2011:151)

Já internamente realça que a causa estaria vinculada as lideranças políticas, ao se tornarem,

reféns da corrupção e dos interesses partidários que colocaram acima dos interesses nacionais; daí que não possa entrar na definição da crise a mediocridade dos líderes, a crise do atual sistema político, a baixa intensidade de democracia, a prevalência da cultura política autoritária que confunde consenso com resignação, que paralisa o potencial de rebelião da sociedade civil (SANTOS,2011:151)

A curto prazo, destaca que muito provavelmente, uma redefinição da crise que permita a abertura de “janelas de oportunidades para maioria da população fortemente vulnerabilizada pela crise só pode ocorrer por via de ações coletivas extrainstitucionais”.

A médio prazo, sublinha que

a crise portuguesa é econômica, política, cultural e terá de ser resolvida em contexto europeu(...) e no contexto global mediante a nossa contribuição para um globalização contra-hegemônica, um novo pacto socionatural ou socioecológico imune ao feiticismo do crescimento e, sempre no horizonte, um outro modelo civilizacional onde a humanidade se sinto toda ela em casa e saiba partilhar com a natureza que forneceu os materiais e os imateriais para sua construção (SANTOS, 2011:152)

Por fim, a médio prazo, afirma (p.152) que se não civilizarmos a economia, teremos de mudar nossa civilização.

Verifica-se no desenvolvimento dos argumentos de Santos que sua preocupação central, para além de identificar as consequências sociais e econômicas (Desproteção social, desigualdades sociais associadas a ‘auto regulação dos mercados’), é a de problematizar as definições da crise, definições estas elaboradas precisamente por aqueles que a causaram, definições que invisibilizam sua verdadeira natureza e seus culpados. Santos tenta definir a crise em outros termos, outra interpretação, identificando causas e agentes causadores, desnaturalizando a ilusão de uma crise localizada e inscrevendo-a na própria dinâmica do capitalismo financeirizado em sua quadra neoliberal. Resta, ao seu ver, uma redefinição prática da crise, que dependerá da globalização contra-hegemônica, prescrita no atendimento dos imperativos democratiza, descolonizar, desmercadoriza. Quer dizer, a saída da crise se inscreve no processo de globalização contra-hegemônica, em outras palavras, a solução da crise vincula-se a democratização dos processos globalizantes.

A idéia de politizar a crise é de extrema relevância, pois como o autor sugere nas entrelinhas, politizar um debate não deveria significar criar dicotomias ou polarizações extremas em perspectivas teóricas ou analíticas, deveria significar, sobretudo, a busca equilibrada por um solução que incorpore sem violentar, todas as opções colocadas, considerando que a deliberação pública do debate se assente nos princípios da justiça; reparando injustiças, desigualdades, ao mesmo tempo que garanta igualdade de condições para evitar dominações extremas de uns sobre outros e permita cada qual lutar com dignidade pelos bens recursos disponíveis na sociedade.

Politizar o debate é necessariamente realizar justiça e não o contrário. Mais justo será a politização do debate e das deliberações quanto mais democrática for, incorporando a diversidade de visões de mundos, das gerações mais pretéritas e das mais recentes.

E no contexto dessa politização critica que o fato de singularizarem as crises, como se fossem frutos de processos ou decisões políticas desencadeadas no interior dos países, pode a longo prazo, e já indícios disso, poder desencadear nacionalismos com traços fascistas em parte significativa da Europa.

Para Santos a Crise é sistêmica, resoluções locais longe de resolverem a crise, podem acentuar crise regionais e globais.

Politizar a crise para Santos significa também evidenciar que a natureza da crise vincula-se a destruição em massa realizada pela principal arma do neoliberalismo: o capital financeiro desregulado, especialmente controlado pelos interesses do capital financeiro norte-americano. Após ‘disciplinar’ os EUA, o capital financeiro avança vorazmente para Europa, desestruturando o já frágil projeto Europeu e suas democracias desmoralizadas. Inscreveu a Europa em um crise econômica de médio e longo prazo, gerando consequências perversas através dos ‘remédios’ denominados ‘planos de austeridade’ utilizados para combater a crise que apenas acentuam a recessão e os problemas sociais. A solução segundo Santos, estaria em uma “regulação global, regional e nacional para pôr fim a uma tão massiva predação financeira e a uma tão injusta distribuição de seus custos”.

De par com essa regulação, a resolução das crises se realizaram em conjunto, de modo articulado, considerando a convergências, especialmente, do que ele denomina de “mosaico de esquerdas”, já que as soluções por parte da direita e das esquerdas tradicionais se mostram limitadas e ineficazes para saída crise em função da definição da crise que possuem.

Conclui-se de seus argumentos, a respeito dos partidos tradicionais, que as insuficiências políticas e limitações históricas desses partidos, em especial da social-democracia decorrem precisamente da ausência de adversários atualmente para o capitalismo. Insinua que a base para o sucesso da social-democracia foi a credibilidade do comunismo enquanto adversário credível para propor outro modelo de organização política e social, que o mesmo rui com a queda do muro de Berlim. Assevera que foi essa “ameaça credível de que ele pudesse vir a suplantar o capitalismo que obrigou a manter algum nível de racionalidade, sobretudo, no centro do sistema

mundial”. Sem esse adversário a social-democracia colapsa e o capital vampiriza sem freios o trabalho e os novos ‘pastos’ para realização do lucro e da acumulação capitalista.

O certo é que precisamos engendrar em nossos horizontes de possibilidades novas ideologias e utopias que apontem os caminhos para construção de “um outro mundo possível” que sirva de alternativa para o sistema vigente. Trata-se de apontar outras alternativas de produção, consumo, formas de sociabilidade entre os homens e destes com a natureza a fim de tecer um novo padrão civilizatório mais livre, democrático, justo, solidário. Alternativas são urgentes e os atores que a constituirão neste momento travam as batalhas políticas e ideológicas para torna-las credíveis, entre estas lutas está a atual definição dos termos da crise e das opções políticas para sua resolução.

#### **4.2.3. Bauman: O capitalismo parasitário e o Estado assistencial para os ricos.**

*“ não foi apenas o sistema bancário e a bolsa de valores que sofreram duros e sucessivos golpes – nossa confiança nas estratégias de vida, nos modos de agir, nos padrões de sucesso e no ideal de felicidade que, dia após dia, nos últimos anos, nos disseram que valia a pena seguir também foi abalado e perdeu parte considerável de sua autoridade e poder de atração. O fato é que agora o tempo da orgia acabou. Chegaram os dias (meses, talvez anos) de fazer contas, de calcular, Dias de ressaca e de recobrar a sobriedade”* ZIGMUNT BAUMAN

Dentre os livros que tomam como objeto a crise que irrompeu em 2008 nos EUA e atingiu imediatamente a Europa, o de Bauman talvez seja o que reservou menos tempo para uma análise mais acurada da natureza e dimensões da crise, não obstante apresenta em seu ensaio, *Capitalismo Parasitário: e outros temas contemporâneos*, ideias e sugestões que corroboram e complementam argumentos e análises desenvolvidos por Harvey (2011) e Santos (2011).

O estilo de apresentação dos textos de Bauman é ensaístico e geralmente associado a uma apreensão fenomenológica da vida social expressa em uma abordagem que privilegia o cotidiano, as percepções das pessoas e até seus sentimentos, mas nem por isso deixa de tecer



relações mais densas e sofisticadas conectando ações individuais às dinâmicas mais gerais e estruturantes da vida social.

Dito isso vamos nos ater à sua breve análise.

## **CAPITALISMO À CRÉDITO**

A primeira afirmação de Bauman (p.7) relativamente a crise irrompida em 2008 é a de que o ‘tsunami financeiro’ evidenciou a milhões de indivíduos que o capitalismo se destaca por criar problemas, e não por solucioná-los.

. Lembra que “a aventura das ‘hipotecas subprime’, vendidas a opinião pública como forma de solucionar o problema dos sem-teto, esta praga que, como todos sabem, o capitalismo produz sistematicamente, acabou, ao contrário, multiplicando o número de pessoas sem casa, com a epidemia de retomada de imóveis. Se ele tenta resolver problemas, não pode fazê-lo sem cair na incoerência em relação a seus próprios pressupostos fundamentais” (Bauman, 2010:8)

Recorre a Rosa Luxemburgo que em “seu estudo sobre a ‘acumulação capitalista’, no qual sustentava que esse sistema não pode sobreviver sem as economias ‘não capitalistas’. Esclarece que o capitalismo só é “capaz de avançar seguindo os próprios princípios enquanto existirem ‘terras virgens’ abertas à expansão e à exploração” privando-as de sua “virgindade pré-capitalista, exaurindo assim as fontes de sua própria alimentação”. Assevera, “o capitalismo é um sistema *parasitário*”, pois como todos os parasitas ele pode prosperar durante algum período explorando algum organismo que lhe forneça alimento. Contudo, adverte, que o parasita não pode “fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência” (Bauman, 2010:8-9)

É importante ressaltar aqui que os novos hospedeiros a qual Bauman se refere são os cidadãos que viviam à crédito e consumindo por impulso, a exemplo do povo americano que antes da crise era responsável por 70% das atividades econômicas do país realizadas basicamente pelo consumo. Além desses hospedeiros habituais há ainda aqueles que sem condições de conseguir sua habitação foram ‘contemplados’ pelas operações sub-prime dos bancos que ofereciam crédito a pessoas sem condições de pagamento, mas com altas taxas de juros. Os milhares de despejos que já vinham acontecendo nos Eua (Harvey, 2011) já prenunciavam um mal maior.

Bauman (p.9-10) escreve que Rosa Luxemburgo a mais de cem anos atrás não poderia prever que os “territórios exóticos não eram os únicos ‘hospedeiros’ potenciais, dos quais o capitalismo poderia se nutrir para prolongar a própria existência e gerar uma série de períodos de prosperidade”, sempre que as espécies anteriormente exploradas se tornam escassas ou se extinguem. Prossegue argumentando que um dos principais hospedeiros, como já citado anteriormente, se expressa através das “hipotecas *subprime*”,

que estão na origem da atual recessão: o expediente de fôlego curto, deliberadamente míope, de transformar em devedores indivíduos desprovidos dos requisitos necessários à concessão de um empréstimo”(…) é também no oportunismo e na rapidez, dignos de um vírus, que se adapta às idiossincrasias de seus novos pastos

Aponta que “a atual contração do crédito não é um sinal do fim do capitalismo, mas apenas da exaustão de mais um pasto” que a busca de novas paisagens terá início imediatamente, alimentada, como no passado, pelo Estado capitalista, por meio da mobilização forçada de recursos públicos (usando os impostos, em lugar do poder de sedução do mercado, agora abalado e temporariamente fora de operação) (Bauman, 2010: 10)

Segundo o autor (p.11-12) o anúncio de nova ‘descoberta’, de uma ilha ainda não assinalada nos mapas, atrai multidões de investidores, destacando que a introdução dos cartões de crédito foi um sinal do que viria a seguir, pois foram lançados no mercado cerca de 30 anos atrás, com o slogan exaustivo e extremamente sedutor de ‘Não adie a realização do seu desejo’. Argumenta que se no passado era preciso adiar a satisfação, lembrando Weber de que esse adiamento (privações de alegrias, gasto com prudência e frugalidade, investindo em poupança) foi um dos princípios que ajudaram a forjar o capitalismo, atualmente “Graças a Deus e à Benevolência dos bancos, isso já acabou! Com um cartão de crédito, é possível inverter a ordem dos fatores: desfrute agora e pague depois!” Se antes havia necessidade de *ganhar* para atender as satisfações agora trata-se de *desejar* e ‘passar o cartão’.

Bauman sugere que essa atitude “desfrute agora, pague depois”, cedo ou tarde se converterá em “agora”, isto é, o crédito fácil dos cartões de crédito se tornam dívidas que terão de ser pagas, por vezes, contraído empréstimos. É aí que a dívida contraída é “transformada numa fonte permanente de lucro”, e assim os “credores modernos e benevolentes resolveram e conseguiram transformar (o débito) na principal fonte de lucros constantes”. Para esses credores,

acrescenta o autor, o “devedor ideal é aquele que jamais paga integralmente suas dívidas”(Bauman, 2010:13-15)

Bauman (p18) resume que “a atual ‘contração do crédito’ não é resultado do insucesso dos bancos. Ao contrário, é o fruto, plenamente previsível, embora não previsto, de seu *extraordinário sucesso*”.

## **O ESTADO ASSISTENCIAL PARA OS RICOS**

Bauman enfatiza que, como em todas as mutações pretéritas do capitalismo, o Estado também participou efetivamente no sentido da “criação de novos pastos a explorar” salientando que foi durante o governo Clinton que as hipotecas *subprime* foram introduzidas, “a fim de oferecer crédito, para compra da casa própria, a pessoas desprovidas dos meios de pagar a dívida assumida, e, portanto, a fim de transformar setores da população até então inacessíveis à exploração creditícia em devedores” (Bauman, 2010:19)

E assim a sociedade dos consumidores converte-se igualmente na sociedade dos devedores, que na atual fase de capitalismo financeiro, apresenta-se como principal componente de lucratividade e acumulação do capital.

Como exemplo dessa situação Bauman (p.20) registra que nos EUA o endividamento das famílias medias americanas cresceu 22% nos últimos oito anos e a soma de aquisições com cartão de crédito não ressarcidas cresceu 15%. Seus estudantes foram obrigados a “viver à crédito” para permanecerem estudando. Na Grã-Bretanha a situação não é nada alentadora, segundo o autor, em 2008 a inadimplência dos consumidores superou o pib do país, isto é,

as famílias britânicas tem dívidas num valor superior a tudo o que suas fábricas, fazendas e escritórios produzem(...) O planeta dos bancos está esgotando as terras virgens e já se apropriou implacavelmente de vastas extensões de terras endemicamente estéreis (BAUMAN, 2010:20)

. Segundo Bauman (p.21-22) nenhum dos pressupostos ou estratégias falenciais responsáveis pela crise atual foram postos em discussão pelos poderes constituídos, pois “na cabeça dos que detêm o poder, mais crédito (ou seja, a produção em série de indivíduos endividados) ainda é a chave da prosperidade econômica.” Afirmam que são apenas ‘ativos

problemáticos’ e não ‘instituições problemáticas’ que causaram os problemas, precisa-se apenas de um ‘remédio’, e não “uma corajosa intervenção cirúrgica”

O autor destaca (p.23) que *recapitalizar as empresas prestadoras e reabilitar seus devedores para o crédito*, de modo que o negócio de emprestar e pedir emprestado possa voltar à ‘normalidade’, eis a opção política atual. Prossegue informando que,

O Estado assistencial para os ricos voltou ao salão (..)O Estado voltou a exibir e flexionar sua musculatura como não fazia há tempo, pelo bem da continuidade do jogo que tornou sua flexibilização difícil e até – horror! – Insuportável; um jogo que, curiosamente, não tolera Estados musculosos, mas ao mesmo tempo não pode sobreviver sem eles

Anota que na ocasião da crise o que ficou “alegremente (e loucamente) esquecido nessa ocasião é que a natureza do sofrimento humano é determinada pelo modo de vida dos homens.”, que as raízes da dor da qual muitos passam, assim como as raízes de todos os males sociais, estão profundamente vinculadas no como nos ensinam a viver: “em nosso hábito, cultivado com cuidado e agora já bastante arraigado, de correr para os empréstimos cada vez que temos um problema a resolver ou uma dificuldade a superar. Como poucas drogas, viver a crédito cria dependências” (BAUMAN, 2010: P24)

O autor explana (p.25) que chegar as “*raízes* do problema que agora saiu do compartimento *top secret* para o centro da atenção pública não é uma solução *instantânea*”, mas precisamente “a *única* que tem alguma possibilidade de se mostrar adequada à enormidade do problema e de sobreviver aos intensos – mas comparativamente breves – tormentos da desintoxicação”. Afirma que por mais imponentes que sejam as medidas que os governantes já tomaram, pretendem tomar ou dizem que querem tomar, todas elas buscam ‘recapitalizar’ os bancos e deixa-los novamente em condições de desenvolver suas ‘atividade normais’: em outras palavras, a atividade que é a principal responsável pela crise.

Assevera (P.26) que “ainda não começamos a pensar seriamente sobre a sustentabilidade dessa nossa sociedade alimentado pelo consumo e pelo crédito.” O ‘retorno a normalidade’ prenuncia, pois, um retorno aos métodos equivocados e potencialmente perigosos. “São intenções que preocupam, pois sinalizam que nem as pessoas que dirigem as instituições financeiras nem os governos chegaram à raiz do problema em seus diagnósticos”

Destaca (P.27) que,

essa espécie de Estado assistencial para os ricos (ou mais exatamente, a política de mobilizar, por intermédio do Estado, os recursos públicos que as empresas capitalistas não conseguem convencer o público a lhes entregar diretamente) não é novidade: apenas o alcance e a publicidade que o acompanham assumiram proporções capazes de causar escândalo.

Bauman (p.28) recorda Habermas afirmando que a substância do capitalismo “é o encontro entre capital e trabalho” e que a principal “tarefa (e, portanto, legitimação) do Estado capitalista é garantir que ambas as condições se cumpram”, isto é, que o capital compre o trabalho, garantindo ao primeiro subvenções e concessões para que haja a comercialização com o segundo. Ocorre que, segundo o autor, a sociedade contemporânea viveu uma transição da sociedade ‘sólida’ de produtores para a sociedade ‘líquida’ de consumidores, resultando que acumulação capitalista migrou da indústria para o mercado de consumo.

Essa transição resultou que,

Para manter vivo o capitalismo, não era mais necessário ‘remercadorizar’ o capital e o trabalho, viabilizando assim a transação de compra e venda deste último: bastavam subvenções estatais para permitir que o capital vendesse mercadorias e os consumidores as comprassem. O crédito era o dispositivo mágico para desempenhar esta dupla tarefa. E agora podemos dizer que, na fase líquida da modernidade, o Estado é ‘capitalista’ quando garante a disponibilidade contínua de crédito e a habilitação contínua dos consumidores para obtê-los. (BAUMAN, 2010:29)

Ilustra (p.30) que quando os elefantes brigam, quem paga o pato é a grama, pois antes de mais nada é preciso sublinhar que os dois elefantes, “o Estado e o mercado, podem lutar entre si ocasionalmente, mas a relação normal e comum entre eles, num sistema capitalista, tem sido de simbiose.”

A cooperação entre Estado e mercado no capitalismo é a regra; o conflito entre eles, quando acontece, é a exceção. Em geral as políticas do Estado capitalista. ‘ditatorial’ ou ‘democrático, são construídas e conduzidas *no interesse* e não *contra o interesse* dos mercados; seu efeito principal (e intencional) embora não abertamente declarado) é avalizar/permitir/garantir a segurança e a longevidade do *domínio do mercado*. (BAUMAN, 2010:32)

Conclui afirmando (p.32) que,

Se o Estado assistencial hoje vê seus recursos minguarem, cai aos pedaços ou é desmantelado de forma deliberada, é porque as fontes de lucro do capitalismo se deslocaram ou foram deslocadas da exploração da mão de obra operária para a exploração de consumidores. E também porque os pobres, despojados dos recursos necessários para responder às seduções dos mercados de consumo, precisam de dinheiro – não dos tipos de serviços oferecidos pelo Estado assistencial – para se tornarem úteis segundo a concepção capitalista de “utilidade”

Depreende-se desses últimos argumentos do autor, que a vertiginosa onda de privatizações que atingiram o mundo nas últimas décadas, traduz-se em diminuição ou desmantelamento deliberado dos serviços públicos simultâneo à ampliação dos serviços privados para atender a condição de consumidores dos antigos cidadãos. Se antes havia serviços públicos para cidadãos agora há serviços privados para consumidores.

Exposta essa breve análise do autor, conclui-se que as raízes da crise estão vinculadas ao próprio desenvolvimento do capitalismo; ao modo como cria modos de vida e inovações tecnológicas que permitem descobrir `novos` pastos de acumulação sempre que limites se apresentam na sua frente. Bauman resume que o modo de vida que propiciou a crise atual é a vida a crédito para o consumo descartável, e as inovações que o capitalismo realizou para atender esse modo de vida foram os cartões de crédito, com crédito fácil, eletronicamente fornecidos pelas instituições financeiras.

Embora nesse livro o autor não apresente medidas ou indicações políticas que poderiam ser resolver ou atenuar seja a crise econômica ou seus impactos sociais, em livro mais recente *Danos colaterais: desigualdades sociais numa era Global* (2013), apresenta alguns indícios de mecanismos que poderiam fazer face aos “danos colaterais” da crise que atinge especialmente a Europa.

De modo sucinto Bauman argumenta nesse livro que existe e se potencializa no mundo atual repleto de crises uma correspondência entre “danos colaterais” e seu impacto nos “dejetos da ordem”, no “refugio da modernização”. Cada vez mais os efeitos explosivos e indiretos da globalização afetariam as classes mais baixas, o polo pobre da reprodução e criação das desigualdades.

Afirma que num passado recente os “Estados sociais”, responsáveis pelos “30 gloriosos” na Europa, eram fundamentais para atenuar efeitos perversos distribuídos desigualmente na

sociedade. Não obstante, após o divórcio entre poder e política - acarretado pelas forças cegas e sem condução política da globalização – todas as instituições políticas no âmbito das *soberania territoriais* estariam fadados ao fracasso diante dos impasses e problemas gerado globalmente, que é precisamente o caso da crise que atualmente afeta o conjunto da Europa. Os Estados Nacionais diante da crise, utilizando os argumentos de Bauman, seriam no máximo “delegados de polícia locais no estilo ‘lei e ordem’, na medida em que apenas cumprem rigorosamente as diretrizes impostas pela *Troika*, e por instâncias financeiras globais, o tal do ‘mercado’.

Diante de um poder livre da política e “de uma política destituída de poder”, onde o poder é global e a política permanece local, Bauman sugere a criação de um arcabouço institucional supranacional a partir de instrumentos e ações qualitativamente superiores aos nacionais, como num plano mais elevado dos anseios e desejos de uma solidariedade humana. Nesse sentido, sugere (p.36) que a modernidade levou a integração humana até o nível das nações, especialmente através do “Estado social”, mas que agora, essa integração desse se dar no nível da humanidade, incluindo toda população do planeta. Trata-se agora, de criar um *equivalente global*, do “Estado social”.

Segundo Bauman (p37),

Em algum momento uma ressurgência do cerne essencial da ‘utopia ativa’ socialista – o princípio da responsabilidade comum e do seguro coletivo contra a miséria e o infortúnio – será indispensável, embora desta vez em escala global, tendo como objeto a humanidade como um todo

Bauman sugere que “a pobreza, a desigualdade e, de modo mais geral, os desastrosos efeitos e “danos colaterais” do *laissez-faire* global”, - e aqui podemos naturalmente incluir os efeitos “colaterais” da crise e sua própria resolução – não podem, enfatiza,

ser enfrentados de maneira efetiva nem isolado do resto do planeta, num canto do globo(...) Não há uma forma decente pela qual um ou vários Estados territoriais possam ‘optar por se excluir’ da interdependência global da humanidade. O “Estado social’ não é mais viável; só um ‘planeta social’ pode assumir as funções que os Estados sociais, com resultados ambíguos, tentaram desempenhar.(Bauman,2013:37-38)

Por fim, Bauman (p.38) suspeita que os prováveis veículos para nos conduzir a esse ‘planeta social’ não “sejam estados territorialmente soberanos”, mas sim “organizações e associações não governamentais cosmopolitas”, aquelas que segundo o autor, “atingem diretamente as pessoas necessitadas por sobre as cabeças dos governos locais ‘soberanos’ e sem interferência deles”.

#### **4.2.4. Touraine: A crise e a decomposição da vida social.**

*“Num primeiro momento, logo que os EUA, e particularmente o presidente e o secretário do tesouro, intervieram pesadamente para evitar a falência dos bancos tanto a opinião pública americana quanto a europeia não compreendeu como o Estado, que se revelava capaz de mobilizar tantos bilhões de dólares para ,manter em atividade os bancos ameaçados de morte pela simples interrupção dos intercâmbios bancários da noite para o dia, podia continuar se opondo às argumentações não obstante limitadas dos assalariados, e principalmente negligenciando as vítimas da crise, particularmente a imobiliária”.*  
A.Touraine

*O que nos falta é uma representação suficientemente completa dos meios e dos efeitos da dominação do capitalismo financeiro. A crise de 1929 colocou o mundo em chamas e sangue, empurrando os alemães para o nazismo. A crise atual pode conduzir ao esfacelamento progressivo do Ocidente, sobretudo, europeu.* A.Touraine

### **CRISE ECONÔMICA E MUDANÇA NA SOCIEDADE**

Touraine (p.10) inicia seu livro com uma pergunta.” Quando uma crise (e é o caso da que vivemos) separa a economia do resto da sociedade e esta se fecha em seus problemas internos, o que acontece com a vida social?”

A pergunta é o ponto de partida para sua análise e, a priori, responde que a vida social numa situação de crise não é somente colocado à margem, e sim transformada pela crise, ao ponto de suscitar temores e revoltas contra as instituições. “Esta reações emocionais nutriram, em vários momentos, o sucesso de um movimento autoritário populista ou nacionalista. Estamos



pensando concretamente na ascensão de Hitler ao poder em 1933, depois de seu movimento ter sido potencializado pela crise de 1929. (TOURAINÉ, 2011:10)

Consciente de suas implicações, Touraine crê, que o sociólogo se interroga sobre a maneira de superar a crise. O mais importante, diz ele, é reconstruir a vida social, dar um basta à dominação econômica sobre a sociedade, o que exige recorrer a um princípio sempre mais geral e universal, que podemos novamente denominar direito do homem (mais apropriadamente direito humanos); direito que seja capaz de engendrar novas formas de organização, de educação, de governança, a fim de propiciar uma redistribuição do produto interno nacional em favor do trabalho, há tanto tempo sacrificado pelo capital, exigindo assim um respeito mais real à dignidade de todos os seres humanos”. (TOURAINÉ, 2011:10)

Em sua introdução Touraine (p.11) busca logo definir o que um sociólogo faz, o que na sua perspectiva é basicamente buscar compreender os atores, suas escolhas e suas representações. “Seu objeto de estudo é, portanto largamente revestido de julgamentos de valor, mesmo quando eles devem ser avaliados objetivamente, desconfiando de toda conjectura ideológica”. Recomenda (p.12) que o sociólogo aprenda do economista a natureza e o sentido dos acontecimentos, mas antes de tudo, “ele deve vincular a análise da crise a uma perspectiva das transformações a longo prazo da vida social”. A idéia primeira defendida em seu livro “será àquela de que após a sociedade industrial, e pós-industrial, tome forma o que chamo de situação pós-social,

Embora a mutação e crise econômica não tenham a mesma temporalidade e o mesmo tipo de consequência, elas devem ser confrontadas. Seguramente não é a crise que engendra um novo tipo de sociedade, mas ela contribui para destruição do velho modelo e pode igualmente impedir a formação de um novo tipo de sociedade ou favorecer a intervenção de atores autoritários num período de difícil transição. (Touraine, 2011:12)

Touraine desde já trata de relacionar a situação de crise com o desenvolvimento de transformações que já estavam em desenvolvimento, que desembocaram numa situação chamada pós-social. A crise ao seu ver apenas acelera essa transformação.

Diante da situação crítica na qual a Europa está inscrita dois modelos de futuro para Touraine (p.13) se delineiam. Um onde os sindicatos e partidos políticos são golpeados pela impotência. “Ao ponto de eleitores não saberem mais diferenciar a esquerda da direita” ao

mesmo que instala-se um silêncio social inesperado, “mas que pode anunciar a formação de um movimento violento conduzido pelas vítimas da crise”. O outro modelo vincula-se a emergência de “novos atores, não mais sociais e sim morais”.

E a partir desses caminhos sugeridos Touraine apresenta duas perguntas axiais do desenvolvimento de seu livro.

“Como a longo prazo a crise afeta a evolução das relações entre economia e vida social?” e

“Nossas sociedade estariam ameaçadas por uma avalanche de crises ou seriam elas capazes de descobrir e construir um novo modelo de vida social, aquele que eu chamo de situação pós-social, e que é caracterizado pela separação entre sistema e os atores.”

Para responder a essas duas perguntas Touraine mobiliza boa parte de seus trabalhos anteriores que explicam as características e as transformações que perpassam a sociedade industrial, passando pela pós-industrial até o que ele denomina de situação pós-social. Vamos nos ater aqui apenas aos argumentos mais pertinentes que fundamentam sua explicação sobre a natureza da crise.

Antes de mais nada vale registrar a percepção conjuntural que Touraine realiza sobre o debate sobre a crise na Europa. Para Touraine (p.21) a situação econômica já se tornou mais política do que financeira, pois a necessidade de intervenção do estado revelou que o sistema econômico não domina o conjunto da sociedade. Na Europa, comenta, não existe um pensamento ou partido político capaz de nos oferecer uma visão convincente e a EU se converteu em ator menor. Segundo Touraine, *o esgotamento das interpretações da sociedade atual é uma das principais causas da crise.*

Diante dessas limitações da política e da inteligência europeia trata-se de empreender, a seu ver, uma análise menos apaixonada, conjuntural, otimista ou pessimista da crise. Faz-se necessário fugir do “aprisionamento da opinião pública numa visa conjuntural” e se lançar urgentemente numa análise mais geral, global, pois só tal empresa fornecerá a compreensão dos “fundamentos daquilo que não se limita a uma sucessão de crises econômicas” e, portanto, “permite criar políticas capazes de resolver os problemas atuais”.

Acompanhando as outras análises (Harvey, Santos, Bauman) Touraine também insiste na necessidade apreender a situação de crise em termos globais, fugindo de interpretações unidimensionais e restritas ao funcionamento de uma única nação.

Touraine (p.21-24) sugere uma transformação fundamental no modo de funcionamento (mais precisamente o modo de produzir e acumular) das sociedades ocidentais e seus modelos de modernização baseados na dominação externa e na polarização interna, tendo o Estado como instrumento de regulação dos conflitos sociais sempre existentes.

Touraine é categórico ao afirmar que nossa sociedade “não é mais incontestavelmente dominada pela produção, pela acumulação e pelos conflitos que giram em torno da apropriação dos ganhos de produtividade.” O que domina então ?

Neste ponto Touraine retorna ao fenômeno da crise europeia, afirma (p.26) que a crise “revela a fragilidade do poderoso capitalismo americano e inglês,” e indaga,

como não perceber um mundo feito mais de dinheiro do que de máquinas e produtos? Um mundo escondido, mas todo-poderoso, onde, como na corte palaciana dos reis, o esplendor se avizinha ao vício, não aquele do sexo, mas aquele do lucro desassociado por sua rejeição a todos os limites e normas. O capitalismo financeiro acumula, não apenas produz senão uma sucessão de ‘bolhas’ e a proximidade venenosa da riqueza exorbitante, o desmantelamento financeiro e a crise social.

Touraine (p.27) sublinha que as sociedades industriais se aniquilam num impasse, e suas riquezas passam às mãos de especuladores indiferentes a todas as ordens de criação e de invenção. Esse risco de destruição do mundo pela busca ilimitada do lucro, assinala, “é mais do que o sintoma de uma crise, já que ele pode ser mortal para a sociedade, e primeiramente para o liberalismo, que destruiu a ‘sociedade industrial’, suprimindo todos os seus atores e reduzindo esta sociedade ao reino do mercado.”

## **GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA , CRISE E SOCIEDADE SEM CLASSES**

Os delineamentos da sociedade que nasce teria um vínculo com a globalização do sistema econômico, que teria enfraquecido “principalmente os instrumentos de intervenção formados num quadro nacional, em particular a capacidade de regulação e de controle das relações entre os atores econômicos por um Estado de intervenção tanto social quanto econômica.”

Touraine (p.29) acredita que “chegamos ao fim de um longo processo de desinstitucionalização, e mesmo de enfraquecimento das categorias sociais, de sua hierarquia, de seus conflitos e de seus atores.” Esta impressão de fragmentação e de decomposição dos elementos da vida social, segundo o autor, “é tão importante quanto foi, sobretudo no começo da industrialização, a concentração dos conflitos particulares num conflito geral fundado na contradição dos interesses”.

Alega que (p.29) que se faz necessário antes de tudo olhar este fenômeno de decomposição dos atores sociais “como consequência da dissociação entre uma econômica globalizada e os conflitos sociais ou ações políticas ausentes em nível mundial, mas presentes em nível local e nacional.” Pode-se inclusive, argumenta, dizer que a noção de sociedade se torna inútil, e mesmo prejudicial, “a partir do momento em que esta separação entre os desafios econômicos ou tecnológicos e as intervenções sociais e políticas de todas as ordens se tornam quase completas.”

O autor sublinha que em todos os domínios as categorias sociais se desagregam ou se fragmentam. As recentes crises econômicas geralmente nascem de uma separação crescente entre a economia financeira, que em geral é contaminada pela vontade de enriquecimento pessoal dos dirigentes, e a economia ‘real’, não definível fora dos conflitos sociais ou das intervenções do Estado. Entretanto, Touraine sugere, que esta ruptura interna da atividade econômica igualmente comporta outra significação, visto que para além da ruptura entre o capitalismo financeiro e a economia ‘real’, percebemos outra separação, mais ampla, entre o conjunto das atividades econômicas e a vida social, cultural e política, agravada pela globalização. (TOURAINÉ, 2011:31-32)

A Globalização da economia e sua crise associada ao campo da especulação derivam da formação de uma oligarquia financeira que geral lucros globalizados. Tal oligarquia e o desenvolvimento de um capitalismo sempre mais desconectado das necessidades segundo Touraine (p.39) acelerou na década de 90 e difundiu-se pelo mundo, difusão esta sempre “contaminada pelos métodos novos do capitalismo americano e por seus efeitos destrutivos”. Nesse sentido argumenta (p.40) que efetivamente não podemos mais definir nossa sociedade em termos de produção “quando os mercados financeiros e seus efeitos sobre o funcionamento dos

bancos ou sobre os Estados tão são determinantes”. E aqui Touraine sugere sua controvertida primeira conclusão de seu livro, a ideia de que

não vivemos mais em uma sociedade onde as classes sociais disputam entre si a repartição do resultado final da produção, e o Estado age menos como um arbítrio entre os atores sociais em conflito do que como mediador entre economia nacional e seus adversários, que interferem nos mercados internacionais.

Acrescenta que o estado de 2010 já não tem praticamente mais nada em comum com seu homólogo de 1936, e com o New Deal, sugere que o próprio Estado já não pode mais ser apresentado como uma peça central do sistema democrático representativo, pois vai de mal a pior. Para completar (p.42) afirma que na Europa os partidos de esquerda provaram sua impotência diante da crise, e que esta enfraqueceu as reivindicações salariais. Daí tira uma conclusão fundamental o capitalismo sofreu uma grave crise, mas ele não saiu enfraquecido da crise e é mesmo o capitalismo financeiro, seu princípio ativo, que mais rapidamente se reergueu.

Para Touraine (P.59) O fracasso dessas instituições tradicionais e a própria morte da idéia de luta de classes se explicitam na atual crise financeira, “mas em seu interior também acelera-se uma transição de uma sociedade para outra.”. Quer dizer, para Touraine, as implicações de uma globalização de caráter oligárquico e financeiro não apenas forjaram uma crise como aceleram a decomposição dos atores que faziam parte da sociedade que ela destrói. E ao destruí-la contribui para uma transição.

## **A SITUAÇÃO DE CRISE**

Agora tratando de modo mais específico a situação de crise mas sem se descurar da transição em curso Touraine argumenta que a crise atual foi precedida por várias outras crises, menos massivas, mas que testemunharam a fragilidade do sistema financeiro. 1990, a crise dos ‘savings e Loans’, das caixas econômicas americanas, em 1995 a queda do Banco Barings na Grã-Bretanha, a explosão da bolha informática em 2001 e a crise dos *subprime* nos EUA a partir de 2007, coroado pela falência do Lehman Brothers. (TOURAINÉ, 2011: 46)

Complementa afirmando (p.47) que a multiplicação dos produtos derivados e a securitização, ou seja, a transformação em títulos de créditos retidos nos bancos, colocaram em jogo, em 2007, 600.000 bilhões de dólares, ou seja, 12 vezes o equivalente ao PIB mundial.

Nesse sentido, sugere (p.59) que a “crise não atingiu somente a gestão econômica e a governança do mundo e econômico; ela interferiu no processo de transformação da cultura e de seus valores”. Aqui novamente desponta seus argumentos que indicam que estamos entrando em um novo tipo de sociedade e economia. Argumento no mínimo discutível, já que se trata de uma análise contextualizada na Europa, mas que no livro se apresenta com certo universalismo, na medida em que sugere que a afirmação dos sujeitos e direitos humanos contra o poder do capital seriam elementos inexoráveis de um novo tempo “cultural”.

Essa transformação da cultura e dos valores teria sido potencializada nos últimos anos, segundo Touraine, pela ruptura entre a economia financeira e a real, que organiza a produção e a distribuição dos bens e serviços que respondem à demanda. Destaca que “não é um fato novo, e as crises nascidas de tal ruptura marcaram várias vezes o avanço da produção e da produtividade em diversos tipos de economia, mas o que faz a gravidade excepcional da crise atual é que o mundo financeiro partiu-se ao meio”. Os bancos, acrescenta, “criaram um mundo financeiro afastado de suas próprias normas e de seus sistemas de controle, e é nestes produtos derivados que os *hedges funds* e os *sub-prime* se subverteram.” (TOURAINÉ, 2011:49)

Touraine (p.49) lembrando Joseph Stiglitz e Norberto E. Garcia traz um componente ideológico relativo ao pensamento econômico que teria legitimado os processos que desembocaram na crise. Argumenta que a “após a rejeição brutal do pensamento keynesiano nos EUA, houve uma aliança brutal quase funcional entre os neoclássicos e os neoneokeynesianos. Este novo campo de pensamento dominante, sublinha, se constituiu às voltas de princípios clássicos e fundamentais, como a hipótese do comportamento racional dos atores na busca de seus interesses e a construção de um equilíbrio geral a partir da relação destes atores racionais e, conclusão lógica, na capacidade do mercado de restabelecer seus próprios equilíbrios no momento em que são ameaçados. Sem dúvida, assevera o autor,

este pensamento nada mais é do que a tradução em linguagem econômica da hegemonia americana no mundo, depois de sua vitória sobre o sistema soviético no final de uma longa guerra fria. Deste ponto de vista, este pensamento econômico poderia ser considerado, portanto, como uma expressão ideológica

desta hegemonia, sobretudo quando ela não deixa nenhum espaço ao estudo dos atores sociais ou políticos, preteridos pelo modelo do ator econômico racional (TOURAINÉ,2011:49-50)

Touraine (p.52) pontua que, já que a crise atual repousa numa ruptura das relações entre economia financeira e o conjunto dos setores da vida social, parece lógico sublinhar que este silêncio e suas consequências negativas não podem ser desvinculados do retrocesso do mundo ocidental em nível global, e, de forma particular, da perda de hegemonia dos EUA. E aqui reitera que para todos sociólogo, “uma crise econômica (sobretudo financeira) evidencia uma ruptura: a decomposição provável de determinada sociedade definida como um conjunto social”.

Deste modo, Touraine (p.73) realça o fato de que a crise que atinge os Eua e Europa não é cíclica, mas sistêmica. O que sabemos, comenta, “é que a crise é global , que ela destruiu todos os interesses particulares e impôs a todos a lei impessoal do lucro máximo”. Nesse sentido, aponta que “É *acima* do mundo social que devemos, pois, descobrir uma força de resistência contra um poder que emana ele mesmo de forças que destroem a vida social e política: a globalização da atividade econômica e a lógica do lucro”.

Neste ponto de sua análise retorna novamente a dimensão estrutural de uma mudança que estaria a perpassar a crise e interagir com ela. Argumenta (p.108) que contrariamente às sociedades industriais e pós-industriais, onde as relações de produção e as políticas sociais eram inseparáveis, a nova sociedade que se anuncia pode ser representada pela oposição de dois princípios não sociais: de um lado, a globalização; de outro, o sujeito portador de direitos.

Diante da emergência dessa “nova sociedade” marcada pela oposição entre globalização e sujeito de direitos Touraine (p.99) afirmará que a a importância do momento presente é que esta ruptura entre o mundo econômico e o mundo social é simultaneamente normal e patológica,

Normal porque ela marca o termo de uma profunda transformação das economias onde sociedade, economia e política estavam intimamente ligadas. Patológica porque a crise destrói os elementos que se separavam e impede a criação de novas formas de organização social. Este duplo sentido – normal e patológico – da ruptura entre o mundo econômico e o mundo social constitui o ponto de partido obrigatório de toda análise sobre o ‘além’ da crise, sobre os futuros na direção dos quais ela nos impulsiona. (TOURAINÉ, 2011:99)

Diante dessas transformações Touraine (p.99) acredita que a melhor maneira de definir a situação atual é, “em última análise, dizer que ela marca a completa separação entre o mundo econômico, cada vez mais globalizado, e o mundo social,” este mesmo, acrescenta, em grande parte destruído por essa separação, “já que a organização interna de uma sociedade normalmente é vinculada à sua ação ‘exterior’, ou seja, a seu trabalho, à sua produção e ao conjunto de sua atividade econômica.”

Por fim, finalizando este tópico sobre a situação de crise salienta – reiterando o que assinalou no início do livro - que a crise não reforçou as esquerdas e os sindicatos obviamente. Esta passagem para uma nova sociedade para Touraine “implica a transformação das instituições atuais, o que, em nossa linguagem cotidiana, chamamos de crise da cidade, crise da democracia, crise da justiça, crise da escola ou da família”. Esta separação, insiste, “entre o mundo econômico e o social caracteriza a situação atual, particularmente porque a globalização situa a economia num nível no qual nenhuma instituição social, política ou mesmo econômica pode intervir.” (TOURAINÉ, 2011: 105)

A situação de crise é, pois, uma situação de decomposição de atores sociais, onde acelera-se uma transição do conjunto da sociedade sob a égide da globalização e as limitações dos atores e instituições tradicionais.

## **A SITUAÇÃO PÓS-SOCIAL**

Neste tópico Touraine apresenta, para além das explicações sobre a situação de crise e seus impactos sociais, as implicações mais gerais e estruturantes na qual a crise se inscreve e potencializa. Trata-se, segundo Touraine (p.121) da separação entre os atores e o sistema, marca da sociedade que se forja. O autor destaca dois elementos fundamentais do modelo de sociedade em formação. O primeiro, já indicado anteriormente, é a globalização do sistema econômico e, por consequência, sua autonomia crescente em relação aos atores e às instituições. A nova sociedade, escreve,

vive uma separação sempre mais profunda entre uma economia que se organiza ao nível mundial e as instituições ou formas de organização social que são enfraquecidas por sua incapacidade de controlar a globalidade do sistema econômico. Um abismo criou-se entre o mundo da economia e aquele das instituições sociais, no qual os atores são múltiplos, mas onde ninguém é capaz de garantir o controle do mundo econômico globalizado



Touraine chama atenção para o fato de que pela “primeira vez na história, o mundo da produção, dos bancos e das tecnologias é separado do mundo dos atores”. Esta separação, segundo sua análise, “marca o fim de um longuíssimo período marcado pela concepção ‘socioeconômica’ das ciências sociais.” Nesse sentido, argumenta que “quando a separação entre sistema e atores torna-se total, os atores não podem mais ser definidos como atores sociais, já que sua legitimidade vem de uma instância acima”. Sua legitimidade viria “daquilo que carrega consigo o sujeito, isto é, os direitos”. . Seja como for, conclui, “a separação completa entre o ator e o sistema é a definição mesma da situação pós-social. Ela destrói todos os vínculos que uniam a história econômica e a história social.” (TOURAINÉ,2011: 122-123)

## **O FIM DO SOCIAL**

A separação entre ator e sistema, sugerido no tópico anterior por Touraine tem como uma de suas consequências fundamentais o que autor denomina de “fim do social”.

Touraine (p.140) argumenta que nesse cenário de rupturas entre esferas nacionais e internacionais, os “atores financeiros, que são os únicos dotados de uma capacidade de intervenção ultrarrápida, são os mestres do jogo.”

A dominação da produção e dos mercados pelo economistas, e não mais pelos industriais, demanda um nível de análise que vai além daquele em que se situava o conhecimento das relações sociais de produção. Passam assim ao primeiro plano, de um lado, uma economia financeira distanciada da economia real e, de outro, os atores que se definem em termos diferentes daqueles da sociedade industrial. Tornou-se, por consequência, impossível construir uma análise a partir do conhecimento das formas de atividade produtiva para avaliar as relações de classe e, em seguida, suas expressões políticas ou mesmo culturais. É esta a realidade nova, que segundo o autor, autoriza a qualificar os atores como não mais sociais, isto é, “situados por seu lugar nas relações sociais, mas como identificados por sua relação consigo mesmo e sua legitimidade própria, estas se contrapondo às determinantes sempre mais definidas em termos econômicos globais.” (TOURAINÉ, 2011:140)

Toda estas observações são resumidas para Touraine (p.140) na seguinte fórmula: o fim do social, que significa a separação entre o sistema econômico , “sobre o qual a pessoa não pode mais pretender ter um controle real, e a vida cultural e política, que coloca em cena mais os princípios de liberdade e de justiça do que as relações de força.”

O ponto essencial para se observar segundo Touraine (p.141) é reconhecer que os atores não são mais motivados por seus interesses sociais e econômicos, “mas pela vontade de defender seus direitos, isto é, de fundar seu desejo de liberdade e de justiça sobre a consequência de carregar em si mesmos o sujeito humano.” Aqui reside ao meu ver um dos pontos mais controversos da análise do autor, o deslocamento dos conflitos sociais e econômicos constitutivo das relações de classe para a ‘pura’ defesa dos direitos do sujeito humano face ao poder da economia.

Eis aqui outros argumentos do autor na defesa dessa perspectiva.

Definitivamente, é ao nível do Estado que os dois tipos de demandas, aquela dos dirigentes e aquela dos assalariados, fazem-se ouvir; e não mais como demandas de uma contra a outra, mas intermediadas por um terceiro ator, a política, onde o que mais conta é a capacidade de negociação e de influência política. A vida política não é mais o lugar da transcrição dos conflitos de interesses de decisões políticas. É o campo político que toma a iniciativa de intervir nestes conflitos silenciados; de agir em nome de critérios que lhe são próprios e que não correspondem nem aos interesses dos assalariados nem àqueles dos dirigentes (TOURAINÉ, 2011:143)

Nesse sentido Touraine (p.144) enfatiza que separação entre atores e sistema, e, portanto, “a eliminação de todo princípio geral de funcionamento, tal como a luta de classes de outrora, priva o sistema econômico de toda possibilidade de autoregulação”.

Diante da separação entre ator e sistema e o consequente “fim do social” no quadro de uma economia que não se regula a situação de crise nos termos de Touraine aceleraria dos processos.

Argumenta que a crise acelera a destruição da sociedade anterior, já que os atores sociais são enfraquecidos, enquanto que os não sociais, como o capital financeiro, de um lado, e o apelo ao sujeito, de outro, assumem uma importância crescente, em princípio limitada nos dois casos pelas intervenções do Estado. Mas, por outro lado ainda, a situação de crise retarda a tomada de consciência pela população das mudanças em curso, à medida que ela aprisiona no curtíssimo prazo, e para muitos numa catástrofe pessoal, aquela que se abateu sobre um grande número de desempregados americanos, espanhóis e ingleses, e cujas consequências também se fazem sentir fortemente nos outros países industrializados. (TOURAINÉ, 2011:P145)

Finalmente Touraine (p.145) afirma que o essencial “é compreender que a crise pode ou arrasar aqueles que querem construir um mundo novo ou reforça-los em seus projetos”,

(...) Nosso espaço de vida coletiva é penetrado ao mesmo tempo pela afirmação dos direitos dos indivíduos-sujeitos e pelos efeitos destrutivos do sistema econômico globalizado. Nossa ambivalência em relação à crise define nossa situação. Tornamo-nos incapazes de reivindicar, mas sabemos como nos evadir do mundo do dinheiro e do poder, que é justamente o mundo da crise

A globalização econômica, assevera o autor, não engendrou uma globalização política. A distância aumenta entre as elites ‘globalizadas’ e o resto da população.

### **Conclusão de Touraine**

Touraine (p.184) é categórico ao afirmar que “A crise que eclodiu no dia 24 de outubro de 1929 não foi resolvida”. Os efeitos desta crise, reitera,” são multiplicados pelos efeitos da globalização econômica e financeira, que destruíram todos os vínculos entre economia e sociedade.” Sugere que não existe mais solução ‘interna’ possível à crise; esta não pode mais ser superada por reformas e por um melhor controle das operações financeiras.

Diante de um cenário onde os vínculos entre economia e sociedade foram rompidos pela globalização e por uma economia desregulada Touraine percebe duas possíveis saídas da Crise:

uma pela catástrofe, ao menos na Europa, e a outra pela criação de uma nova vida social, não mais repousando sobre a redistribuição dos produtos internos brutos nacionais, mas sobre a afirmação da defesa dos direitos universais do homem como única arma possível contra o triunfo aparente da economia globalizada.(...) Faz necessário reconstruir todas as instituições sociais e colocá-las a serviço da subjetivação dos atores e da salvação da Terra, e não mais do lucro.

Diante do triunfo da economia globalizada e a destruição da ideia de sociedade (Em vários momentos Touraine enfatiza e certamente exagera na sua postura teórica de que a ideia de sociedade está destruída) o autor argumenta (p.186) que as análises dos sistemas daquela das condutas e das representações” perde vigência, já que “Os atores se definem cada vez menos por sua pertença à sociedade e sempre mais claramente por sua referência à ideia de sujeito.”

As instituições nesse cenário (p.190) salienta, devem servir para proteger os indivíduos contra todas as formas de ditadura e hegemonia. A função das instituições, pontua, “ não é mais aquela de impor regras, mas de ajudar na construção do sujeito humano a partir da diversidade dos indivíduos e dos grupos sociais.”

Diante de um cenário político vazio no contexto de uma crise, além da redefinição das instituições tradicionais<sup>76</sup> as lutas também tomam outro rumo. Touraine sublinha (p.190) que com o declínio da sociedade industrial, as lutas centrais que rapidamente se impuseram com as mais importantes foram aquelas onde o primeiro lugar não era mais ocupado pelo problemas sociais, mas pelos fatos e pelos debates culturais. “A crise atual, neste contexto, é mais do que uma crise; ela acelera a mutação de um tipo de sociedade para outra.”

Desta maneira a crise marca uma ruptura, que não se limita à separação acentuada do mundo financeiro e aquele da produção, pois ela também “detona a lógica industrial, isto é, a interdependência – ou mesmo a fusão – das categorias econômicas e sociais.” Ao invés da crise travar as transformações a longo termo da sociedade, “ela as acelerou, rompendo de um golpe os laços entre economia e sociedade que se deterioram sempre mais rapidamente depois do triunfo do neoliberalismo, na primeira metade dos anos 70”. (TOURAINÉ, 2011:194)

Por consequência, Touraine (p.194) acredita que nós só podemos superar esta crise se compreendermos que somente o apelo aos direitos universais do sujeito humano pode estancar a destruição da vida social pela economia globalizada. Alega que essa tarefa não pode ser realizada por uma revolução e , menos ainda pelas reformas que propõem as sociais-democracias, ela só pode ser bem conduzida pelos militantes e pelas figuras exemplares organizadas não verticalmente, como é o caso dos partidos e os sindicatos, “mas horizontalmente, pela união pública e pelos atores informados principalmente pela mídia e pela internet e decididos a não deixar que tome forma um novo poder mais autoritário ainda do poder antigo.”

Finalmente Touraine (p.195) conclui que a crise explicita não “ uma luta de classes ou de um combate entre categorias sociais”. A crise seria o o resultado “da *ruptura* imposta pelos especuladores entre seus interesses e aqueles do conjunto da população.” A sociedade industrial,

---

<sup>76</sup> “Os conservadores são reduzidos ao silêncio, mas, da mesma forma, nada parece frear o retrocesso da social-democracia, com o qual se consoma o desaparecimento das culturas políticas do período industrial. Urge que a esquerda social-democrata se transforme em esquerda ‘pos-social’, e que a direita impeça a especulação destruidora através da intervenção do Estado. A esquerda social-democrata ao se revelar incapaz de representar os novos sujeitos dos movimentos de libertação, priva-se da própria capacidade de ação política.” (2011:191)

que comportava meios de resistências dos assalariados, da mesma forma que as proteções dos especuladores e dos chefes de empresas, foi destruída pelas ações irresponsáveis de alguns especuladores. Nesse sentido, o primeiro propósito diante do atual estados de coisas “deve ser aquele de reconstruir uma sociedade na qual *os mestres da economia serão obrigados pelo Estado a levar em conta as reações e os interesses da população.*”

Afirma que as vias de reformas e negociações são inviáveis e opta por assim dizer por uma via “radical”, que até o fim do livro se mostra abstrata e apelativa a valores que supostamente transcenderiam os interesses de classes. No final das contas Touraine fica longe de sugerir uma resposta para os dilemas que afligem o continente europeu em crise. Diante das rupturas, crises e transformações deixa como horizonte para se caminhar a possibilidade de se redirecionar a vida social através de um controle econômico, social e político do mundo econômico que passaria pela “formulação de valores e novas intervenções públicas”, ao mesmo tempo que realizaria uma intensificação da democracia “que transforma os trabalhadores em cidadãos responsáveis,” condição primeira, na sua opinião, do redirecionamento econômico e social”.

Certamente que existe uma tendência nos moldes descritos por Touraine, no sentido de uma maior consideração e afirmação de direitos por parte de indivíduos de uma nova concepção e definição de sí, que tomam como ponto de partida os direitos universais dos homens, não obstante, trata-se de uma emergência pontual e que se depara igualmente com a efervescências de nacionalismos, fascismos e segregacionismos que nada tem de referência à um sujeito “pessoal” ou “moral”, mas sim a ‘sociedades puras’, ‘comunidades’, ‘tribos’ etc. As duas dimensões se entrecruzam em uma situação de crise e, por meio de ideologias e ações políticas realizam suas interpretações da crise e as respectivas soluções para remediá-la. Partidos de extrema-direita (de um conservadorismo xenófobo) e de extrema-esquerda (que prezam pelo radicalismo revolucionário) conjugam uma polarização política muito perigosa nos rumos do futuro da Europa.

Por fim, cabe assinalar que minha intenção aqui – apesar das tentações - não foi problematizar as ideias ou conceitos de Touraine, apenas apresentar o modo pelo qual apreendeu teórica e analiticamente os desdobramentos da crise que atinge a Europa. Crise, como repetidamente sugeriu em sua análise, acelera transformações de longo prazo que, de um lado, intensifica a crise da sociedade “industrial” juntamente com seus dilemas e conceitos que a

explicavam e , de outro, sinalizam a emergência e consolidação de uma nova sociedade “pós-social”, caracterizada por uma nova configuração onde os conflitos e dilemas tradicionais estariam relacionados à dimensão cultural onde novos atores não mais se definiriam socialmente e na defesa de seus interesses, mas se afirmariam enquanto sujeitos de direitos (humanos) e valores que se contraporiam ao mundo econômico globalizado.

### **4.3 CONCLUSÃO INTERMEDIÁRIA: Da Indignação à racionalidade científica da crise;**

Nesta conclusão intermediária, a intenção não é realizar um balanço crítico de todas as proposições teóricas ou posicionamentos políticos dos autores, objetivo que não caberia na temporalidade concedida a dissertação. Embora em algumas ocasiões sejam realizadas críticas e apontadas insuficiências analíticas, o horizonte dessa conclusão intermediária é o de sinalizar convergências nas análises dos autores abordados, especialmente no que se refere a 1) natureza da crise e implicações sociais 2) Os limites do Estado-Nação e sua soberania, 3) Crise dos partidos políticos e da democracia 4) Saídas para crise e reinvenção da política. Por fim, o último tópico “Da indignação à racionalidade científica” pretende insinuar relações convergentes e divergentes entre os fragmentos explicativos do subcapítulo precedente com os livros aqui tematizados. Tais tópicos estão imediatamente ligados aos objetivos que pretendi na dissertação e, portanto, já indicam, a priori, uma seleção de preocupações que nortearam a leitura e análise desses autores.

#### **4.3.1 Natureza da crise e implicações sociais.**

Antes de tudo é fundamental apontar o seguinte; todas as explicações sobre a crise, para além dos aspectos conjunturais, inscrevem suas proposições tomando o mundo, o globo como ponto de análise essencial, daí convergirem na constatação de que a natureza da crise é global e possui uma dimensão sistêmica. O cenário de análise, portanto, toma o fenômeno da globalização como uma realidade concreta, imprescindível para se entender os dilemas e movimentos do mundo contemporâneo.

O ponto de convergência central das análises quanto a este ponto diz respeito a constatação de que a crise em vigência está intimamente ligada ao modo como o capitalismo vem se desenvolvendo nos últimos três decênios. Harvey e Santos foram mais bem sucedidos no detalhamento desse processo.

Harvey aponta que a deflagração da crise foi mais um momento de bloqueio para realização do capital, do lucro, e que sua dimensão mais específica é o fato da mesma ser fictícia, isto é, se originou no mercado financeiro especulativo a partir de inovações financeiras (a exemplo dos *subprimes*) possibilitadas pelas tecnologias da informação que também conectaram on-line os mercados mundiais (“Big Bang”). Outro ponto importante de sua análise quanto a natureza da crise é o fato de ter sido potencializada pelo projeto neoliberal em curso desde final dos anos 80, cujo objetivo era deixar o mundo livre às leis do mercado, facilitando a circulação do capital e simultaneamente avançando no controle do trabalho organizado. A crise, na sua perspectiva foi o ápice de um padrão de crises financeiras iniciadas na década de 1970 e, além disso, representa mais um momento de racionalização das irracionalidades do capitalismo.

Santos, para além sinalizar os elementos nacionais e regionais da crise, assim como Harvey inscreve sua análise nas nuances que o capitalismo global em sua fase neoliberal tem operado no sentido de se tornar hegemônico e “disciplinar” os países às suas leis do mercado financeiro. Para Santos a natureza da crise se vincula a arma de destruição do neoliberalismo: o mercado financeiro, este não apenas procurou se distanciar das demandas concretas da produção econômica como tornou-se hostil a democracia e a socialização da economia. Deste modo, Harvey e Santos, apesar de caminhos e formações intelectuais distintas, chegam a uma conclusão semelhante. Realizaram, reitero, um esforço no sentido de uma análise crítica e sistêmica da crise em contraponto a interpretações unidimensionais, geralmente associadas ao pensamento neoliberal dominante.

Quanto a Touraine, podemos dizer que sua interpretação sobre a crise é também uma interpretação daquilo que a crise acelera; da falência da sociedade industrial e seus atores com a simultânea emergência de uma “nova sociedade” assente em princípios, sobretudo, culturais. Mas, para além dessa dimensão de transição Touraine, assim como Harvey e Santos, atribui uma centralidade aos processos de globalização econômica de caráter neoliberal no desencadeamento da crise.

Essa crise, segundo o Francês, que acelera uma “separação entre ator e sistema” está relacionada a ruptura entre os processos de globalização econômica e sua dimensão financeira com os atores e instituições locais e nacionais que se encontram limitados politicamente para fazer face aos poderes de uma economia globalizada. Essas rupturas correspondem igualmente a separação entre capitalismo financeiro e economia ‘real’ potencializados segundo o autor pelo capitalismo Americano e Inglês. Quanto a este último ponto vale salientar que não apenas Touraine, mas Santos e Harvey, apontam, para além da natureza global da crise, que os EUA são os maiores responsáveis pelos seus desdobramentos mundiais.

Já para Bauman, a natureza da crise não foge muito das explicações precedentes, isto é, está assente nos marcos do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Para Bauman, a crise atual não é apenas o resultado das inovações financeiras dos bancos, é o próprio sucesso de um momento fabuloso de um capitalismo à crédito que transforma cidadãos em consumidores vorazes, que tendem reproduzir o capitalismo a partir de suas dívidas contraídas por crédito fácil. Bauman não faz alusões diretas ao neoliberalismo, nem se dedica a explicar a financeirização da economia, mas conclui, assim como Harvey, que a crise é de bloqueio para realização do capital e que evidencia mais um momento em que o mesmo vai se articular para conseguir “novos pastos” para “parasitar”.

Além disso, vale destacar que todos os autores de modo mais contundente ou de maneira indireta, apontaram como elemento facilitador e até indutor da crise, um modo dominante de se perceber e interpretar a crise, que condicionou igualmente os caminhos apresentados para sua resolução. Esse modo dominante de interpretação sofreria, segundo Santos, de um déficit explicativo, “tomando como específico o que é sistêmico”. Harvey, por sua vez, apontou uma percepção muito estreita da crise por parte de uma geração de intelectuais e, sobretudo, de economistas (quase matemáticos) que esqueceram Keynes e desprezaram Marx. De modo menos contundente Touraine argumentou que o esgotamento das interpretações da sociedade atual foi uma das principais causas da crise. Por fim, Bauman sugeriu que a deflagração da crise esteve associado a um modo de pensar e agir dominantes que não estavam limitados às elites econômicas ou segmentos intelectuais, mas estavam enclavados na mentalidade das pessoas comuns, qual seja, o pensamento segundo o qual se poder conseguir e comprar tudo agora e resolver depois, trata-se em suma, do que Bauman caracteriza como vida à crédito, um modo de



pensar e viver que se utilizar de cartões e créditos fáceis para reproduzir uma existência na base de dívidas eternas.

No que se refere aos desdobramentos sociais desencadeadas pela crise podemos destacar o seguinte.

Verifica-se a partir de todos os autores, sem exceção, que a crise econômica e financeira tem sistematicamente desmantelado o que se denominou por Estado de bem estar social, um conjunto de direitos e instituições que garantiam as “condições de prosperidade da população”

Como bem destacou Bauman, o *capitalismo parasitário* não pode continuar sua exploração – extração de valor - sem prejudicar seu hospedeiro, destruirá, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência. As condições de prosperidade estão relacionadas a níveis suportáveis de igualdade, justiça, liberdade oferecidos por um Estado social forte.

Acentua-se enquanto desdobramento social da crise aquilo que Bauman chama de “danos colaterais”, as ações imprevistas, não pensadas, ou mesmo tidas como não importantes em suas ações e elaboração de planos, projetos, programas.

Esses danos colaterais se potencializam em momentos de crise e seus impactos atingem imediata e particularmente os “dejetos da ordem”, o “refugio da modernização”, em outras palavras, os efeitos explosivos e indiretos da crise e da globalização afetam as classes mais baixas, o pólo pobre da reprodução e criação das desigualdades. Vale registrar que nos últimos anos esse impacto não previsto tem atingindo abruptamente não apenas o “refugio”, mas a classe média tradicional e ampla parte de uma juventude, inclusive, bem formada.

Bauman salienta que a “a aventura das ‘hipotecas subprime’”, multiplicaram em milhões o número de pessoas sem casa, “com a epidemia de retomada de imóveis”. Harvey registra também o despejo de milhões de pessoas, sobretudo, de classes baixas operado pelas instituições que lhes concederam ‘crédito fácil’, além disso, realça que em termos sociais a crise evidencia um ataque frontal do capital em relação ao trabalho, expresso especialmente no aumento da pobreza e desigualdade nos EUA e no desmantelamento do já reiteradamente atacado modelo social Europeu.

Quanto a essa dimensão social Santos dá especial atenção para “a desmedida das medidas de austeridade recessiva” que resultam em “aumento dos níveis de desigualdade e pobreza de par com o aumento da discriminação”, solo fértil para a proliferação dos fascismos sociais. Anota

ainda, que o aumento da pobreza é o impacto social mais previsível das medidas de austeridade, mas o seu significado político decorre de estar ligado ao desmantelamento da já frágil classe média. Somado a isso e, de maneira geral, ocorre o endividamento das famílias, aumento do desemprego, da economia informal, juntamente com a erosão dos direitos trabalhistas. Sua ênfase é a destruição da sociedade-providencia causada pela crise, expressa em cortes nas despesas sociais do Estado, na acentuação da crise no mercado de trabalho, cortes nas reformas e pensões.

Por fim, ainda que de modo mais abstrato, Touraine fala das implicações sociais da crise, da acentuação da pobreza, desigualdade, problemas étnicos e de surtos de nacionalismos e protecionismos. Mas no geral, as implicações sociais da crise segundo o autor estariam relacionadas a “decomposição dos atores sociais” da sociedade atual, vale dizer francesa.

No limite, todos convergem quanto ao desmantelamento do Welfare-estate realizado pelo capital para atenuar seus prejuízos e com exceção de Bauman, todos apontam que as medidas da *troika* (Banco central Europeu, Fundo Monetário Internacional e União Europeia) tem dificultado uma saída socialmente saudável dos países europeus da crise, ao contrário ela tem acentuado os problemas sociais e as dívidas do Estado através do planos de austeridade que solapam os direitos dos trabalhadores conquistados às duras penas. Trata-se da socialização dos prejuízos gerados pela crise na medida em que - como veremos adiante - o Estado salva os rendimentos do capital se endividando e simultaneamente maltratando econômica e social as populações com seus programas de austeridade.

Podemos resumir, que do ponto de vista social a crise explicita e acentua o lado negativo (desemprego, pobreza, desigualdade, conservadorismos, fascismos, preconceitos), e indireto (efeitos e “danos colaterais”) do *laissez-faire* global. Considerando os efeitos sociais da crise no contexto europeu concordamos com Santos (2011) quando afirma que o continente europeu está a assistir o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, acentuando dilemas ou criando problemas tidos como resolvidos e presentes apenas em países considerados “subdesenvolvidos”.

#### **4.3.2 Os limites do Estado-Nação e sua soberania.**

O Estado-Nação vem sofrendo abalos e redefinições de longa data, desde seu nascimento no âmbito da modernidade, não obstante, seus impasses se acentuaram em tempos de

globalização do capitalismo, especialmente de sua esfera econômica e financeira. Tais impasses se intensificaram com a crise e seus desdobramentos que atingiram fortemente os EUA e a Europa, obrigaram seus Estados a posturas ambivalentes quanto a resolução dessa crise. Vamos aqui nos deter nos argumentos que Harvey, Bauman, Touraine e Santos apresentam para explicar o posicionamento dos Estados-Nação diante do desafio que a crise representa.

Sobre este ponto Harvey é categórico ao afirmar que o Estado tem assumido, desde as crises da década de 80, como a do México, uma postura política de se mobilizar e mostrar seu poder para salvar instituições financeiras à revelia dos males que isso pode causar a nação e ao seu território.

Essa atitude do Estado, segundo Harvey, deriva do que ele denomina “nexo Estado-Finanças”, um mecanismo que não se importa com espaços geográficos ou sentimentos de pertencimento, seu objetivo é tão somente gerir os aparatos do Estado para criação de capital e fluxos monetários. Retomando argumentos já apresentados, é precisamente através desse “nexo” que ao “ longo da história do capitalismo muito esforço tem sido posto, na redução do atrito de distância e dos obstáculos à circulação”, afinal, se os obstáculos se tornam intransponíveis “, podem produzir uma crise (definida como uma condição em que os excedentes de produção e reinvestimentos estão bloqueados)”, pois, “se o crescimento não recomeça, então o capital superacumulado se desvaloriza ou é destruído. Nesse sentido, Estado e capital são lados de uma mesma moeda e objetivam criar segurança para criação e circulação do capital. Território, nação, democracia e soberanias nacionais em um mundo globalizado não garantem apenas segurança para o capital, mas igualmente limites para sua reprodução.

Bauman assume uma posição semelhante a de Harvey quando afirma que em todas as mutações pretéritas do capitalismo, o Estado também participou efetivamente no sentido da “criação de novos pastos a explorar”, dando como exemplo o fato de que foi durante o governo Clinton que as hipotecas *subprime* foram introduzidas, a fim de conceder crédito fácil para compra da casa própria, à pessoas sem condições de pagar a dívida assumida. Quer dizer, o próprio Estado é responsável em transformar setores da população em endividados explorados pelas instituições de crédito.

Constata-se, portanto, que o Estado teve influência decisiva na deflagração da crise, e as “saídas” que escolhe para salvar o país, nesse momento tido como Nação, apenas consagra o poder dos ricos e do capital, não é por acaso que Bauman denominou esse tipo de Estado de

“Estado assistencial para os ricos”. Mas esse tipo de atitude estatal não é novidade, pois, segundo Bauman, a cooperação entre Estado e mercado no capitalismo é a regra; o conflito entre eles, quando acontece, é a exceção. Em geral as políticas do Estado capitalista. ‘ditatorial’ ou ‘democrático, são construídas e conduzidas *no interesse* e não *contra o interesse* dos mercados. E no mesmo sentido da análise, Harvey aponta, que o principal efeito dessa postura do Estado, embora não abertamente declarado é avalizar/permitir/garantir a segurança e a longevidade do *domínio do mercado*.

Daí que a livre circulação do capital pelo território, seja especulando ou deixando seus prejuízos sociais a nação, é aceita com naturalidade pelo Estado, ainda que alegue fervorosamente que não deixará ninguém sair impune. Os limites políticos para o Estado regular o capital nos limites de seu espaço se assenta no fato de que essa regulação poderá engessar suas próprias ações enquanto Estado. A política de arrecadação estatal globalizou-se e não pode restringir-se ao seu território nacional, o que conseqüentemente implica em aceitar o capital transnacional caminhar por suas terras, sob o risco de estagnar-se no cenário global e inscrever seu país num protecionismo econômico de conseqüências não previstas.

Touraine, ao contrário de Harvey e Bauman, não apresenta diretamente a ambivalência do Estado diante crise e como Estado e Mercado estão imbricados, mas não economiza em sua crítica; simplesmente argumenta que o Estado não tem nada em comum com seu homólogo de 1936 e com o New Deal, que inclusive, “já não pode mais ser apresentado como uma peça central do sistema democrático representativo, pois vai de mal a pior”. Diante da crise, o Estado tem sido capturado pelo capital financeiro internacional e não tem conseguido o mínimo de legitimidade para continuar funcionando. A troca de ministros na Europa entre 2009 e 2013 é um indicativo disso.

Além disso, entrevemos da análise de Touraine que o Estado forjado no âmbito da sociedade industrial está desaparecendo, se separou da nação, que o primeiro se subordinou ou se aliou aos movimentos da globalização econômica e, o segundo, se encontra limitado em seu espaço enquanto sociedade política sem poder para interferir nas políticas macroeconômicas (cambial, fiscal etc) e, de modo, geral nas soluções para viabilizar uma saída para crise. Isto é, os capitais financeiros tem a liberdade não só para adentrarem o Estado-Nação e especularem, mas podem inclusive levar países a bancarrota e sair sem qualquer prejuízo ou responsabilidade pelo ocorrido.

Por fim, Santos realça, assim como Touraine e Harvey (nos EUA), que os governos Europeus se deixaram sistematicamente capturar pela avidez do neoliberalismo e “da sua arma de destruição massiva, o capital financeiro, a forma de capital mais hostil à deliberação democrática e à socialização da economia”. Trata-se de um poder que não respeita fronteiras e nem soberanias, mas ao mesmo tempo está vinculada aos Estados Nacionais.

Esse poder, para Santos, é o responsável pelo fim do estado como indutor de mobilidade social, fim do Estado- providência, expressa em certo sentido o próprio colapso da nação e sua ruptura informal com o Estado; informal porque formalmente as relações existem e presidem os processos de deliberação ditos “democráticos”. E assim o Estado se separa da Nação, em outras palavras, o casamento Estado e sociedade está em crise, o que será assinalada em tópico seguinte.

É diante desse quadro, de crises, rupturas e indistinção entre Estado e Mercado que as noções de soberania e nação precisam ser redefinidas, reformuladas no sentido de tornarem-se inteligíveis nos marcos de um mundo em intenso processo de globalizações. Podemos afirmar, se ancorando em Ianni, (2004) que esse é contexto que “se cria e recria a nação, compreendendo a sociedade e o Estado, o território e a fronteira”. Se a nação se formou principalmente no contexto do liberalismo, transforma-se drasticamente no contexto do neoliberalismo. Sobre este ponto, as análises sobre a crise apresentadas neste trabalho apontam esse horizonte, que

No âmbito do neoliberalismo, o Estado-Nação entra em crise, é levado a redefinir-se. A dinâmica da globalização exige a reestruturação do Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, da saúde, da educação, transporte, habitação e previdência. Assim se modifica, ou mesmo rompe, a relação entre o Estado e a sociedade. (IANNI, 2004:321)

Outra implicação marcante no contexto da crise causada pelas consequências neoliberais especialmente de caráter financeiro, é o fato de Estado se tornar mais rearticulado “ às exigências e às possibilidades da globalização do capitalismo”, ao mesmo tempo que “amplos setores da sociedade civil dinamizam-se no sentido do nacionalismo, compreendendo o território e a fronteira, a história e a tradição. É Diante de tal cenário que,

Os indivíduos e as coletividades são desafiados a reposicionarem em face de um Estado cada vez mais divorciado das suas inquietações e ambições.(..) Rompem-se algumas das articulações que conformavam todo Estado e sociedade, ou Estado-Nação (IANNI, 2004:321)

#### **4.3.2.1 PAPEL DO ESTADO E A REGULAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO**

Prolongando o debate acerca do tópico precedente, podemos afirmar que os impasses e dilemas do Estado nacional são fontes riquíssimas para desmistificar um debate (o qual não vamos nos deter aqui) acerca dos limites e do papel do Estado no âmbito dos processos de globalização.

Encontramos no interior das leituras realizadas tanto análises que admitem a inexorabilidade dos processos de globalização atingindo e enfraquecendo a autonomia dos Estados no sentido de soberania nacional, quanto análises que tentam evidenciar que os Estados ainda são fonte política de resistência e alternativa face à dinâmica global do mercado. Contudo, acreditamos que esses posicionamentos se mostram insuficientes para apreender as dinâmicas complementares entre Estado e mercado no quadro da globalização e dos processos de financeirização. Apontamos aqui um postura intermediária

Nota-se que o debate Globalistas x nacionalistas apresenta-se como polarização infértil que deve ser abolida; tanto existem processos concretos de globalização (para além das ideologias imperialistas e neoliberais que capitalizam seus processos), aliás globalizações, como existe ainda poder e resistência dos Estados para se redefinirem frente a esses processos, não considerando-os como simples correia do capitalismo financeiro-global, entidades que estariam fadados ao fracasso na medida em que sua soberania seria completamente usurpada pelos poderes e instituições globais. Certamente uma situação pós-neoliberal já se delineia, apesar das resistências, contudo, de um lado, nem a globalização vai desaparecer e tampouco o Estado recuperar sua autonomia face as grandes corporações, mercados financeiros e instituições supranacionais e, de outro, seu papel de regulador econômico e integrador social muda de modo significativo.

A perspectiva é que daqui em diante, como aponta Cocco (2012) na esteira de Negri (1999), o futuro do papel do Estado será cada vez mais ambíguo entre as instituições nacionais (e seus objetivos) e supranacionais, exceto no caso dos Estados norte-americanos enquanto “nação cujos interesses correspondem quase inteiramente aos densos do mercado mundial”. Posição privilegiada que a meu ver tem sofrido grandes abalos seja pelas condições internas do país com aumento do desemprego e crise fiscal, seja externamente pela relativa mudança em curso da geopolítica e geoeconomia mundial com destaque para os BRIC’S, especialmente da China, no

sentido de redefinição dos espaços e instituições que deliberam acerca dos impasses políticos e econômicos que caracterizam as relações interestatais.

A questão está em como regular a globalização, ou melhor a globalização hegemônica, imperial, financeira. Esta regulação passa necessariamente pela democratização dos processos de globalização em nível sistêmico, isto é, no aprofundamento de outras globalizações, globalizações contra e alter-hegemônicas. Enfim, trata-se de viabilizar a mundialização de outras relações, processos e estruturas que estejam assentes em princípios não monetários, financeiros, mercantis, os quais legitimam a supremacia do valor de troca em cima do valor de uso, que priorizam o mundo dos objetos em detrimento do mundo da vida, que reduzem a qualidade de vida ao bem-estar material à revelia do bem-viver expresso em amizades, afetos, reciprocidade, amor.

#### **4.3.3 Crise dos partidos políticos e democracia deslegitimada.**

A democracia não apenas encontra-se em crise nos EUA e Europa, mas parece que o capitalismo não simpatiza mais com a mesma, apenas sob as condições de torná-la serva dos seus interesses. Vimos a derrubada dos governos democráticos e eleitos na Grécia e na Itália, e simultaneamente se realizaram a nomeação de governos tecnocratas, que deveriam ser neutros e cuidar somente de aspectos ‘técnicos’ relativos a economia, no entanto, estão lá para cumprir a vontade do grande capital financeiro e seus agentes (bancos, agências de classificação, especuladores etc.). Vejamos o que podemos extrair dos autores acima elencados sobre a questão em pauta.

Começemos por Touraine, que durante o desenvolvimento de seu livro chamou atenção diversas vezes para a falência das instituições, formas de ação e representações tradicionais para fazer face aos dilemas que a sociedade contemporânea tem enfrentado e que se agudizam em tempos de crise.

De acordo com Touraine, na Europa os partidos de esquerda provaram sua impotência diante da crise, a esquerda não somente se enfraqueceu no que se refere as reivindicações salariais, mas igualmente não soube interpretar adequadamente a crise europeia. Em um dos cenários traçados por Touraine a respeito do futuro que a Europa pode ter, sinaliza o fracasso dos partidos e sindicatos impossibilitados de realizarem mudanças significativas em um cenário onde

o capitalismo sofreu uma grave crise, mas se reergueu rapidamente. Esse é o cenário onde os eleitores não saberiam “diferenciar a esquerda da direita” ao mesmo que se instala um silêncio social inesperado, onde as próprias vítimas da crise podem “anunciar a formação de um movimento violento”. Aproximadamente um ano após o lançamento de seu livro (2009) um conjunto de manifestações mais ou menos espontâneas foram realizadas pelas “vítimas da crise” e algumas com o caráter mais ou menos violento, é o caso das destruições realizadas por jovens em Londres.

Diante da crise temos o fracasso das instituições tradicionais e a própria morte da ideia de luta de classes assinala Touraine. Nem direita, esquerda ou social-democracia, nada disso, para o Francês a crise acelera a decomposição das categorias, ideias e os atores da sociedade industrial

Diante dos paradoxos gerados pelas implicações da crise Santos pergunta “se estamos perante dois mundos diferentes ou se a social-democracia desertou da Europa e emigrou para o Brasil.” Essa pergunta expressa uma dimensão de sua análise relacionada aos sucessivos fracassos dos partidos políticos não somente em Portugal mas na Europa como um todo. Os partidos, em sua análise, encontram-se com sérias dificuldades para interromperem o processo de destruição do Estado de bem estar social Europeu.

Santos destaca que durante o século XX, a social-democracia e o horizonte utópico comunista por exemplo serviu como *corretivo* para modelo social europeu, o Estado Providencia e o direito laboral. Tratou-se de uma forma “corrigir” o capitalismo e mantê-lo com algum nível de racionalidade. Não obstante, com o desgaste das experiências socialistas mal-sucedidas o capitalismo se viu sem inimigo credível e um dos resultados imediatos foi o enfraquecimento da social-democracia após a queda do muro de Berlim. Sem esse adversário a social-democracia colapsa e o capital vampiriza sem freios o trabalho e os novos ‘pastos’ para realização do lucro e da acumulação capitalista.

Para Santos a crise acentua o desgaste e falta de legitimidade dos partidos tradicionais, lembrando que a nova geração de portugueses, denominados ‘a geração à rasca’, experimenta um momento de incerteza e futuro incerto. Até agora essa “geração esta divorciada dos sindicatos” e um quanto descrente em relação aos partidos. Parte do fracasso desses Santos atribui ao fato de os mesmo não terem incorporado de modo claro e eficaz as demandas, interesses e lutas dos novos movimentos sociais a exemplo do feminismo, do movimento de gays e lésbicas, movimento ecológico, entre muitos outros.



O fracasso dos partidos se realiza simultaneamente ao enfraquecimento continuada da democracia, que aos poucos perde legitimidade, na medida em que, como destaca Santos, a população percebe que ela não atende suas demandas e está refém, assim como os políticos e partidos, do capital financeiro.

Harvey, quanto a este ponto é bastante incisivo, indicando não exatamente o colapso das instituições ou partidos tradicionais mas sugerindo a supremacia de alguns setores e partidos. A esse respeito comenta que não foi coincidência que o ‘‘Partido de Wall Street’’ tenha tomado o poder, tanto no Congresso quanto no Executivo? E por que os mais ricos enriqueceram imensamente em todos os lugares, desde a Rússia e o México até a Índia e a Indonésia? Para Harvey não há uma crise generalizada dos partidos tradicionais, republicanos e democratas. Ocorre que o partido do capital, o partido das elites financeiras está com demasiado poder em suas mãos ao mesmo tempo que a organização da classe trabalhadora em grande parte da Europa e mesmo nos EUA que era relativamente forte, tornou-se em boa medida subservientes aos interesses do trabalho organizado.

O fracasso dos partidos de esquerda para Harvey estaria relacionado ao seu erro em ‘‘ignorar os movimentos que ocorrem fora das fábricas e minas’’, afinal de contas ‘‘A consciência de classe é produzida e veiculada tanto nas ruas, bares, pubs, cozinhas, capelas, centros comunitários e quintais dos subúrbios da classe trabalhadora como nas fábricas.

O problema ao seu ver é que a classe trabalhadora e os partidos de esquerda não conseguiram se firmar nos últimos tempos como um ‘‘sério obstáculo para a contínua acumulação do capital’’. Não é a toa que o intelectual americano vai registrar que a maneira como essa barreira foi controlada pelo capital com a ascensão do neoliberalismo durante os anos 1970 e o início dos anos 1980 define em muitos aspectos a natureza dos dilemas que enfrentamos agora.

Embora Harvey não trate diretamente da questão democrática, entrevemos em sua análise que a democracia forjada no âmbito do capitalismo é uma pseudo-democracia, uma democracia de poucos. O que temos ao seu ver é uma plutocracia que destrói o bem-estar social das massas em compasso com a preservação e aumento da riqueza e poder dos já ricos.

De maneira geral o tom das análises é basicamente de descrença quanto a possibilidade dos partidos tradicionais, se não se renovarem rapidamente, de construir caminhos e alternativas que limitem o capital financeiro e restitua o valor da democracia, altamente

deslegitimada perante a população que anseia por formas de participação direta. É precisamente por isso, como veremos adiante, que as saídas para as crises e não somente a crise econômica, passam necessariamente por uma reinvenção da política que tome como ponto de partida os anseios e necessidades da multidão de pessoas indignadas com o sistema político e econômico vigentes.

### **4.3.3 Saídas para crise e reinvenção da política**

Em Santos e Touraine as medidas para saída da crise passam imediatamente pela radicalização da democracia em todas as esferas.

Santos indica que a saída para crise pode ser através de um *corretivo eficaz*, tal como feito pela social-democracia no passado ou por *transformações profundas* que podem mudar a lógica do sistema e criar um novo modo de organizar a política e a sociedade.

De acordo com o autor (p.19) , as crises podem ser resolvidas ou por *corretivo eficazes* que, que não precisamente põem em causa a lógica do sistema que provocou a crise, mas conseguem minimizar os ritmos e os custos sociais desta, ou por via de *transformações profundas* que visam mudar a lógica do sistema e criar um novo paradigma de organização social e política. As primeiras representariam soluções institucionais e as segundas soluções extrainstitucionais e, por conta disso, a resolução corretiva é sistêmica e a resolução *profunda* é antissistêmica. Santos informa que “as periferias da Europa ilustram hoje o recurso aos diferentes tipos de soluções” pois no presente momento, “a periferia interna tenta resolver as crises por via de soluções institucionais, enquanto a periferia externa recorre a soluções extrainstitucionais na busca de uma nova institucionalidade”. Diante desse cenário, para Santos, o que importa é a radicalização da democracia em âmbito local, nacional e global pois como já salientado anteriormente o que importa é a politização da crise, sua redefinição prática da crise, que dependerá da globalização contra-hegemônica, prescrita no atendimento dos imperativos democratizar, descolonizar, desmercadorizar. Em outras palavras, a saída da crise se inscreve na potencialização de processos de globalização contra-hegemônica, prolongando no tempo movimentos e ideias já afirmados pelos Zapatistas em Seattle e no Fórum Social Mundial para ficarmos apenas nesses exemplos.

Touraine, por sua vez, ao final de seu livre se rende ao discurso de que o mais importante em um contexto de crise é o aprofundamento da democracia para evitar os abusos da dimensão financeira, não obstante, a superação da crise para o autor estaria no que ele denomina de “direitos universais do sujeito humano”, que poderia “estancar a destruição da vida social pela economia globalizada. Como já salientado anteriormente, alega que essa tarefa não pode ser realizada por uma revolução e, menos ainda pelas reformas que propõem as sociais-democracias, ela só pode ser bem conduzida pelos militantes e pelas figuras exemplares organizadas não verticalmente – e aqui se distancia de partidos e os sindicatos - “mas horizontalmente, pela união pública e pelos atores informados principalmente pela mídia e pela internet e decididos a não deixar que tome forma um novo poder mais autoritário ainda que o poder antigo.”

A este respeito Bauman e Harvey reiteram e potencializam o que já estivera explícito e implícito no desenvolvimento de seus argumentos.

Não me deterei aos argumentos de Bauman para não se tornar maçante e repetitivo, já que em tópicos precedentes já foram desenvolvidos os argumentos que sinalizam sua resposta para o presente tópico. Basta enfatizar o seguinte, que para Bauman a saída de uma crise, que não queira imediatamente criar outra crise, deve necessariamente passar pela mudança cultural dos modos de vida das sociedades, da maneira como se reproduzem, consomem e se relacionam. De par com isso sugere que já que os problemas são resultante de determinações globais, nada mais prudente do que fortalecer instituições, organizações e associações globais cosmopolitas que façam frente e regulem “laissez-faire global”.

Harvey talvez seja o que mais se dedicou entre os autores aqui selecionados para pensar possibilidades e ações para escapar da potencialização dos prejuízos que uma crise prolongada pode causar, não obstante, não poderei desenvolver aqui seus argumentos sobre o processo que levaria uma saída completa da crise, pois significaria me deter sobre sua teoria “correvolucionária” de superação do próprio capitalismo. Em outras palavras, para Harvey, uma saída absoluta da crise resultaria em uma saída do capitalismo, afinal de contas, capitalismo é crise em movimento e esse movimento tem como lógica a reprodução de espaços e existências que dinamizem a circulação do capital e, quando essa dinâmica tem bloqueios para se realizar, crises agudas surgem como instrumento para drenar mais capital, regular o trabalho, racionalizar o “irracional”.

Só para não ficarmos sem alguma indicação concreta sobre os caminhos para “sair” da crise na perspectiva de Harvey, vale dizer que para o autor as crises são momentos de paradoxos e possibilidades, que inclusive opções socialistas e anticapitalistas podem surgir com força. A potencialização de uma saída ou outra expressam sempre processos de racionalização das coisas, gentes e sociedade, e essa racionalização ou melhor sua direção, é o que vai caracterizar o vir a ser do capitalismo e das sociedades. Harvey reitera que em tempos de crises há sempre opções e que a escolha de uma ou outra vai depender da relação das forças de classes e das concepções mentais sobre o que poderia ser possível. Entrando em convergência com os argumentos de Santos sinaliza que o importante é a definição política da crise, pois é a partir da luta por essa definição que sairá as respostas. Essa luta para Harvey passa pela luta das concepções mentais de mundo que prevalecem na sociedade evidenciando que práticas e concepções mentais de mundo vinculadas a lógica do capital seguem crise após crise, inovando arquiteturas financeiras e institucionais para desbloquear os entraves para acumulação; gerando suas opções políticas ‘solução’ da crise, com a socialização dos custos, privatização dos lucros e a devida preparação dos termos da próxima crise. Trata-se, afinal de contas, de criar e reproduzir em grande escala outras concepções mentais de mundo que perpassem universidades, governos, mídias, de forma que se convertam em orientação central das pessoas enquanto senso comum dominante. No final das contas a luta é pela definição do mundo, da estruturação da realidade; de como as coisas funcionam!

Por fim, vale registrar que a ruptura *crítica* que os tópicos acima indicam, oportuniza pensar e por em prática *outra política* e *outro desenvolvimento*, estes não são apenas desejáveis e possíveis, mas se apresentam como a única saída realista para os impasses globais nos quais o mundo está inscrito.

#### **4.4 Outras notas: Da Indignação à racionalidade científica da crise**

Não se trata aqui de simplesmente afirmar que publicações acadêmicas são superiores aos discursos correntes na rede da internet que acompanharam e tentaram compreender a crise, seus efeitos e as revoltas sociais que se deflagraram em várias partes no mundo. Certamente trabalhos acadêmicos escritos por intelectuais que há décadas sistematizam conceitos e teorias (há exemplo de Harvey e Santos) apresentaram explicações mais densas sobre os pressupostos lógicos e

históricos na qual se desenvolveu a crise em comparação com breves textos cujo objetivo principal é informar, não obstante, esse fato não significa que tais explicações acadêmicas estejam isentas de erros lógicos, problemas de conceituações, teorizações imprecisas.

Há que considerar igualmente que muitos artigos e artigos e entrevistas sobre os desdobramentos da crise partiram precisamente desses intelectuais e acadêmicos, evidenciado que o espaço da rede não é apenas para jornalistas e blogueiros de plantão, obrigando-os a se posicionarem diante dos acontecimentos que irrompem no mundo. Tal posicionamento antes raro, viabilizado apenas em congressos e entrevistas publicáveis agora se realiza frequentemente no cenário das redes, obrigando filósofos, sociólogos, historiadores, economistas etc, a opinarem imediatamente diante dos fatos, sem reflexões muito demoradas ou análises conceituais densas. A esse respeito todos se apresentam no mesmo cenário da imediaticidade da rede e a substância de cada análise vai depender da trajetória, experiência de reflexão e pesquisa, enfim do acúmulo de capital social e cultural que cada analista mobiliza para realizar sua interpretação do mundo.

Faço essa explanação para indicar que existe muita coisa compartilhada entre esses dois universos, aliás, diria que cada vez mais se nutrem reciprocamente; tanto o pensamento científico propicia reflexões nas redes e ações nas praças quanto ao mesmo tempo a rede e as praças fornecem a experiência vivida que baliza e nutre a reflexão científica.

É necessário reconhecer que muitos dos registros retirados da rede, apesar dos limites em termos de uma análise sólida que só uma publicação em livros permite, apresentam explicações; elementos analíticos, teóricos e históricos muitos ricos para problematizarmos e desnaturalizarmos a natureza da crise e suas implicações sociais, políticas etc.. Talvez, devido o esforço de sistematizarem em poucas páginas todo um esforço reflexivo permitiu - é o caso de alguns poucos certamente - uma análise objetiva e contundente das condições sobre as quais se desenvolveu os dilemas implicados na crise em questão.

Reconheço pois, a importância da rede na produção do conhecimento, mas a realidade social é estruturada em campos sociais diversos, cada qual com suas regras e processos de legitimação e, nessa perspectiva, fragmentos extraídos da internet ainda não são o suficiente para dar legitimidade a uma publicação científica. Nesse sentido, o aporte da academia, seus intelectuais e suas publicações ainda são os instrumentos que devem orientar toda publicação, especialmente, no campo das ciências sociais.

Feito essas considerações preliminares vou aqui apontar sucintamente aproximações entre o ambiente da rede e a racionalidade científica da crise. Já vimos no desenvolvimento precedente que as divergências são poucas, mudando apenas a sistemática, o tempo e o canal que cada qual publiciza suas análises, nesse sentido serei breve e seletivo a este respeito.

Não é minha pretensão no presente texto esgotar as possibilidades de encontros e desencontros entre essas duas modalidades de apreensão da realidade, portanto, vou tecer sucintamente relações a partir de alguns elementos que foram bastante problematizados pelos autores em suas análises e que apareceram como determinantes para explicação da crise e seus impactos sociológicos. Aproveito a ocasião, para em subcapítulo que segue a este, tecer críticas e prolongamentos explicativos sobre os pressupostos sociológicos do evento *crísico*.

### **Impactos sociológicos imediatos: convergências**

Do ponto de vista dos impactos sociológicos gerados imediatamente pelas crise, tanto o ambiente da rede (Ihu, Outraspalavras e Cartamaior) quanto os autores que pensaram sistematicamente a crise, convergem sobre: a acentuação das desigualdades, pobreza e desemprego no contexto Europeu e Norte americano; o desmantelamento progressivo do Welfare State Europeu agenciado pela *Troika* e legitimado pelos Estados Nacionais que retornam forte com políticas privatizantes; o endividamento dos Estados Nacionais e em decorrência acentuação de crises fiscais causados pelo capitalização de bancos em crise e potencializada pelo chamados planos de austeridade fiscal que imobilizam a economia, geram recessão e amentam o número de “novos pobres”; a emergência de lutas, movimentos e levantes como resposta a degradação de suas condições de vida e contra domínio do capital financeiro sobre a economia, a política e suas vidas; a emergência ou acentuação de xenofobias, racismos, nacionalismos, fundamentalismos; a acentuação da separação entre economia e sociedade, capitalismo e democracia, economia financeira e política nacional, Estado e sociedade.

A esse respeito (o impacto sociológico) mudam apenas as ênfases e estatísticas sobre os impactos gerados pela crise com exceção de Touraine que teoriza sobre uma situação pós-social após o impacto da crise, onde os atores deixariam inclusive de serem sociais e passariam a se identificar culturalmente. Acrescenta, além disso, que a própria idéia de sociedade e suas categorias correspondentes como luta de classes em seu interior, estariam fadadas a desaparecer.

Sobre os argumentos de Touraine afirmamos que sua abordagem no mínimo é imprecisa e centrada demais nos dilemas específicos da França, afinal, mais do que nunca o trabalho, as classes sociais e as possibilidades de outras sociedades nunca estiveram tão em cena como no contexto da crise.

Não podemos deixar de registrar que esses impactos socialmente negativos estão relacionados a decisões e políticas de um agente, nesse caso em particular a troika, um atualização em nível Europeu da “santíssima trindade do capital” que vigiava e punia os “países emergentes” com seus ajustes estruturais expressos em termos de "Reforma de Estado", "Estado Mínimo", "Mercado Emergente", contudo, esse mecanismo neoliberal tornou-se nos últimos anos instrumento de coação dos aparelhos estatais europeus; não atendem apenas as grandes corporações, mas ao mercado financeiro em geral com seus agentes como bancos, financeiras, investidores e agencias de classificação que atualmente tecem a configuração de uma arquitetura mundial de poder extremamente ativa.

### **O papel da economia e do pensamento econômico na deflagração da crise**

O papel da economia e do pensamento econômico na deflagração da crise é outro ponto de convergência nas análises. Outras palavras destacou “o papel que o pensamento econômico ortodoxo neoliberal possui no sentido de manter e legitimar políticas anti-sociais e anti-democráticas realizadas por tecnocratas”; Ihu enfatizou que um certo tipo de economia e pensamento econômico, qual seja, o neoliberal, “serviram para legitimar os processos que levaram ao deflagrar-se da crise”; Cartamaior salientou que os processos de financeirização e liberalização potencializadores da crise se processaram “sob a guarda de um pensamento econômico com uma fé cega na ‘autoregulação do mercado’”. Dos autores aqui analisados Santos e Harvey, como pontuei em outro momento, reservam lugar especial para problematizar o atual pensamento econômico dominante e tecer as conexões que o colocam como um elemento responsável pela deflagração da crise e dos “remédios” para equacionála. A este respeito vale lembrar Ianni que já constatava a despreocupação dessa racionalidade econômica com os problemas sociais que eventualmente pudesse causar, o autor registra que em nome da

desburocratização, racionalização, produtividade, competitividade, qualidade total ou lucratividade, instaura-se totalmente o "economicismo", no qual há escassa ou nula preocupação com os seus custos sociais, culturais e políticos para a maioria das populações, em escala nacional, regional e mundial (IANNI, 2011, p.41)

Não podemos deixar de notar que essa perspectiva economicista é que guia em boa medida as políticas econômicas e escolhas estratégicas dos BRIC`s, os quais ansiosos para compor o primeiro escalão do “concerto das nações” se esmeram em ampliar seus PIB`s, suas taxas de crescimento e toda sorte de estatística econométrica que os colocam como “em desenvolvimento”. Por ora, não vou aprofundar tais relações, mais adiante será inevitável evidenciar a relação entre esse economicismo e o modelo de “desenvolvimento” que perseguimos, a despeito das análises e fatos que mostram a insustentabilidade de sua realização a longo prazo.

#### **4.5 GLOBALISMO, NEOLIBERALISMO E MUDANÇA REPRESENTACIONAL**

Pode-se afirmar que o conjunto das análises precedentes, entre livros e artigos de caráter científico ou artigos, ensaios, entrevistas e análises diversas registradas da rede virtual, direta ou indiretamente se referem aquilo que Ianni denominou de “Globalismo”, no primeiro capítulo brevemente apresentado. Desta maneira pode-se afirmar que o empreendimento racional suscitado pelos desdobramento da “crise” relaciona-se com a empreitada de entender os dilemas da globalização ou globalizações, que enquanto relações, processos e estruturas de feições mundiais redefiniram o tempo e o lugar da sociedade nacional inscrevendo-a no *globalismo*, numa nova configuração sócio-histórica que integra e subsume as sociedades nacionais em seus movimentos. Sob esse aspecto vale lembrar Ianni (1996, p.79) sugerindo que a sociedade nacional até então tinha sido o emblema clássico das ciências sociais, mas que agora estaria sendo “redefinida pela sociedade global, o novo paradigma das ciências sociais”.

Certamente não podemos afirmar concretamente que se está forjando propriamente uma “sociedade global” no atual desenvolvimento histórico marcado por crises, pois ocorrem muitos retrocessos em termos de integração social em todos os níveis, não obstante, não podemos negar que o Estado, a nação, a política, o sindicato, enfim, as instituições e representações forjadas no interior da modernidade estão sendo amplamente deslegitimadas, redefinidas face aos processos



e agentes que passam a reordenar política, jurídica e economicamente o mundo, considerando-o em uma mesma escala de espaço-tempo. Igualmente não se pode discordar de Ianni quando afirmar que em “lugar do localismo, tribalismo e nacionalismo, em lugar do mercantilismo, do colonialismo e do imperialismo, todos são inseridos no globalismo , visto como um vasto e predominante processo histórico-social, econômico, político e cultural. (IANNI, 2004, P.28)

Reiteramos aqui, tal como no início deste trabalho, que vivemos novo ciclo de globalização do capitalismo, momento em que,

“ reafirma-se a historicidade do capitalismo e cria-se o desafio de interpretar e realizar tanto as suas potencialidade como as suas negatividades, tendo-se em conta os seus dinamismos e suas contradições. O mesmo êxito do *neoliberalismo*, como teoria, prática e ideologia da globalização do capitalismo, engendra novos surtos de fascismo, nazismo ou nazi-fascismo e inclusive surtos de social-democracia; mas engendrando principalmente as condições e as possibilidades do *neo-socialismo* com as suas implicações teóricas, práticas, ideológicas e utópicas” (IANNI, 2004, P28-29)

Essa afirmação de Ianni assume importância especial no contexto do trabalho aqui realizado, pois acredita-se, tal como Harvey e Santos registraram em suas análises, que o neoliberalismo assumiu notável centralidade no dinamismo do capitalismo nas últimas três décadas, engendrando tal como salienta Ianni, condições e possibilidades para neo-facismos mas igualmente para o neo-socialismo.

Primeiramente vamos pontuar a condição neoliberal no atual contexto e posteriormente as possibilidades que surgem para o neo-socialismo em um cenário de crise.

## **A CRISE E O NEOLIBERALISMO**

Se o Neoliberalismo, como bem destaca Comblin (1999) encontrou solo fértil para enraizar-se em praticamente todo o globo a partir do final de 70 com e fins de 80, com o colapso da união soviética, a queda do muro de Berlim e o fim da "utopia" socialista, agora encontra-se em grave crise, originada por sua própria lógica de funcionamento, pelos efeito perversos de uma economia regulada pelas "mãos invisíveis" do mercado. Criou um mundo de graves desigualdades absolutas, de pobreza crescente, de democracias frágeis e de crises periódicas

'resolvidas' com os "remédios" chamados ajuste estruturais ou planos de austeridade. A "Mão invisível" revela-se mão de minorias privilegiadas, expressão de uma elite financeira, espaço privado para realização de lucro de bancos, corporações, transnacionais, investidores e especuladores afins.

Segundo Comblin (p.9) o neoliberalismo é um projeto de fé, de fé contra evidencia de que ele não tirou bilhões da pobreza, não criou oportunidades de desenvolvimento sustentável e não reforçou a democracia no mundo. Simplesmente negou empiricamente todas as realizações que iria operar.

Se algum tempo atrás (década de 80 e 90) o credo neoliberal era imposto aos “países de terceiro mundo” como ideologia oficial das principais potenciais do mundo simbolizados nas figuras de Margaret Thachter na Inglaterra e de Ronald Reagan nos EUA, atualmente a prática, a ideologia e a utopia neoliberal afirma-se negativa e não virtuosamente nesses países e na Europa de maneira geral. Esta em crise, mas ainda mantém prestígio, pois continuam negando valores morais e preceitos éticos em favor do livre-mercado, da lógica do capital, dos “remédios” para crise baseados na austeridade fiscal dos Estados Europeus. Até agora prossegue firme nos seus propósitos, e aqui vale lembrar Hayek através de Comblin (1999) que afirma que um dos principais argumentos daquele autor (Hayek, um dos “pais”do neoliberalismo) é “luta contra o socialismo”, luta simbolizada por entidades transnacionais não eleitas democraticamente que obrigam os Estado a cumprirem obrigações fiscais e se orientam por referencias políticas e econômicas para lidarem com a crise vigente. O agente atual do neoliberalismo na Europa é a Troika (FMI,CE, BCE) que tem realizado com eficiência e eficácia os mecanismos da “qualidade total” para dinamizar a lucratividade de uma minoria e reafirmar o argumento de que “não existe sociedade, somente indivíduos”, os quais devem responsabilizar-se sobre seu futuro.

A qualidade do contra-ataque neoliberal pode ser sintetizado através dos "5 s" da TROIKA

- Sem Estado-Nação (sua condição soberana)
- Sem Democracia
- Sem Welfare-State
- Sem Empregos disponíveis
- Sem alternativas-perspectivas, a não ser os programas de ajuste.

Esse é o contexto em que os Estados-Nação são tomados por técnicos que substituem políticos 'incompetentes' para administrar uma economia em crise. Seu objetivo é diminuir o

déficit do Estado com a expectativa de conseguir crescimento econômico e, portanto, superávit primário. Tudo isso a ser realizado através "planos de austeridade" que se orientam no sentido de cortar 'custos' e maximizar a competitividade nacional. As nações tornam-se grandes empresas a serem administradas por ex-banqueiros!

Qual o cenário que o Neoliberalismo desenhou para realização da liberdade, da igualdade, da justiça, da democracia?

## **Regulação neoliberal**

Os dilemas que a atual crise desnuda guarda relação direta com um tipo de regulação que se vinha se manifestando de forma cada vez mais intensa pelo menos desde a década de 70, momento de emergência do neoliberalismo não apenas enquanto ideologia econômica, mas enquanto legitimador e operador de legalidades que atravessam os espaços e jurisdições nacionais, subordinando-as.

Trata-se de uma legalidade hegemônica que subordina (não sem resistências) a legalidade tradicional dos Estados (sua constituição, leis, normas etc.) e emplaca a legalidade do mercado pautada pela 'mão-invisível,' que na verdade esconde as mãos salientes do capital financeiro manipulando ou assaltando os mercados nacionais. Essa legalidade é uma das, se não a principal, armas das grandes corporações, monopólios, bancos, agências de avaliação associados a grupos financeiros dos países capitalistas que forjaram as regras iniciais da globalização hegemônica a fim de 'adaptar' as ordens jurídicas internas dos países, em ordens que favoreçam as 'necessidades' normativas de acumulação do capital, mais fictício que real. E assim o Direito do capital transnacional se afirma nacionalmente, desmantelando o direito social e trabalhista, a exemplo do recente ataque ao modelo social europeu. A este respeito vale registrar o argumento de Ianni (2011:227) sobre as condições de construção e realização da *hegemonia* no âmbito do globalismo operada nos moldes do neoliberalismo. Para o autor a *hegemonia*

em suas diferentes modalidades de expressão e realização, tem estado cada vez mais sob o controle das organizações multilaterais e das corporações transnacionais. Essas instituições habitualmente detêm poderes econômicos e políticos decisivos, capazes de se sobrepor e impor aos mais diferentes Estados nacionais. (...) Nesse sentido é que as condições e possibilidades de construção e exercício da hegemonia podem ser decisivamente influenciadas pelas

exigências da globalização, expressa na atuação das organizações multilaterais e das corporações transnacionais (IANNI, 2011:227)

Não será por outra razão que o sociólogo brasileiro afirmará que as forças e resistências da sociedade civil defrontam-se nesse momento histórico com os obstáculos, por vezes, intransponíveis “para traduzir-se em governo, governabilidade, dirigência ou hegemonia.” Daí que sem as condições de realização da hegemonia fica “difícil pensar não só em soberania nacional, mas também em democracia, mesmo que apenas política”. Não podemos desvincular as possibilidades de expressão e realização política em um cenário em que o individualismo neoliberal não vê a sociedade e enxerga a política como símbolo de entrave.

### **Neoliberalismo e “despolitização”**

A despolitização implicada pelo neoliberalismo se afirma pelo individualismo de mercado que transborda para todas esferas sociais, de um lado, acirrando a competição e a ideologia de que todos possuem as mesmas condições para disputar os bens e serviços disponíveis no mercado e, de outro, a conversão do cidadão que demandava politicamente serviços públicos e direitos sociais para o consumidor ‘livre’, que valoriza o bem privado (supostamente eficiente) e que navega nas novidades do mercado para atender suas demandas de prazeres forjados pela indústria de massa. Temos a partir dessa combinação uma forte redução da cidadania pelo exercício do consumidor que passa sistematicamente a negar a política e, por consequência, termina por desvalorizar a ideia de democracia, já que se abstém de seu potencial protagonista político e de sua capacidade de ativamente atenuar a manipulação e captura da democracia por interesses privados. Dessa forma temos a transformação do cidadão construtor de direitos para mero consumidor de mercadorias, da política do bem comum para a política da vida privada.

Por sorte essa não é mais tendência dominante, percebe-se cada vez mais, especialmente através das lutas e resistências mundiais contemporâneas, que muito dessa despolitização tem se convertido não apenas em indignação, mas em processos de aprendizados políticos, novas paixões e ações coletivas que atualizam os modos de pensar e praticar a política tradicional, seja negando ou reinventando-a.

Poderíamos evidenciar muitas outras implicações ou relações nas quais o neoliberalismo exerceu e exerce notável influência, mas deste tópico o importante é reter que o neoliberalismo econômico não é apenas a superestrutura ideológica de nosso tempo, seu *espírito de época*. é também uma espécie de grande "ídola" contemporâneo, a ideologia tornada senso comum que tenta subordinar todas as esferas da vida em sociedade aos princípios econômico do capitalismo e seu horizonte utópico de mercado.

É importante destacar que parte significativa das análises contidas neste trabalho, especialmente sobre as implicações do neoliberalismo, já estavam sendo desenvolvidas com bastante criticidade já na primeira metade da década de 90 por diversos intelectuais. Como exemplo vale registrar muitas das tendências que se aprofundaram nos últimos anos já haviam sido esboçadas analiticamente nos livros, resultantes de debates, *Pós –neoliberalismo* e *Pós-neoliberalismo II* organizados por Sader & Gentile (1995,1999). Não temos espaço para aprofundar a análise desses livros aqui, citei-os apenas para registrar que as consequências da “crise” aqui problematizada tem relações com a ideologia, utopia e prática neoliberal que há quase 20 anos já vem sendo desnudada. Nesse sentido, muito do que se realiza hoje, seja enquanto perversidade de uma globalização hegemônica ou enquanto prática dos estados-nacionais para solucionar seus impasses não tem grandes novidades, são velhas novidades, já testadas, por exemplo, em terras tupiniquins na década de 1990.

## **MUDANÇA REPRESENTACIONAL: CRISE E OPORTUNIDADE PARA O “NEO-SOCIALISMO”**

A intensificação da política neoliberal e sua atual deslegitimação (teórica e prática) em âmbito global, são fundamentais para “virada representacional”, na medida em que após ter orientado por décadas políticas nacionais e internacionais, vê-se, assim como as instituições que a reproduziram, definhando diante do “sucesso” de sua visão de mundo. Sua crise, serviu pois, para abalar idéias, conceitos e convicções naturalizados em relações, processos e estruturas que conformavam a globalização hegemônica. Agora, tal conjunto de representações, especialmente relacionadas ao mundo econômico, estão sendo negadas e relativizadas, o que naturalmente irá contribuir para institucionalização de outras idéias, conceitos e práticas que certamente vão corroborar para outras *globalizações* e , portanto, *outros mundos possíveis*. Quem sabe no

interior dessas possibilidades fermentam-se as ideias para o desenvolvimento de um neo-socialismo que incluía o mundo todo em seu projeto e não se confine em Estado-nacionais com riscos de degeneração para totalitarismos.

Sim. Desta maneira, acredita-se que no quadro de intensificação da globalização contra-hegemonica como instrumento para realização de *outros mundos possíveis* as lutas e resistências mundiais possam dar viabilidade a “hipótese comunista”, “neo-socialismo”.

Em *A ideologia alemã* (1845), afirmou Marx: “o comunismo não é para nós um *estado de coisas* que deve ser estabelecido, um *ideal* pelo qual a realidade terá de se regular. Chamamos comunismo o movimento *real* que supera o atual estado das coisas” (MARX, K.2004, p. 42). Nesse sentido, acredita-se que o mundo atual envolto em crises suscita uma ampla gama de *movimentos reais* cuja revolta ou indignação pede a superação do “atual estado de coisas”. Compartilhamos com Bolivar Echeverría quando ele constata que estamos experienciando desde o início deste novo século

é uma espécie de fadiga desse dogma pró-capitalista, e já há alguns anos vem sendo proposta a ideia de que o modo de produção capitalista, não apenas a modalidade “neoliberal” do capitalismo, mas o capitalismo como tal, é questionável. Embora os pensamentos a esse respeito ainda sejam muito incipientes, obras teóricas importantes têm sido escritas e, principalmente, existe uma consciência popular muito ampla de que as coisas não podem continuar da maneira como estão. Nesse sentido, acredito que estamos diante da possibilidade de um renascimento da “época da atualidade da revolução”. Creio que o século XX foi o século da contrarrevolução, e que talvez (e tomara que seja) o século XXI possa ser não o da continuidade da barbárie, mas sim o século de uma nova “época da atualidade da revolução”.

Quem sabe já não estamos definitivamente nesse “*movimento real que supera o atual estado de coisas*” e não o saibamos, afinal o conjunto dos argumentos tecidos aqui através de dezenas de artigos e diversos livros indicam que vivemos um momento revolucionário e transicional em escala global, em que representações coletivas tradicionais do mundo estão em crise e outras estão em disputa para se reafirmarem enquanto horizonte teórico e prático (representacional) do mundo. Daí que devemos desmistificar o comunismo como algo a ser alcançado mas tratá-lo como força viva que se assenta nas opções individuais e cotidianas de

cada um. Como bem observa Cava (2013)<sup>77</sup> “*O comunismo é uma condição prévia que precisa se renovar continuamente como processo constituinte. Somente hoje acontece o comunismo. Agora mesmo, na proliferação de alteridade radical ao capitalismo, no trabalho vivo dos índios da metrópole, do devir-índio e do devir-pobre*”. É no compartilhar dessa perspectiva que acreditamos ser o comunismo, “como ideário antiestatizante das oportunidades realmente iguais para todos, a melhor hipótese, ideia e guia para os movimentos políticos libertários antipoder, como os que nasceram dos protestos em Seattle (1999), Cochabamba (2000) e Barcelona (2011)”<sup>78</sup>. Incluiríamos o Occupy (2011-2012) e “Jornadas de Junho” (2013) nesse mesmo movimento que na perspectiva teórica adotada no presente trabalho, expressam lutas e resistências que legitimam a noção de globalização “desde baixo” ou globalização contra-hegemônica que será de fundamental importância, enquanto contrapoder, para redefinir horizontes menos perversos e mais igualitários do ponto de vista político e econômico no interior das lutas globais nas quais todos estão inscritos direta ou indiretamente.

Para concluir este capítulo e “coroar” a perspectiva de “mudança representacional” aqui adotada, farei uma breve citação de um dos clássicos da sociologia, a saber Durkheim (2004). Afirma em *Pragmatismo e sociologia* (2004) que,

As representações coletivas são o conteúdo conceitual interno da sociedade. O conceito expressa a maneira que a sociedade, no seu conjunto, representa os objetos da experiência. Se o conceito muda, não é porque está na sua natureza mudar, mas porque descobrimos nele uma imperfeição, é porque ele deve ser corrigido. O conceito torna-se, de alguma maneira, uma ferramenta da existência coletiva; se ele é imperfeito ou torna-se inútil, nós o mudamos

As representações coletivas em Durkheim em termos conceituais possuem uma vinculação direta com os fatos sociais. São, portanto, maneiras de pensar, sentir e agir internalizadas durante o aprendizado nas instituições de socialização e terminam por orientar a experiência individual. Funcionam enquanto crença que “institui fora de nós certos modos de agir e certos juízos que não dependem de cada vontade particular tomada isoladamente”. Vale ressaltar que em Durkheim as representações coletivas não são entidades que pairam sobre o indivíduo, “ Sem dúvida, cada um contém alguma coisa dela; mas ela não existe inteira em

---

<sup>77</sup> <http://www.quadradosoloucos.com.br/3184/o-devir-indio-do-trabalho/> acessado em 24.07.2013

<sup>78</sup> <http://www.outraspalavras.net/2012/07/30/o-retorno-dos-filosofos-comunistas/> acessado em 14.05.2013

nenhum” indivíduo. Se constituem enquanto forma e conteúdo com que este opera no cotidiano, pois,

---

“as representações coletivas são o conteúdo conceitual interno da sociedade. O conceito expressa a maneira que a sociedade, no seu conjunto, representa os objetos da experiência. Se o conceito muda, não é porque está na sua natureza mudar, mas porque descobrimos nele uma imperfeição, é porque ele deve ser corrigido. O conceito torna-se, de alguma maneira, uma ferramenta da existência coletiva; se ele é imperfeito ou torna-se inútil, nós o mudamos”. ( Durkheim, 2004, 2005, 2009)

---

Não temos dúvida de que esse processo de mudança conceitual entrelaçada com as mudanças de pensar, sentir e agir se realizam continuamente e nunca param, contudo, devemos salientar que existem momentos *crísicos* em que essa mudança acelera, ocorre de maneira abrupta, pegando muitos de surpresa ao deslocar os quadros habituais de apreender e classificar as eventos e movimentos sociais, políticos e econômicos que nos condicionam. Esse é o momento que Durkheim torna-se extremamente atual, pois, tal como sugere Ianni, as ideias ou categorias forjadas exclusivamente no interior do Estado-nação (Democracia, Partido, sociedade civil, Sindicato etc..) estão em crise, redefinição, tal redefinição é precisamente a reformulação das representações coletivas, do “conteúdo conceitual interno da sociedade”. Ora, se os indivíduos, grupos, coletividades e nações percebem na pele que tais conceitos e sua realização prática não está coerente, não faz sentido, é porque tais conceitos se realizam de forma imperfeita, tornam-se inúteis, daí a vivacidade da multidão que, de repente, foi para as ruas em várias partes do mundo para mudarem tais conceitos, representações coletivas que carecem de legitimidade, isto é, precisam de atualização histórica.

Na esteira dessa reflexão podemos afirmar que o quadro de crise e mudança representacional pode se incluir como evento emblemático daquilo que Santos designa por “transição paradigmática”<sup>79</sup> que tem como uma de suas características uma “crise de confiança epistemológica, de crescente confrontação entre conhecimentos rivais”, em que a ciência, o direito como motores da racionalidade moderna explicitam seus limites (sua arrogância) indicando a exaustão da modernidade ocidental defrontada com os entulhos do “progresso”,

---

<sup>79</sup> Análises mais detalhadas sobre o assunto em vários livros do autor como “ Um discurso sobre as Ciências” (2003), “Democratizar a democracia” (2002), “A gramática do tempo” (2008) etc..



“modernização”, “desenvolvimento” que sua “monocultura racional” tem amontoado nas últimas décadas.

A conjuntura de múltiplas crises e déficit teórico e político para solucioná-las revelam a incapacidade da racionalidade ocidental (racionalidade da dominação do mundo e da mercantilização da natureza) para realizar uma autocrítica e se reinventar diante dos desafios que se apresentam.

Redefinição de representações coletivas podemos sugerir é a resposta crítica e criativa de grupos e coletividades para fazer face a crise da racionalidade ocidental, para tentar renová-la a partir de outros saberes, lógicas e processos que a médio e longo prazo possam constituir uma nova gramática epocal. Essa nova gramática talvez se revele com mais lucidez no léxico das lutas e resistências que se realizam em várias partes do mundo, viabilizando a reinvenção da política através de processos instituintes, gerados na efervescências das lutas e movimentos políticos concretos, que criam, recriam e reorganizam através de suas experiências, as instituições que vão referenciar os horizontes de vida e trabalho, práticas e usos sociais das próximas gerações.

Em uma conjuntura onde as representações coletivas estavam se tornando cada vez mais globais e cuja vanguarda representacional estava sendo realizada sobretudo por algumas empresas transnacionais e agências multilaterais no contexto da globalização dos mercados<sup>80</sup> (globalização hegemônica), as lutas e resistências de caráter contra-hegemônico<sup>81</sup> assumem vital

---

80

Nesse sentido, podemos conceber a globalização hegemônica de caráter neoliberal como uma globalização anti-democrática ou como diria Milton Santos um Globalitarismo. Foram os próprios países ‘desenvolvidos’ que conceberam as primeiras regras, normas, diretrizes e, portanto, o primeiro processo constituinte da globalização econômica que se desenvolvia intensiva e extensivamente. E nesse processo forjaram propriedade privadas institucionais, ou seja, atores transnacionais movidos por concepções, conceitos, ideias sobre a ‘globalização’ que beneficiava, sobretudo, seus criadores e respectivos interesses e projetos. Prova disso é a composição interna dos organismos multilaterais, predominantemente europeia e particularmente americana. Ao tecerem as regras e os atores do processo de globalização econômica, estes países se tornaram - em contraponto aos excluídos e outsiders - os estabelecidos desse processo; os principais agenciadores do ‘globalismo’ e, conseqüentemente, do modo pelo qual o capitalismo se dinamizava enquanto ‘modo de produção e processo civilizador’.

81 Todo processo de mudança representacional em larga escala (se inscreve em movimentos de contínua conscientização e respectivas reações em termos de indignações, constatações e revoltas contra as teorias e práticas dominantes, isto é, contra as instituições que reproduzem o tecido social) implica em mudanças no equilíbrio de poder, em transformações de estruturas, ordem e hierarquias estabelecidas, pois implica num processo constituinte, de inovação constitucional forjado na efervescência dos conflitos políticos e ideológicos das diversas classes e segmentos sociais. Em se tratando de um movimento constituinte transnacional, derivado das dinâmicas integrativas e fragmentadoras das globalizações, o grau de democratização das inovações institucionais (e portanto das ideias, diretrizes, práticas a se tornarem dominantes) se amplia sem precedentes em termos absolutos)

importância no sentido de desestabilizar a repetição do presente enquanto ideologia assente no “fim da história”.

O futuro deixa ser repetição (economia de mercado e democracias liberais que dinamizam os fluxos do capital) e abre-se, nervoso e instável, para experimentação política, social e econômica no interior de lutas institucionais e extra-institucionais em várias escalas que, operadas por subjetividades rebeldes e insurgentes tateiam de forma ousada “ampliar o presente” e “antecipar o futuro” através de outros regimes de existência e coexistência .

---

## 5. MOSAICO DE CONCLUSÕES: TENDÊNCIAS E IMPLICAÇÕES OU O QUE A CRISE ‘ECONÔMICA’ MUNDIAL REVELA?

*" O presente está em estado de passagem. O planeta vive, cambaleia, gira, arrotta, soluça, geme, sem contar com a amanhã(...) Estamos num mundo que nos parece simultaneamente em evolução, em revolução, em progressão, em regressão, em crise, em perigo(...) Nossa incerteza consiste em saber qual desses termos será finalmente decisivo" Edgar Morin*

*Este capítulo se apresenta como o coroamento da hipótese que subjaz a pesquisa (de que a ‘crise’ explícita a ruptura histórica-epistemológica nos marcos da crise da globalização do capitalismo). Realiza uma síntese dos capítulos precedentes, tendo em vista sua articulação com a ideia de crise de representações coletivas e suas implicações de ordem sociológica.*

Ao terminar, por assim dizer, a dissertação, me deparei com uma situação pouco incomum, no caminho percorrido entre a escolha do “objeto” e a chegada das considerações finais, percebi que tinha chegado não a uma conclusão, mas a um conjunto de conclusões, eu estava pois mergulhado e paralisado em muitas variáveis, argumentos, linhas interpretativas.

Diante desse impasse, uma angústia, diante da angústia, uma paralisia demasiadamente demorada para retomar a “conclusão” da dissertação. Apesar do impasse, da angústia e da paralisação retomei o trabalho para dar um ponto final e não pude deixar de realizar essa breve e contestável introdução na defesa das minhas limitações e da “linha de fuga” escolhida, brevemente descrita abaixo.

Em uma conjuntura histórica onde ocorreu um amplo retraimento da capacidade de se interpretar o mundo, especialmente pelo sucesso do pensamento fragmentado, as ciências sociais são desafiadas - sem negar as micronarrativas, mas incluindo-as - a reafirmarem narrativas abrangentes através da atualização de suas ferramentas analíticas e quadros teóricos.

Está dado o cenário em que a sociologia deve empreender uma nova captura dos amplos movimentos da história, realizando novas intelecções, a fim de se afirmar na época das globalizações, como uma das formas privilegiadas de consciência crítica de seu tempo. Consciência crítica que não mais se reduz a apreensão de nexos, lógicas, causas e sentidos circunscritos no plano da comunidade, sociedade ou Estado-Nação, mas alarga-se rumo a novos horizontes e realidades que se situam no plano internacional e transnacional, nos quadros das globalizações que condicionam e perfazem o mundo nas suas interações recíprocas. Trata-se, de modo urgente de realizar e tecer novos artesanatos que, sem perder de vista o local e o específico em que cada pesquisador se situa, considerem relações, processos e estruturas que dinamizam a “modernidade-mundo” nas sua articulações entre forma e conteúdo, regularidades e contradições. A conclusão dessa dissertação se situa nessa perspectiva, daí a ideia de mosaico de conclusões.

Não farei exatamente uma conclusão, posto que esta não existe, a não ser pontual e conjunturalmente, até porque o ‘objeto’ enquanto sujeito (ou coletividades e instituições) encontra-se em eterna transformação, seja criando ou destruindo, afirmando ou negando, nascendo ou morrendo, enfim, quando o ‘objeto’ é um ator ou conjunto de atores, suas representações e a sociedade, o máximo que podemos afirmar em termos de conclusão é que avançamos no esclarecimento ou desnaturalização dos conflitos, dilemas e problemas que caracterizam os atores, suas representações e a sociedade em que existem e habitam. Em síntese, o que posso oferecer é uma problematização desnaturalizante de relações, processos e estruturas em uma dada conjuntura. Sim, o ‘objeto’ sociologicamente falando é uma problematização

desnaturalizante da realidade, sempre precária e provisória de relações, processos e estruturas inscritas no tempo e no espaço, que nos antecederam e vão possivelmente nos suceder.

Diante da complexidade não apenas conjuntural, mas de trações estruturais que a crise sugere várias dinâmicas e tendências se explicitam, podemos sintetizar afirmando que a crise aqui analisada é um evento heurístico que:

A - Apresenta um impasse histórico entre legitimidade e legalidade

B- Desnuda a regulação neoliberal e suas relações com a política, a desigualdade e a democracia

C- Explicita uma crise de representação e redistribuição do poder em escala mundial que marca a consolidação de uma nova geopolítica e de uma nova geoeconomia mundial, expressa na questão dos Brics e dos novos arranjos de integração e cooperação regional.

D - reitera os dilemas da modernidade x pós-modernidade e indica que longe da história acabar ela recomeça abruptamente em termos de uma mudança representacional de larga escala.

E- Evidencia a agudização das contradições (descompassos entre ricos e pobres, privação e lucro;

F- Sugere a fragmentação ou desintegração de tradições, instituições (Partido, esquerda-direita, estado-sociedade;

G - Intensificou as lutas de classificação, jurisdição, representação, traduzidas em conflitos e resistências, indignações e deliberações envolvendo as condições e os limites do Estado-Nação e sua soberania, da Democracia e sua legitimidade, da globalização hegemônica face as globalizações contra e alter-hegemônicas;

H - Registra o ápice de uma ruptura histórico-epistemológica, inaugurando talvez um novo momento histórico ainda indefinido; “Pós-moderno”, “pós-social”, “pós-capitalista”, etc..

I - Crise mostra as limitações e equívocos de uma celebrada pós-modernidade.

J - Evidência o cume e as implicações de uma nova etapa da mundialização, especialmente vinculada a globalização do capitalismo em sua quadra neoliberal,

K- Explícita as consequência de uma globalização hegemônica, unilateral, imperialista de caráter eminentemente econômico. -

L - Aponta para nova fase do capitalismo mundializado-informatizado de caráter especialmente financeirizado e baseado no endividamento de nações, Estados, famílias e indivíduos.

M - Igualmente aponta para força de novas globalizações, de novos e alternativos processos de mundialização e “reencantamento do mundo” que se contrapõem a globalização hegemônica neoliberal

N - Reiteração e aprofundamento da razão iluminista, isto é, da racionalidade ocidental, da razão instrumental e potencialização de outras racionalidades, lógicas, sentidos.

O – Aponta os germes de novas concepções de economia e potencialização de outras formas de produzir e consumir novas utopias e ideologias, renascimento e redefinição de velhas

**Vamos nos deter brevemente em algumas dessas constatações ou tendências.**

## **CRISE DE REPRESENTAÇÃO E MUDANÇA GEOPOLITICA**

Como já foi salientado em outro momento, está a ocorrer uma redefinição significativa de narrativas, representações, crenças, valores e, no mesmo sentido, ocorre uma ampliação do poder global transversal e multipolar no globo, expressando uma nova hierarquia mundial, uma nova distribuição de poder global que se articula ao mesmo tempo com as novas formas, sentidos e organizações da política a partir de experiências que se generalizam à nível mundial e se interconectam, propiciando novos formatos ou modelos de fazer política, implicando mesmo no repensar do poder e da política enquanto teoria e prática.

A interdependência propiciada pela globalização no quadro de uma crise mundial, explícita vácuos, ausências e limitações nacionais ao mesmo tempo que indicam a emergência de novas articulações globais para fazer face aos dilemas e problemas que transcendem as fronteiras das nações e deixam instituições e regulações incapacitadas diante da complexidade desse novo cenário.

A mudança da geopolítica a qual nos referimos aqui se realiza enquanto mudança das regras do campo econômico e político mundial que se desdobram em novas articulações da geografia do poder em termos regionalismo e blocos político-econômicos. A esse respeito a crise evidencia que os ‘estabelecidos’ forjaram, através de inovações nas regras do jogo (diga-se, inovações financeiras) processos que colocaram em xeque sua dominação, pois a criatura

voltou-se contra seu criador, atingindo de maneira vital sua hegemônica política e econômica, ao mesmo tempo que novos jogadores, especialmente os Brics, se afirmam no campo econômico mundial como os principais protagonistas que dinamizam a circulação do capital em âmbito mundial, inclusive amortecendo os efeitos de uma crise mais intensa e ampla, além de atualizarem (mudando a composição interna) ou descredibilizarem (não aceitando suas imposições) as instituições globais que ditam as regras do jogo ou ainda instituindo novas instituições ou regras como é o caso da criação e fortalecimento do Mercosul, a criação do parlamento do sul, do Banco do sul e mais recentemente (2013) cogita-se a possibilidade de os Brics criarem uma agência de risco como métodos de avaliação distintos das tradicionais.

A crise ou convergências de crises é também resultado, de processos desencadeados pela consolidação de uma globalização simultânea e simetricamente hegemônica, totalitária, elitista, excludente, financeira, neoliberal e antidemocrática dos atores até recentemente dominantes no cenário mundial. Essa afirmação não significa que os processos foram absolutamente unilaterais, em único sentido, indica apenas (o que não é desprezível) que um tipo dominante de globalização capitaneada por poucos países, especialmente pelos EUA, se processou no espaço global, forjando um campo econômico mundial; criando as instituições e as regras do jogo com suas hierarquias, valores e práticas que legitimavam, afinal de contas, os “estabelecidos” ou a “ortodoxia” privilegiados em sua movimentação pelo campo (diga-se mundo) em contraponto aos “outsiders” ou a “heterodoxia” que lutam, resistem e aos poucos reconfiguram as regras do jogo.

Queremos dizer com tudo isso que a reconfiguração da geoeconomia e geopolítica mundial vincula-se ao amortecimento da globalização neoliberal hegemônica (capitaneada especialmente pelos EUA e por instituições transnacionais, multilaterais e multinacionais) através da consolidação de outros processos de globalização ou globalizações a partir do “sul” do mundo representada politicamente na figura dos BRICS e na recomposição dos blocos políticos e econômicos regionais.

## **LEGALIDADE E LEGITIMIDADE: DEMOCRACIA OU BARBÁRIE?**

A crise apresenta um impasse histórico, ou se radicaliza a democracia, atualizando seu conteúdo nessa quadra histórica com outras formas de democracia direta e, portanto,

modificando o atual sistema político, ou a democracia (o que restar dela) será total e ativamente capturada por interesses privados (especialmente pela oligarquia financeira) com significativa probabilidade de converter-se em autoritarismo e fomentar ‘fascismos sociais’. ou se regula democraticamente a democracia com mais democracia ou ela será absolutamente regulada e tutelada pelo capital financeiro. Até agora, o segundo caminho se apresenta como tendência mais forte, pois as regras do jogo, longe de serem atualizadas democraticamente, estão sendo apropriadas e manipuladas em prol do interesse financeiro, travestido de interesse público que supostamente tenta retirar uma nação em crise através da realização de ‘ajustes fiscais’. Esse impasse aparece também na relação tensa entre legalidade e legitimidade; a primeira tornou-se instrumento político de manutenção de interesses bem definidos de uma oligarquia financeira internacional, enquanto a segunda, quer dizer uma legalidade supostamente com legitimação plena das vontades populares converteu-se em instrumento autoritário de interesses que se utilizam de uma falsa legitimidade para legitimar suas ações e políticas. Ora, ocorre uma inversão dessa relação realizada a partir da desconexão entre legalidade e legitimidade, onde a legalidade legitima a si própria sem necessitar de aprovação legítima, ou melhor, trata-se da anulação de um princípio fundamental para manutenção da democracia, a saber, a dialética continuada e ativa entre legalidade e legitimidade, entre direito constituído e direito em movimento, entre representação política e delegação de poder.

Temos enfim, um descompasso profundo ou mesmo uma ruptura entre política e sociedade que certamente tem vínculos e nexos diretos com uma ruptura mais ampla, a ruptura entre economias globalizadas e sociedades nacionalmente localizadas. Sem medo de incorrer em erro analítico, podemos afirmar que esses descompassos, desconexões ou rupturas estão intimamente relacionados ao moderno regime de acumulação capitalista potencializado pela globalização da economia e pela formação de um campo econômico autônomo global: trata-se do capitalismo financeiro, monstro hobbesiano que munido de tecnologia e interesses privados parasitou os mercados e soberanias nacionais através da financeirização, extraindo lucros estratosféricos sem vínculo direto com a economia real dos países, ancorado apenas na ‘confiança’ do mercado (diga-se manipulação do mercado e especulação financeira).

Transbordam fissuras em todas as escalas e esferas, como se a totalidade do mundo material e legal não funciona-se mais a partir de relações consciente e negociadas entre suas

partes (nações); no interior das nações e entre as nações ocorrem disritmias ou crises políticas, sociais e econômicas, latentes ou manifestas.

## **Crise da democracia e da política tradicional**

“Causa espanto que a escolha de governos nacionais seja, na prática, negociada em gabinetes de autoridades transnacionais e de organismos multilaterais do mundo financeiro - e tudo isso na Europa, não num país falido da América Latina, como acontecia na década de 1980” – editorial “Intervenção na Europa” – Folha de S. Paulo, 11-11-2011

Não podemos deixar de notar que os desdobramentos da inflexão histórica que aqui problematizamos marca o esgotamento dos sistemas democráticos vigentes; coloca-se em cheque, não apenas a democracia em sua configuração representativa, mas se apresenta com muita clareza as limitações dos partidos e sindicato tradicionais; impera uma descrença generalizada em relação a instituições estatais e não-estatais, em suas lideranças e representantes.

Em última análise, coloca-se em questão as estruturas e sistemas políticos que asseguram o casamento entre capitalismo e democracia que se realizou no pós-guerra até recentemente, quando a política em seu conjunto passa a ser capturada definitivamente pela autonomização do campo econômico-financeiro em escala mundial. Esse é o contexto em que se opera a subordinação da política pela economia.

A perspectiva que se adota a esse respeito é a de que a crise democrática vincula-se diretamente a crise de sentido em escala ampla, isto é, a crise ou erosão em larga escala da “coesão intersubjetiva da sociedade”, daquilo que através de processos de discussão ampla, democrática e plural realizam o estabelecimento de sentidos coletivos, sentidos comuns, senso comum. Crises de sentido, são crises de fatos sociais, de maneiras de pensar, agir e sentir que são gerais, coercitivas exteriores ou independentes. São crises dos modelos de agir e pensar habituais, padronizados. É uma crise de auto-evidencia, mas simultaneamente rica em



desnaturalizações por si críticas. Permite ampliação da consciência e leitura sobre outras facetas do mundo como processos de exploração e dominação. Nesse contexto de crises, tempos de significativas mudanças, insinuam-se graves transformações no destino coletivo.

Nesse sentido, a crise democrática é uma crise das instituições do comum, uma crise institucional da produção e comunicação de sentidos. Daí que as democracias sofreram paralisia, ficaram imobilizadas e sofreram graves deformações ou manipulações ante a atuação de atores transnacionais, eleitos pelo capital financeiro internacional<sup>82</sup> que governam pelos governos, os quais já não debatem e definem as diretrizes econômicas, mas, inversamente, elas é que definem os movimentos e opções dos governos.

Nessa inversão de papéis, se processa a captura de sentidos democráticos ou representações democráticas por representações ou sentidos (interesses, valores, intenções, necessidades, demandas, práticas e percepções) particulares. A redução de sentidos coletivos, de caráter democráticos à sentidos particulares se percebe especialmente na ideia de democracia, pois coletividades inteiras de repente se mobilizam para criticar da democracia vigente; percebem e sentem que não há realização democrática; que a concepção da democracia foi reduzida; que sua fabricação e operacionalização se realizam arbitrariamente por poucos à revelia das expectativas e demandas democráticas da ampla maioria da população.

A redução e a captura das democracias pelas oligarquias financeiras resulta em um sistema representativo que se tornou produtor de privilégios, hierarquias e desigualdades. Se transformam em instituições anti-democráticas; são as "Democraduras", que combinam uma democracia de "baixa intensidade" para assegurar o funcionamento de um mercado despótico de "alta intensidade". Antes de se tornar presidente da França Françoise Hollande (PSF) definiu com lucidez o inimigo que o Estado Francês teria que enfrentar, dizia Hollande: “ meu verdadeiro adversário não tem nome, nem rosto, nem partido. Nunca apresentará sua candidatura e conseqüentemente, não será eleito. Ainda sim, esse adversário governa. Esse adversário é o mundo das finanças". Referia-se ao mesmo capital financeiro que tinha privatizado o Estado dos EUA, obrigando-o em caráter de “urgência” a conceder aos “bancos grande demais para

---

<sup>82</sup> Este como bem salientou HARVEY (2011) se potencializou com as nova tecnologias da informação, tornando-se imediatamente global, sem restrições, transnacional. Tornou-se o grande alavanca do capital em nível global enquanto que o Trabalho prossegue fixo, local, imóvel. Não há sindicatos ou associação de trabalhadores globais, mas há empresas, bancos e agências multilaterais.

quebrar” uma “ajuda” de cerca de 800 bilhões de dólares em 2008 para “capitalizar” os bancos ao mesmo tempo em que classes inteiras ficaram desempregadas e na pobreza. Tal fato foi mais um capítulo da funcionalização de classes para dinamização do capitalismo. Funcionalização de sua nova condição e seu endividamento para manutenção de privilégios, hierarquias e dominações. Além disso, esse caso corresponde a um mantra ideológico; resultou da aplicação da lógica neoliberal que diz que, acima de tudo, estão os mercados. Eles definem tudo, se “auto-regulam” e, por isso, estão acima da política e acima dos países. Esta lógica fica expressiva olhando o papel central dos bancos nesta crise e a dominação das agências de classificação de risco. Estamos enfrentando, na verdade, a ditadura dos mercados sobre a política e da sociedade, que não conseguem resistir com suas instituições políticas tradicionais.

A crise evidencia , nesse sentido, a ditadura do mercado sobre a política, a crise da democracia e o fracasso das instituições tradicionais (Sindicatos, Partidos) em responderem aos desafios engendrados pelos processos e atores das *globalizações*

## **OUTRA POLÍTICA E OUTRA GLOBALIZAÇÃO É POSSÍVEL**

Inúmeras manifestações na Grécia, protestos em Portugal, “Indignados” na Espanha, “The black Berry Riots” na Inglaterra, Occupy nos EUA e “Jornadas de Junho” no Brasil as são novas modulações de ações política coletivas que embora derivam de múltiplas causa e motivações guardam alguma relação com os protestos anti e alter-globalização que começaram a ser realizados meados de 2000, passando por Chiapas, Seattle, Praga, Porto alegre e outros. Poderíamos afirmar que os atuais movimentos, manifestações, ocupações e marchas apesar de muito difusos, heterogêneos revigoram e atualizam estratégias e ações coletivas contra-hegemônica que ganham novos conteúdos, significados e maior expressão política numa conjuntura em que se acentuam as contradições e resistências que caracterizam a 'guerra de globalizações'. Não podemos negar que no âmbito do globalismo não existe dentro e fora, todos se incluem na dinâmica direta ou indiretamente nos movimentos do capitalismo global enquanto modo de produção e processo civilizatório, daí que o conjunto das lutas e resistências ocorridas nos últimos anos, apesar das especificidades nacionais, possuem um pano de fundo em comum: as redefinições *crisicas* do capitalismo globalizado e suas expressões em termos de desigualdades sociais, desemprego, crise da democracia etc...

Depois de um suposto fim das utopias, da história, das grandes narrativas, do enfraquecimento de projetos coletivos e da proliferação do medo e da desesperança em relação ao políticos, partidos políticos, sindicatos e estado, a ideia utópica de comunismo e a proposta de revolução é recuperada e potencializada agora com vitalidade, em escala global, as praças, ruas e as multidões indignadas bem indicam que não presenciamos o “fim da história” e traçam novos devires *dentro e contra o capitalismo e seu mecanismo de legitimação que agora se divorcia do mesmo: a democracia representativa.*

A novidade é que elas se forjam paradoxalmente através da conjugação de singularidades reivindicativas, pluralidade de opiniões e cosmovisões, diversidade de grupos e segmentos. Não obstante, para além das especificidades das indignações, manifestações, ou revoltas, todas inscrevem suas efervescências em um pano de fundo relativamente comum expressos nos seguintes pontos: 1 - crise sistêmica do modo de produção capitalista em sua configuração financeira-informacional no âmbito da globalização , 2 – grave déficit democrático nas democracias representativas ocidentais em crise - 2-convergem simultaneamente, não por acaso, um conjunto de crises de alcance mundial: ecológica, alimentar, social e política 3 - se situam em um quadro de reordenamento do equilíbrio de poder global,3 - se realizam após um período de hegemonia da globalização neoliberal. Esse é o cenário em que novas formas de fazer e pensar a política se delineiam nas varias escalas das lutas e resistências que configuram as tensões e acomodações do capitalismo mundializado. É, parece que entre 2008 e 2013 um novo momento histórico se inaugura e termina por reiterar os dilemas modernidade e pós-modernidade.

## **Dilemas da modernidade x pós-modernidade**

As constatações, fatos e tendências registrados nos tópicos precedentes acenam, segundo a perspectiva aqui adotada para reiteração dos dilemas modernidade x pós-modernidade, porem, apontando não para morte do velho ou consolidação absoluta do novo, mas para acentuação de uma transição histórica de larga amplitude.

Os primeiros movimentos de globalização ocidentais se realizaram mediante as religiões, os dogmatismos, colonialismos, imperialismos e agora globalismo; a globalização do ocidente e de seu racionalismo específico se expressa no ocidentalismo, na sua disposição de racionalizar,

desencantar e dominar o mundo a partir de seus modelos, referências e hierarquias. Nas últimas décadas pode-se observar que o suposto ‘fim da história’, “fim das grandes narrativas”, assim como a afirmação de um mundo pós-ideológico e pós-utópico se inscrevem precisamente no cenário da globalização neoliberal hegemônica.

A história contemporânea vista em escala compreensiva de curto prazo insinua-se apenas como contradição e fragmentação num mar de múltiplas transformações, prenes de incerteza quanto aos seus rumos e as consequências sociais, econômicas, políticas, culturais que se mostram confusas e desconexas entre si, não obstante, vista em perspectiva de macro, de longa duração, observa-se a maturação de grandes processos e tendências, a exemplo: A) da integração do mundo a partir da compressão do tempo e do espaço operada pelas realizações da ciência e tecnologia ; B) O envelhecimento de parte do mundo e o espetacular crescimento demográfico em termos absolutos, resultantes dos processos de urbanização, industrialização, “modernização” e “desenvolvimento” do “resto” do mundo ocidental e não-ocidental. Esse envelhecimento do mundo significa também que o “velho mundo” abre espaço, seja por seus erros ou limitações, para a consolidação de novos protagonistas da ‘grande história’. A ‘invenção’ do mundo deixa de ser menos eurocêntrica e se realiza a partir do desenvolvimento e legitimação de novos atores e representações, da afirmação de novas lutas e práticas tanto quanto cosmovisões e constituições.

Essa inflexão na história contemporânea pode indicar mesmo o ápice da modernidade e sua superação, sua ruptura com o marco histórico, lógico e epistemológico que lhes fundamentou. Em se tratando de um fenômeno situado e datado sua realização apesar de expectativas universalizantes se operou de forma restrita em alguns países do Mundo ocidental, especialmente países europeus. Sua pretensão universalizante se realizou apenas nas no âmbito das ideias e terminou com a tentativa frustrada de torná-las experiência concretas de liberdade, igualdade e fraternidade para o restante do mundo que se “modernizou” e continua se modernizar desigual e também forçadamente.

É importante apontar aqui que estamos no ápice de uma transição marcada, por um lado, na hegemonia de um modelo de produção e civilização dominante e, de outro, na difusão e reconhecimento de experiências e sensibilidades, ideias e práticas que adentram em um novo cenário histórico para se contraporem fortemente ao modelo de racionalidade dominante. A esse respeito convém assinalar que esse aspecto não é uma novidade teórica, se inclui na tese da

racionalização weberiana, pois Ianni (p.69-88,1992) afirma que a “tese da racionalidade do mundo revela pluralidades de formas e não um projeto único” de racionalização do mundo, isto é, a tendência não é a universalização de um tipo específico de modernidade, mas sim a afirmação no longo prazo de uma pluralidade de modernidades, racionalidades, representações, sentidos, enfim projetos de nação, cultura e civilização<sup>83</sup>

A civilização (auto-atribuída) da ciência e da técnica, da igualdade e solidariedade hoje se encontra subjugada aos imperativos do mercado, nas teias do mercado financeiro internacional. Seu progresso, ancorado na acumulação do capital realizado pela conjugação de uma democracia liberal e a economia de mercado, encontra seu limite. O crescimento econômico infinito explicita seus limites e consequências; limites para garantir o bem-estar da população com esse fundamento econômico e consequências, sobretudo, ambientais, devido a exploração intensiva de recursos naturais ocasionando desequilíbrio dos ecossistemas. Agora a Europa encontra-se prestando contas no tribunal da história, afirma-se novamente como 'vanguarda', mas de retrocessos civilizatórios.

Enquanto os países 'desenvolvidos' encontram-se em uma encruzilhada histórica forjada por uma convergência de crises, os 'apêndices' da história ocidental convertem-se em órgãos indispensáveis para redefinir os rumos da história mundial, o 'concerto das nações'.

Altera-se de modo significativo o equilíbrio de poder mundial, o ordenamento de papéis. Se forja outro mapa do mundo, outra imagem do mundo como já se salientou anteriormente.

Não é incorreto afirmar que muito do crescimento sustentado das economias capitalistas estava ancorada na subordinação e dependência política e econômica do restante dos países do planeta. Isto é, tal crescimento se fundamentou em "descobertas", colonialismos, imperialismos ao longo da história, que garantiram os recursos econômicos (madeira, drogas do sertão, cana de açúcar, ouro café, borracha, grãos, dívidas etc) , sociais (servos, escravos, mão-de-obra barata etc), políticos (violências institucionais e simbólicas deliberadas, imposição de leis, normas e

---

<sup>83</sup>) “ A globalização radicaliza pluralidades de racionalidades. Também radicaliza a desigualdade”. (Ianni, 1993, p.115-120 . Assim como percepções de contradições convertidas em indignações, mobilizações, levantes e revoluções. Em certo sentido, poderíamos insinuar que vivemos em uma transição tal como ocorrera com a consolidação do iluminismo em séculos pretéritos. A diferença seria basicamente que o “Neo-iluminismo” tem faces e forças situadas em âmbito global, renovando ,prolongando ou inaugurando novas modalidades de racionalidade, sensibilidade e esclarecimento. Trata-se de um período de amplas mudanças, inovações, esperanças mas simultaneamente de conservadorismos, medos, pessimismos e tendências a isolamentos e autoritarismos. É a modernidade-mundo ou a “pós-modernidade” em suas ambivalências.

hierarquias injustas através de instituições transplantadas), para o seu "desenvolvimento". O que seriam esses países sem as "descobertas" e conquistas?

A modernidade-mundo ou “pós-modernidade” ou ainda “era do globalismo”, considerando aos argumentos supracitados, corresponde a consolidação de um mundo redefinido a partir da emergência e consolidação de outras globalizações, correspondendo por sua vez, ao e enraizamento profundo e generalização de outras formas de produzir e consumir, viver e conviver, outras cosmologias e ideologias, práticas e percepções, enfim outras maneiras de habitar e se socializar no mundo. A “pós-modernidade” está sendo parida no interior do ápice do mundo moderno, com uma nova geopolítica, geoeconomia e um modo de produção e civilização repensado, redefinido, talvez pior ou melhor, quiçá substituído.

### **CRISE DA RAZÃO, DA EPISTEMOLOGIA E DO “DESENVOLVIMENTO “ OCIDENTAL**

Não podemos nos furtar da oportunidade de reiterar na atual conjuntura, a crítica da razão ocidental, amplamente problematizada em trabalhos de Santos (2003), embora com uma perspectivas mais otimista que as críticas realizadas pela “Escola de Frankfurt” em sua atmosfera intelectual de caráter ligeiramente pessimista.

De forma mais objetiva pode-se afirmar que a crise problematizado no desenvolvimento do presente texto revela, entre outras coisas, a arrogância e limitações do saber e da epistemologia ocidental, de sua ciência, seu direito e de sua modernidade. A crise e as contradições daí oriundas são igualmente tributárias das monocultura e da violência epistemológica perpetrada na mundialização por um modo de produção e civilização capitalista.

Na esteira das reflexões de Santos pode-se afirmar que a dificuldade de planejar e executar outras saídas da crise é a dificuldade de reconhecer alternativas, saberes, epistemologias que não se enquadram nos cânones do conhecimento científico tradicional. Essa dificuldade de reconhecer alternativas indica igualmente uma crise da ciência moderna ocidental, pois se atualmente, com registra Santos (p.16) os êxitos da ciência medem-se “pela capacidade desta em submeter mais relações sociais em mais regiões do mundo à lógica do capitalismo global”, logo, a crise dessa lógica é uma desqualificação da ciência que lhe sustentou.

De forma mais ampla, a crise revela uma situação histórica de transição ou ruptura histórica-epistemológica cujo principal dínamo foi a intensificação de processos de globalização, especialmente da globalização do capitalismo enquanto modo de produção e processo civilizatório, ideologia e utopia, objetividade e subjetividade. De forma mais específica a crise se apresenta como resultado de uma tipo de globalização hegemônica, legitimada pelo neoliberalismo , de caráter especialmente financeiro, antidemocrático.

Por fim, vale registrar que uma das expressões mais evidentes da situação transicional em que vivemos é precisamente os limites do modelo de desenvolvimento ocidental o qual esteve associado nas últimas décadas a ditadura do mercado e ao neoliberalismo ancorados nas realizações da “mão-invisível” do mercado, no suposto “bem-estar” oferecido pelo crescimento econômico, nas promessas da ciência e da técnica para solucionar os problemas de doenças e fome no mundo etc. A crise ecológico-social que se acentua no mundo é tributária desse modelo, a insustentabilidade está no seu DNA e apesar de ser amplamente contestado ainda resiste como horizonte a ser perseguido pelas nações .

## **6 . “CONCLUSAO” DAS CONCLUSÕES INTERMEDIÁRIAS**

“Num período de turbulências de escalas não basta pensar a turbulência de escalas. É preciso que o pensamento que as pensa seja ele próprio turbulento” Boaventura de Souza Santos

Confirmam-se a partir desses fragmentos conclusivos, as teses de separação da economia e sociedade, da redefinição do Estado-Nação, da crise das instituições tradicionais (Partidos, Sindicatos, Movimentos sociais, Mídia etc.) da modernidade em um novo contexto histórico de globalização do capitalismo, denominado de “Globalismo” por Ianni (2001). Não apenas reafirmamos suas teses; de um lado, incorporamos novos elementos para atualizá-la (a ideia de *Globalizações* na forma de lutas e resistências) e, de outro, apresentamos novos fatos, relações, processos que permitem novas leituras (a ideia de crise de representações em larga escala explicitada pela convergência de crises ) e cruzamentos analíticos para apreendermos a atual

conjuntura, cujo excesso transborda das análises e teorias que buscam explicá-la pela variável A ou B, sem considerar a complexidade das múltiplas dimensões que se nutrem e realizam-se enquanto experiência teórica-prática do mundo contemporâneo.

Parte dessa complexidade a qual eu me refiro cima ganha expressão, em última análise, no conjunto de transformações e crises na qual o mundo está inscrito; relaciona-se em boa medida nas consequências da globalização do capitalismo, de sua redefinição em escala global para ainda se tornar vigente, hegemônico. A crise revela os limites da modernidade e sua racionalidade reduzida instrumentalmente à lógica do capital e reproduzida a partir das instituições tipicamente modernas. São os limites da globalização hegemônica. Revela os limites, mas simultaneamente as iniciativas e estratégias para superá-lo e convertê-lo em possibilidade de renovação do capitalismo. Ou ainda os limites podem indicar o cenário no qual finalmente o capitalismo cederá lugar aos poucos para outro modo de produção. Renovação ou fim do capitalismo?

Nesse sentido os limites se revelam especialmente (A) nas consequências do Neoliberalismo: (A-1) financeirização - Crise das finanças desreguladas A-2) Crise fiscal, endividamento massivo dos Estados para “dinamizar” a economia, ou seja, dinamizar os lucros de poucos (A-3) Na crise social expressa, de um lado, no aprofundamento das desigualdades e contradições entre países e dentro de cada um e, de outro lado, na crise do Estado-Social, na emergência de “novos” pobres e proliferação de fascismos sociais (B) Na crise e redefinição do Estado-Nação e sua captura do Estado pela Oligarquia financeira com suas implicações em termos de soberania e hegemonia. (C) Déficit democrático, crise da democracia e crise da cidadania expressos em insatisfação e deslegitimação generalizada de instituições e atores tradicionais. (D) Na fermentação de movimentos sociais cuja ampla conscientização de problemas suscitados pelo capitalismo os mobilizam para criticá-lo, corroê-lo enfrenta-lo e apresentarem alternativas para além de sua lógica. (E) Na redefinição e fortalecimento de regionalismos, federalismo e consonância com as mudanças geoeconômicas e geopolíticas que marcam redistribuição de poder global. Inaugura-se uma novo "equilíbrio de tensões " em âmbito mundial.

E todas essas transformações tomadas em conjunto indicam o que Ianni (2001) denominou de ruptura histórica-epistemológica, pois a crise é geral, indicando uma grande transição, bifurcação, passagem epocal, ruptura de longo prazo; um campo aberto de possibilidades e inovação. Eis tudo o que a crise evidencia: uma ampla mudança representacional



expressa na redefinição dialética de formas e conteúdos, ideias e práticas em todas as dimensões. O devir-crise do mundo está em causa, germes de muitos mundos estão em disputa e a correlação de forças física e simbólicas, econômicas e políticas em suas mais variadas escalas (local, regional, nacional e mundial) vão definir e compor a configuração do devir-mundo pós-crise.

Minha intenção aqui não foi realizar uma explicação, uma análise, a partir de um referencial teórico. A perspectiva aqui adotada foi, a partir do registro e apresentação de uma constelação de fragmentos narrativos (extraídos, de um lado, de três sites da internet e, de outro, de vários livros sobre a temática publicados recentemente), problematizar (e, portanto, desnaturalizar relações, processos e estruturas) acerca da crise econômica e financeira deflagrada em 2008, que tornou-se mundial em suas implicações, exigindo como resposta intelectual, uma leitura igualmente mundial da questão. Foi, portanto, a partir desse pressuposto, que apresentei um conjunto de leituras ou narrativas que não poderiam, devido suas diferentes e até divergentes análises, serem apanhadas em uma única conclusão. Daí várias conclusões ou tendências apresentadas, cujo objetivo principal foi apresentar direta ou indiretamente, de um lado, a hipótese elencada no início do trabalho (confirmando-a) e, de outro, um pano de fundo comum (do ponto de vista lógico e histórico) no qual os autores convergem acerca dos pressupostos políticos, ideológicos, econômicos e sociais que precipitaram a crise, assim como os conflitos e dilemas na qual se enredam os ‘remédios’ e alternativas para definir os termos da crise. Definição que pode significar basicamente duas orientações de futuro. Uma relacionada à sua não-resolução (ou pseudo-resolução) e permanência temporal com suas contradições e favorecimentos. Outra, que pode significar de fato (na forma e no conteúdo) uma alternativa crível, legítima, cuja superação da crise aponte para horizontes construídos a partir da radicalização da democracia, justiça e solidariedade local, regional e global.

Diante de problemas globais, a tarefa do sociólogo é, apesar da precariedade do intento, oferecer respostas igualmente globais; respostas que articulem os devires locais e o devir global, o singular e o universal, micronarrativa e a macronarrativa. Trata-se, pois de oferecer respostas que a partir de micro-narrativas diversas e singulares se chegue a um mosaico articulado de narrativas cuja composição constitui uma macro-narrativa, mas que pode ser acessada das diversas narrativas que a compõem, afinal, a realidade não compartimentada e sua complexidade pode ser acessada através variáveis e relações que a compõem.

Algum filósofo afirmou certa vez que toda vez que uma criança nasce, todos os problemas e dilemas do mundo são novamente colocados, repostos para uma novo ser, uma nova existência. Podemos igualmente afirmar que, em momentos de amplas e aceleradas mudanças históricas ocorre também um certo nascimento e o respectivo recolocar-se dos dilemas, ideologias e utopias coletivas do mundo, em outras palavras, em momentos de um “parto histórico” caracterizado por uma ruptura representacional na forma e no conteúdo, o mundo dos homens enquanto encarnação da história recria seus sonhos e fantasmas mediante a reconstrução e mobilização de novas perspectivas, gramáticas, valores e práticas para se existir e resistir na coexistência em sociedade.

Minha intenção no decorrer da produção do conhecimento foi sofrendo alterações, modificou-se; minha empreitada foi menos a de equacionar um problema e procurar respostas e certezas e mais a de conhecer e problematizar ideias e práticas, suscitar diálogos e debates com intuito de mover-me e situar-me mais crítica e utilmente no mundo que habito.

Finalmente o resultado dessa “conclusão”, como já salientei anteriormente é um conjunto de reflexões, insights, conexões de sentido afins, que emergiram no andamento do trabalho e indicam, de um lado, uma capacidade significativa de estabelecer nexos lógicos e conexões de sentido, mas ao mesmo tempo uma incapacidade em levar a cabo uma explicação mais densa e sistemática dessas conexões e intuições. O que fica são problematizações, são convites diversos para pensar a existência coletiva em sua diversidade de crises.

Espero ter conseguido realizar meu principal objetivo, não aquele de validar uma hipótese (da relação entre globalização, deflagração da crise e mudanças representacionais), mas aquele de informar e esclarecer, de desnaturalizar relações, processos e estruturas que se explicitaram na crise e que precisavam de alguma problematização mais sistemática

## **BIBLIOGRAFIA**

ANTUNES, Ricardo. O caracol e sua concha: ensaios sobre a morfologia do trabalho. São Paulo: Botempo, 2005

BAUMAN, Zygmunt. Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 2010

\_\_\_\_\_. Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BEAUD, Stéphane & Weber, Florence. Guia para pesquisa de campo: Produzir e analisar dados etnográficos. Tradução de Sergio Joaquim de Almeida; Revisão da tradução de Henrique Caetani Nardi. Petrópolis, RJ: Vozes., 2007.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 11 ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_; CHAMBAREDON, Jean-Claude & PASSERON, Jean Claude, A profissão de sociólogo; preliminares epistemológicas. Tradução de Guilherme Teixeira, terceira Ed. Petrópolis: Ed Vozes, 1999

\_\_\_\_\_; Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 63-67

BECKER, Howard. *Segredos truques da pesquisa*. Tradução de Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2007, p.28-95

COCCO, Giuseppe. Trabalho e cidadania: produção e direito na crise do capitalismo global. 3 edição. São Paulo: Cortez, 2012

\_\_\_\_\_. Mundobraz: o devir-mundo do brasil e o devir-brasil do mundo. RJ/; Record, 2009.

COMBLIN, José. O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. – 1.ed.SP.Atlas, 2009

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. Martin Claret. 2005

\_\_\_\_\_ Pragmatismo e sociologia. Trad. Aldo Litaiff. Ed. Unisul. 2004

\_\_\_\_\_. Sociologia e Filosofia. Martin Claret. 2009

DUPAS, Gilberto. Atores e poderes na nova ordem global: Assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. SP: Editora UNESP 2005.

DUPAS, Gilberto; LAFER, Celso; SILVA, Eduardo Lins da. A nova configuração mundial do poder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FILHO, Domingues Leite Lima. Dimensões e limites da globalização. Petrópolis, Rj: Vozes,2004.

GENRO, Tarso. Crise da democracia: direito, democracia direta e neoliberalismo na ordem global. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GENTILI, Pablo (org). Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis, RJ: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000.

GONSALVES, Elisa Pereira. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais. 4 ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MICHALET, Charles-Albert. O que é Mundialização? Pequeno tratado para uso dos que ainda não sabem se devem ser a favor ou contra. SP. Edições Loyola, 2003.

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011

HELD, David; McGrew, Anthony. Prós e contras da globalização. Tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2001

HOBBSBAWN, Eric J. O novo século: entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IANNI, Octávio. Capitalismo, violência e terrorismo. RJ, Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_ ; Teorias da globalização. RJ, Civilização Brasileira, 2001

\_\_\_\_\_ ; A era do globalismo. 5Ed. RJ, Civilização Brasileira, 2001

\_\_\_\_\_ ; A sociedade global. 13Ed. RJ, Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_ ; A sociologia e o mundo moderno. 1Ed. RJ, Civilização Brasileira, 2011, 406p.

MILLS, C. Wright. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Seleção e introdução Celso Castro; tradução Maria Luiza X. de A. Borges. RJ. Jorge Zahar. Ed., 2009

MORIN, Edgar; HESSEL, Stéphane. O caminho da esperança. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012

NUNES, Antonio José Avelãs. Neoliberalismo & Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. Pós-Neoliberalismo II: que Estado para que democracia?: Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as Ciências. São Paulo: Cortez, 2003

\_\_\_\_\_, Boaventura de Souza. “Os Processos de Globalização”, in Santos, B.S (Org) Globalização e Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 25-104

\_\_\_\_\_, Boaventura de Souza. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 2 ed, São Paulo: Cortez,2008

\_\_\_\_\_, Boaventura de Souza. Para uma Revolução democrática da justiça/. 3 ed. SP”Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_, Boaventura de Souza. Portugal: ensaio contra a autoflagelação. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Mario Ferreira dos. Filosofia da crise. 1959. 3 ed.

SEOANE, Jose; TADDEI, Emilio (org.). Resistências Mundiais: De Seattle a Porto Alegre.Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. ( Os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização)

SOARES, Laura Tavares. O desastre social. Rio de Janeiro: Rcord, 2003 -

TOURAINÉ, Alain. Após a crise: A decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais.Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011

TOURAINÉ, Alain. Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ZIZEK, Slavoj. O ano em que sonhamos perigosamente. 1 ed. SP: Boitempo editorial, 2012.